Marta Lígia Pomim Valentim
(Org.)

Estudos avançados em Arquivologia

Estudos avançados em Arquivologia

Marta Lígia Pomim Valentim
(Org.)

Estudos avançados em Arquivologia

Marília
2021

Sumário

Apresentação

Certa vez Caetano Veloso afirmou que "é incrível a força que as coisas parecem ter quando elas precisam acontecer". Tenho acompanhado a evolução da Arquivologia no Brasil desde o final da Década de 1980, e posso afirmar que temos vivido um momento muito interessante e importante na área. Não se trata de uma construção fortuita, mas de algo que é fruto de um movimento muito significativo iniciado nos últimos vinte anos. A expansão do ensino da Arquivologia pelas universidades brasileiras foi aos poucos consolidando uma reflexão sobre temas fundamentais da área. É perceptível o aumento de pesquisas, aprofundando e verticalizando discussões que podem levar a soluções para problemas impostos pelas velhas e novas configurações das organizações brasileiras, ambiente privilegiado do objeto de estudo da Arquivística.

Esse momento especial é percebido por uma qualificação crescente dos profissionais de arquivo. Eles não são forjados somente na prática como antigamente. Posso afirmar que já temos um exército de egressos dos cursos de graduação em Arquivologia. Atualmente, contamos com 15 (quinze) cursos superiores, nove deles concentrados nas regiões sul e sudeste, destes treze pertencem a instituições federais e três a instituições estaduais.

A demanda pelo arquivista é significativa. Nos últimos anos vários concursos públicos foram realizados e muitos dos aprovados já estão em pleno exercício da profissão. Lembro-me de um concurso realizado pelo Governo do Distrito Federal que contratou cerca de trinta arquivistas.

Há um quadro docente mais numeroso, mais diversificado, mais qualificado e com uma maior produção científica, apesar de ainda apresentar problemas em relação aos canais de discussão e de divulgação dos trabalhos produzidos na área, e de uma convivência e um relacionamento mais próximo e constante, que possibilite até a existência de projetos comuns.

Os eventos estão ocorrendo com maior frequência. Desde 2004 foram realizados vários grandes congressos. Percebe-se uma mudança no que tange a natureza dos trabalhos apresentados nos eventos da área. É possível constatar, por meio de vários indicadores, que a produção na área passou de simples relatos de experiência para projetos de pesquisa inseridos em programas de pós-graduação e envolvidos em financiamentos de agências de fomento, com propostas metodológicas e discussões conceituais.

Cabe aqui uma discussão sobre os relatos de experiência. Eles são fundamentais e devem ter um espaço reservado nos eventos e publicações científicas, mas se não há uma verticalização na análise dessas experiências, essas informações são perdidas e não colaboram para a construção do conhecimento, deixando que as práticas sejam dominadas pelo empirismo e pelo senso comum, isto é, uma Arquivística espontânea, cuja prática alimenta a própria prática. Os nossos colegas portugueses chegam a falar que nossa área é dominada por um empirismo eclético direcionado à integração das novidades tecnológicas no velho quadro da prática funcional de classificação, ordenação, representação descritiva e difusão de informação escrita. Há, inclusive, uma tendência a duvidar da possibilidade de se encontrarem bases científicas para o saber arquivístico.

Há uma crescente produção editorial, facilitada pela reativação de publicações periódicas e pela criação de novos canais de divulgação, como as revistas eletrônicas. Essa produção editorial tem sido resultado também de um aumento significativo de pesquisas. É possível verificar uma maior produção científica advinda, basicamente, das universidades, resultado das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e nos projetos de iniciação científica. Essa situação já tinha sido percebida por Maria Odila Fonseca (2005), que destacou um aumento regular, a partir de 1992, na produção de teses e dissertações com temática arquivística.

A criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Isso propiciou a emergência de uma "cultura de pesquisa" na área. De fato, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de "dinheiro e cérebros", mas "exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor".

A obra *Estudos Avançados em Arquivologia* surge nesse contexto descrito acima. E é, com certeza, resultado desse movimento e uma das grandes contribuições dos últimos tempos para uma profunda reflexão sobre temas de interesse da comunidade arquivística brasileira.

Na verdade, a obra é um passeio, ou melhor, um sobrevoo por questões que mexem com o coração das práticas arquivísticas. São tratados temas importantes para o que-fazer arquivístico: gestão de documentos, documentos imagéticos, avaliação, descrição, identificação e tipologia documental. Além disso, há textos que trabalham com a questão da pesquisa em arquivística, com a formação dos arquivistas e o diálogo fundamental entre as áreas que têm objetos de estudo com uma proximidade interessante.

Percebe-se que os textos, apesar da diversidade de autores e de suas formações, têm uma linha em comum: buscam um aprofundamento científico no tratamento de suas temáticas. E é isso que tem feito à diferença dessa produção e é o que, acredito, impulsionará a área arquivística para outro patamar, permitindo, inclusive, a construção de novos paradigmas.

Façam uma boa leitura, pois me senti privilegiado e honrado de tê-la feito antes de todo mundo!

Brasília, 8 de agosto de 2012.
Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Capítulo 1

Gestão Documental em Ambientes Empresariais

Marta Lígia Pomim Valentim

1 Introdução

O profissional arquivista tem um amplo espaço de trabalho, tanto na iniciativa pública quanto na iniciativa privada. Entretanto tem atuado em mercados arquivísticos mais tradicionais como, por exemplo, arquivos municipais, arquivos universitários, arquivos cartorários, arquivos contábeis e arquivos pessoais. O arquivista pode atuar em espaços de trabalho existentes, mas ainda pouco ocupados, como: sistemas de qualidade, propriedade industrial, arquivos jurídicos, arquivos hospitalares, arquivos sindicais, arquivos de engenharia/arquitetura, entre outros. Além disso, há um mercado de trabalho em expansão no qual o arquivista pode e deve atuar, dentre eles pode-se citar: gestão documental (GD) (atuando desde a produção até a guarda ou eliminação), inteligência competitiva,

gestão do conhecimento, memória organizacional, governança corporativa e, também, como empreendedor (consultoria e assessoria).

A Arquivologia tem importante papel no que tange a aplicação de seus métodos e técnicas em ambientes empresariais, uma vez que trabalhar a informação gerada no interior das organizações é uma atividade essencial para o desenvolvimento destas, porquanto as atividades, tarefas e tomadas de decisão realizadas dependem essencialmente da informação gerada por seus colaboradores.

O mercado de trabalho em expansão está relacionado às organizações empresariais, visto que necessitam trabalhar eficientemente as informações geradas por seus colaboradores, portanto, o arquivista possui um espaço de trabalho significativo e que exige competências e habilidades especializadas, de forma a atender as novas demandas informacionais/documentais.

A gestão documental é essencial para as organizações empresariais, pois atua desde a produção até a guarda ou eliminação do documento. Nessa perspectiva, o arquivista tem grande responsabilidade em relação aos processos administrativos de uma organização.

Resgatando os princípios arquivísticos, destaca-se: o princípio de proveniência em que o documento deve manter sua identidade com o produtor/acumulador; o princípio de unicidade em que o documento é único em relação ao contexto de origem; o princípio de originalidade em que o documento reflete a estrutura, função e atividade da organização produtora/acumuladora; princípio de indivisibilidade em que o documento mantém a integridade original, de forma a manter seu real significado (BELLOTTO, 2002). Os princípios arquivísticos regem a gestão documental, portanto, a atuação do arquivista é alicerçada por esses princípios, entretanto, ressalta-se que o profissional deve ajustá-los a realidade de cada organização.

É importante destacar o que considero informação nesse contexto. A 'informação arquivística' é compreendida de forma ampla, uma vez que congrega a informação orgânica (gerada internamente à organização) e a informação não orgânica (gerada externamente à organização). A informação arquivística é gerada em decorrência das transações estabelecidas entre a

organização e seus *stakeholders*[1] e é relacionada às funções, atividades e tarefas organizacionais.

Corroborando com o mesmo entendimento dos pesquisadores canadenses Rousseau e Couture (1998), a 'informação orgânica' é aquela gerada internamente à organização e é diretamente relacionada à missão, visão, objetivos e metas da organização, portanto, relacionada às responsabilidades, funções, atividades diretas ou indiretas desempenhadas por seus membros, e, assim, se constitui na essência da gestão documental. Por outro lado, a 'informação não orgânica' é aquela gerada externamente à organização e, portanto, não é vinculada à missão da organização na qual se atua, ou seja, é relacionada à missão, visão, objetivos e metas de *outra* organização, entretanto, este tipo de informação se relaciona às atividades realizadas na organização, uma vez que interage com seus colaboradores e setores.

Essa compreensão não é consenso no âmbito da Arquivologia, contudo, defendo que a gestão documental aplicada à informação orgânica é tão ou mais estratégica para o desenvolvimento organizacional do que a informação não orgânica, visto que a informação orgânica propicia conhecer a própria história, os percalços e os triunfos obtidos ao longo de sua existência.

Conforme detalhado na Figura 1 a informação orgânica possui características distintas da informação não orgânica e, por esse motivo, esta última não necessariamente será objeto da ação arquivística, isso dependerá essencialmente da relação que a informação não orgânica possui com a responsabilidade, função, atividade e tarefa desempenhadas na organização que a recebeu.

[1] *Stakeholders* - termo em inglês que significa pessoa, grupo ou entidade com legítimos interesses no desempenho de uma organização. Podem ser funcionários, gestores, proprietários, fornecedores, clientes, credores, Estado (enquanto entidade fiscal e reguladora), sindicatos e diversas outras pessoas ou entidades que se relacionam com a organização. Fonte: <http://www.knoow.net>. Acesso em: 2 abr. 2012.

Figura 1: Informação Arquivística, Informação Orgânica e Não Orgânica.

Informação Arquivística

Informação Orgânica

Gerada internamente à organização

- Relacionada à missão, visão, objetivos e metas da organização;
- Tipos documentais são inerentes ao contexto organizacional;
- Compõe e perpassa os fluxos formais da organização;
- Tramitação percorre o ciclo documental (corrente, intermediário, permanente);
- Avaliação e eliminação/guarda seguem os critérios do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade elaborados na e para a organização;
- Consistência, confiabilidade e sigilosidade são de responsabilidade da organização;
- Constituem-se nos fundos e nas séries documentais da organização.

Informação Não Orgânica

Gerada externamente à organização

- Relacionada à missão, visão, objetivos e metas de outra organização;
- Tipos documentais inerentes ao contexto de outra organização;
- Não necessariamente compõe e perpassa os fluxos formais da organização;
- Tramitação não necessariamente percorre o ciclo documental (corrente, intermediário, permanente);
- Avaliação e eliminação/guarda seguem critérios do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade elaborados na organização receptora do documento e, portanto, não obedecem as decisões tomadas neste âmbito pela organização de origem do documento.
- Consistência e confiabilidade não são de responsabilidade da organização. A sigilosidade pode ou não ser, isso dependerá da relação informacional estabelecida com a organização;
- Não constituem-se em fundos e séries documentais da organização.

Fonte: Elaborada pela autora.

A informação orgânica é constituída a partir de diferentes tipos documentais. Bellotto (2002) compreende Tipologia Documental como o estudo dos documentos em relação à gênese documental, mais especificamente no que tange a contextualização das atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.

Segundo Valentim (2002; 2006) as organizações empresariais podem apresentar as seguintes tipologias documentais: informação estratégica que apoia o planejamento e o processo de tomada de decisão e, por sua vez, possibilita definir ações de médio e longo prazo; informação sobre o negócio que possibilita a prospecção e o monitoramento de concorrentes e entrantes, bem como observar o comportamento dos clientes; informação financeira que

possibilita o processamento de custos, lucros, riscos e controles; informação comercial que subsidia as atividades relacionadas às transações comerciais no país e no exterior; informação estatística como séries históricas, estudos comparativos etc.; informação gerencial que auxilia a gestão da qualidade, o gerenciamento de projetos, a gestão de pessoas etc.; informação tecnológica que subsidia a pesquisa e desenvolvimento (P&D) buscando a inovação de produtos, materiais e processos.

Cada tipologia congrega inúmeros tipos documentais que, por sua vez, são relacionados às responsabilidades, funções, atividades e tarefas desempenhadas na organização, dessa forma os documentos devem ser gerenciados desde a sua gênese, por meio da gestão documental.

2 Gestão documental

A gestão da informação pode ser compreendida como um conjunto de atividades informacionais integradas com enfoque nos fluxos formais existentes no ambiente organizacional. A gestão documental é parte da gestão da informação e pode ser definida como um conjunto de atividades documentais integradas com enfoque na informação arquivística – contempla a informação orgânica e não orgânica –, existente no ambiente organizacional.

A Lei Federal nº 8.159/1991 estabelece, no âmbito da administração pública, que a gestão de documentos constitui-se no "[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente".

Camargo e Bellotto (1996) definem gestão documental como um "Conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos".

A ISO 15.489-1 (2001, tradução nossa) define gestão documental como sendo um

> [...] campo da gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da produção, recepção, manutenção, uso e eliminação de documentos, incluindo os processos de captação e manutenção de provas e informações sobre as atividades de negócios e transações em forma de documentos.

Outras definições similares são apresentadas pelo CONARQ (2006) "Documentos produzidos e recebidos no decorrer das atividades de um órgão ou entidade, independente do suporte em que se apresentam, registram suas políticas, funções, procedimentos e decisões" ou "[...] conjunto de condições a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir a sua confiabilidade e autenticidade, assim como seu acesso".

Segundo a *Xerox Corporation* (2003, tradução nossa):

> [...] 82% das organizações acreditam que os documentos são essenciais para o sucesso das operações organizacionais; 70% dos executivos afirmam que uma gestão documental ineficiente, torna a organização mais lenta; 45% do tempo dos executivos são utilizados com documentos (produção, acesso, recuperação, uso etc.); 90% das organizações não têm controle sobre os valores gastos anualmente na produção e manutenção de processos/tarefas que envolvem documentos.

A gestão documental abrange desde a produção até a eliminação ou guarda permanente, portanto, abrange a Teoria das Três Idades, ou seja, corrente, intermediária e permanente.

1. Corrente: documentos são produzidos pelos colaboradores da organização, a partir das responsabilidades, funções e atividades desempenhadas, portanto, o documento tem origem na atividade que o gerou, nesta idade os documentos geralmente são armazenados no local de origem, uma vez que são acessados/consultados frequentemente;

2. Intermediária: documentos que não são mais acessados frequentemente, entretanto detêm interesse organizacional, seja por alguma questão legal ou de prova, seja por alguma questão administrativa ou institucional, são armazenados em local específico para esse fim, a partir dos critérios estabelecidos pela política documental e por seus instrumentos como, por exemplo, a tabela de temporalidade;

3. Permanente: documentos que devem ser preservados a partir de seu valor informativo, probatório e/ou histórico. Neste caso, a política documental e os instrumentos elaborados, como a tabela de temporalidade, serão aplicados de forma a avaliá-los e subsidiar a

tomada de decisão documental, isto é, se são eliminados ou preservados para a constituição dos fundos e séries documentais, que formarão a memória organizacional.

O CONARQ (2006) destaca que um documento pode ter valor primário "[...] atribuído ao documento considerando a sua utilidade administrativa imediata" ou valor secundário "[...] atribuído ao documento em função da sua utilidade para fins diferentes daquele para o qual foi originalmente produzido, como, por exemplo, provas judiciais e administrativas e pesquisas científicas e acadêmicas".

A gestão documental tem como principal finalidade definir uma política documental eficiente para a organização, envolvendo desde a produção do documento até sua eliminação ou guarda permanente, portanto, uma ação abrangente no escopo organizacional.

2.1 Política documental

A política documental deve abranger a produção, tramitação e preservação dos documentos arquivísticos propiciando-lhes acessibilidade, confiabilidade e autenticidade, de maneira que possam apoiar as responsabilidades, funções, atividades e tarefas organizacionais.

Nessa perspectiva, a política deve estar em sintonia com a missão, visão, objetivos e metas organizacionais, de modo que as atividades documentais relacionadas à produção, tramitação, armazenagem, preservação, disseminação e acesso, possam ser normatizadas e, assim, desenvolvidas coerentemente pelos colaboradores que atuam na organização.

Para a elaboração de uma política documental é necessário que se faça uma ampla discussão sobre as necessidades de cada setor da organização, de forma que abranja todas as demandas existentes. Além disso, a política deve ser amplamente comunicada em todos os níveis organizacionais, ou seja, estratégico, tático e operacional.

Ressalta-se que o apoio da alta administração é essencial para que a política documental seja bem sucedida, bem como a alocação dos recursos necessários para sua implantação. Evidencia-se que para a implantação

da política documental é necessário a elaboração de programas, planos, normas, instruções/procedimentos e instrumentos que regulem as responsabilidades, autoridades, prazos, critérios de avaliação, preservação, eliminação, entre outros aspectos.

2.2 Etapas da gestão documental

A gestão documental abrange os procedimentos de produção, seleção, organização, controle, armazenamento, conservação, acesso, disseminação e destinação de documentos. A GD é particularmente importante em ambientes eletrônicos, visto que os documentos gerados nem sempre são gerenciados eficientemente caso o sistema não tenha sido projetado para tal.

A gestão documental envolve diferentes atividades que abrangem todo o ciclo documental, de forma sucinta pode-se destacar:

- Levantar, identificar e conhecer o estatuto, regimento, regulamentos e os atos administrativos da organização;
- Identificar e mapear os processos documentais;
- Identificar e mapear os fluxos documentais;
- Analisar funcionalmente os documentos em relação à situação organizacional (responsabilidade, autoridade, tarefas etc.);
- Analisar os documentos em relação à legislação vigente;
- Estabelecer uma política de gestão documental (programas, planos e planejamentos);
- Elaborar atos administrativos (resoluções, portarias, normas administrativas, normas técnicas, instruções de serviço, etc.) com o objetivo de reger os fluxos documentais (produção, gerenciamento, uso, armazenamento, avaliação, guarda e/ou eliminação);
- Elaborar instrumentos arquivísticos como, por exemplo, o plano de classificação documental compatível com a missão, visão, objetivos e metas organizacionais; a tabela de temporalidade compatível com a

legislação vigente e com o estatuto e regimento institucional. Ambos os exemplos devem se adequar a cada organização;

- Gerenciar condições (estrutural, normativa e tecnológica) que permitam provar a autenticidade, confiabilidade e consistência dos documentos;
- Gerenciar a interação dos sistemas de gestão documental, caso haja mais de um tipo ou caso haja um ambiente híbrido (papel, eletrônico e digital convivendo ao mesmo tempo), visando uma gestão mais eficiente;
- Gerenciar a massa documental em suas diferentes idades, visando manter os níveis de acessibilidade e de segurança que cada organização necessita.

Inicialmente o gestor documental deve levantar e identificar o estatuto, regimento, regulamentos e atos administrativos da organização, de forma a conhecer sua estrutura jurídica, legal e organizacional, cujas informações são essenciais para a formulação da política documental.

Conhecer a missão, a visão, os objetivos e as metas organizacionais, bem como a estrutura organizacional (organogramas[2], fluxogramas[3], quadros de distribuição de trabalho (QDT)[4]) na qual a organização opera, de forma que seja possível identificar as necessidades/demandas e exigências para produzir, tramitar, manter e/ou eliminar documentos. Além disso, conhecer os pontos fortes e fracos das práticas de gestão documental existentes nos setores/organização. A análise inicial representa a base para a definição do escopo da gestão documental.

Ressalta-se que as questões relacionadas à cultura e à comunicação informacional devem ser trabalhadas no âmbito organizacional, uma vez que o comportamento dos colaboradores em relação à produção, tramitação, disseminação, guarda e/ou eliminação são alicerçadas em princípios, valores e crenças nem sempre positivas. Nessa perspectiva, a análise inicial, também deve contemplar os aspectos culturais e comunicacionais, de modo a desenvolver valores positivos no que tange à produção, compartilhamento,

---

[2] Organograma – Representa a divisão de trabalho, autoridade, comando, níveis hierárquicos, relações funcionais (BALLESTERO-ALVAREZ, 2000).

[3] Fluxograma – Representa os processos e fluxos organizacionais em cada uma de suas etapas de forma detalhada (ARAÚJO, 2001).

[4] QDT – Representa as funções, responsabilidades, sobrecargas, gargalos e compatibilidade das atividades desenvolvidas pelos colaboradores de uma organização (BALLESTERO-ALVAREZ, 2000).

disseminação e uso de informações/documentos, modificando possíveis valores e crenças que não contribuam para a gestão documental.

Após a realização da análise inicial, o seguinte passo é identificar os tipos de documentos gerados, a finalidade/propósito de cada tipo, bem como identificar desse universo quais devem ser selecionados para compor as tipologias documentais.

> A gestão documental é importante quando devidamente aplicada, porquanto: 1) evitará a produção de documentos não essenciais, diminuindo assim o volume de documentos que posteriormente deverão ser controlados, armazenados ou eliminados; 2) ampliará a utilidade e o uso dos documentos necessários; e 3) assegurará um nível adequado de recursos reprográficos e informáticos aplicados a todo o ciclo de vida do documento (RHOADS, 1983, tradução nossa).

A etapa de identificação e mapeamento dos fluxos documentais envolve tempo e atenção por parte do profissional arquivista, uma vez que este deve ir a todos os setores da organização, bem como conversar com todos os produtores de documentos, de forma a averiguar a frequência com que geram documentos, a natureza e o valor dos documentos gerados, os suportes documentais utilizados, a quantidade de documentos gerada, a forma com que os documentos gerados circulam e tramitam no setor e na organização, quem são os usuários da documentação gerada, quais os usos relacionados aos documentos gerados, além de verificar o sistema e os subsistemas organizacionais relacionados aos documentos. É importante que esta etapa seja registrada por meio de fluxogramas informacionais/documentais, mapas, diagramas e esquemas.

Conjuntamente a identificação e mapeamento dos fluxos documentais, há que se identificar e mapear os processos documentais, de forma a compreender a relação do documento com um determinado processo organizacional, porquanto o documento é gerado a partir de um objetivo e, portanto, visa uma ação organizacional. Os documentos gerados podem ter relação direta ou indireta com o processo decisório ou com as estratégias organizacionais de curto, médio ou longo prazo. Nessa perspectiva, é necessário desenvolver organogramas informacionais/documentais demonstrando como a estrutura, ambientes e níveis

hierárquicos se relacionam com a produção, tramitação e guarda e/ou eliminação de documentos.

A análise documental propiciará, posteriormente, a constituição das séries documentais. Esta análise deve ter como base as funções, autoridades, responsabilidades, atividades e tarefas desenvolvidas pelas pessoas/setores da organização, verificando sobrecargas e gargalos informacionais/documentais. Para tanto, inicialmente é necessário identificar, documentar e classificar cada função, autoridade, responsabilidade, atividade e tarefa relacionando-as aos documentos produzidos, por meio de QDT, esquemas e formulários.

No que tange a definição das exigências a serem cumpridas pelos colaboradores da organização para a produção de documentos, evidencia-se a necessidade de determinar o tipo documental que melhor satisfaça cada função ou atividade desempenhada, bem como é preciso definir quem está autorizado a produzir cada tipo documental. As exigências devem tomar por base a legislação vigente, os atos administrativos e os riscos decorrentes da falta de registro de uma atividade em documento arquivístico. Além disso, é necessário assegurar que somente os documentos realmente necessários sejam produzidos, que a produção seja obrigatória uma vez verificada a relevância, bem como seja feita de forma completa e correta.

Após realizar a análise dos tipos documentais será possível elaborar os instrumentos arquivísticos e, uma vez bem elaborados, podem propiciar maior eficácia para a gestão documental. Entre eles pode-se destacar o plano de classificação que "[...] permite visualizar o contexto em que os documentos são produzidos, quais as atividades que lhes deram origem" (FRANCO; VALENTIM, 2008); tesauro/vocabulário controlado cuja finalidade é o controle terminológico da linguagem utilizada nos documentos gerados na organização, bem como a recuperação eficiente dos referidos documentos posteriormente; tabela de temporalidade e destinação que estabelece os prazos de tramitação, guarda e/ou eliminação dos documentos.

Outra etapa importante da gestão documental refere-se à avaliação dos sistemas existentes, que consiste em identificar e avaliar o sistema de gestão documental e outros sistemas de informação e comunicação existentes na organização. O objetivo desta etapa é identificar as lacunas entre as necessidades/exigências para a produção, tramitação e manutenção

de documentos e o desempenho (eficiência e eficácia) do sistema de gestão documental e dos outros sistemas de informação e comunicação organizacionais. A partir da avaliação contínua será possível fornecer a base para o desenvolvimento de novos sistemas e/ou ajustes nos sistemas vigentes de forma a atender às necessidades e exigências, identificadas e acordadas nos passos anteriores.

Evidencia-se que os sistemas e subsistemas organizacionais devem interagir com o sistema de gestão documental, caso haja mais de um tipo ou caso haja um ambiente híbrido, conforme mencionado anteriormente. Para tanto, é necessário elaborar um plano de informatização amplo que contemple o momento atual e as perspectivas informacionais/documentais futuras, além de garantir ao produtor e ao usuário de documentos: confidencialidade/sigilo, consistência, interação e velocidade de resposta. Nessa perspectiva, a escolha de *softwares* eficientes e integrados aos processos e fluxos organizacionais é fundamental, entre eles pode-se destacar:

- *Workflow*: informatiza processos e fluxos organizacionais envolvendo documentos, informações ou atividades/tarefas que são passadas de uma pessoa para a outra, através de regras e procedimentos normatizados e controlados.
- *Workgroup*: propicia que grupos de pessoas compartilhem documentos e informações, a fim de realizarem suas atividades aumentando a produtividade e a eficiência.
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED): gerencia o ciclo de vida dos documentos, desde sua geração até sua guarda ou eliminação.
- Sistema de Informação Gerencial (SIG): gerencia informações geradas nos diferentes níveis organizacionais, visando verificar o desempenho dos setores, porquanto os gerentes monitoram e controlam as atividades e tarefas desenvolvidas. O SIG gera relatórios programados periodicamente, com base nos dados extraídos dos processos e fluxos organizacionais.
- Sistema de Apoio à Decisão (SAD): gerencia informações geradas nos diferentes níveis organizacionais, visando subsidiar o processo decisório da organização. O SAD permite o acesso às atividades e rotinas decisoriais estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas.

- *Enterprise Resource Planning* (ERP): sistema integrado que gerencia os fluxos de informações gerados nos diferentes níveis organizacionais, sob uma única base de dados. O ERP trabalha com dados centralizados, permitindo o compartilhamento das informações em tempo real.

A gestão documental também deve monitorar todos os processos desenvolvidos em seu âmbito, de forma a retroalimentar e ajustar o que for necessário, uma vez que os processos e fluxos informacionais/documentais são dinâmicos. Esta etapa consiste em recolher, de forma sistemática, informações sobre o desempenho da gestão documental. O desempenho é medido verificando-se se os documentos estão sendo produzidos e organizados de acordo com as necessidades/demandas do setor/organização e se estão relacionados apropriadamente aos processos dos quais fazem parte. O objetivo desta etapa é avaliar o desempenho da gestão, detectar possíveis deficiências e fazer os ajustes necessários. Para tanto, é necessário realizar entrevistas com os colaboradores da organização, a própria equipe e outros parceiros. Pode-se aplicar questionário junto aos produtores e usuários de documentos, de modo a medir a satisfação das necessidades informacionais/documentais. Além disso, a análise documental (etapa já comentada anteriormente) deve ser realizada constantemente, atualizando as informações anteriores de modo a gestão documental atender corretamente as demandas organizacionais.

A gestão documental produz documentação arquivística como manuais de procedimentos, material de treinamento, e a partir da auditoria das informações/documentos, pode ajustar os procedimentos implantados.

4 Considerações finais

A gestão documental em ambientes empresariais propicia melhoria considerável aos processos, fluxos, atividades e tarefas organizacionais. Destaca-se também que a gestão documental proporciona maior eficiência e eficácia no que tange ao acesso, recuperação e disseminação de informações/documentos para todos os níveis hierárquicos da organização.

A guarda ou eliminação de documentos ocorre com mais segurança e atende aos princípios legais e institucionais necessários, garantindo a conservação de documentos probatórios importantes para a organização.

É por meio da GD que há a possibilidade de acompanhar os documentos produzidos, rastrear as inserções (comentários, pareceres, decisões) nos documentos que estão tramitando, garantindo a autenticidade, confiabilidade e consistência dos conteúdos documentais. A GD também pode gerenciar a emissão de notificações de encaminhamentos com emissão de alertas para prazos-limite, entre outros recursos.

A gestão documental permite a integração, importação e exportação de conteúdos de diversos tipos, formatos, produtos e ambientes: texto, imagem, folhas de dados, gráficos, áudio, vídeo, *e-mail*, fax e páginas *web*. A impressão de documentos ou a gravação em CD-ROM, DVD, ou outro suporte eletrônico/digital poderá ser feita, desde que o usuário tenha sido autorizado (níveis de acesso) para tal ação. Além disso, a GD propicia maior segurança no que tange às assinaturas eletrônicas, à certificação cronológica e controle de acessos aos documentos/informações.

As organizações necessitam da gestão documental de forma a garantir a eficiência de processos e fluxos formais baseados em informações/documentos.

Referências

ARAÚJO, L. C. G. de. *Organização, sistemas e métodos e as modernas ferramentas de gestão organizacional*. São Paulo: Atlas, 2001.

BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. *Manual de organização, sistemas e métodos*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. 320p.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. 120p. (Projeto Como Fazer, 8)

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. *Dicionário de terminología arquivística*. São Paulo: AAB, 1996. 142p.

CONARQ. *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos* (E-ARQ Brasil). Brasília, 2006. 133p.

FRANCO, R. de O. S.; VALENTIM, M. L. P. Organização, sistemas e métodos e sua interface com a gestão documental. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da Informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. 272p.; 189-227p.

ISO 15.489-1. *Records management* – part 1: general. Geneva, ISO, 2001. 19p.

ISO 15.489-2. *Records management* – part 2: guidelines. Geneva, ISO, 2001. 39p.

RHOADS, J. B. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información*: un estudio del RAMP. Paris: UNESCO, 1983. 54p.

ROSSEAU, J. I.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

VALENTIM, M. L. P. *Gestão documental da informação arquivística*. Marília: Unesp, 2008. 29p. (Slides elaborados para a Disciplina Arquivos Especializados e Empresariais)

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.1-13, ago. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em: 02 abr. 2012.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Informação, conhecimento e inteligência organizacional*. Marília: FUNDEPE Editora, 2006. 281p.

XEROX CORPORATION. *Documents*: an opportunity for cost control and business transformation. Stanford (EUA), 2003. 28p.

Capítulo 2

La Evaluación en Archivos: Alcance e Instrumentos de Medición

María Manuela Moro-Cabero

1 Introducción a la medición

El proceso evaluador es habitualmente percibido de modo negativo, generando en ocasiones, desconfianza, disconformidad, rechazo y, en el peor de los escenarios, promoviendo inalcanzables expectativas de mejora. No obstante, aun considerando este riesgo, debe de ser contemplado como una necesidad crítica para los archivos y la gestión documental; ha de ser estimado requisito imprescindible, precisamente, debido a la significativa ausencia de herramientas y proyectos sistematizados de evaluación en los archivos, tal y como señalan Yakel y Tibbo (2010, p.212) calificando este hecho de "[…] laguna en la cultura de la evaluación". El objetivo general de este estudio es aportar información sobre dicha laguna, orientando al lector interesado sobre el alcance, la naturaleza del contenido evaluado y las herramientas empleadas para la evaluación en archivos.

En torno al proceso de la medición surgen múltiples interrogantes; máxime, cuando son formulados en un contexto de gestión de documentos de archivo. A cuestiones del tipo: ¿qué, para qué, cómo, con qué medir en el archivo?, se le adicionan otras tantas preguntas asociadas a identificar responsabilidades (¿quién debe implicarse?), vinculadas a determinar tiempos de actuación (¿cuándo debe ejecutarse?), relacionadas con la variedad de prácticas existentes (¿qué iniciativas han sido desarrolladas?), y orientadas a identificar espacios de difusión o sellos de reconocimiento (¿Cómo se verifican y difunden los resultados?). El ensayo se centra en aportar una respuesta reflexiva a algunas de las incógnitas planteadas, dejando para una posterior publicación aquellas relacionadas con el componente metodológico y los procesos asociados de certificación.

En los centros de archivo, a menudo, la actividad más próxima al ejercicio de medir se circunscribe a "[…] prácticas de evaluación y de control de alcance heterogéneo". Entre ellas reconocemos la disposición, perceptible en la investigación de estados y valores documentales; de igual modo, identificamos la valoración económica, ante decisiones sobre adquisición de fondos (valor de compra o acuerdos) o de difusión, en aquellos casos de exposiciones (valor del documento ante gestión de seguros y garantías), etc. Esto es, la valoración de documentos delimitada a actividades concretas de tratamiento técnico,

El control del cumplimiento, la evaluación de resultados y de rendimiento, desde una perspectiva de administración de servicios o/y, centros, así mismo, ha estado presente en la práctica archivística. Cualquier plan de remodelación de sistemas y de centros de archivo o de programas de gestión documental incorpora datos o referentes sobre la capacidad de la organización, sobre el sistema o del programa de gestión para asumir las metas planteadas que, por regla general, se vinculan a un objetivo estratégico de la organización. En esta línea, la habitual memoria anual de un archivo debe de ser contemplada como una eficaz herramienta de rendición de cuentas, donde se constata cierta medición de resultados: suele informarse sobre el trabajo realizado mediante datos o/y porcentajes, incluyendo detalles de planeación de nuevos objetivos (planificación estratégica) o/y de su programación (planificación operativa).

Otra experiencia de la consuetudinaria práctica de la medición en archivos es verificable en los instrumentos de control y aportes estadísticos sobre usuarios, consultas, demandas, procesamiento técnico de documentos, gestión de espacios, de depósitos, de formatos, de soportes, etc.; mostrándose, todos ellos, elementos informativos sobre el rendimiento en un archivo; aportando datos e información sobre su proceder con carácter anual, o en el mejor de los casos, ampliando mediante sucesivas capas de contabilidad anual, datos numéricos, ratios e información cualitativa: número de consultas atendidas, número de peticiones recibidas, metros lineales de documentos transferidos, número de documentos digitalizados, número de quejas atendidas, número de visitantes, cualidades de la formación y de la referencia, etc.

En buena parte de estos ejemplos se manejan datos numéricos e informaciones para detallar y justificar de modo cuantitativo y, sobre todo, cualitativo, el ejercicio interno. Sin embargo, el uso de estos datos no asegura suficiente objetividad en el proceso, siendo reunidos, en su mayoría, bajo la responsabilidad del sujeto evaluado y, en ocasiones, sobre fuentes no verificables; lo cual, resta independencia en la actuación y no demuestra la validez de las evidencias empleadas o/y el rigor en la interpretación de los datos presentados. En este trabajo se reflexiona sobre el objeto medido y se reflexiona sobre los resultados de la medición, sobre su impacto en la organización.

Sin restarle el valor que merecen las antedichas actuaciones y herramientas de procesamiento, cabe señalar que la medición en los archivos alcanza su máxima relevancia en el presente, donde la evaluación es considerada una función esencial para el logro del buen gobierno en las organizaciones. De igual modo, se aprecia su contribución para el conocimiento y la mejora de la eficacia y eficiencia de un archivo. Simón-Martín, Flores-Varela y Arias-Coello (2010) en el estudio sobre el impacto de implantación de la normativa ISO 9001 (2008) en el Archivo General de la Universidad Complutense, apuntan como objetivo y resultado de la certificación la mejora continuada de procesos, así como el aumento de la satisfacción de los usuarios con el servicio ofrecido por el centro de archivo. Ilene-Rockman (2002, p.181) amplia su alcance, al considerar el proceso de evaluación como un mecanismo de mejora continuada en la

organización (y no sólo en el archivo); en suma, la medición es percibida de vital importancia para asegurar la sostenibilidad del archivo, entendiendo por un archivo sostenible aquel que satisface las necesidades de la generación actual (organización) sin privar a las generaciones futuras de la posibilidad de satisfacer sus propias necesidades (Memoria patrimonial de los pueblos), tomando como referencia la definición de desarrollo sostenible aportada por la *Commision on Environment and Development*[1] (WCED).

Por otro lado, el análisis de la literatura existente refleja esta significativa ausencia de modelos de evaluación señalada por Yakel y Tibbo, ya que se aprecia en el volumen y en la dispersión subtemática afrontada para el tratamiento del tema estudiado. El estudio sobre la evaluación del impacto de la gestión de documentos de Bailey y Hislop (2009) se muestra como fuente esencial de la literatura editada sobre la importancia de la medición de los beneficios y los costes, aportando referencias detalladas. Yakel y Tibbo (2010) presentan el instrumento de métrica archivística normalizada para la valoración de la percepción de los usuarios. McLeod, Childs y Heaford (2007) han evaluado 4 herramientas informáticas para la medición de la capacidad y cumplimento de gestión documental: El instrumento de medición *Information Governance Toolkit* (IGT) desarrollado por el Servicio Nacional de Salud[2]; la herramienta *Information Management Capacity Check (IMCC) Tool and Methodology* desarrollada por la *Library and Archives* de Canadá para evaluar las entidades canadienses federales; el sistema de evaluación de la capacidad de gestión documental (RMCAS) generado por la Fundación para la Gestión de Documentos Administrativos (IRMT) para gestionar la capacidad de gestión de la información y los documentos en el sector público. Así mismo, estas autoras estudiaron una herramienta de identificación y análisis de riesgos, desarrollada por ARMA, para evaluar el cumplimiento de un modelo de gestión documental y de la información. En este estudio, de carácter cualitativo, basado en la técnica *Delphi* se especifican publicaciones asociadas a estas herramientas y resultados obtenidos en dos formatos: uno sucinto y otro más detallado de cada una de las herramientas de medición

[1] La WCED define el concepto de desarrollo sostenible afirmado que: el desarrollo debe satisfacer las necesidades de la generación actual sin privar a las generaciones futuras de la posibilidad de satisfacer sus propias necesidades.

[2] Disponible en: <https://www.igt.connectingforhealth.nhs.uk/Home.aspx?tk=2550471799&cb=ebe9faa1-ab09-4bb9-adf8-cdd80df207d9&lnv=7&clnav=YES>. Acceso en: 5 mayo 2012.

estudiadas. A su vez, el proyecto ha permitido generar un set de criterios de evaluación y de selección, una guía para los 4 instrumentos evaluados y un conjunto de recomendaciones sobre buenas prácticas para que sean consideradas por los responsables de mantener estas herramientas. Griffin (2005), a su vez, analiza el potencial del RMCAS.

En este ensayo nos proponemos resolver algunas de las incógnitas suscitadas en el contexto de la evaluación de archivos. Pretendemos introducir al lector en el contexto de la medición, reflexionando sobre el concepto y el objeto u objetos concretos de medición, describiendo algunos antecedentes y presentando ciertas iniciativas actuales e instrumentos de evaluación y de certificación. La finalidad es la de introducir al lector en el contexto evaluador y la de aportar, de modo sistematizado y compendiado, la máxima información sobre las herramientas existentes de medición en los archivos y la gestión documental. Para tal fin, estructuramos el ensayo en 5 apartados que responden a los objetivos enunciados. Un primer enunciado introductorio, justificativo en el que contextualizamos el tema abordado, el alcance de la evaluación así como la revisión bibliográfica; uno segundo, destinado a conceptualizar la medición; un tercer epígrafe en el que planteamos posibles respuestas al interrogante ¿qué medir?; un cuarto acápite, en el que se presentan antecedentes e iniciativas vigentes y, finalmente, un quinto apartado, destinado a la sistematización de ideas.

2 El concepto de medir: evaluar y certificar

Se entiende que la medición es un vasto examen, metódico, planificado y gestionado de 'algo'. Considerando esta idea, la medición debe ser trabajada de modo sistematizado y debe ser administrada. En ningún caso ha de ser rechazada, tal y como Bailey y Hislop (2009, p.2) subrayan, bajo un "[…] panteón de argumentos establecidos", justificando dicha negativa en la confidencialidad, inmunidad, dificultad de conversión métrica o relevancia del rol profesional.

El análisis de las propuestas de medición en este campo, demuestran que la evaluación se ejecuta en un sistema de archivos para identificar requisitos de información ante la planificación del mismo; para verificar el cumplimiento o conformidad con los requisitos de información

y de gestión documental, tales como requisitos legislativos, administrativos o de continuidad de negocio, culturales, tecnológicos, etc.; para controlar la implementación y acción del sistema en la organización; para conocer el alcance de cumplimiento de los objetivos o para valorar los resultados de procesos vinculados al logro de la misión, visión, metas y objetivos, así como para acometer su mejora, en un centro de archivo o sistema; De igual modo, este examen profundo se efectúa, en ocasiones, para investigar la percepción de los usuarios y de terceras partes interesadas sobre herramientas de trabajo y servicios prestados, así como sobre el centro o centros de archivo.

La norma ISO 19011 (2012) define en su terminología la auditoría como un "[…] proceso sistemático, independiente y documentado para obtener evidencias de la auditoría y evaluarlas de manera objetiva con el fin de determinar la extensión en que se cumplen los criterios de auditoría", entendiendo por criterios, en el contexto de gestión documental, el "[…] conjunto de políticas, procedimientos o requisitos de gestión" documental. Esta definición se adecua especialmente a modelos de gestión de sistemas –calidad en un centro, gestión de los documentos, seguridad de la información y de los documentos, sistema de riesgos sobre los documentos, etc. La medición de sistemas de gestión documental para los documentos ha sido regulada en la normativa ISO 30300 (2011) de gestión documental. De igual modo, el cumplimiento de la normativa ISO 9001 se verifica en numerosos servicios de archivos.

El concepto connota una composición problemática de armonizar. En esta línea, Banwell citado por McLeod, Childs y Heaford (2007, p.7) resalta la complejidad de la evaluación dado que incluye conceptos como: "[…] medición del rendimiento, *benchmarking*, calidad, validez, efectividad, valor económico, mejora del valor y auditoría[3]". No obstante, dada su relevancia todo obstáculo debe ser superado ante sus potenciales beneficios. Idéntica reflexión defienden Bailey y Hislop (2009), al analizar la literatura publicada en la que se considera de gran interés la medición de beneficios de gestión documental, especialmente para argumentar la eficiencia de la gestión de documentos en una organización y en la sociedad. Del ensayo realizado se enumeran los siguientes resultados:

[3] Adaptación y traducción de la autora.

1. Existencia de metodologías específicas de evaluación del impacto y de la efectividad de los programas de gestión documental, aunque no son comúnmente aceptadas para medir la eficiencia de cada programa;
2. Literatura existente muy reducida en gestión de documentos vinculada a la medición de beneficios y eficiencia;
3. Los beneficios empleados para señalar la mejora o valor de la gestión son tradicionalmente de naturaleza intangible (no cuantificables);
4. La mayoría de las fuentes disponibles sobre la eficiencia son de naturaleza nebulosa y no suelen estar accesibles;
5. En la literatura existente, se documentan más los beneficios de gestión documental que los costes;
6. Se constatan varias metodologías de carácter general para calcular costes de proyectos y ciertas ausencias en el análisis detallado de costes para la gestión de documentos;
7. El valor de los beneficios medidos suele percibirse vinculado a las metas estratégicas de la organización.
8. En Gran Bretaña, se percibe que los profesionales se interesan por los datos empíricos[4].

Creemos que esta motivación es extensiva a buena parte de la comunidad archivística, a las organizaciones para las que se trabaja y a la sociedad, exigente de un buen gobierno a ambas.

La certificación, a su vez, es definida como el "Acto por el cual una tercera parte testifica la conformidad de un producto, proceso o servicio con una o varias normas o especificaciones" (ISO 17021, 2011). Se trata de una acción desencadenada en la que se implica una tercera parte y que es de carácter voluntario, cuyo alcance puede ser sobre el conjunto de la actividad de la organización –sistema o centro de archivos- o sobre un servicio o/y producto.

La certificación precisa de un plan de actuación y, por ende, debe considerarse como un proceso sistemático, independiente y documentado, donde la entidad certificadora está avalada por un organismo acreditador

[4] Adaptación y traducción de la autora.

de su capacidad. Carlota-Bustelo (2009) ante una reflexión sobre la certificación de sistemas de gestión de la información y documentación, apunta que condicionados por la necesidad de demostrar el cumplimiento, se debe asegurar el grado en que se ha producido dicha conformidad. Señala, a su vez, que es frecuente una medición del proceso de aseguramiento por entidades terceras independientes, quienes lo han convertido en un gran negocio en sistemas ampliamente difundidos como ISO 9000, ISO 14000, etc. La certificación es una práctica muy extendida en los archivos a la que presuponemos un amplio futuro.

3 El objeto de evaluación. ¿Qué evaluar?

Al reflexionar sobre posibles elementos sujetos a medición en una organización, se destacan de la enumeración resultante, en principio, beneficios y costes, aunque es posible enumerar otros elementos relevantes, tales como: satisfacción de los usuarios, calidad en los servicios ofrecidos, logro de objetivos vinculados a las metas de producción, rendimiento de procesos, calidad de vida del trabajador, empleo eficiente de los recursos, eficacia y eficiencia de los productos elaborados, incluso, es frecuente medir el liderazgo o gradientes de información y comunicación en la organización. Otros estudios miden el impacto en la organización y en la sociedad. Estos elementos pueden ser agrupados en la lógica de la evaluación en dos amplias categorías de criterios sujetos a medición: criterios que permiten una *visión general* del centro o/y del sistema de gestión para los documentos, y criterios que aportan una *visión operativa* de la producción, de los servicios, de los proveedores, del personal, etc.

En el apartado introductorio a esta colaboración han sido enunciados, ante la definición de auditoría, *criterios específicos* como: cumplimiento y conformidad de las políticas, de los procedimientos y de los requisitos de gestión de la información y de los documentos. Dichos criterios de auditoría serán utilizados en la medición como referencia de comparación a efectuar sobre *áreas estratégicas* (cumplimiento de la misión, de la visión de las políticas, de las metas) *y operativas* (surgidas de la arquitectura de procesos articulada para la gestión del sistema, centro, y servicios vinculados).

La medición, igualmente puede fundamentarse en el conocimiento de la capacidad potencial de producción de un centro, o de un sistema – *criterios de entrantes y de la conversión* –, así como sobre los productos y servicios ofrecidos a los usuarios de dicho centro o sistema – *criterios de resultados*.

En el contexto archivístico se reconocen mediciones habituales sobre sistemas específicos de gestión – sistemas de gestión de calidad, de seguridad de la información, de gestión de riesgos –, centrándose en criterios de cumplimiento de requisitos establecidos mediante *normas* (cumplimiento de ISO 9000 – requisitos de calidad, ISO 27000 –, requisitos sobre seguridad de la información, o ISO 31000 –requisitos sobre gestión de riesgos).

En los entornos digitales, la capacidad, la eficacia, la eficiencia de las aplicaciones y actividades de gestión, así como los posibles riesgos en su tratamiento, conservación y servicio demandan y exigen una evaluación específica. Un ejemplo esencial de ellos, son los *riesgos*, existiendo en la bibliografía cada vez más estudios al respecto[5]. En este contexto de trabajo electrónico, es posible consultar diferentes propuestas o recomendaciones para la evaluación de emergentes situaciones. Una muestra de ello es la guía de autoevaluación de *archivos digitales* de los Archivos Nacionales de Australia[6]. Un segundo ejemplo lo representa la *gestión en la nube*. Los Archivos Nacionales de Australia, incluyen un recurso de evaluación orientado a asegurar la conservación de los documentos en la nube. Se trata de un *Checklist* en el que se incluyen, entre otros, criterios legislativos, de autenticidad, integridad, seguridad, criterios vinculados a asegurar su carácter de documentación completa e inalterable, su capacidad de accesibilidad, su posible naturaleza restrictiva y, finalmente, su disponibilidad en el tiempo[7].

---

[5] Nos referimos a una iniciativa de gran interés, observable en las especificaciones del Digital Curation Center, Digital Preservation Europe, etc. conocidas como iniciativa Digital Repository Audit Method Base don Risk Assessment (DRAMBORA). In: Digital Curation Centre and Digital Preservation Europe. DRAMBORA Interactive: Digital repository audit method base don risk assessment. 2008. Disponible en: <http://www.repositoryaudit.eu/>. Acceso en: 15 mayo 2012.

[6] Archivos Nacionales de Australia. The digital recordkeeping checklist. 2012. Disponible en: <http://www.naa.gov.au/Images/Digital-recordkeeping-guidelines_tcm2-920.pdf>. Acceso en: 15 mayo 2012.

[7] Archivos Nacionales de Australia. A checklist for records management and the cloud. 2012. Disponible en: <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/au/>. Acceso en: 15 mayo 2012.

Dado que un centro de archivo actúa como una organización, el objeto de medición puede ser identificado en torno a la *macro y micro medición* reconocida para cualquier organización. Criterios de visión general u operativa, que atañen a áreas estratégicas y operativas, así como criterios específicos de cumplimiento de requisitos identificados en un sistema de gestión para los documentos: políticas, procedimientos y otros requisitos; criterios de capacidad operativa y de resultados, o criterios de cumplimiento estipulados mediante normas y códigos de buenas prácticas, son los elementos esenciales de evaluación de un archivo o/y de un sistema de gestión para los documentos. La identificación y detalle de los elementos componentes de estos criterios permitirán reconocer los elementos de medición y los aspectos de comparación[8].

4 Modelos. ¿Con qué evaluar?

Aunque en la actualidad la medición en los acervos es de capital importancia, debido al valor que la evaluación ha alcanzado en las organizaciones, y muy especialmente, en los entornos de calidad y excelencia, el interés en los archivos se remonta a los años 70 del siglo pasado. En este apartado se enuncian algunos modelos de evaluación antecedentes y se detallan ciertas particularidades de las iniciativas vigentes, con la finalidad de dar a conocer algunas experiencias.

4.1 Antecedentes

La *Society of American Archivist* edita una Guía de Auto-evaluación, cuya primera versión data del 77, siendo revisada en 1980. Sobre la misma, es elaborado un manual sobre evaluación de centros de archivos en 1982 que será revisado, nuevamente, en el 94 por un grupo de evaluación[9], de cuyo estudio se deriva un instrumento en el que se reúnen directrices para la evaluación de archivos. En dicho documento se

[8] En un posterior estudio serán estudiados el conjunto de criterios característicos de cada iniciativa de medición vigente, con la finalidad de mostrar un análisis comparado.

[9] Task Force on Institucional Evaluation. Guidelines for the evaluation to archival institutions. Disponible en: <http: //www.archivists.org/governance/guidelines/evalgui.asp>. Acceso en: 15 mayo 2012.

incluyen pautas para la recogida de datos; formularios de auto-evaluación e indicaciones de evaluación efectuadas por expertos externos.

Estos lineamientos para la evaluación de archivos facilitan la auditoría de primera parte, la auditoría de segunda y tercera parte e incluyen principios de objetividad e independencia en el proceso de medición.

La Guía se estructura en 4 áreas[10] en las que se especifican criterios de medición. La observación de las partes permite soslayar la medición de la capacidad y estrategia de la organización para asumir la tarea de tratamiento documental, así como la medición de la actuación operativa: tratamiento de gestión documental propiamente dicho. Los criterios identificados en este modelo se agrupan para obtener resultados sobre la conformidad y cumplimiento de la misión, de las estrategias y del marco legislativo y reglamentario, del rendimiento y eficacia de los procesos de gestión, de control del programa de gestión documental y de viabilidad de los recursos (eficacia). Los criterios más significativos pueden agruparse en 4 áreas reconocibles en un marco evaluador: gestión, procesos, servicios y productos.

Basándose en la experiencia aportada por este instrumento, el Estado de Nueva York[11] edita una guía para la evaluación de las necesidades de archivo en 1987. Esta herramienta es revisada y estructurada en 17 elementos de evaluación, para los que aporta formularios con cuestiones o aseveraciones de medición, así como un plan de acción incluyendo metas y objetivos, acompañado de ejemplos.

Tomando como referencia la citada Guía de evaluación, en 1996, la Asociación de Archivos de Manitoba y la *Archives Association of British Columbia*[12] (AABC) revisa el modelo.

Otras experiencias, incluyendo formularios diversos elaborados para facilitar la evaluación de la capacidad, basadas en la medición del contexto interno (capacidad organizacional: infraestructura, plantillas, calidad, organización, almacenamiento, riesgos) y externo (cultura corporativa,

[10] Se corresponden con las siguientes partes: Parte I. Misión objetivos y recursos. Parte II. Políticas y contratos de adquisición de fondos. Parte III. Condiciones y métodos de conservación de documentos. Parte IV. Clasificación, descripción y servicios a los usuarios y a la comunidad.

[11] New York State Archives. Archival needs assessment. Guidelines and template. Publication 59. 2001.

[12] Guía. Disponible en: <http://aabc.ca/TK_05_preservation.html#NEEDS%20ASSESSMENTS%20AND%20POLICIES>. Acceso en: 15 mayo 2012.

capacidad nacional, cumplimiento legal), así como de los productos (calidad de los documentos) son aportadas por el Portal de la Unesco.

La Fundación para la Gestión de la Información y de los Documentos (IRMT) impulsa el desarrollo de centros de archivos en países en vías de desarrollo, dando continuidad a los programas RAMP. Incluye una herramienta de evaluación aplicada en el sector financiero y elaborada por Barata, Cain y Rouledge, en el 2001[13]. En dicha herramienta se analiza la capacidad de la organización, las infraestructuras y recursos humanos, así como los procesos y la existencia de programas auxiliares de gestión: esencial y previsión de desastres. Esta herramienta se muestra proyecto antecedente de la aplicación conocida como RMCAS.

Vinculados al entorno ISO es posible citar los antecedentes más destacados que fueron editados en algunos casos y estudiados, quedando como meros proyectos, en otros. Un listado de chequeo (auditoría de primera parte) sobre la gestión de documentos, con una escala simple de confirmación o negación, se incluía en la tercera parte de la norma AS 4390 (1996)[14], en la que se perfilaban las estrategias de gestión de documentos. Este listado es ampliado ante el esfuerzo que el SC11 realiza para valorar la revisión de la normativa ISO 15489, incluyéndose 19 criterios y 80 elementos de medición. En un intento de generar una herramienta de evaluación concreta sobre el código de buenas prácticas ISO 15489 surge, en el 2004, un borrador de una guía de evaluación –Borrador de trabajo ISO WD 19853. Se trataba de un trabajo extenso con niveles de alcance, global y específico y amplio detalle descriptivo[15], que no llegó a término. En el 2007, se contempla una nueva propuesta de autoevaluación para el control de los requisitos del código ISO 15489[16] que, finalmente, permaneció abortado, ante el desarrollo del nuevo marco estandarizado de sistemas de gestión para los documentos ISO 30300 (2011). Estos antecedentes en el contexto ISO muestran el esfuerzo realizado por la

---

[13] BARATA, K.; CAIN, P.; ROULEDGE, D.: Principles and practices in managing fianncial records: A reference model and assessment tool. Londres: IRMT; 2001.

[14] AS 4390-3:1996. Part 3: Strategies. Australia: Standars Australia, 1996.

[15] Incluye múltiple información: categorías, criterios, fuentes de consulta, interrogantes básicos, etc. ISO/CD 19853. Self Assessment Guide. Ginebra: ISO, 2004.

[16] Guía de autoevaluación: ISO TC46-Subcomitté 11. Records Management ISO/WD. Self-assessment Guide. Ginebra: ISO, 2007.

medición de los requisitos estipulados en sus códigos, siempre desde una perspectiva de posibilitar una herramienta auditora de primera parte.

El E-gobierno y la gestión de documentos se expande aplicando, tal y como señalaron Mnjama y Wamukoya (2007) en su estudio sobre la experiencia africana, modelos de gestión basados o pensados para formatos convencionales. En este sentido, la evaluación de estos modelos debería ser planteada considerando los requisitos de los nuevos contextos electrónicos y digitales. Estos autores miden, empleando 5 niveles de dominio y compromiso del Senior Management sobre los programas de gestión de documentos en contexto electrónico, la situación, aportando datos interesantes sobre el nivel de conocimiento y compromiso vinculados a la coexistencia de múltiples factores, tales como la integración de la gestión, la existencia y cumplimiento de leyes, políticas y procedimientos, las infraestructuras y la formación, la gestión de programas de gestión de documentos, la preservación y disponibilidad a largo plazo, entre otros. Su interés radica en demostrar la fragilidad con la que dichos contextos de trabajo electrónico y e-documentos son afrontados. Así pues, a la relación de antecedentes le suceden propuestas en las que se han estimado ambos contextos o el contexto electrónico, tal y como el lector observará en el epígrafe siguiente.

4.2 Iniciativas vigentes

A continuación se describen algunas de las iniciativas más sobresalientes vigentes destinadas a la medición de archivos, útiles para la medición de archivos, sistemas o programas de documentos convencionales o/y electrónicos.

<u>Iniciativa de la IRMT (países en desarrollo)</u>

La IRMT elabora una aplicación de medición de la capacidad de gestión de documentos[17] – *Records Management Capacity Assessment*

[17] IRMT Records Management Capacity Assessment System (RMCAS). Disponible en: <http://wwwnationalarchives.gov.uk/rmcas>. Acceso en: 15 mayo 2012.
Su guía de aplicación se encuentra accesible, en su versión 1.4. IRMT Records Managemnt Capacity Assessment System. User guide. En ella se especifican, además de los objetivos de la herramienta, los conceptos y terminología básica, la información técnica, la preparación de la pre-evaluación. Las instrucciones de ejecución e instrucciones finales de datos claves. Disponible en: <http://www.nationalarchives.gov.uk/rmcas/documentation/rmcas_user_guide.pdf>. Acceso en: 15 mayo 2012.

System (RMCAS) – accesible gratuitamente, especialmente, para el sector público de países en vías de desarrollo y centrada en asegurar un buen gobierno corporativo. Se trata de una herramienta versátil en la que se analiza legislación, políticas, procedimientos, integración tecnológica de la gestión, recursos empleados y formación, administración de programas de gestión, integración de la funcionalidad de gestión documental en la gestión de la organización, debilidades manifiestas, entre otros focos de análisis. Esta herramienta es aplicable a cualquier institución y válida para documentos convencionales y electrónicos. Incluye tres partes componentes: datos estructurados obtenidos mediante cuestionarios a terceras partes e interesados, modelo de diagnóstico expresado en un mapa de análisis de datos sobre niveles de capacidad y buenas prácticas y, una tercera en la que se evalúa la capacidad de los materiales formativos y en la que se identifican recursos destinados a la acción pedagógica.

En el estudio de Mcleod *et al.* (2007, p.14) se califica a esta herramienta como "[…] poderosa, detallada, sofisticada y comprehensiva" aunque estas autoras señalan ciertas dificultades en la comprensión de su terminología, de sus ventanas y en la explotación de su alcance. No obstante, este instrumento dispone de ayudas en línea y de una guía de usuarios accesible en el *site web* de los productores. Dicho software de medición ha sido ampliamente testado y estudiado, tal y como señala Griffin (2004). La viabilidad de este instrumento en un contexto no archivístico, sino museístico es analizada y confirmada por Sarah Demb para la red de Museos de Londres (*London Museums)*[18].

Iniciativa del ANC (Canadá)

Los archivos nacionales de Canadá, elaboran un informe en 1985 con el objeto de evaluar los servicios de referencia y servicios al público para medir el grado de cumplimiento de los objetivos y plantear su mejora. A tal fin, emplean recursos variados: cuestionarios, entrevistas telefónicas, personales, observación de usuarios, ejercicios de simulación. Este informe señala los resultados finales pero omite una descripción de los métodos empleados. Este hecho, imposibilita verificar la validez del proceso, con independencia de los resultados y de su mejora. En el 2003,

[18] Véase: DEMB, S. A case study of the use of the Records Management Capacity Assessment System (RMCAS) Software tool across the London Museums Hub. Records Management Journal, v.18, n.2, p.130-139, 2008.

considerando la experiencia antecedente, se elabora una herramienta para evaluar la capacidad de la gestión de la información. Este instrumento incluye treinta y dos criterios agrupados en seis áreas que serán valorados mediante una escala de cinco niveles[19]. La enumeración de las áreas sujetas a evaluación facilita la comprensión de su alcance. Estas son: contexto de la organización, capacidad de la organización, Administración de la GI, conformidad y calidad, ciclo de vida de los documentos, y perspectiva del usuario. Resaltamos la inclusión de la calidad y la perspectiva del usuario, dado que estas áreas no habían sido contempladas en otras herramientas de medición de modo concreto, y el detalle con el que se afronta la medición de la capacidad y el ciclo de vida de los documentos.

El instrumento se concibe como herramienta de trabajo para la medición e incluye la metodología de aplicación. Esta última, incide en la gestión de recursos humanos y, especialmente, en el tiempo en el que se debe programar la ejecución de la auditoría. Los resultados de la medición escalados en cinco niveles, deben ser interpretados y consensuados mediante discusión, pues se enuncian los niveles de modo cualitativo. Incluye documentos básicos metodológicos para la aplicación y cinco fases desde su planificación hasta el desarrollo de un plan estratégico.

Iniciativa del ANA (Australia)

Los Archivos Nacionales de Australia, ante la necesidad de medir los resultados obtenidos tras la adopción del modelo ISO 15489, elaboran una aplicación cuya primera versión data del 2008, estando vigente la versión segunda –versión 2.0, desde el 2010. Se trata de una aplicación pensada para medir la gestión de los documentos y de la información[20]. Esta aplicación métrica se estructura en dos partes: medición de la estrategia y medición de la operatividad. Para cada una de ellas se plantean requisitos en cuatro subcategorías: mínimos, adicionales, específicos a los documentos y delimitados al sistema de información en la entidad (Figura 1). En la Figura 1 se enumeran las cuestiones planteadas para cada subcategoría tanto en la estrategia como en la parte operativa.

[19] Nivel 1-de inicio; Nivel 2-definido; Nivel 3-reproducido; Nivel 4-Administrado – plan de trabajo estratégico y operativo, y nivel 5-optimizado.

[20] Archivos Nacionales de Australia. Check-up en línea: Herramienta de evaluación de la gestión de los documentos y de la información - versión 2.0. 2010. Disponible en: <http://www.naa.gov.au/records-managemnt/check-up/index.aspx>. Acceso en: 15 mayo 2012.

Figura 1: Estructura de requisitos y de subcategorías de check-up.

Fuente: Archivos Nacionales de Australia – 2010.

La parte de medición de la estrategia incluye 28 interrogantes, de un total de 70, en los que se valoran requisitos de carácter mínimo, adicional y específicos a los documentos[21]. La segunda parte se compone de 42 interrogantes sobre todo tipo de requisitos[22], estando 10 de dichas cuestiones destinadas a valorar el sistema de información en la organización. El conjunto de preguntas se agrupa atendiendo a un marco global de gestión, a la estrategia, a la arquitectura de la información y a la responsabilidad en gestión. Por lo tanto, se obtendrán visiones sobre estas 4 áreas con sub-elementos de detalle variado. A modo de ejemplo de su alcance, si se estima el "Marco de trabajo donde la organización debería manifestar su visión sobre la Gestión de documentos e información", se incluyen elementos descriptivos sobre la existencia y cumplimiento de: los principios sobre

[21] Esta parte se subdivide en diversas secciones con la finalidad de medir elementos tales como: marco de gestión de los documentos y de la información, cumplimiento, políticas y procedimientos, continuidad de negocio, formación, riesgos y control de contrataciones de servicios externos.

[22] En la parte operativa se miden los procesos siguientes: creación y captura de documentos, descripción, conservación y transferencia, migración de datos, preservación, disposición, acceso, seguridad, almacenamiento.

información, los objetivos y políticas, las estrategias de implementación por la dirección, la identificación de necesidades informativas vigentes y futuras, así como la disposición para la identificación de áreas de riesgo y su gestión atendiendo a prioridades.

El instrumento *Check-up* es de sencilla aplicación, dado que dispone de un gradiente de color para señalar el nivel de requisitos y diferenciar elementos componentes de cada cuestión. Esta última incluye: numeración, planteamiento de la cuestión, definición de la misma, responsabilidad y fuente en la que se regula su necesidad. A nuestro entender se muestra como una herramienta de verificación del cumplimiento y de la capacidad en la gestión de documentos convencionales y electrónicos. Ha sido creada para ser empleada en auditorías de primera y de segunda parte y, por ende, para facilitar una visión sobre la gestión de los documentos y de la información desde dentro de la organización (percepción subjetiva), o constatada por terceras personas ajenas a la institución (subjetividad menor puesto que se verifica por parte externa).

Iniciativa del contexto ISO 30300 (2011)

El marco MSS defiende una gestión integrada de los sistemas de gestión para los documentos en la organización. El hecho de ser adoptado por ISO el modelo de gestión para los documentos, con la cualidad de sistema estandarizado de gestión, obliga al desarrollo de una estructura normativa de normas específicas, no sólo para su fundamentación, establecimiento de requisitos e implementación, sino que, también, exige el establecimiento de normas para la evaluación de los requisitos adoptados en su norma ISO 30301 (2011). En dicho marco, la medición y la certificación se contemplan y, además, han de ser consideradas herramientas estratégicas, pues amplios son los beneficios que se demuestran tanto con la medición como con la certificación[23]. En la presentación de la estructura de la serie de normas ISO 30300 (2011) se incluye una guía de medición (proyecto ISO 30304) y una norma de certificación (proyecto de norma ISO 30303).

La norma es aplicable a todo tipo de organización interesada, nos señala la norma ISO 30301 (2011) en:

[23] En los sitios Web de organismos de normalización internacionales (ISO) y nacionales se incluyen listados de beneficios sobre la certificación.

1. Establecer, implementar, mantener y mejorar un sistema de gestión para los documentos (MSR) de soporte en una organización
2. Asegurar la conformidad con las políticas documentales adoptadas**.**
3. demostrar la conformidad con dicha norma de requisitos[24].

Esta medición puede hacerla, tomando en consideración los tres métodos de auditoría: de primera parte – mediante un auto declaración, de segunda –acometiendo la autoevaluación constatada mediante entidad externa, o de tercera parte, ejecutada por parte externa. Para el primer caso, la norma incluye un anexo muy significativo (Anexo C) donde se determinan los requisitos de los procesos que deben ser verificados, agrupados en base a las dos fases: la de creación de los documentos y la de su control.

La auditoría de tercera parte exige una planificación y programa para su realización. A tal fin, el SC11 está trabajando en la elaboración de la norma certificadora y su complemento para la evaluación. Como fuente de trabajo se consultan la normativa ISO 19011 (2012) (sobre evaluación de sistemas de gestión), la norma ISO 17021 (2011) (sobre certificación de sistemas de gestión), la normativa ISO 27006 (2011) (sobre certificación y evaluación de sistemas de seguridad de la información), ISO 27007 (2011) (Guía de evaluación de sistemas de seguridad de la información). Se pretende realizar una norma que regule el proceso evaluador, los contenidos básicos para la evaluación y el proceso certificador. Los contenidos básicos para la evaluación serán desarrollados con mayor detalle en la guía de evaluación (proyecto ISO 30304).

<u>Iniciativa Drambora (Unión Europea)</u>

Se trata de una herramienta de auto-diagnóstico, surgida bajo proyecto experimental en el 2006, para una aproximación sistémica de evaluación de riesgos inherentes a un repositorio digital. El proyecto se encuentra avalado por la Unión Europea y ha sido desarrollado por un equipo de investigadores de carácter internacional de la Universidad de Glasgow (Perla Innocenti), de los Archivos Nacionales de Netherlands (Hans Hofman) y de la Universidad de Toronto (Seamus Ross, Dean).

[24] Traducción aproximada de la autora.

La iniciativa presenta la preservación digital como el resultado de la gestión del riesgo en un repositorio digital, enfocado a conseguir que el objeto digital (conjunto de objetos digitales que conforman el repositorio) mantenga su autenticidad y comprensibilidad.

Esta herramienta ha sido creada para la medición del riesgo de repositorios digitales, tal y como se señala en su portal Web. En suma, ha sido elaborada para facilitar la auditoría mediante:

- La definición de la misión y alcance de las funciones del repositorio;
- La identificación de las actividades y controles del repositorio;
- La identificación de los riesgos y vulnerabilidades vinculadas con la misión, actividades y bienes o valores;
- La valoración y cálculo o estimación de los riesgos;
- La definición de medidas de gestión del riesgo;
- El informe sobre la auto-evaluación[25].

Los objetivos antedichos perfilan la metodología de identificación y gestión de riesgos. Con la aplicación de esta iniciativa se pretenden alcanzar los siguientes beneficios:

- Realización de una autoevaluación de la misión, metas y objetivos y de las actividades y valores intrínsecos de modo detallado, integrador y documentado.
- Catálogo actualizado de riesgos pertinentes detallado y categorizado considerando el tipo y relaciones entre los diferentes riesgos y descrito íntegramente en términos de gravedad, probabilidad e impacto potencial para cada riesgo.
- Comprensión interna de los éxitos y deficiencias orientando los recursos para minimizar las dificultades y alcanzar mayores beneficios.

Además, posibilita la preparación de la organización para una auditoría externa, pues incluye opciones para ser auditada y certificada sobre dos modelos de evaluación: *Trustworthy Repositories Audit & Certification* (TRAC) y en atención al catálogo de criterios de evaluación

[25] Traducción de la autora. Información recopilada del sitio Web anteriormente citado.

auditora del *Trusted Repositories Consultative Committe for Space Data Systems* (CCSDS).

Destaca un número muy significativo de clientes, además de grandes bibliotecas, tales como la *British Library*; la biblioteca especializada del CERN, la Biblioteca Nacional de Francia, etc., ha sido adoptada por diversos archivos, entre los que señalamos: Archivos Nacionales de Escocia, E-depósito de los Archivos de *Netherlands; NetArkivet* (Archivo Danés de Internet);

De igual modo, el CT46 de ISO, SC11, estudia la viabilidad de Drambora como fuente a consultar, ante el desarrollo de una norma específica sobre gestión del riesgo: proyecto ISO/DTR 18128 (2011) sobre Identificación y evaluación del riesgo para los sistemas de documentos. La importancia de la medición del riesgo en los contextos electrónicos de gestión de documentos ha permitido desarrollar variados productos y metodologías de análisis y medición.

La Asociación de Archiveros de documentos administrativos e históricos de EE.UU. ha diseñado una herramienta Web muy amigable para la medición del cumplimiento de la legislación y las especificaciones normativas, del programa de gestión de documentos, conocida como *RiskProfiler*[26]. Dicho instrumento permite la comparación de datos con otras instituciones y favorece la presentación tabulada de datos para cada sección evaluada. Esta herramienta diseñada para la medición del riesgo en los contextos de gestión documental es vista, tal y como Soy Aumatell (2003, p.22) defiende al referirse a la tendencia en los instrumentos de medición, como un instrumento de identificación y gestión de riesgos. Este instrumento ha sido evaluado por J. McLeod y su equipo cuya difusión de resultados se ha referenciado en este estudio.

En materia de gestión electrónica han surgido especificaciones y normas para el diseño, implementación y control de los sistemas de metadatos que no incluimos en este análisis. Omitimos el análisis de modelos de requisitos tales como MoReq, ISO 23081, etc. por considerarlas específicas al contexto de la gestión de metadatos, aunque somos conscientes de su utilidad para valorar cualquier aplicación electrónica de

[26] ARMA. RiskProfiler. Disponible en: <http://www.arma.org/standards/eassessment.cfm>. Acceso en: 15 mayo 2012.

gestión de documentos electrónicos, incluyendo partes, como es el caso de la especificación ISO 23081-3 especializadas en la valoración.

Archival Metrics (EE.UU.) La perspectiva del usuario

Una perspectiva de medición bien diferente de las hasta ahora citadas es esta iniciativa en la que se aporta la visión de los usuarios. La herramienta métrica basada en la perspectiva del usuario –*Archival Metrics* – resulta de gran interés por tratarse de una aplicación para evaluar precisamente, la óptica del cliente (usuarios de los archivos). Este instrumento ha sido elaborado tras 5 años de investigación y promovido por la Fundación *Andrew W. Mellon*, en colaboración con academias y socios institucionales de universidades norteamericanas.

Se trata de una herramienta de fomento de la cultura de la evaluación basada en la percepción de los usuarios y considerando 4 áreas: archivos, calidad del sistema de acceso, condiciones físicas y explotación de resultados obtenidos por el usuario. Ha sido construido estimando el contexto de trabajo de *LibQualt,* herramienta destinada a la medición de la percepción del servicio en centros bibliotecarios, basada en dimensiones e interacciones entre usuario, directivo, centro. Al igual que en esta herramienta, en el proyecto adaptado para archivos han sido establecidas numerosas dimensiones. Dispone de 5 categorías de instrumentos de evaluación: test para investigadores, test para medir *sitios* Web de archivos, test de medición de ayuda en la búsqueda, test métrico de las investigaciones de los estudiantes y test de valoración de la ayuda a los docentes (formación de usuarios para docentes).

La herramienta de medición de las percepciones está disponible en red, constatándose diversa literatura publicada sobre su desarrollo[27]. Yakel y Tibbo (2010 p.221) concluyen en su estudio que las expectativas difieren frente a su aplicación en entornos bibliotecarios, dado que el usuario del archivo, por regla general, desconoce el uso y manejo de las fuentes

[27] Archival Metrics. 2012. Disponible en: <http://www.archivalmetrics.org>. Acceso en: 15 mayo 2012. Véase además: DUFF, W. M.; YAKEL, E.; TIBBO, H.; CHERRY, J.; MCKAY, A.; KRAUSE, M.; SHEFFIEL, R. The Development, testing and evaluation of the Archival Metrics Tolkits. American Archivist, v.73, n.2, p.569-599, 2010, donde se describe el proyecto. Una visión anterior sobre ventajas y requisitos de la evaluación basada en usuarios puede ser consultada en: DUFF, W. M.; ARYDEN, J.; LINKILDE, C.; CHERRY, H.; BOGOMAZOVA, E. Views of user-based evaluation: Benefits, barriers and reqeriments. American Archivist, v.71, n.1, p.144-166 2008.

primarias, frente a aquél de un centro bibliotecario. Este hecho repercutirá en la toma de decisiones y en el modo de presentar los instrumentos de trabajo, así como en el de planificar los servicios.

Iniciativas basadas en la calidad y la excelencia**.**

Los archivos han trabajado modelos de medición de aspectos concretos que inciden sobre el sistema de gestión de la unidad de archivo. Muchos de ellos han optado por la certificación de la norma ISO 9001 o/y por el logro del reconocimiento del sello de la excelencia mediante los modelos Fundibeq, Efqm, etc. En la Península Ibérica, el Archivo Municipal de Oporto, El de Barcelona, el Archivo universitario de la Universidad Complutense, la Unidad de Gestión Documental de la Diputación de Alicante, el Archivo Histórico Provincial de León, Archivos Comarcales de Cataluña, etc. representan diferentes tipologías de Archivos certificados. El modelo responde a la certificación del sistema de gestión para la calidad de la unidad de archivo, en el que se sobreentiende se incluyen los procesos de archivo. La iniciativa analiza la conformidad con los requisitos de la norma ISO 9001, esto es, conformidad con los requisitos del producto, aseguramiento de la conformidad del sistema de gestión de calidad del centro y mejora continua de la eficacia del sistema de gestión de calidad, tal y como se especifica en la norma ISO 9001 (2008).

Otras iniciativas que han tenido aceptación son las mediciones para la obtención del premio EFQM (en Iberoamérica vigente el modelo FUNDIBEQ) con diversas adaptaciones elaboradas, en principio para la medición de servicios integrados bibliotecarios y de archivo, especialmente de las universidades (Archivo General de la Universidad de Castilla-La Mancha). El Sistema de Archivos de la Comunidad Autónoma de Castilla y León, en España, ha adoptado una herramienta de reconocimiento de la excelencia para aplicar a todos sus archivos, considerándola de fácil aplicación. Lógicamente, las diferencias entre el modelo normalizado y el modelo de evaluación de la excelencia basado en criterios difieren en el alcance y en el método de trabajo, aunque ambos son certificables.

En este contexto de la calidad y de mejora continuada, resta señalar la existencia de un modelo de certificación de servicios para las instituciones del sector público, que en España viene siendo regulado

mediante Real Decreto, desde 1999[28] y en el que se exige la elaboración de un instrumento de compromiso de calidad en los servicios, denominado '*Carta de Servicios*'[29], pudiendo ser certificable, desde el 2010, Las Administraciones Públicas han elaborado una guía metodológica para su realización y su presentación a certificación. El cumplimiento de la legislación obliga a la evaluación continuada de los servicios y de los compromisos de calidad ofertados desde una perspectiva de mejora.

Finalmente, señalamos una iniciativa acometida en España destinada a formular indicadores de procesos. La Mesa de trabajo de Archivos de Administración Local ha difundido el resultado de su trabajo (ARCHIVOS, 2010), destinado a establecer indicadores de gestión para los archivos de dicha Administración. Su proyecto, bajo el lema de su utilidad: conocer, valorar y racionalizar los procesos de gestión, se delimita a los indicadores para medir los procesos y servicios de archivo. Se desestimó medir la gestión documental, al ser considerada de mayor alcance y, por ende, más exigente en el esfuerzo de consensuar elementos de medición[30].

5 Conclusiones e ideas a debate

En la búsqueda de una respuesta al interrogante ¿qué evaluar?, se han aportado conceptos sobre la medición y la certificación que facilitan al lector no avezado mayor conocimiento sobre su alcance, naturaleza y finalidad en el archivo y en su organización.

De igual modo, han sido enumerados las áreas y criterios sujetos a medición y la visión que proporcionan del archivo: visión general de la

[28] Real Decreto 1259/1999, de 16 de julio - por el que se regulan las cartas de servicios y los premios a la calidad en la Administración General del Estado (B.O.E. 10/08/99). Revisado y actualizado mediante el Real Decreto 951/2005, de 29 de julio - por el que se establece el marco general para la Mejora de la Calidad en la Administración General del Estado (BOE, 3/09/2005). Corrección de errores (BOE nº 227, 22/09/2005). Mediante la Resolución de 6 de febrero de 2006 de la Secretaría General del Estado (AGE) se aprueban las guías para la mejora, donde se explicita la metodología para su elaboración. Disponible en: <http://www.map.es/documentacion/carta-de-servicios.html>. Acceso en: 15 mayo 2012.

[29] El Artículo 8 del R.D. del 2005 las define como: documentos que constituyen el instrumento a través del cual los órganos, organismos y entidades de la Administración General del Estado informan a los ciudadanos y usuarios sobre los servicios que tienen encomendados, sobre los derechos que les asisten en relación con aquellos y sobre los compromisos de calidad en su prestación.

[30] La relación de procesos analizados es la siguiente: ingresos, valoración y disposición, conservación preventiva, reproducción preventiva, restauración, consultas, préstamo, reproducción de documentos, gestión de quejas y de sugerencias y actividades de formación y de difusión.

gestión o de su sistema y visión específica sobre sus servicio, sus procesos, sus productos, además, de las percepciones investigadas sobre los servicios ofrecidos a los usuarios. etc.

Asimismo, se ha informado sobre las iniciativas de medición elaboradas para evaluar la capacidad de un sistema de gestión convencional o/y electrónico, para examinar la gestión de calidad o/y el logro de la excelencia, así como para conocer la percepción de los usuarios.

En un intento de responder al interrogante planteado sobre las herramientas existentes, han sido enumeradas y compendiadas las iniciativas antecedentes de medición, datadas desde los años 70 del pasado siglo, así como algunas de las propuestas vigentes, surgidas en el presente siglo. Lógicamente, no han sido examinados todos los proyectos, aunque sí aparecen aquellos que consideramos más relevantes. La implementación de propuestas desvela la importancia que la medición de archivos representa para la comunidad archivística en los últimos años, así como para organismos productores y sociedad.

Precisamente, por el valor que la sociedad le otorga y el aporte que conlleva con su existencia a la visibilidad y posicionamiento del centro en la organización, tanto la evaluación como la certificación deben acometerse con independencia, dado que únicamente mediante el aseguramiento de la misma se actuará con suficiente imparcialidad y objetividad en las conclusiones de los resultados obtenidos. Así mismo, ambas enfatizan y se basan en la evidencia, proceso este, que permite establecer conclusiones fiables. Este aspecto es importante desde la perspectiva de un archivero, dado que la medición de la gestión de documentos se alimenta de documentos, fidedignos, íntegros, auténticos, verificables y disponibles. Esta práctica obedece a la máxima de calidad: escribir lo que se hace y verificar lo que está escrito.

Además, tanto la evaluación como la certificación deben realizarse por agentes – auditores y organismos certificadores – de probada conducta ética y gran profesionalidad. De igual modo, al auditor se le exige actuaciones ecuánimes, informando con veracidad sobre hallazgos, obstáculos y divergencias entre equipo auditor y auditados.

Finalmente, señalamos que la mejora continuada, posible a partir de los resultados de la medición, debería ser una meta (orden *estratégico) presente en una organización* para aumentar el desempeño de la organización y beneficiar a las partes interesadas. Desde esta perspectiva, el archivero, mediante la medición puede y debe mejorar su visibilidad y valoración del ejercicio profesional. La posición que ocupa el gestor de documentos y de la información en una organización es esencial y refleja el valor que la organización tiene de su gestión. Jane Loadman (2001) en un breve estudio sobre la posición del archivero en la organización, señala ante los resultados del estudio, que el conocimiento sobre los beneficios de gestión documental promovido por el archivero en la organización (vendido señala esta autora) incidirá directamente en su visibilidad. En esta línea, Carlota Bustelo (2009, p.130) confirma que la existencia de prácticas de evaluación y de certificación no implica la generación de ofertas de certificación, señalando que "[...] primero hay que generar la demanda para conseguir que las organizaciones estén dispuestas a pagar por ello". Rockman (2002, p.182), refiriéndose a los centros bibliotecarios, aunque aplicable, igualmente, a nuestro entender a un centro de archivos, señala que la unidad informativa debe fortalecer el proceso de evaluación mediante mecanismos e instrumentos realistas que definan de modo consistente el impacto y el valor de su ejercicio profesional en la organización para la que actúan. Coincidiendo con Loadman, a nuestro entender, se debe actuar integrándose horizontal y verticalmente en la organización.

La existencia de numerosas iniciativas no invalida la investigación sobre la concreción de nuevas herramientas. Existen amplias oportunidades para trabajar nuevos instrumentos de medición. Para ampliar su valoración y operatividad, las autoras McLeod, Childs y Heaford (2006), proponen detalladamente como resultado del proyecto de evaluación de las aplicaciones informáticas de medición analizadas por ellas, una amplia relación de criterios, útiles para medir la capacidad y conformidad de la gestión de documentos. Enumeramos las principales categorías de criterios con objeto de facilitar al lector su alcance y de invitarle a considerarlo como herramienta base para dar inicio a la creación de nuevas propuestas. Los criterios citados por las autoras son: procedencia y naturaleza de la aplicación empleada para la evaluación. Audiencia a la que se dirige y en

la que es posible utilizar la aplicación: sectores diferentes, heterogeneidad de organizaciones, volúmenes diferentes de organizaciones, categorías profesionales diferenciadas, disponibilidad de adaptación o de opciones no contempladas; Cobertura: objetivos, tipología documental, ciclo de vida completo, explotación y presentación de resultados completa, presentación detallada y fidedigna de la situación; Legislación, normativa y buenas prácticas empleadas para el desarrollo de la aplicación, así como clara trazabilidad en los criterios de evaluación empleados; Formato y procesamiento de los datos; Recursos necesarios para su aplicación; Accesibilidad y compatibilidad de la aplicación, usabilidad y capacidad de explotación de los datos y de presentación de los resultados.

Ann Phillips (2010) revela un dato curioso derivado de una encuesta informal: el 95% de los empleados encuestados creen que la medición está pensada para detectar alguno de sus errores. De igual modo desvela que en tormenta de ideas asociadas a dicho concepto suelen aparecer términos como miedo, intimidación, notificación de despido. Considerando estos datos resulta difícil afrontar una evaluación. No obstante, creemos haber explicado la importancia de la misma. Concluimos este estudio coincidiendo con Peter Drucker al valorar la importancia e impacto de este proceso en la organización. Aseveramos que sólo es posible mejorar aquello que se puede medir, porque cuando se cuantifica en números aquello de lo que se habla, puede afirmarse que uno sabe algo acerca de ello**.** El aporte de beneficios y de costes tangibles, la demostración de la capacidad de asegurar la conformidad, y la certificación de sistemas, centros y servicios de gestión documental y archivo presuponen una invitación para la acción.

Referencias

ARCHIVOS de la Administración Local. *Indicadores de gestión para los archivos de la Administración Local*. Valladolid: Diputación, 2010.

BAILEY, S.; HYSLOP, J. *An assessment of the current evidence base demonstrating the benefits of investing in the improvement of records management*: a selective literature review. Newcastle: JISC - InfoNet, 2009. 27p. Disponible en: <http:www.jiscinfonet.ac.uk/records-management>. Acceso en: 15 mayo 2012.

Bustelo Ruesta, C. ¿Sistemas de gestión de información y documentación certificados? *Anuario ThikEPI*, 2009. p.129-131

JAKEL, E.; TIBBO, H. Standardized surrey tools for assessment in archives and special collections. *Performance Measurement and Metrics*, v.11, n.2, p.211-222, 2010.

JUNTA de Castilla y León. Consejería de Cultura. *Manual para la implantación de un sistema de gestión de calidad en un archivo*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo, 2006.

LOADMAN, J. Does the position of records management within the organisation influence the records management provision? *Records Management Journal*, v.11, n.1, p.45-63, 2001.

MCLEOD, J.; CHILDS, S.; HEAFORD, S. Records management capacity and compliance toolkits: A critical assessment. *Records Management Journal*, v.17, n.3, p.216-232, 2007.

MCLEOD, J.; CHILDS, S.; HEAFORD, S. *A guide to records management capacity and compliance toolkits & recommendations for their practical use*. Newcastle: Information Society Research & Consultancy Group; School of Computing, Engineering and Information Sciences, 2006. Disponible en: http://www.northumbria.ac.uk/static/5007/ceispdf/tlkitgde.pdf>. Acceso en: 15 mayo 2012.

MNJAMA, N.; WAMUKOYA, J. E-government and records management: An assessment tool for e-records readiness in government. *The Electronic Library*, v.25, n.3, p.274-284, 2007.

PHILIPS, A. W. *Cómo gestionar con éxito una auditoría interna conforme a ISO 9001:2008*. Madrid: AENOR; 2010.

ROCKMAN, I. F. The importante of assessment. *Reference Services Review*, v.30, n.3, p.181-182, 2002.

SIMÓN MARTÍN, J.; FLORES VARELA, C.; ARIAS COELLO, A. Impacto de la implantación de la norma ISO 9001:2000 en el Archivo General de la Universidad Complutense de Madrid. *Redoc*, v.33, n.1, p.127-143, ene./mar. 2010.

SOY AUMATELL, C. *Auditoría de la información:* Análisis de la información generada en la empresa. Barcelona: Editorial UOC, 2003.

ISO 15489-1. *Information and documentation - Records Management:* Part 1 - General. Ginebra: ISO, 2001.

ISO/TR 15489-2. *Information and documentation - Records Management:* Part 2- Guidelines. Ginebra: ISO, 2001.

ISO 30300. *Management system for records*: Fundamentals and vocabulary. Ginebra: ISO, 2011.

ISO 30301. *Management system for records*: Requirements. Ginebra: ISO, 2011.

ISO 19011. *Guidelines for auditing management systems*. Ginebra: ISO, 2012.

ISO/IEC 17021. *Conformity assessment*: Requirements for bodies providing audit and certification of management systems. Ginebra: ISO, 2011.

ISO/IEC 27006. *Information technology - Security Techniques*: Requirements for bodies providing audit and certification of information security management systems. **G**inebra: ISO, 2011.

ISO/IEC 27007. *Information technology - Security Techniques*: Guidelines for information security management systems auditing. Ginebra: ISO, 2011.

Capítulo 3

Uma Discussão dos Documentos Fotográficosem Ambiente de Arquivo

Telma Campanha de Carvalho Madio

A discussão da fotografia, especificamente, e de todos os demais suportes imagéticos na área da Arquivologia no Brasil ainda é incipiente e as referências sobre o processamento técnico desses materiais são inexpressivas. Contrariamente artigos e livros sobre a conservação, descrição documental, digitalização e disponibilização desses documentos são constantes e bastante profícuas.

Ainda que haja uma ou outra comunicação esporádica sobre experiências e propostas de organização de materiais fotográficos, percebemos que são ações locais e não aprofundam a discussão teórica arquivística sobre o processamento e identificação da gênese documental. Priorizam a identificação dos conteúdos imagéticos e não a sua produção.

Como destaca Lopez (1996, p.190):

> Os acervos de documentos imagéticos tendem, muitas vezes, a não revelar os princípios da organização arquivística, quando se valoriza o conteúdo informativo da imagem, em oposição ao seu contexto de produção, enquanto documento arquivístico.

A fotografia, oficialmente descoberta em 1839, traduziu-se em uma busca de retratar o mais fielmente a realidade, de levar o 'conhecimento' captado a um maior número de pessoas, de tornar visível o desconhecido para a grande massa da população, de eternizar momentos, fatos, pessoas.

> Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral *(*BENJAMIN, 1994, p.167).

A suposta objetividade da fotografia vai sendo montada e reforçada, ao longo dos anos, pelo seu constante uso, como forma comprobatória dos acontecimentos, dos lugares e das personalidades, em livros, jornais, revistas, documentos pessoais e públicos, identificações policiais, entre outros meios, que mostravam a imagem como cópia fiel do momento congelado, eternizado pelas lentes do fotógrafo. Mais que reter o passado numa imagem, a fotografia passa a ser instituída como um ícone autêntico da realidade, capaz de registrar verdadeiramente o seu referencial.

Essa teoria da transposição literal do real para um suporte fotográfico seja ele de qualquer espécie, ainda encontra, hoje, defensores, pois se acredita que o objeto a ser capturado, 'eternizado' pela imagem, necessariamente, parte da realidade. O que temos que apreender é que esta 'realidade' só pode ser cogitada no momento circunstancial da tomada daquele objeto. A função e objetivos originais para essa ação, e também o olhar do fotógrafo e, posteriormente, as transformações dos processos ótico/químico, além de também o seu processamento documental, tanto imediato como o de guarda, porém, deveriam ficar claros e estabelecidos, acompanhando esse documento nas diferentes utilizações que porventura tiver.

> A realidade não é essa coisa que nos é dada pronta e predestinada, impressa de forma imutável nos objetos do mundo: é uma verdade que advém e como tal precisa ser intuída, analisada e produzida. Nós seríamos incapazes de registrar uma realidade se não pudéssemos ao mesmo tempo criá-la, destruí-la, deformá-la, modificá-la: a ação humana é ativa e por isso as nossas representações tomam a forma ao mesmo tempo de reflexo e refração. A fotografia, portanto, não pode ser o registro puro e simples de uma imanência do objeto: como produto humano, ela cria também com esses dados luminosos uma

> realidade que não existe fora dela, nem antes dela, mas precisamente nela (MACHADO, 1984, p.40).

Com a compreensão de que a fotografia só existe a partir desses procedimentos óticos e químicos e cuja concretude se deve à ação de um agente, no caso o fotógrafo, amador ou profissional, que seleciona, constrói, monta a cena e/ou objeto que pretende registrar, entende-se que, anteriormente ao ato fotográfico, existe uma intencionalidade ou função que determinou a iniciativa para esse registro.

Esses documentos, especificamente nos arquivos, durante muitos anos foram tratados como documentação especial por sua fragilidade e tipo de suporte, variado e distinto dos textuais. Na maioria das instituições arquivísticas, a gênese documental dessa produção era desprezada e ignorada, e a análise recaía apenas nos suportes e elementos visuais. Conforme, Heredia Herrera evidencia, não devemos confundir suporte e conteúdo:

> Em el caso de los nuevos documentos, no hay duda que el calificativo va unido exclusivamente a los nuevos soportes. ¿Son por lo tanto algo distinto? Em cuanto que el suporte es algo externo, material, la esencia no varía (HEREDIA HERREA, 1991, p.151).

Deve-se observar, então, a manutenção da organicidade desses documentos, não perdendo o processo original de produção e ordenação em função da descrição documental da imagem e muito menos ainda da especificidade de seus suportes. Há de serem observadas as condições ideais para sua preservação, mas sua função original não pode ser perdida ou desprezada.

> A fragilidade do suporte fotográfico agudizou esse estado de coisas estimulando uma bem intencionada intervenção de fotógrafos, urbanistas, historiadores e outros preocupados com a perda das informações veiculadas pelas imagens. Esses profissionais despenderam respeitáveis esforços na preservação física e/ou na restauração de documentos fotográficos antigos, sem se preocuparem, entretanto, com a geração institucional deles. Se, desse ponto de vista, as diferenças na geração técnica das imagens fotográficas são significativas, do ponto de vista do arquivo, atento à produção documental, elas perdem relevância. O paralelo com os documentos textuais presentes em arquivos mostra-nos que a identificação da finalidade e do organismo produtor é que definem o documento e não sua técnica de produção (LOPEZ, 2000, p.159).

A necessidade da informatização dos acervos fotográficos para disponibilização ao público em geral está contribuindo, em muito, para que a normatização arquivística desses acervos não seja observada e que prevaleça.

> [...] a inserção dos 'conteúdos' de cada imagem em imensos bancos de dados, alimentados pela ilusão (quase cientificista) de que esta classificação detalhada é satisfatória para dar conta de todas (ou quase todas) as buscas possíveis; confunde-se análise documentária com organização arquivística (LOPEZ, 1996, p.190).

Constata-se que a maior parte das instituições que trabalham com esses acervos, preocupa-se com a descrição imagética individual e a recuperação das técnicas em detrimento do estudo e compreensão da produção serial daquelas imagens, ou seja, de como se deu a formação desse conjunto de documentos e, principalmente, de como foi sua, transferência e/ou recebimento para guarda permanente.

Seria bom, então, retomar a definição do que é documento de arquivo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivologia. Trata-se de

> [...] conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor (DICIONÁRIO..., 1996).

De acordo com essa definição, o documento é produzido, recebido, processado e guardado pela instituição e/ou pessoa. Nesse caso, não se está pensando em fotografias de coleção, banco de imagens ou outra instituição que recolhe e armazena fotografias para venda, preservação e guarda. Essa documentação existe em diversos arquivos, mas sua procedência[1], outro princípio fundamental da arquivologia, deve ser respeitada e esclarecida.

---

[1] Segundo os autores Joan Boadas, Lluís-Esteve Casellas e M. Àngels Suquet *esta concepción de los documentos como parte de un conjunto estructurado que les da sentido y que, por lo tanto, debe respetarse e individualizarse se denomina* ***principio de procedencia*** *(*Respect des Fonds, Provenienzprinzip, Principle of Provenance). *Nació con la circular de 24 de abril de 1841 de Natalis Wailly, jefe de la sección de los Archivos Departamentales del Ministerio del Interior de Francia, y desde entonces su aplicación se extendió a nivel internacional hasta convertirse en uno de los fundamentos teóricos principales que deben regir la organización de cualquier fondo o colección documental* (BOADAS; CASELLAS; SUQUET, 2001, p.115).

Os pesquisadores Boadas, Casellas e Suquet destacam a necessidade de se caracterizar e distinguir a formação dos acervos fotográficos, assim como sua procedência:

> La correcta identificación de los conjuntos – fondos o colecciones – es básica a nivel metodológico, ya que 'cada documento forma parte de un todo estructurado del que, si se aísla, no tiene sentido y cuyo interés reside en la relación con los documentos que lo preceden y que lo siguen, en cuanto que viene a ser una instantánea dentro de una secuencia documental' (BOADAS; CASELLAS; SUQUET, 2001, p.115).

Portanto, deve-se primeiramente, compreender a fotografia como resultado de uma função, uma intencionalidade, seja institucional ou particular. Apesar de a imagem fotográfica muitas vezes não vir acompanhada de uma referência ou identificação textual situando a função daquele registro, deve-se ter claro que sempre haverá uma ação, um propósito original para a realização dessa atividade.

É essa ação original dentro de um contexto institucional ou pessoal, realizada por um fotógrafo amador ou profissional, que determinará o arquivamento do documento. Não estamos discutindo nesse momento a recuperação dos elementos imagéticos da fotografia, nem as técnicas empregadas na realização daquela imagem, mas o processo de criação e consequentemente de guarda de um documento, que foi produzido especificamente para o cumprimento de determinada função, que requeria esse tipo de registro e linguagem e nenhum outro. Para esse tipo de identificação não podemos nos ater apenas no registro imagético, mas buscar a historicidade, o contexto de produção da(s) fotografia(s), melhor dizendo, sua gênese documental.

Para o trabalho com fotografias, necessitamos minimamente conhecer a história e o desenvolvimento das técnicas, para identificação dos originais. Os resultados possíveis da imagem, em um determinado período histórico, tornam-se essenciais para a compreensão dos elementos visíveis e aparentes na fotografia, seja no negativo ou na ampliação, e mesmo para o entendimento da utilização desse tipo de documento para efetivação da ação. Como menciona Sánchez Vigil "[...] sin embargo, la imagen tiene sus códigos lingüísticos, diferentes a los textuales, lo que confiere al documento fotográfico sus propios valores" (SÁNCHEZ VIGIL, 2006).

A leitura de imagens deveria ser tão corriqueira como a de um texto escrito, mas a crença de que as fotografias assemelham-se fielmente ao que representam, fez com que acreditássemos, por muitos anos, que eram cópias da realidade e não representações resultantes de processos socioculturais específicos, determinados por regras de construções, meios mecânicos, físicos e químicos para sua efetiva realização.

A necessidade dessa identificação criteriosa é que como toda produção humana, a fotografia torna-se um documento de época, porém, se seus elementos originais constitutivos forem mantidos e identificados em todo seu processo, se tornará efetivamente um documento arquivístico, com seu valor probatório/funcional assegurado. Durante sua elaboração, processamento e arquivamento se observam algumas normas para manutenção e preservação dos objetivos originais, visto que, como já foi dito, o uso da fotografia como documento só é possível, quando conseguimos recuperar todas as informações explícitas e implícitas à imagem e ao processo de realização do registro fotográfico. Por isso, é fundamental que seja resgatada a historicidade da fotografia, ou seja, situá-la historicamente no tempo e no espaço.

Kossoy (1989, p.45) explica que

> Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; essa pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia [...].

Por isso é preciso rever o tratamento dispensado em diversos arquivos, que tomam a fotografia como peças isoladas e passam a descrevê-las individualmente, perdendo-se a organicidade original da documentação e sua relação intrínseca com os demais documentos produzidos. A intencionalidade seja do autor ou da instituição produtora deve ser preservada e mantida para não se alterar ou descaracterizar a função primeira da imagem.

> Portanto, a tentativa de definição das espécies documentais dos documentos imagéticos, construindo, assim, uma diplomática, deve ser colocada urgentemente na agenda de historiadores e arquivistas [...] (LOPEZ, 1996, p.195).

Como propõe Lopez, essa discussão há muito deveria estar em pauta na área arquivística. A aceleração e o avanço dos meios digitais em todas as atividades públicas e privadas estão forçando a adequação dos arquivos fotográficos em grandes bancos de imagens, sem uma identificação da gênese e das séries documentais.

Se no tratamento arquivístico do documento, for feita apenas uma análise dos elementos icônicos presentes nas fotografias, teremos a descrição de acordo com a bagagem cultural do arquivista e a compreensão que tem daquele momento histórico registrado, assim como as referências imagéticas passíveis de pesquisa. Entretanto, como se sabe, é fundamental, para uma identificação documental adequada, saber quem são seus produtores e os motivos que os levaram a realizá-las; do contrário a guarda dependerá sempre do conhecimento e formação do profissional responsável pelo processamento e não pela função original do documento.

Em várias ocasiões a imagem produzida pelo fotógrafo não será necessariamente utilizada ou arquivada segundo o que seu 'olhar' captou e sua função original. Dessa maneira um assunto retratado em determinado momento como o principal da imagem pode se tornar secundário posteriormente ou até mesmo perder sua referência iconográfica, se a informação não for corretamente preservada. Há imagens em que não temos a contextualização de sua produção, e o referencial passa a ser o elemento 'vivo' da fotografia, como se houvessem sido produzidas por e com esse objetivo.

Se esses elementos que 'constroem' a fotografia, não forem identificados e preservados, serão eliminados ou esquecidos, restando-nos, quando muito, a imagem congelada, e sua leitura será incompleta, na medida em que não haverá o documento em sua integridade funcional e/ou administrativa.

Lacerda (2008, p.94) reflete sobre isso e destaca que

> Fotografias são consideradas, costumeiramente, documentos únicos, referentes ao tema ou fato visual que apresentam, produto de uma autoria que encontra no fotógrafo a personalidade criadora da imagem. O reconhecimento de seu pertencimento a um arquivo, do caráter serial e muitas vezes burocrático de sua produção, passa rotineiramente despercebido por quem utiliza como fonte, constando nos trabalhos apenas os nomes dos arquivos como simples informação de referência da fonte. Essa conduta acarreta pelo menos duas perdas. Por um lado, deixa-se de considerar os possíveis significados que o exame das circunstancias de produção do documento no contexto funcional pode oferecer, Por outro lado, corre-se o risco de apresentar uma postura ingênua diante da fonte ao assumir, pelo não questionamento, que as fotografias descritas em instrumentos de pesquisa não carregam em si as marcas das decisões metodológicas e teóricas que ajudaram a transformá-las em 'fontes disponíveis' ao pesquisador (LACERDA, 2008, p.94).

Mesmo entendendo a fotografia como um documento de arquivo, instituições e profissionais ainda tendem a classificá-las em Coleções ou no máximo identificando em Fundos[2], não atentando para sua inserção nas tarefas administrativas, rotineiras e cotidianas de uma instituição e/ou fotógrafo, profissional ou amador. É esse tipo de análise e a necessidade de se relacionar e inserir esses documentos no restante da produção documental, identificando seu lugar e suas funções nesse conjunto que se tornam prementes para as instituições que produzem/guardam fotografias.

A fotografia de arquivo, inserida em seu contexto funcional e original de produção, deverá e poderá se relacionar com documentos diversos – textuais, eletrônicos, impressos, etc. - que foram também produzidos para/por determinada função. A fotografia não será e não deve ser reduzida a apenas um registro visual, mas diretamente relacionada com toda essa produção.

A identificação do documento fotográfico, em um fluxo documental arquivístico, ampliará e favorecerá a compreensão maior dos significados, tanto visuais quanto os implícitos na elaboração e efetivação enquanto documento de um arquivo.

Tentando elencar e identificar as experiências e as teorias que discutem a fotografia como documento de arquivo, foi feito um

[2] Segundo a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1996), 'Fundo' é o conjunto de documentos de uma mesma proveniência.

levantamento[3], não exaustivo sobre o tema. Iniciou-se com a busca de títulos que tratassem de fotografia e documentação de uma maneira geral e foi ampliado para estudos teóricos e históricos que contemplassem discussões do uso, aplicabilidade e inserção da foto em nossa sociedade. Resolveu-se não relacionar os títulos que tratassem de trabalhos de profissionais da fotografia, por acreditarmos que fugia do escopo da pesquisa.

A coleta para arquivos audiovisuais e os tratamentos que dispensam à organização e a conservação dos materiais imagéticos foi ampliado, porém a seleção foi restrita aos arquivos, abarcando instituições artísticas, culturais e pessoais. Essa análise mostrou-se relevante, pois permitiu evidenciar o referencial teórico e as diferentes metodologias do tratamento documental, mesmo aqueles autores que priorizam as questões da conservação.

Os títulos levantados foram agrupados de acordo com a principal temática abordada pela publicação, de uma forma ampla e sem pretender refletir todas as vertentes trabalhadas pelo autor, mas se tentou visualizar os temas mais recorrentes.

Documental, são as propostas e reflexões sobre organização, processamento, conservação e recuperação da fotografia e/ou audiovisual. Inserção da fotografia/imagem no contexto documental.

Histórica, aborda o desenvolvimento da fotografia em nossa sociedade.

Teórica, traz abordagens conceituais e analíticas da fotografia e/ou audiovisual nas diversas ciências humanas. Repercussão e usos em nossa sociedade. Significações da fotografia e/ou audiovisual e as diferentes interpretações imagéticas.

Técnica é a temática que trabalha a evolução dos processos e equipamentos.

[3] Pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Fotografia e Arquivo, Curso de Arquivologia da Unesp, Câmpus de Marília, 2006 a 2010.

Tabela 1: Total dos títulos levantados classificados por temática.

Temática	Quantidade
Documental	38
Histórica	26
Técnica	12
Teórica	83
Teórica/Documental	02
Total	161

Fonte: Dados da pesquisa.

Os títulos que abordam especificamente o processamento arquivístico dessa documentação, desde a recepção ou produção do material até a disponibilização ao público, são baixos e mostraram-se de difícil localização, pois na grande maioria são artigos, dissertações e teses e na maioria das vezes não estão disponíveis para consultas *on-line*.

Portanto, a maior parte dos títulos aborda questões Teóricas (51%), seguida pela Documental (24%), Histórica (16%), Técnica (8%) e, finalmente, Teórica/Documental (1%).

Essa configuração surpreende, pois se acreditava que a temática Documental seria bem menor, porém ao analisar o conteúdo dos títulos constata-se que um grande número aborda questões de conservação e indexação dos documentos.

Ao focar prioritariamente a temática Documental, somente três publicações, coincidentemente duas teses e uma dissertação, de autoria de André Porto Ancona Lopez (2000), de Aline Lacerda (2008) e de Eliana Kátia Pupim (2010) discutem a gênese documental e a organização arquivística de fotografias. São trabalhos que trazem reflexões sobre a inserção desse documento nos arquivos, como a área vem trabalhando ao longo do tempo e como a maioria das instituições, pela especificidade da fotografia, acaba privilegiando a recuperação rápida da informação, esquecendo que foi criada administrativamente com uma função original.

André Porto Ancona Lopez faz a análise das especificidades de documentos imagéticos e propõe o contexto de produção enquanto diretriz da organização arquivística que segundo ele, é o elemento primordial, capaz de garantir a compreensão da gênese documental, a identificação dos conteúdos e a utilização na pesquisa histórica.

O trabalho de Aline Lacerda traz a análise dos manuais clássicos de Arquivo, traçando o tratamento e propostas que abordavam ou deixavam de lado os documentos fotográficos. Investiga também a contextualização da produção do arquivo de imagens como forma de entendimento do contexto funcional responsável pelo surgimento dos documentos visuais e, por outro, afirma o caráter arquivístico do documento fotográfico, considerando suas peculiaridades.

Já Eliana Kátia Pupim, preocupada com a produção de álbuns fotográficos em uma empresa de grande porte da área de eventos, faz um levantamento minucioso do fluxo documental, delineando a estrutura organizacional da empresa, identificando as atribuições, as atividades e as rotinas específicas do setor denominado Arquivo de Álbuns Fotográficos, responsável pelo seu depósito e guarda.

Esses trabalhos destacam-se na área arquivística, pois tratam e refletem como a fotografia deve ser inserida nas atividades administrativas das empresas (públicas e/ou privadas) e também nos arquivos pessoais. Propõem a análise desse documento no contexto de sua produção e a necessidade da identificação orgânica de sua criação.

Algumas publicações classificadas nessa temática abordam de uma maneira superficial e inicial a organização de fotografias, porém não aprofundam as questões arquivísticas, como proveniência, gênese, classificação, etc., conceitos fundamentais e relevantes para que os documentos arquivísticos reflitam sua produção, contexto e relação orgânica com os demais documentos produzidos pela instituição original.

Porém, a maior parte das publicações com essa temática discute a indexação e a conservação de acervos fotográficos. A recuperação rápida da informação e a polissemia da imagem fotográfica suscitam trabalhos que propõem procedimentos e etapas para o tratamento dessa documentação. Ao mesmo tempo, trazem os programas de computadores que facilitam

o gerenciamento e a busca da informação local ou pela internet. Outros abordam as principais técnicas de higienização, acondicionamento, climatização, o mobiliário recomendado e até mesmo o restauro.

Os títulos classificados na temática Teórica são em maior número e refletem a diversidade e usos que a fotografia tem nas diferentes áreas do conhecimento e em nossa sociedade. São títulos que analisam, discutem e propõem um novo olhar na interpretação e compreensão dessa linguagem.

A Histórica traz o desenvolvimento e principais momentos em que a fotografia foi utilizada, tornando-se uma valiosa referência e fonte para as pesquisas dessa área.

Finalmente, as publicações com a temática Técnica em menor número nesse levantamento, abordam os processos, equipamentos, recursos, programas digitais, auxiliando profissionais e ensinando amadores.

Nesse levantamento, o mais relevante foi identificar as publicações que discutem a temática documental e perceber que apesar de incipiente as pesquisas estão sendo divulgadas e a área tem percebido a importância em se manter a organicidade original desses documentos, para não perder informações importantes da/sobre a documentação.

Esse avanço significa que há um entendimento de que a fotografia é um documento de arquivo, identificando-se o Fundo e/ou coleções originais, mas estudos ligados a sua inserção nas rotinas e funções ainda são carentes. É necessário que esses trabalhos e reflexões sejam divulgados e que realmente a fotografia não seja mais abordada como novo documento ou documento especial, pois comprovadamente, desde seu aparecimento no final do Século XIX, foi incorporada e utilizada em funções específicas dentro de instituições e por diversos profissionais.

Há muito tempo, a Conservação e a recuperação da informação de documentos fotográficos são preocupações das unidades informacionais de uma maneira geral, inclusive nos arquivos, o que contribuiu para que não fossem observados e/ou pesquisados o contexto e a gênese documental, dada a urgência da preservação, recuperação e/ou divulgação.

Portanto, além da discussão das normas arquivísticas para os documentos imagéticos, que é premente em todas as instâncias e para a

fotografia ser incorporada no fluxo documental do arquivo, produzida com um fim específico e com funções definidas e estabelecidas, enfim como prova de ações, precisamos discutir e avaliar o processo e tratamento documental aplicado e desenvolvido a esses documentos seja em arquivos públicos ou privados. Os critérios de produção, de guarda, a função devidamente preservada e normatizada devem ser identificados e mantidos, de maneira a garantir o processamento desses documentos adequado em todas as instituições detentoras de acervos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas, 51) Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2012.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.91-107 (Obras Escolhidas, v.1)

BOADAS, J.; CASELLAS, L.-E.; SUQUET, M. À. *Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas.* Girona: Centre de Recerca i Difusió de la Imatge (CRDI), 2001.

BURKE, P. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 1994. 354p. (Biblioteca Básica)

BURKE, P. *Testemunha ocular:* história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: AAB-SP; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

HEREDIA HERRERA, A. *Achivística general*: teoría y prática. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. La fotografía y los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. JORNADAS ARCHIVÍSTICAS, 2., 1993, Palos de la Frontera. *La fotografía como fuente de información*. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

KOSSOY, B. *Fotografia e história*. São Paulo: Ática, 1989. (Princípios, 176)

LACERDA, A. L. de. *A fotografia nos arquivos:* um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela. 2008. Tese (Doutorado em História Social da FFLCH/USP, 2008.

LOPEZ, A. P. A. *As razões e os sentidos*: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. Tese de Doutoramento. 2000. Tese (Doutorado em História Social da FFLCH/USP, 2000.

LOPEZ, A. P. A. Organização arquivística de documentos imagéticos e pesquisa histórica. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*, Maringá (PR), v.7, p.189-198, 1996.

LOPEZ, A. P. A. *Utilização de recursos informáticos nos arquivos:* algumas diretrizes. In: SESQUICENTENÁRIO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2005.

MACHADO, A. *A ilusão especular*: introdução à fotografia. São Paulo: Brasiliense: Fundação Nacional de Arte, 1984.

PUPIM, E. K. *Gênese documental de álbuns fotográficos*: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2010.

SÁNCHEZ VIGIL, J. M. *El documento fotográfico*: história, usos, aplicaciones. Gijón: Ediciones Trea, 2006.

Capítulo 4

Paradigmas de Investigación en Archivística

José Luis Bonal-Zazo

1 Introducción

Los archivos y la Archivística no son algo estático o inmutable, por el contrario a lo largo de su historia han sufrido una evolución constante e incesante. En opinión de Silva *et al*. (1998) la Archivística ha pasado por tres grandes fases: *fase sincrética y custodial, fase técnica y custodial* y *fase científica y post-custodial.*

La *fase sincrética y custodial* se extiende desde comienzos del Siglo XVIII hasta finales del Siglo XIX. Durante este período la disciplina se configura como una materia auxiliar de la Historia, fuertemente ligada a la Paleografía y a la Diplomática y orientada a un objeto concreto: la custodia de archivos históricos (SILVA *et al.*, 1998, p.210). La edición del *Manual de organización y descripción de archivos* de Müller, Feith y Fruin en 1898 marcó el paso a la *fase técnica y custodial*, una fase caracterizada por la progresiva independencia de las técnicas historiográficas y por la consolidación de

un cuerpo teórico propio, centrado, principalmente, en las actividades prácticas de tratamiento y gestión documental (SILVA *et al.*, 1998). En los Años 80 se inicia la *fase científica y post-custodial*, en la cual se produce la aproximación de la Archivística a las *Ciencias de la Documentación* (o *Ciencias de la Información*), al tiempo que se consolidan los fundamentos y principios propios. Por otra parte, en esta fase, el desarrollo tecnológico ha modificado sustancialmente el trabajo técnico del archivo, sobrepasando la mera función de custodia de los documentos para participar también en su producción y uso (GILLILLAND-SWETLAND, 2000).

Si admitimos que en la actualidad nos encontramos en la *fase científica* de la Archivística, cabe plantearse la siguiente pregunta: ¿cuáles son los rasgos que indican que la Archivística ha llegado a una *fase científica*? o, formulado de otro modo, ¿por qué podemos afirmar que la Archivística se encuentra en una *fase científica*?

Es posible advertir la existencia de indicadores externos que actúan como evidencia del carácter científico de la disciplina: los estudios de Archivística se han implantado en las universidades; existen revistas de carácter científico que siguen estrictos protocolos de publicación de trabajos de investigación; se celebran congresos, jornadas y reuniones ajustadas a los cánones de ese tipo de encuentros científicos; existe también, indudablemente, una comunidad interesada en el desarrollo de la Archivística; se dispone de fuentes de financiación para el desarrollo de proyectos de investigación específicos, etc. (GILLILAND, 2004; NUEVOS, 2006).

Sin embargo, e independientemente de los factores de carácter externo o material, es preciso también identificar los aspectos intrínsecos que permiten afirmar, sin ningún género de dudas, que la Archivística ha alcanzado la fase científica. En este sentido resulta interesante revisar la Teoría sobre las Revoluciones Científicas de Kuhn.

2 La teoría de las revoluciones científicas

Las teorías de Kuhn rompen con la idea de la tradición acumulativa lineal de la ciencia, es decir con el planteamiento de que la ciencia evoluciona de una forma continuada, en la que los nuevos avances

científicos se añaden a los anteriores sucesivamente, en un proceso continuo de búsqueda de la verdad científica. Por el contrario, para Kuhn la ciencia evoluciona de forma discontinua, es decir con rupturas bruscas respecto a los planteamientos existentes, rupturas que el autor denomina '*revoluciones científicas*' (KUHN, 1971).

En el proceso de una '*revolución científica*' se diferencian varias fases. Inicialmente (en la denominada *fase precientífica*) se produce la aparición de diversos enfoques para abordar el objeto de estudio, a menudo se trata de teorías parciales que resultan conflictivas e incluso incompatibles. Durante esta fase se produce una depuración progresiva hasta que los miembros de la comunidad científica alcanzan el consenso sobre aspectos relevantes de carácter teórico y metodológico. Se inicia así la segunda fase, llamada por Kuhn de *ciencia normal*, en la cual se produce la aplicación generalizada del modelo de investigación definido, sin que sea cuestionado por ningún miembro de la comunidad. Sin embargo, tras la aparición de críticas al modelo, o anomalías en el funcionamiento del mismo, éste comienza a ser cuestionado, hasta ser sustituido por un nuevo modelo; este proceso de transición constituye la tercera fase, o fase de *ciencia revolucionaria* (Kuhn, 1971).

De acuerdo al planteamiento de Silva *et al.* (1998) la Archivística se encuentra en su fase científica. Sin embargo, tal como acabamos de advertir, según Kuhn, la ciencia no es lineal y uniforme, sino que puede encontrarse en alguno de los tres estadios señalados: *precientífico,* de *ciencia normal* o de *ciencia revolucionaria*. Surge así la siguiente cuestión: ¿en qué estadio científico se encuentra la Archivística? Para responder a esta pregunta es preciso reflexionar sobre otro concepto propuesto por Kuhn, el concepto de *paradigma de investigación.*

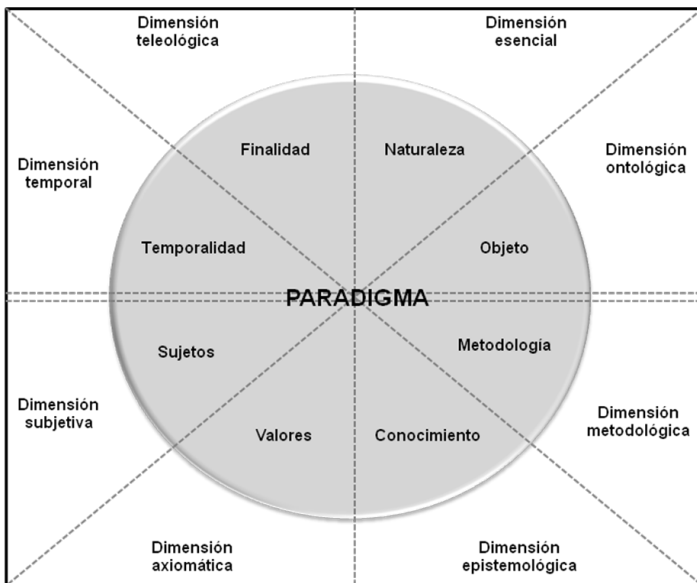
3 El concepto de paradigma de investigación

En el contexto descrito, el modelo que se crea, se consolida y desaparece constituye un *paradigma de investigación*. El concepto de paradigma no es exclusivo del ámbito de la investigación científica. Un paradigma es un modelo a seguir y puede ser aplicado en distintos entornos. Por ejemplo, en el ámbito profesional de los archivos, autores

como Greene (2002) hablan de la existencia de dos paradigmas: el paradigma archivístico (*archival paradigm*) y el paradigma de la gestión de documentos (*recordkeeping paradigm*) o, expresado en otros términos, *paradigma custodial* y *paradigma post-custodial*.

De forma específica, en el entorno de la investigación científica, Kuhn define paradigma como "[…] una realización científica universalmente reconocida que, durante cierto tiempo, proporciona modelos de problemas y soluciones a una comunidad científica" (KUHN, 1971). Un paradigma es, por tanto, un modelo de investigación aceptado.

A lo largo del tiempo numerosos autores han revisado y desarrollado el concepto de paradigma propuesto por Kuhn, proponiendo nuevas definiciones del término, muchas de las cuales han sido recogidas por González (2005). A partir del análisis de los aspectos tratados por las mismas es posible caracterizar con más precisión el concepto de paradigma de investigación. Los textos analizados definen el concepto de paradigma desde 8 puntos de vista: 1. Naturaleza; 2. Objeto; 3. Metodología; 4. Conocimiento; 5. Valores; 6. Sujetos; 7. Finalidad; 8. Temporalidad.

Figura 1: Dimensiones de los Paradigmas de Investigación.

Fuente: Elaborada por el autor.

1. **Naturaleza**. Por su naturaleza cualquier paradigma, independientemente del entorno científico en que se desarrolle, es un sistema complejo de ideas, conceptos y normas que sirven como patrón de investigación. Este carácter común a todos los paradigmas confiere al concepto su dimensión esencial o sustancial. Estos sistemas se basan en experiencias de investigación desarrolladas que demuestran la viabilidad del modelo, es decir no son solamente conjuntos de ideas de carácter especulativo, sino que se basan en actividades de investigación probadas. De este modo un paradigma de investigación se configura como el contexto o entorno en el que se desarrolla una actividad científica fiable y, tal como advierte Shulman (1989), la participación en un paradigma determinado implica un compromiso no escrito sobre el modo de desarrollar la actividad científica.
2. **Objeto**. Un paradigma de investigación debe tener definido un objeto de estudio. Es posible hablar así de una dimensión ontológica de los paradigmas de investigación, ya que se orientan al análisis de un determinado tipo de entidades, las cuales, según Grossmann forman las categorías del mundo u ontologías (GROSSMANN, 2007). Por esta razón diversos autores coinciden en señalar que los paradigmas 'ofrecen problemas de investigación', aunque, de forma más precisa, realmente proporcionan *tipos o modelos de problemas* (KUHN, 1971; PLANCHART, 1978), ya que, efectivamente, no presentan problemas concretos, sino grandes categorías de problemas (u ontologías), las cuales constituyen el objeto de estudio de una ciencia.

   En el caso particular de la Archivística el objeto de estudio fue, durante mucho tiempo, el archivo y el documento, este último, por otra parte, también objeto de estudio de la Diplomática, aunque con un enfoque diferente. En la actualidad, sin embargo, el principal objeto de estudio de la Archivística es la información, considerada desde distintas perspectivas: su producción, tratamiento, gestión, planificación, evaluación y consumo.
3. **Metodología**. Un paradigma de investigación debe contar con una metodología propia, es decir con un conjunto de procedimientos racionales o empíricos que permitan alcanzar el conocimiento en una investigación. A menudo la dimensión metodológica de

los paradigmas de investigación predomina sobre el resto de las dimensiones (ontológica, epistemológica, etc.) y los paradigmas se definen exclusivamente por los métodos empleados. Es el caso de la tradicional confrontación existente entre la investigación cualitativa y la investigación cuantitativa, presentada frecuentemente como un enfrentamiento entre un supuesto *paradigma cualitativo* y un supuesto *paradigma cuantitativo*. Tal como señalan Páramo y Otálvaro (2006) "[…] la distinción nominal entre investigación cuantitativa y cualitativa es equivocada, por cuanto dicha distinción se basa en el uso de un tipo particular de técnicas de recolección y análisis de información", para ambos autores es preferible dar prioridad a los aspectos epistemológicos y ontológicos sobre los metodológicos.

Dentro de la dimensión metodológica de un paradigma se incluyen los *métodos,* las *técnicas,* e incluso la *Metodología*, es decir el propio estudio de los métodos y técnicas apropiados para una disciplina[1]. En algunas ocasiones se utilizan indistintamente estos términos, principalmente las expresiones *métodos y técnicas.* En un sentido estricto el método es "[…] la lógica procedimental que guía el proceso de construcción del conocimiento" (PÁRAMO; OTÁLVARO, 2006), es decir es un proceso complejo que abarca el conjunto de acciones comprendidas entre la concepción y diseño del procedimiento de investigación y el análisis de los resultados obtenidos. Por el contrario las *técnicas de investigación* son las acciones específicas llevadas a cabo para obtener información original (cuestionarios, entrevistas, grupos de discusión, etc.).

En el ámbito de la Archivística es posible encontrar diferentes métodos de investigación y numerosas técnicas de recogida de datos, dependiendo del enfoque dado al objeto de estudio. En muchas ocasiones se trata de métodos y técnicas procedentes de otras disciplinas, sin embargo, desde el punto de vista profesional, la materia cuenta con un método propio, el 'método archivístico', un método de carácter empírico orientado a conocer la estructura funcional y, si procede, orgánica de los productores de los fondos documentales con el fin de definir su modelo conceptual de organización de información. Ya en los Años 80 Lodolini defendía la idea

[1]Realmente la Metodología forma parte de la Epistemología, y como tal se configura como una parte de la Filosofía que tiene como objeto los métodos aplicables a la investigación científica.

de que este 'método archivístico' es el elemento que da a la disciplina su carácter científico.

1. **Conocimiento**. La obtención de conocimiento es el fin último de la investigación y, por tanto, el conocimiento es un elemento esencial de cualquier paradigma de investigación, configurando así la dimensión epistemológida del mismo. Desde el punto de vista epistemológico un paradigma está formado por todos los principios, teorías, conceptos, pareceres, formas de razonamiento y términos que un grupo de investigadores comparte. Todos estos elementos contribuyen a dar respuesta a los problemas planteados, constituyendo la solución a los mismos. Sin embargo no existe una solución única. Por el contrario existen diferentes modos de percibir la realidad, los cuales pueden dar lugar a diferentes concepciones de la misma. Comúnmente se aceptan cuatro grandes puntos de vista epistemológicos para comprender la realidad (PASEK DE PINTO; MATOS DE ROJAS, 2006; MARTÍNEZ MARÍN; RÍOS ROSAS, 2006): el racionalisa (o deductivo); el empírico (o inductivo); el fenomenológico y el reflexivo (crítico o hermenéutico). Algunos autores hablan de la existencia de otros enfoques como el *holístico* o de la complejidad (PASEK DE PINTO; MATOS DE ROJAS, 2006). No obstante, los modelos señalados pueden ser agrupados en dos grandes categorías: los centrados en el conocimiento objetivo de la realidad (racionalismo y empirismo) y los orientados hacia el conocimiento subjetivo de la realidad (fenomenología y hermenéutica).

   Desde el punto de vista epistemológico, la Archivística, aunque tiene algunos elementos de tipo racionalista, debe ser considerada principalmente como una disciplina de carácter empírico y hermenéutico, ya que el avance científico dentro de la misma se lleva a cabo gracias a procedimientos de carácter inductivo y a la interpretación de hechos acontecidos.

2. **Valores**. Los 'valores' constituyen un componente más de un paradigma. Los valores son cualidades atribuidas al proceso de investigación, se trata de cualidades tales como el rigor, la meticulosidad o el comportamiento ético. La suma de elementos éticos y deontológicos configuran la dimensión axiomática de los paradigmas de investigación.

3. **Sujetos**. Un paradigma es compartido y aceptado por una comunidad científica determinada, pero no por una comunidad de un entorno geográfico limitado, sino por una comunidad mundial, ya que, como apunta Kuhn, un paradigma es una *realización científica universalmente reconocida*. Los científicos adheridos a ese paradigma tienen una percepción determinada de la realidad, esa percepción conforma la 'cosmovisión' del grupo. En la medida en que existen distintos paradigmas existen también distintas percepciones de la realidad, lo cual no supone que haya percepciones válidas y percepciones inválidas: siempre que haya distintos paradigmas válidos habrá también distintas percepciones válidas. Se entiende así la dimensión subjetiva de los paradigmas, ya apuntada al tratar su dimensión epistemológica.
4. **Temporalidad**. Debido al carácter cíclico de las *revoluciones científicas* los paradigmas tienen una limitación temporal, reducida a la época o momento histórico en que se desarrollan. En determinadas ocasiones el entorno tecnológico, el desarrollo científico y la expansión de áreas de conocimiento afines condicionan la aparición, consolidación y desaparición de un paradigma en una disciplina. Así ocurre, por ejemplo, en el momento actual de la Archivística, donde el desarrollo digital y la expansión de los documentos electrónicos está modificando sustancialmente los modelos de trabajo y, en consecuencia, el objeto de la investigación.
5. **Finalidad**. Los paradigmas de investigación tienen fines y objetivos determinados, los cuales confieren al concepto su dimensión teleológica, una dimensión relevante porque permite justificar su utilidad final. Como ya apuntamos, al tratar su naturaleza, la finalidad última de un paradigma es proporcionar un entorno apropiado para desarrollar el trabajo de investigación y favorecer la búsqueda del conocimiento, un entorno que permita:

Orientar y organizar la investigación de una disciplina (DAMIANI, 1997 *apud* GONZÁLEZ, 2005) actuando así como una guía para los investigadores de esa disciplina (ORTIZ, 2000).

Sustentar el propósito, los objetivos y el método de una investigación (CONTRERAS, 1996 *apud* GONZÁLEZ, 2005), es

decir, disponer de un criterio que permita determinar la validez de una investigación.

Favorecer la comunicación de la investigación de una disciplina (DAMIANI, 1997 *apud* GONZÁLEZ, 2005). La existencia de una terminología precisa y común resulta determinante para hacer posible la difusión de los resultados de una investigación y su mejora.

Definido el concepto de paradigma, por su naturaleza y finalidad y por sus dimensiones ontológica, metodológica, epistemológica, axiomática, subjetiva y temporal, surgen dos nuevas cuestiones: ¿existen paradigmas de investigación en el ámbito de la Archivística? y, si es así ¿cuáles son?

4 Paradigmas de investigación en las Ciencias de la Información y en la Archivística

Según Mastermann las ciencias naturales se caracterizan por ser 'monoparadigmáticas', por el contrario las ciencias sociales son 'poliparadigmáticas' (MASTERMAN, 1970 *apud* ORTIZ, 2000). La Archivística, en calidad de ciencia social, debe ser incluida en la segunda categoría y ser considerada como una disciplina 'poliparadigmática', pero ¿cuáles son sus paradigmas de investigación?.

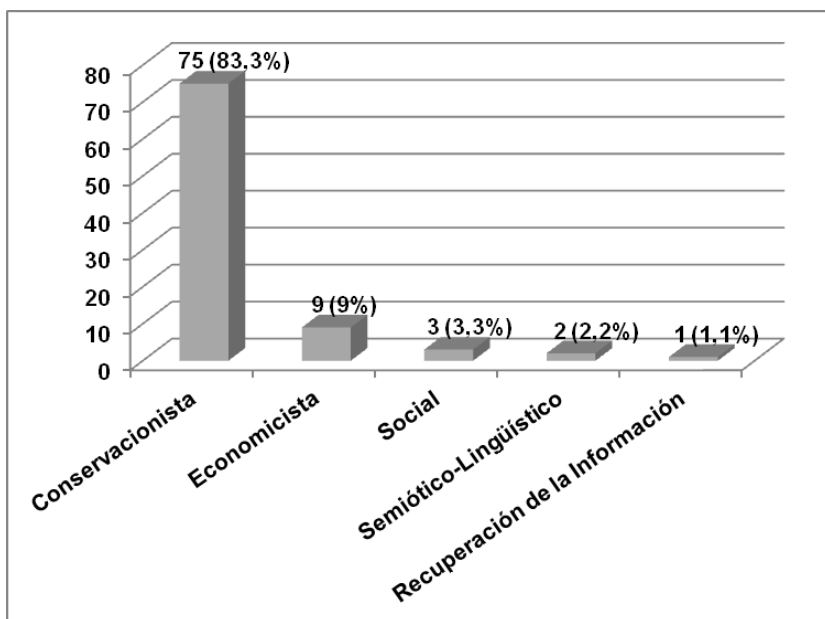
En el marco de las Ciencias de la Información existen diferentes paradigmas de investigación reconocidos. Si admitimos la vinculación de la Archivística con las Ciencias de la Información, es preciso también aceptar que los paradigmas existentes en las Ciencias de la Información pueden ser paradigmas propios de la Archivística. Por esta razón resulta apropiado conocer los paradigmas de investigación de las Ciencias de la Información y determinar cuáles de ellos pueden ser compartidos por la Archivística. Para intentar dar respuesta a esta cuestión se diseñó una metodología estructurada en tres grandes fases:

1. En primer lugar, fueron localizados y analizados diferentes trabajos de carácter descriptivo con el fin de conocer y definir los paradigmas de investigación existentes en el entorno de las Ciencias de la Información.
2. En segundo lugar, se realizó una búsqueda de tesis doctorales sobre archivos y Archivística defendidas en universidades españolas. Las

tesis doctorales constituyen el principal trabajo de investigación en el ámbito académico y, aunque su elaboración es prolongada y su número reducido, son el tipo de documento más fiable para analizar aspectos científicos de una disciplina. La búsqueda se desarrolló a partir de la *Base de datos de tesis doctorales españolas (TESEO)*. Aunque inicialmente fueron recuperadas las referencias de 106 tesis doctorales, finalmente, tras el proceso de selección, el número se redujo a 90, todas ellas correspondientes al período 1978-2011.

3. En tercer lugar, las tesis seleccionadas fueron clasificadas en cada uno de los paradigmas de investigación identificados previamente en el entorno de las Ciencias de la Información. Aunque en la mayoría de los casos no existieron dificultades para la identificación del paradigma de investigación al que correspondía cada tesis doctoral, en algunas ocasiones sí se plantearon algunos problemas por tratarse de trabajos que, por algunos aspectos de su contenido, podían ser clasificados en distintas categorías. Pese a todo, incluso en los casos más complejos, fue fácil identificar el paradigma dominante.

En las Ciencias de la Información es posible encontrar diferentes paradigmas de investigación reconocidos, algunos fuertemente consolidados, como el de la recuperación de la información o el bibliométrico y otros con unos límites más difusos. Existen trabajos sintéticos de carácter general que presentan, de forma breve pero clarificadora, los principales paradigmas de las Ciencias de la Información (GARCÍA JIMÉNEZ, 2002; GARCÍA MARCO, 2008). Existen también otros que se ocupan detalladamente de paradigmas concretos, como los relacionados con la representación y la recuperación de la información (GARCÍA MARCO, 1995; ELLIS, 1998; GARCÍA MARCO, 2008). En conjunto, en este entorno, fueron identificados los siguientes paradigmas de investigación: 1) Paradigma conservacionista o tradicional; 2) Paradigma semiótico-lingüístico; 3) Paradigma de recuperación de la información (fisicalista-informacional); 4) Paradigma lógico-matemático; 5) Paradigma cognitivo; 6) Paradigma economicista empresarial; 7) Paradigma social; 8) Paradigma métrico.

Gráfico 1: Paradigmas y el Número de Tesis Doctorales de Archivística.

Fuente: Elaborado por el autor.

El paradigma *conservacionista o tradicional* (GARCÍA MARCO, 1995; GARCÍA JIMÉNEZ, 2002) se centra en el documento como objeto de análisis y, por extensión, en el estudio individualizado de una biblioteca o un archivo determinado, como centros de custodia de documentos. Señala García Jiménez que, desde el punto de vista metodológico, se ocupa de aspectos normativos, descriptivos e inventaríales.

Se trata de un paradigma que, incuestionablemente, existe dentro de la investigación archivística, donde el análisis de un documento concreto o el estudio de la documentación de un archivo, de una persona, de una institución o de una familia ha sido frecuentemente objeto de investigación. Prueba de ello es que el 83,3% de las tesis doctorales sobre archivos localizadas en la base de datos TESEO corresponden a este paradigma (n=75; N=90). No obstante, no hay un único modelo de investigación tradicional, dentro del elevado número de tesis clasificadas en esta categoría es posible advertir la existencia de cinco grandes sub-categorías:

1. Estudios diplomáticos, bien de un tipo de documento determinado (por ejemplo '*Los obituarios de la Catedral de Burgos*' o '*Análisis de la cartografía de Guipúzcoa en el Archivo General de Simancas. Siglos XVI, XVII y XVIII*'), bien de los documentos de una región o de un archivo (por ejemplo: '*Colección diplomática del Archivo Municipal de Benavente: estudio histórico, paleográfico, diplomático y Lingüístico*' o '*De Diplomática Regia Aragonesa Medieval según fondos documentales darocenses del Archivo Histórico Nacional de Madrid*').
2. Instrumentos de descripción de un archivo. Se trata de trabajos de investigación que presentan un instrumento de descripción acompañado de un estudio institucional o biográfico del productor (en este grupo se encuentran tesis como: '*La Junta de Protección a la Infancia de Barcelona: aproximación histórica y guía documental de su archivo (1908-1985' o 'Guía del Archivo de Protocolos Notariales de Granada*')).
3. Estudios temáticos. Se trata de trabajos de investigación en los cuales se usa la documentación de algún archivo concreto para realizar el estudio en profundidad de un tema determinado (un grupo social, una familia, una época, un lugar o, frecuentemente, cuestiones de carácter demográfico). Realmente no son trabajos de investigación archivística propiamente dicha, sino estudios de carácter histórico en los que un archivo determinado se utiliza como principal fuente de investigación. Dentro de este grupo se encuentran tesis como: '*La familia Colón a través del Archivo de la Casa de Veragua*'; '*Aspectos sanitarios de los Archivos Parroquiales del Valle de Arán. Siglos XVII-XVIII*'; o '*Memoria histórica y vida de la nobleza a través del Archivo Viana*'.
4. Historia de los archivos y de la Archivística. Dentro de este conjunto se incluyen trabajos que se ocupan de la historia de algún archivo determinado (por ejemplo '*El Archivo de la Villa de Madrid en la alta edad moderna' (1556-1606));* también pueden ser trabajos relativos a la situación de los archivos en un período determinado ('*Política documental en España en el Siglo XIX. La acción del Estado en la promoción de Archivos y Bibliotecas*'); o incluso relativos a la historia de cuestiones teóricas de la Archivística, por ejemplo: '*Organizar archivos: análisis histórico de las propuestas hispánicas (Siglos XVI al XIX*)' o '*Concepto*

y naturaleza teórica del principio de procedencia archivístico: génesis en España'.

5. Organización de un archivo, es decir, estudios de carácter descriptivo que presentan el proceso de organización de un archivo determinado (por ejemplo: *Organización y descripción de los fondos documentales del Archivo Ducal de Medinaceli*). No obstante, es preciso tener en cuenta que muchos de los trabajos citados en los apartados anteriores se ocupan también, aunque de forma parcial y accesoria, de esta cuestión es decir, presentan como parte de la investigación el proceso de organización del archivo tratado.

El *paradigma semiótico-lingüístico* está dedicado al análisis y tratamiento del contenido de los documentos y a la organización del conocimiento desde diferentes perspectivas: lenguajes documentales (principalmente tesauros), análisis de los documentos, indización, representación del contenido de los documentos, sistemas de clasificación y organización y, en general, todos aquellos aspectos relacionados con la representación de la información. Dependiendo de su orientación puede recibir influencias de la lingüística, del estructuralismo, de la terminología, de la semiótica o de otras disciplinas relacionadas.

A diferencia del paradigma tradicional, el semiótico-lingüístico cuenta con escasa presencia en la Archivística. En el caso de las tesis seleccionadas en la base de datos TESEO sólo se han detectado dos trabajos que corresponden a este paradigma. Se trata de la tesis *'Archivos y televisión: nuevas perspectivas metodológicas para el tratamiento documental de la imagen en movimiento en programas informativos'* y de la tesis *'Metodología para el tratamiento de los archivos gráficos de prensa. Estudio de un caso: Patria. Diario de Granada (1935-1983)'*. Tal como se puede advertir son dos investigaciones sobre archivos especiales (archivos gráficos y de televisión) que suponen el 2,22% del total de tesis identificadas.

Es preciso tener en cuenta que existen trabajos clasificados en otras categorías que, de forma parcial, se ocupan de algunos de los problemas de representación del contenido de los documentos, es el caso, por ejemplo, de la tesis doctoral *Aproximación a la clasificación de fondos de la Administración Central*, en la cual se propone el desarrollo de un sistema

de información (razón por la cual ha sido clasificada dentro del paradigma economicista y empresarial) en cuyo contexto se elabora también un tesauro para el acceso a la documentación.

Pese a su escasa presencia real en la investigación archivística, se trata de un ámbito que debiera ser potenciado, debido a la importancia que actividades tales como la clasificación, la indización y el control del vocabulario tienen en la recuperación de la información de los archivos.

El *paradigma de recuperación de la información* (GARCÍA MARCO, 2008), también llamado paradigma *fisicalista-informacional* (GARCÍA MARCO, 1995; GARCÍA JIMÉNEZ, 2002) está orientado al análisis de los procedimientos de recuperación de la información con el fin de mejorar el funcionamiento de los sistemas existentes. En general se trata de investigaciones de carácter experimental en las que se pretende conocer, valorar y comparar las características, ventajas e inconvenientes de los distintos medios de búsqueda y recuperación de la información (se valoran así aspectos como la exhaustividad, la pertinencia, la relevancia o la especificidad de los sistemas de recuperación de la información).

Se trata de un paradigma que apenas tiene presencia en la Archivística, tan sólo se ha detectado en TESEO una tesis doctoral que se ajusta a este modelo (*'Modelo de unificación semántica de ontologías, aplicado al dominio de los archivos digitales'*). Aunque, tal como se puede advertir por el título, se trata de un trabajo de interés incuestionable para los archivos, realmente ha sido desarrollado en el ámbito de la ingeniería de sistemas telemáticos.

Es probable que la falta de estudios correspondientes a este paradigma se deba a que durante mucho tiempo los archivos han carecido de sistemas automatizados de recuperación de información. Sin embargo, en la actualidad esta situación ha cambiado radicalmente y conceptos inexistentes, o lejanos, tales como búsqueda jerárquica, búsqueda avanzada, visualización de la información, etc. son hoy una realidad. Por esta razón es previsible, y necesario, que se produzca el desarrollo de trabajos de investigación relacionados con la forma de recuperar y visualizar la información en los archivos. Por otra parte se ha producido una diversificación del perfil de los usuarios de los archivos y mientras los

usuarios eruditos tradicionales valoraban poco los instrumentos existentes para acceder a los documentos, la aparición de nuevos tipos de usuarios (estudiantes, ciudadanos, investigadores aficionados…) obliga a cuidar más los sistemas de búsqueda y recuperación.

En opinión de García Marco (1995) existe una variante del anterior que es el *paradigma lógico-matemático* centrado en el desarrollo de herramientas inteligentes para lograr el procesamiento automático de la información mediante técnicas procedentes de la lógica formal, la lógica probabilística, el álgebra relacional, etc. Se trata de un paradigma del cual no se ha detectado ninguna tesis doctoral directamente vinculada con la Archivística.

El *paradigma cognitivo* se orienta al análisis de los procesos humanos de adquisición, comprensión, procesamiento y organización de la información, es decir a la forma en que las personas procesan la información que reciben. La finalidad que persigue es estudiar cómo se comportan los usuarios en los procesos de búsqueda de la información, con el fin de diseñar sistemas de recuperación adaptados a esos requisitos. A diferencia del paradigma de recuperación de información y del paradigma lógico-matemático, centrados en las herramientas de recuperación de la información, éste está dedicado a valorar el comportamiento humano. Sin embargo, igual que ocurría en el caso anterior, no se ha encontrado en TESEO ninguna tesis doctoral que pueda ser incluida dentro de este modelo.

Es posible afirmar que hasta hace unos años la investigación en este campo no era necesaria en la Archivística: los usuarios acudían presencialmente a los archivos y comúnmente solicitaban documentos concretos, consultaban instrumentos de descripción, o pedían directamente la documentación a los archiveros. Sin embargo en la actualidad la forma de búsqueda de la información se ha modificado sustancialmente: los usuarios consultan la información existente sobre los documentos a través de sistemas informáticos, bien en el propio archivo, bien a distancia. Y en este contexto sí que resulta necesario desarrollar investigaciones sobre el comportamiento de los usuarios ante los sistemas automatizados de búsqueda de información, con el fin de adaptarlos a su nivel de exigencia y conocimiento. No es conveniente crear sistemas de recuperación basados exclusivamente en la estructura de los fondos documentales, por el contrario, también deben estar adaptados a la forma de consulta de las personas.

El *paradigma economicista y empresarial* (GARCÍA JIMÉNEZ, 2002) se centra en la investigación en materia de gestión de la información, y se concreta, a menudo, en estudios de gestión y planificación de unidades y sistemas de información. Para García Jiménez se trata de un modelo reciente que ha surgido "[…] al amparo del boom de los términos gestión del conocimiento y capital intelectual" (GARCÍA JIMÉNEZ, 2002, p.16) y que puede llegar a convertirse en una auténtica teoría económica de la información.

Se puede afirmar que se trata de un paradigma que se encuentra en fase de expansión dentro de la investigación archivística: se han detectado 9 tesis doctorales en TESEO que corresponden a este modelo de investigación (9%). Las tesis localizadas presentan diferente alcance, en ocasiones son estudios de gran amplitud sobre sistemas de información archivística (por ejemplo: '*Propuesta teórica, conceptual y metodología para el diseño y la estructuración de un sistema nacional de información archivística como modelo de unificación de archivos. Unidad de análisis. América Latina y El Caribe*'). Otras veces son propuestas concretas para una institución determinada (por ejemplo: '*Formulación de un modelo de gestión integral para la documentación del Archivo del Tribunal Superior de Justicia del Estado de México*') o para diferentes entidades del mismo tipo, como los archivos empresariales, orales o locales (por ejemplo: '*Sistema de gestión integral de documentos de archivo para empresas de la construcción del territorio de Camagüey*') y en ocasiones se llega incluso al análisis de algún servicio específico (por ejemplo: '*Análisis de las sedes web de los Archivos Nacionales de Hispanoamérica: estudio de su evolución y propuestas de mejora*').

Se trata, por otra parte, de un paradigma emergente, ya que, salvo una, todas las tesis analizadas, fueron defendidas entre el año 2002 y el año 2010.

En la actualidad el *paradigma economicista y empresarial* cobra más sentido en la investigación archivística debido a la presencia cada vez mayor de los archivos en el ámbito de la gestión. Esta presencia se encuentra plenamente respaldada, tanto desde el punto de vista técnico, como desde el punto de vista teórico. Desde el punto de vista técnico existe una sólida normativa en plena expansión internacional destinada tanto a la gestión en general (normas ISO 15489 e ISO 30300) como a

la regulación de aspectos específicos, tales como la gestión de documentos electrónicos (especificación MoReq; ISO 16175); la digitalización (ISO 13028); o los metadados (ISO 23081). Por otra parte, desde el punto de vista teórico, además de modelos tradicionales, como los de Estados Unidos y Canadá, existen otros más recientes, como el modelo de *Records continuum* australiano.

El *paradigma social* se centra en los aspectos relacionados con la dimensión social de las Ciencias de la Información, tales como la formación, el uso de la información en la sociedad, la presencia en la sociedad, etc. (GARCÍA JIMÉNEZ, 2002, 17).

Como el economicista, el social es un paradigma presente y emergente en la investigación archivística. En el caso de las tesis doctorales analizadas se han encontrado tres (3,33%) que responden a este modelo, todas ellas defendidas entre el año 2001 y el año 2010, y abordan aspectos tales como la situación profesional (*'Análisis y evolución del panorama laboral de archivero en Brasil: el poder legislativo federal en escena'*), la formación (*'Formación en Ciencias de la Documentación: estudio metodológico de un posgrado de Archivística en Línea'*) o los usuarios (*'Análisis de usuarios de archivos de la ciudad de Jaén'*). En opinión de García Marco los estudios de usuarios constituyen, por sí mismos, un paradigma independiente, un paradigma 'inestable' que corre el riesgo de ser absorbido por el paradigma de la recuperación de la información (GARCÍA MARCO, 2008, p.312).

Formación, profesión y usuarios son tres aspectos de la presencia de la disciplina en la sociedad, sin embargo la dimensión social de los archivos puede ser abordada desde gran diversidad de perspectivas.

El *paradigma métrico* está dedicado al análisis métrico de la información en sus diferentes manifestaciones y cuenta con un conjunto de técnicas específicas para alcanzar resultados objetivos sobre la producción de la información. Se trata de un paradigma dinámico que experimenta constantes modificaciones para adaptarse a las formas que reviste la producción de información, es por ello común que surjan denominaciones específicas para hacer referencia a las distintas adaptaciones que se producen: Bibliometría, Informetría, Cienciometría, Cibermetría, Webmetría (CHAVIANO, 2004). Para García Marco el paradigma métrico constituye,

junto con el paradigma de recuperación de información experimental, los dos paradigmas fundamentales de investigación en el ámbito de la Documentación (GARCÍA MARCO, 2008).

Se trata de un paradigma que no tiene una aplicación directa en el mundo de los archivos y, efectivamente, no se ha encontrado ninguna tesis doctoral sobre el mismo. Sin embargo, es un modelo que, adaptado convenientemente, puede ser adoptado por la Archivística para medir la producción documental de las instituciones, hablaríamos así de *Archivometría*, término que ya ha sido empleado en la bibliografía. Según Gorbea la *Archivometría* se ocuparía de "[…] la aplicación de métodos y modelos matemáticos y estadísticos al análisis y comportamiento de fenómenos históricos asociados a la estructura y organización de este tipo de fondo y documento, cuyos resultados enriquecen la organización de la actividad archivística y por consiguiente la disciplina de Archivología" (GORBEA PORTAL, 1994), aunque, tal como señalara recientemente María José Verdejo Martínez, se trata de un término que no ha llegado a asentarse (VERDEJO MARTÍNEZ, 2011) y que aún no ha dado resultados concretos.

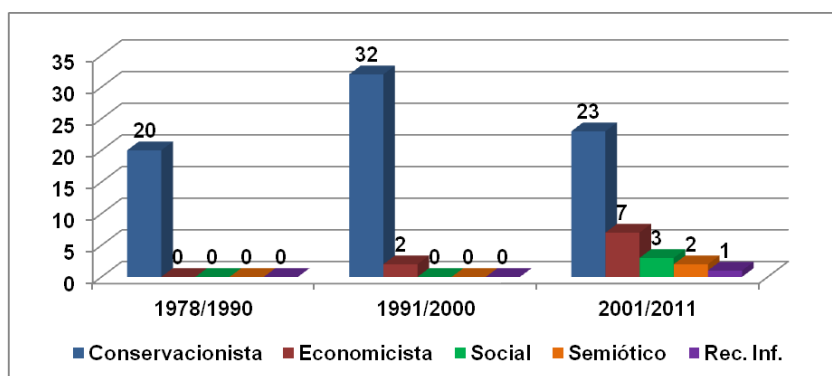
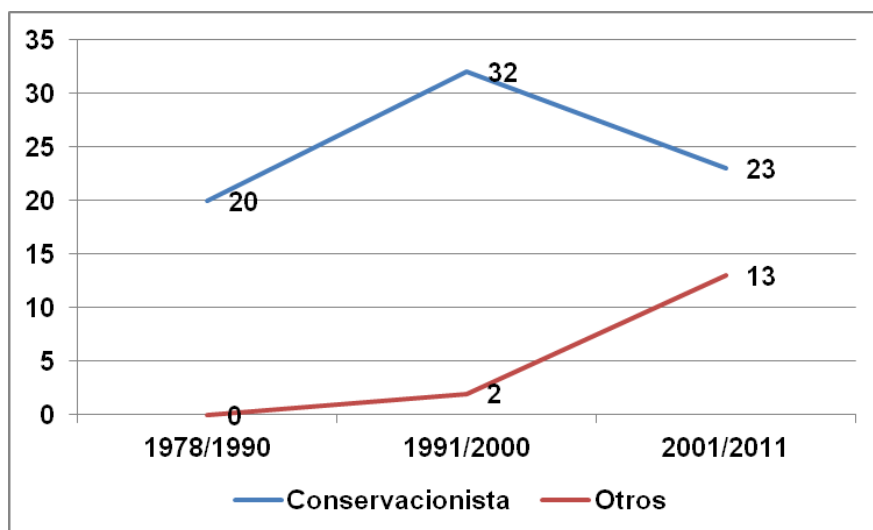
Gráfico 2: Evolución del número de tesis de cada paradigma.

Fuente: Elaborado por el autor.

Gráfico 3: Evolución de los distintos paradigmas: Conservacionista/otros.

Fuente: Elaborado por el autor.

Conclusión: ¿Asistimos a una 'Revolución Científica' de la Archivística?

Las conclusiones que presentamos a continuación deben ser valoradas teniendo en cuenta la cantidad de trabajos analizados (90) y el carácter de los mismos (tesis doctorales). Sería deseable que la muestra analizada fuera mayor y que se encontrara más diversificada, tanto en lo relativo al tipo de trabajos (tesis, artículos, ponencias, comunicaciones, etc.) como en lo referente al espacio geográfico cubierto. Sin embargo la calidad de los trabajos analizados (tesis doctorales) es incuestionable y permite advertir, sin ninguna duda, el cambio de tendencia en la actividad investigadora de la Archivística.

Como se ha señalado a lo largo del texto, los ocho paradigmas identificados en el entorno de las Ciencias de la Información tienen una presencia irregular en las tesis doctorales sobre archivos y Archivística (Gráfico 1).

Existe un paradigma predominante, que es el conservacionista y tradicional, el cual presenta diferentes enfoques de investigación: *estudios diplomáticos, historia de los archivos y de la archivística, instrumentos de*

descripción, estudios temáticos y *organización de archivos*. Algunos de estos enfoques pueden ser cuestionados, es el caso de los *estudios diplomáticos,* que, pese a la indudable relación que tienen con los archivos, realmente corresponden a otro ámbito de estudio; y de los *estudios temáticos*, la mayoría de los cuales son trabajos de investigación histórica, con apartados más o menos extensos relativos a los archivos.

Existen tres paradigmas que pueden considerarse emergentes dentro de la investigación archivística, se trata del economicista y empresarial, el semiótico-lingüístico y el social, en los cuales la mayoría de las tesis doctorales detectadas fueron defendidas a partir del año 2000 (Gráfico 2).

Existen cuatro paradigmas que apenas tienen presencia en el campo de la investigación archivística: el paradigma de recuperación de la información, el paradigma lógico-matemático, el paradigma cognitivo y el paradigma métrico.

Tomando de nuevo la *teoría de las revoluciones científicas* de Kuhn, es posible afirmar que existen indicios suficientes para considerar que la Archivística se encuentra inmersa en un proceso de cambio. De acuerdo a la teoría kuhniana, en el ciclo de una revolución científica se producen tres fases: fase *precientífica*, fase *de ciencia normal* y fase *de ciencia revolucionaria*. Dado el carácter cíclico de las revoluciones científicas la última fase de un ciclo coincide con la primera fase del siguiente, es decir la *fase de ciencia revolucionaria,* que se produce al final de un ciclo, coincidirá con la *fase precientífica,* con la que se inicia un nuevo ciclo. Tal como se puede advertir en el gráfico de la figura 4, en la primera década del Siglo XXI el número de trabajos que corresponden al paradigma tradicional experimentó un notable descenso, lo cual parece indicar que ese modelo es cuestionado y se encuentra al final de un ciclo (en una *fase de ciencia revolucionaria*). Por el contrario, en el mismo período (primera década del Siglo XXI), se advierte un incremento considerable del número de estudios que corresponden al resto de paradigmas, lo cual apunta que nos encontramos en los primeros estadios de un nuevo ciclo (en una *fase precientífica*). Los cambios son evidentes y parecen indicar que asistimos a una auténtica 'revolución científica' de la Archivística.

Referências

CHAVIANO, O. G. Algunas consideraciones teórico-concpetuales sobre las disciplinas métricas. *Acimed*: Revista cubana de los profesionales de la información y la comunicación en salud, v.12, n.5, 2004.

CONTRERAS, I. La investigación en el aula en el marco de la investigación cualitatativa en educación. *Revisa Educación*, v.20, n.1, p.109-125, 1996.

DAMIANI, L. F. *Epistemología y ciencia en la Modernidad*: el traslado de la racionalidad de las ciencias físico-naturales a las ciencias sociales. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la UCV; Ediciones FACES-UCV, 1997.

ELLIS, D. Paradigms and research traditions in information retrieval research. *Journal Information Services and Use*, v.18, n.4, 1998.

GARCÍA JIMÉNEZ, A. *Organización y gestión del conocimiento en la comunicación.* Gijón: Trea, 2002.

GARCÍA MARCO, F. J. La Biblioteconomía y la Documentación española en la encrucijada. *Ibersid*, p.307-318, 2008.

GARCÍA MARCO, F. J. Paradigmas científicos en representación y recuperación de la información. In: *ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA*, 1., 1995. *Actas…* Zaragoza: ISKO-España; Universidad de Zaragoza; MEC, 1995. P.99-112

GILLILAND, A. Building an infrastructure for archival research. *Archival Science:* International Jornal on Recorded Information, v.4, n.3-4, p.149-197, 2004.

GILLILLAND-SWETLAND, A. J. *Un paradigma perdurable, nuevas oportunidades*: el valor de la perspectiva archivística en el entorno digital. Washington: Council on Library and Information Ressources, 2000. Disponivle en: <http://archivo.cartagena.es/recursos/texto1_paradigma.pdf>. Acceso en: 05 mar. 2011.

GONZÁLEZ, F.¿Qué es un paradigma? Análisis teórico, conceptual y psicolingüístico del término. *Investigación y Postgrado*, v.20, n.1, p.13-54, 2005.

GORBEA PORTAL, S. Principios teóricos y metodológicos de los estudios métricos de la información. *Investigación Bibliotecológica*, v.8, n.17, 1994.

GREENE, M. A. The power of meaning: The archival mission in the postmodern age. *The American Archivist*, v.65, n.1, p.42-55, 2002.

GROSSMANN, R. *La existencia del mundo: introducción a la ontología.* Madrid: Tecnos, 2007.

KUHN, T. *La estructura de las revoluciones científicas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1971.

MARTÍNEZ MARÍN, A.; RÍOS ROSAS, F. Los conceptos de conocimiento, epistemología y paradigma como base diferencial en la orientación metodológica del trabajo de grado. *Cinta de Moebio*, n.25, 2006.

MASTERMAN, M. The nature of a paradigm. In: *CRITICISM and the growth of Knowledge.* Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

NUEVOS métidos de investigación en archivística. Cartagena: Concejalía de Cultrua: 3000 Informática, 2006.

ORTIZ, J. R. Paradigmas de comunicación. *UNADocumenta*, v.1, n.14, p.42-48, 2000.

PÁRAMO, P.; OTÁLVARO, G. Investigación alternativa: por una distinción entre posturas epistemológicas y no entre métodos. *Cinta de Moebio*, n.25, 2006.

PASEK DE PINTO, E.; MATOS DE ROJAS, Y. Cinco paradigmas para abordar lo real. *Telos*, v.8, n.1, p.106-121, 2006.

PLANCHART, J. El modelo de Kuhn. *Semestre de Filosofía*, v.1, n.2, p.65-74, 1978.

SILVA, A. M. da *et al*. *Arquivística:* teoría e prática de uma ciência da informaçao. Porto: Afrontamento, 1998.

SHULMAN, L. Paradigmas y programs de investigación en el estudio de la enseñanza: una perspeciva contemporánea. En: *LA INVESTIGACIÓN en la Enseñanza*. Barcelona: Paidós, 1989. p.9-94

VERDEJO MARTÍNEZ, M. J. *Análisis de los estudios métricos de la información publicados en revistas españolas de documentación (2005-2009).* Valencia, 2011.

Capítulo 5

Documentação Imagética e Memória

Maria Leandra Bizello

1 Introdução

A documentação imagética sempre esteve presente nos arquivos e centros de documentação. Tratada quase sempre como coleção, películas fotográficas e cinematográficas recebem tratamento especial fundamentalmente por causa de seu suporte frágil frente às adversidades do tempo e do ambiente. Somem-se às películas os suportes como vidros e papéis fotográficos que são degradados em função de sua fragilidade interna pela ação da química que compõe a imagem.

Essa especificidade da materialidade do suporte levou também a pensar nos documentos imagéticos como 'documentos especiais'. A reflexão na arquivística pouco considerou as relações orgânicas que o documento imagético tem com outros documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas.

Por certo o acondicionamento de películas, diapositivos, papéis fotográficos, álbuns, negativos, vidros, devem receber uma atenção em separado do suporte papel. A climatização merece um investimento maior,

mas a relação que tais documentos estabelecem com outros devem estar refletidos nos instrumentos de pesquisa.

O pesquisador, por sua vez, se mostra, muitas vezes, interessado apenas na imagem ou nas imagens para sua pesquisa, sem estabelecer relações com outros documentos produzidos seja pelo fotógrafo ou cinegrafista que produziu as imagens pesquisadas.

O conjunto documental aqui estudado é diverso em suportes, nossa hipótese é que ele não está em sua completude uma vez que é constituído de documentos administrativos de atividades-meio. Os documentos de atividades-fim supostamente acompanhariam fotografias e filmes, como roteiros para captação de imagens, não fazem parte desse conjunto.

A produção de imagens fixas e em movimento, fotografias e filmes foi a principal atividade da Agência Nacional, desde sua criação nos Anos 1930 até sua extinção em fins dos Anos 1970. Relatamos nossa pesquisa com essa documentação no que tange ao seu uso por pesquisadores, as questões metodológicas levantadas por esse uso, reflete as relações entre tal documentação e a memória coletiva.

2 Agência Nacional: documentação

O Arquivo Nacional custodia a documentação da Agência Nacional, pensamos que não está ali toda a documentação produzida e recebida pela Agência no transcorrer de suas atividades e no período de sua existência. Os diferentes suportes não resistiram à ação do tempo e por certo muitos deles foram eliminados. Outros, aqueles que chegaram aos nossos dias, correm algum risco, mas estão sob os cuidados de especialistas que usam de técnicas de preservação e restauração para mantê-los em condições de consulta e pesquisa.

O fundo Agência Nacional é constituído por documentos audiovisuais – filmes e cinejornais, fotografias – e documentos textuais. A dimensão desse acervo é de: 129,49 metros lineares de documentos textuais; 5.835 discos; 892 filmes; 17.487 fotografias/diapositivos; 19 vídeos; 303.000 negativos fotográficos.

Em um primeiro momento empreendemos um levantamento das imagens de cinejornais e documentários institucionais realizados pela Agência Nacional nos Anos de 1956-1961, com imagens do presidente do período, Juscelino Kubitschek. Foram levantados e assistidos 76 desses filmes e consultados os instrumentos de pesquisa referentes a esse fundo: um catálogo e um índice.

A documentação textual pesquisada, e também guardada no Arquivo Nacional consistiu em um recorte nesse conjunto documental uma vez que é muito grande. Dessa forma, a documentação consultada foi a dos Anos 1950-1960. Foram examinados livros ponto dos funcionários ligados a diversos departamentos; boletins de frequência; folhas de portaria, fundamentalmente cópias.

Esses documentos textuais não dizem respeito diretamente aos filmes produzidos pela Agência Nacional ou mesmo ao seu acervo fotográfico. É uma documentação administrativa que dá conta de pagamentos de funcionários, registros de suas atividades e registros de frequências. O acervo possui documentação do período de 1935 a 1972, num total de 490 latas que acondicionavam os documentos quando de sua chegada ao Arquivo Nacional, por isso, nos instrumentos de pesquisa, ainda encontramos a designação 'lata' na referência à quantidade de documentação.

A Agência Nacional foi criada juntamente com o Departamento Nacional de Informações pelo decreto-lei 7582 de 25/05/1945. Abaixo os períodos e as instituições a que a Agência era subordinada[1]:

- 1934 – 1939 – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural – Ministério da Justiça;
- 1939 – 1945 – Departamento de Imprensa e Propaganda – Presidência da República;
- 1945 – 1946 – Departamento Nacional de Informações – Ministério da Justiça;
- 1946 – 1967 – Agência Nacional – Ministério da Justiça;

[1] Fonte: Arquivo Nacional – Catálogo Fundo/Coleção Agência Nacional.

- 1967 – 1979 – Agência Nacional – Presidência da República (Gabinete Civil);
- 1979 – Agência Nacional – Presidência da República (Secretaria da Comunicação Social);
- 1979 – 1988 – Empresa Brasileira de Notícias – Ministério da Justiça (Secretaria da Comunicação Social).

No período estudado a Agência Nacional era subordinada ao Ministério da Justiça, o que não parece ter modificado sua importância ou sua função. Os filmes estudados dividem-se em filmes institucionais e cinejornais. Nesses últimos a imagem de JK aparece segundo os acontecimentos ali abordados. A estrutura fílmica dos cinejornais é justamente o de recorte de diversos assuntos, dessa forma trabalhamos com pequenos trechos.

Observamos que em alguns casos as imagens repetem-se significando o uso de imagens de arquivo na constituição dos cinejornais e não apenas de imagens de atualidade, ou ainda tomadas no momento do acontecimento. Por outro lado a condição material de alguns filmes não nos deu subsídios para tratar a imagem junto ao som. Para o melhor acesso aos filmes, todos foram telecinados para o VHS, e alguns deles não possuíam a banda sonora. Aqueles que conseguimos assistir e separar o fragmento no qual JK aparece nos mostrou que a imagem construída pela Agência Nacional não era distinta de outros cinejornais ou filmes institucionais realizados por produtoras cinematográficas privadas que também produziam filmes e cinejornais tanto para o governo federal como para os governos estaduais.

Juscelino Kubitschek não contava com um departamento que cuidasse de sua imagem de maneira específica, tal como Getúlio Vargas. O DIP foi extinto logo após o fim do Estado Novo, mas de alguma maneira o Estado controlava as informações oficiais, não havia mais o caráter de censura estatal. No entanto, a produção de cinejornais oficiais existirá durante o período 1956-1961, e o órgão responsável por essa produção era a então Agência Nacional.

Segundo Gomes (2007), que estudou uma série de cinejornais dos Anos 1950 realizados pela Agência Nacional, esse órgão substituiu o

Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1946. No curto período de 1945-1946 ele existia como Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça. O DIP foi subordinado à Presidência da República. O DNI tinha atribuições próximas às de seu antecessor:

> [...] fazer a censura cinematográfica, estimular a produção de filmes nacionais, conceder prêmios e, [...] com base na autorização do decreto-lei de 1942, que delegava ao diretor geral do DIP a competência para aumentar a exibição compulsória, o DNI promulgou a portaria 131/45, aumentando para três o número de filmes nacionais de longa-metragem exigidos por ano (SIMIS, 1996, p.135).

A Agência Nacional tinha "[...] funções de natureza meramente informativas. Cabia-lhe outras atribuições à captação, elaboração e distribuição de matérias, visando a divulgação dos atos emanados da autoridade governamental [...]" (ARQUIVO NACIONAL, 1983, p.55 *apud* GOMES, 2007, p.50).

Subordinada ao Ministério da Justiça no governo JK, a Agência Nacional distribuía matérias oficiais à imprensa, assim como realizava imagens fotográficas e cinematográficas segundo os interesses e atos da 'administração federal' (GOMES, 2007, p.49).

2.1 O uso da documentação fílmica para a história

A documentação da Agência Nacional chegou aos nossos dias e utilizada pelos pesquisadores com as mais diversas preocupações nos provoca algumas reflexões metodológicas sobre o uso do filme como fonte primária para as Ciências Humanas e mais especificamente para a história.

Tanto filmes de ficção como os de não ficção dialogam com a história, se não de maneira tão explícita como o filme histórico, dão visibilidade e representam o imaginário coletivo em um dado momento. O filme histórico é uma das possibilidades de conhecer e tornar a história inteligível e discutida. Os filmes de não ficção, documentários, cinejornais, filmes institucionais são narrativas fílmicas que privilegiam enunciados assertivos sobre a realidade ali representada. É justamente essa representação do real que nos interessa, ela está em diálogo com a história na medida em que permite a visibilidade do passado, mas não da mesma maneira que o filme histórico.

A dissertação de mestrado de Cássio dos Santos Tomain (2006) sobre os cinejornais realizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP nos mostra como há possibilidades de trabalhar o documento fílmico sem tomar caminhos pretensiosos e labirínticos. Para Tomain,

> [...] a relação cinema e história implica ao pesquisador uma postura desmistificadora do objeto. Entende-se aqui por desmistificação, uma análise dirigida pela desconstrução dos signos visuais e sonoros do filme, o que nos permite uma abordagem estética do cinema, o que faz do fazer cinematográfico um constante inventar e executar. [...] propiciou-me uma busca por estas construções sígnicas, revelando como o cinema documental, no tocante as particularidades do gênero, serviu ao aparato de propaganda política do Governo de Getúlio Vargas, que também compreendia outros dispositivos culturais como o rádio, a música, as festas cívicas entre outros. A problematização era da seguinte ordem: como as imagens seqüenciais, tidas como signos mitificadores, colaboraram para forjar (montagem) no imaginário social do brasileiro dos anos 1930 e 1940 uma única imagem, o Estado Novo? (TOMAIN, 2006, p.25-26).

O autor ressalta a preocupação em pensar os cinejornais ou o filme não ficcional como um discurso articulado de um *'real socializado'* (TOMAIN, 2006, p.16), pois tanto o filme ficção como o documentário lida de alguma forma com a realidade e a objetividade. No entanto, os cinejornais são quase sempre – e isso é recorrente – entendidos como documentos desfavorecidos, apesar de suas imagens trazerem o dito real da época em que foram produzidos.

Numa outra perspectiva, aquela das práticas históricas do cinema, Delage e Guigueno (2004), analisam um fragmento do cinejornal *France-Libre-Actualités*: é o encontro entre Hitler e Pétain em 1940. A cerimônia do encontro é simbolizada pelo aperto de mãos entre os dois homens; ao rever as imagens breves desse encontro, colocam-se algumas questões:

> Selon quelle temporalité et de quelle manière les actualités cinématographiques françaises et allemandes ont-elles construit pendant l'Occupation et immédiatement à la Libération la représentation de cet événement? Quelle importance peut-on accorder à ces images? (DELAGE; GUIGUENO, 2004, p.132-133).

Este trecho curto de cinejornal foi estudado dentro de um contexto maior entre 1940 e 1944. A cronologia do encontro, o seu contexto imediato,

também foram levantados. As imagens repetidas durante a Segunda Guerra por cinejornais alemães e franceses com montagens diferentes são, então, imagens de arquivo, o encontro foi constantemente relembrado.

Desde sua primeira exibição em 1940 por um cinejornal alemão, um problema técnico aparece: a câmera do cinegrafista não consegue filmar o aperto de mãos entre Hitler e Pétain, pois o ministro alemão das Relações Exteriores coloca-se diante da câmera. Ele está de costas; apenas os fotógrafos, que estão do lado oposto ao cinegrafista, conseguem registrar o acontecimento.

Em 1944, o acontecimento foi retomado pelos técnicos do Comitê de Liberação do cinema francês para a *France-Libre-Actualités.* Houve a necessidade de uma manipulação, um truque: a inserção de um grande plano de duas mãos, em um aperto. Esse plano que faltava refaz o percurso simbólico e metafórico do momento real, afinal mostra claramente qual lado o governo de Vichy escolheu durante a Segunda Guerra Mundial. Nessa última retomada do trecho fílmico, há uma evidente e proposital mudança para que saibamos da manipulação que aconteceu entre as imagens de arquivo e o plano colocado posteriormente.

Para Delage e Guigueno há uma tensão entre a 'realidade factual e simbólica'. A repetição das imagens entre 1940 a 1944 nos mostra o quanto elas estão ligadas ao seu tempo presente e às contingências do acontecimento.

Desse estudo surge ainda em 1998 um filme de curta metragem, *Montoire, l'image manquante* (DELAGE; GUIGUENO, 2004, p.133). Aqui o fazer fílmico parte do historiador-cineasta preocupado em enriquecer a pesquisa realizada a partir do trecho de cinejornal e produzir um filme-estudo que não se basta, houve a pesquisa para se chegar nele.

Sem deixar de pensar as práticas históricas do cinema, o trabalho de Lindeperg (2000) sobre os cinejornais franceses do período da Liberação nos é particularmente interessante por analisar a presença do General Charles de Gaulle e a sua representação estabelecida nesses cinejornais.

No entanto, o estudo tem duas proposições que estão além da análise da imagem do General:

> [...] produire une connaissance historique sur la construction filmée de l'événement en enrichissant, grâce aux ressources de l'outillage numérique, une approche méthodologique inspirée de la génétique des

> textes; articuler cette activité cognitive avec una pratique de l'écriture historique surdéterminée par l'horizon des nouvelles technologies de saisie et de transmission de l'événement (LINDEPERG, 2000, p. 13).

Ao usar os computadores da INATECA da França para ver os cinejornais, a pesquisadora percebeu que ali havia também uma via para a reflexão sobre as vantagens e as relações do uso de instrumentos digitais para a pesquisa histórica e mais especificamente dos cinejornais.

Os instrumentos digitais abriram o estudo para muitas possibilidades, para a multiplicidade e "[...] pluralidade de vozes (cineastas; operadores e diretores dos cinejornais; pesquisadores de diversas disciplinas [...]" (LINDEPERG, 2000, p.15, tradução nossa), dessa forma:

> [...] il se trouve surtout dans la façon d'aborder et d'interpreter l'archive comme un document en éternel devenir, en réfléchissant sur ses usages et ses possibles ramifications dans l'intelligibilité des grandes questions du temps présent (LINDEPERG, 2000, p. 16).

Ao lado dessa documentação que cobre o período de agosto de 1944 a janeiro de 1946, a história do grupo de imprensa *France-Libre-Actualités* também foi abordado. É o que Lindeperg (2000, p.17) chama de 'navegação *horizontal*', momento em que vê os 68 cinejornais de maneira cronológica de sua produção e exibição, enquanto, em um segundo momento, há a 'navegação *vertical*'[2], e separa as unidades de representação que se abrem nos cinejornais.

O entendimento sobre os arquivos dos cinejornais é aberto – eles não se fecham após uma pesquisa ali realizada – e permite justamente a multiplicidade de interpretações.

Isso nos remete aos poucos estudos[3] que foram realizados no Brasil tomando os cinejornais e filmes institucionais como fonte para a história. Lentamente, os pesquisadores de diferentes áreas aproximam-se

[2] 'Navigation verticale et buissonante (ou rhizomatique)' – preferimos, na tradução, nos ater à idéia da verticalidade.

[3] Destaco as dissertações de José Inácio Mello e Souza (1990) e Cássio dos Santos Tomain (2006) sobre os cinejornais do período de Getúlio Vargas, de Edson Luis Nars (1996) sobre os documentários de Jean Manzon, com temáticas ligadas ao Estado nas Décadas de 1950 e 1960, de Rodrigo Archangelo (2007), sobre os cinejornais *Bandeirantes da Tela*, de Daniela Giovana Siqueira (2007), sobre cinejornais realizados pela prefeitura de Belo Horizonte em Minas Gerais na Década de 1960 e Renata Vellozo Gomes (2007), sobre os cinejornais realizados pela Agência Nacional na Década 1950.

desses arquivos cujas imagens não guardam reflexões estéticas profundas, nem mudanças imagéticas que apresentam aos espectadores alternativas ao modo de ver instaurado pela narrativa clássica. Ao contrário, para mostrar a dita realidade ou o acontecimento, era necessário trabalhar com a linguagem que já era conhecida e aceita por um público, por sua vez, educado visualmente.

2.2 A imagem como documento

Filmes e fotografias constituem documentos históricos que instigam os historiadores – e, de maneira mais geral, os profissionais das ciências humanas – a percorrerem, antes de tudo, a interdisciplinaridade.

Há por certo, diversidade de caminhos quando pensamos a imagem e, mais especificamente, as imagens reproduzidas tecnicamente. Como nos diz Burke (2004, p.234), não há "[...] 'receitas' para decodificar imagens, como se elas fossem quebra-cabeças com soluções simples e definitivas. Ao contrário [...] as imagens são muitas vezes ambíguas ou polissêmicas".

O mesmo autor ainda levanta quatro aspectos gerais que colocaremos sinteticamente:

1. As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo, a visão masculina das mulheres, a da classe média sobre os camponeses, a visão dos civis da guerra, e assim por diante [...]
2. O testemunho das imagens necessita ser colocado no "contexto", ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante), incluindo as convenções artísticas para representar [...]
3. Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais, seja quando o historiador focaliza todas as imagens ainda existentes que os espectadores poderiam ter visto em lugares e épocas específicas [...], seja quando observa as mudanças nas imagens [...] ao longo do tempo [...].
4. No caso de imagens, como no caso dos textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os

> como pistas para informações que eles não estavam conscientes de possuir [...] (BURKE, 2004, p.237-238).

Esses aspectos não dizem respeito apenas à questão do método, mas mais à interpretação, entretanto eles nos mostram que o historiador de qualquer maneira é colocado diante de uma fonte que ainda inspira o debate metodológico maior e um amplo campo de ação ao interagir a história com outras linguagens.

Para nos posicionarmos diante da multiplicidade de trabalhos que existem, algumas reflexões são necessárias. Comecemos pela ideia de objetividade da imagem fotográfica, pois, a fotografia e diapositivos também fazem parte do conjunto documental da Agência Nacional, como vimos na descrição da documentação. Para Schaeffer (1996, p.73), a imagem fotojornalística – gênero predominante no fundo em questão - é utilizada para "[...] transmissão de informações que têm estatuto de testemunhos visuais", e também tem a função de 'prova' para o conjunto das informações verbais que a acompanham: "Veja esta imagem: ela é a prova daquilo que eu disse. Sabemos perfeitamente que, em alguns casos, a imagem não tem a menor relação com a mensagem verbal que se espera que ela "prove": é uma ilustração plausível, muitas vezes tirada de um contexto totalmente diferente daquele a que se refere a mensagem verbal" (SCHAEFFER, 1996, p.73).

A legenda ou o artigo que acompanha a imagem jornalística identifica-a; se essa ideia não for clara, segundo Schaeffer, há um falso debate em torno da 'objetividade'. Por outro lado, essa 'objetividade', sempre entre aspas, é algo frágil. A imagem fotográfica quase sempre está submetida à manipulação; podemos pensar nisso também para o cinema.

Ao mesmo tempo em que Schaeffer (1996) entende a imagem como prova a partir da ideia de 'objetividade' ele coloca a impossibilidade do caráter probatório e estabelece duas razões:

> De um lado, qualquer "prova" só é pertinente em relação a uma teoria e a um conjunto de hipóteses explícitas, e mais precisamente no quadro de uma experiência da qual diversos parâmetros são dominados pelo experimentador. Inútil dizer que nem o fotógrafo nem o receptor agem no quadro de restrições tão exatas. Em segundo lugar, a imagem fotográfica só pode ser uma prova no âmbito fotônico, pois é o único nível no qual se

> pode realmente estabelecer uma relação quantificável e calculável entre o impregnante e a impressão (SCHAEFFER, 1996, p.75).

Há ainda outra confusão, "[...] aquela entre a imagem e o conhecimento do fotógrafo, isto é, entre uma informação quase perceptiva e um ato verbal assertivo (implícito ou, quando a foto é legendada, explícito)" (SCHAEFFER, 1996, p.75).

Para esta autora, a intencionalidade do fotógrafo pode ser desvirtuada pela revista ou pelo jornal. As legendas, os artigos, as manchetes de jornais e revistas podem dar diferentes orientações a uma fotografia. Essa relação, para ele, e principalmente, também se dá na relação com o receptor, este tem a sua interpretação da imagem, há então 'a maleabilidade interpretativa' (SCHAEFFER, 1996, p.77).

Na relação texto-imagem compreendemos, com Barthes (1990), no caso do fotojornalismo, que "[...] o texto é uma mensagem parasita, destinada a conotar a imagem, isto é, 'insuflar-lhe' um ou vários significados segundos" (BARTHES, 1990, p.20). Tal relação é um ir e vir entre texto e imagem, um não se sobrepõe ao outro, pois que a imagem não ilustra o texto e nem o substitui, ambos atribuem-se níveis de significados diferentes.

A produção fotográfica e cinematográfica da Agência Nacional era distribuída para as revistas e jornais de todo o Brasil. Entre as revistas de circulação nacional do período, Manchete e O Cruzeiro, percebemos que muitas fotografias vinham com legenda da Agência Nacional e repetiam-se nesses periódicos.

Por sua vez, os cinejornais estudados não têm legendas, mas possuem um texto falado, a voz-*over* assertiva que nos possibilita fazer esse mesmo movimento. O texto orienta, dirige o espectador, dá informações extracampo que estabelecem relações identificadoras com o contexto e permitem a produção de sentidos.

Entendemos que a concepção de voz do documentário desenvolvida por Nichols (2005) é importante para que compreendamos as relações que as imagens estabelecem com o discurso verbal nos cinejornais e a partir daí a autenticidade e a objetividade.

Para Nichols (2005, p.72), "[...] os documentários representam questões, aspectos, características e problemas encontrados no mundo histórico, pode-se dizer que falam desse mundo tanto através de sons como de imagens". A voz não está entendida apenas em sua literalidade, evidentemente, e é ela quem "[...] pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista" (NICHOLS, 2005, p.73), ela orienta internamente o documentário e a sua 'lógica informativa'.

Outros aspectos, outros 'meios' para a realização do filme ampliam a concepção de voz:

> 1) quando cortar, ou montar, o que sobrepor como enquadrar ou compor um plano [...]; 2) gravar som direto, no momento da filmagem, ou acrescentar posteriormente som adicional, como traduções em voz-*over*, diálogos dublados, música, efeitos sonoros ou comentários; 3) aderir a uma cronologia rígida ou rearrumar os acontecimentos com o objetivo de sustentar uma opinião; 4) usar fotografias e imagens de arquivo, ou feitas por outra pessoa, ou usar apenas as imagens filmadas pelo cineasta no local; e 5) em que modo de representação se basear para organizar o filme (expositivo, poético, observativo, participativo, reflexivo ou performático) (NICHOLS, 2005, p.76).

Os cinejornais não apresentam uma diversidade na forma de representar os eventos. Existe uma espécie de padronização na realização principalmente quanto ao uso da voz-*over*, com o ponto de vista do Estado, da autoridade, da instituição; o orador ou narrador nos conduz por entre os fragmentos de acontecimentos, descrevendo-os e/ou comentando-os sempre sob uma perspectiva objetiva e impositiva, o que é fundamental para a credibilidade desse discurso. A relação entre imagens e voz-*over* é construída de sobreposições, complementaridades. Podemos pensar que é nesse momento que se manifesta a autenticidade dos cinejornais, no entanto há, vez por outra, um deslize, ocasional ou não, e a música pode incorrer em ironizar pequenos gestos, olhares, expressões.

Se, para Barthes, na relação texto–imagem, não há sobreposição, a voz-*over* nos cinejornais tende a esse movimento, numa espécie de repetição. O narrador nos diz: 'O ministro cumprimentou o presidente' e então vemos dois homens apertando as mãos. À frase descritiva da imagem pode seguir-se um comentário que complementa, engrandece ou ironiza o gesto e o evento, por outro lado o aperto de mão pode vir num grande

plano, e o tom irônico é dado pela música e não pela voz-*over*, como no cinejornal estudado por Delage e Guigueno (2004).

Para resolver esse problema e entender quando as sobreposições acontecem ou não, é preciso ir ao contexto fílmico e do evento. É necessário fazer emergir o discurso político-ideológico, compreender em que medida formou a mentalidade coletiva.

3 Memória

A memória individual para Halbwachs (1990) apoia-se na memória coletiva na medida em que as *minhas* lembranças são estimuladas pelas lembranças dos outros que fazem parte do grupo a que pertenço. O pertencimento a um grupo reforça a noção de identidade fortalecendo a memória coletiva e social.

Para Ricoeur (1998, p.18, tradução nossa) há um dilema ao se tratar os conceitos de memória individual ou privada e de memória coletiva. A memória individual relaciona-se de maneira possessiva com as lembranças: 'Minhas lembranças não são as suas lembranças'; há o que ele chama de sentimento de continuidade e as 'estreitas ligações privilegiadas com esquecimento'. Existe a memória coletiva? Qual o seu objeto? As lembranças referentes a um determinado evento histórico partem de uma coletividade ou de um indivíduo? Podemos estabelecer fronteiras entre essas lembranças?

A solução desse dilema está na proposta que o próprio Ricoeur (1998, p.20, tradução nossa) nos faz: "[na] hipótese de uma constituição mútua, cruzada, de duas subjetividades, privada e coletiva". É através da linguagem que lembramos, há uma "[...] mediação narrativa da memória a mais privada", mas teremos esse movimento também na memória coletiva.

A ideia de memória está então desde a expansão daquilo que não damos mais conta, isto é, não conseguimos mais guardar em nossa própria memória tudo aquilo que desejamos e criamos assim expansões: o computador e seus acessórios, nossas agendas em papel ou digitais.

As mediações são sempre necessárias na medida em que ao querermos guardar para sempre corremos o risco de perdermos cada vez

mais, mesmo que nossa memória individual se apoie na coletiva ou nela se entrelace à partir de subjetividades.

O cinema nos parece um excelente mediador entre a memória coletiva e a individual, os espectadores experimentam vivências ao ir ao cinema e assistirem a um filme qualquer. Não apenas participam do espaço público ao saírem de casa, de sua intimidade, mas constituem repertórios fundamentais que elaborarão em seus presentes formando memórias individuais apoiadas em memórias coletivas nos diversos grupos sociais a que pertencem.

Os cinejornais, fotografias e documentos textuais da Agência Nacional formam uma determinada memória que pode e é apropriada por pesquisadores e pessoas interessadas naquilo que ela traz de informações para a produção de conhecimento. Tais informações não se apresentam apenas em forma de texto e discurso escrito seguindo as mais diferentes formas, como um livro de registro de ponto, ou cartas, ou ainda anotações de radialistas. Apresentam-se também sobre a forma de imagens fixas e em movimentos, implicando em linguagens e discurso imagético a ser lido com as referências dessa linguagem fotográfica e cinematográfica.

As formas imagéticas assim como seu conteúdo entrelaçam-se aos contextos em que foram produzidas. No presente compõe uma memória daquilo que foi para aqueles que não vivenciaram os eventos ali registrados, no entanto, nem todos que foram ao cinema nos Anos 1950 também vivenciaram os eventos que viam nos cinejornais, mas estavam mais perto deles e podiam sentir as suas consequências.

Tal como a memória o filme – e a fotografia - também tem vários sentidos – são polissêmicos em potencial - dependendo da época em que é visto. O filtro do presente é determinante para a interpretação das imagens, uma série de referências é tomada de empréstimo do período em que o filme e a fotografia foram produzidos até o momento em que é visto.

Para Halbwachs (1990) a memória pode ser tomada de empréstimo. No caso da memória nacional os acontecimentos maiores, que estão no âmbito social, subsistem na tradição de grupos regionais, partidos políticos, grupos religiosos, sindicatos e grupos de profissionais, assim como na família, na escola, nos grupos de amigos. A memória

social e nacional depende da reprodução de símbolos e signos que são reproduzidos constantemente, passados de geração a geração.

O cinema e a fotografia são formas dessa reprodução simbólica e signica que ao serem guardadas reproduzem um ambiente do passado de tal maneira que os espectadores no presente tomam as imagens movimento e fixas como o real e não como uma representação do real. As imagens reproduzidas tecnicamente trazem essa ideia, já discutida e abolida entre os pesquisadores, de ser o real. Mas, a difusão e divulgação de filmes e fotografias ainda trazem a velha ideia do 'fato real'.

As imagens dos cinejornais produzidas pela Agência Nacional nos mostram o peso da realidade. Eram concebidas, captadas, editadas e divulgadas para dar credibilidade às ações do governo. O texto escrito não bastava para que a ponte, a hidroelétrica, o discurso do governador ou do presidente estabelecesse uma relação política-ideológica com o cidadão. Mesmo manipulada a imagem tem um grande poder de prova. A visibilidade dos acontecimentos do passado permite diferentes vivências no passado e no presente, assim como alimenta o repositório de nossas lembranças e em contraposição os nossos esquecimentos.

Por outro lado, tais imagens são restritas na medida em que se reportam a determinados contextos de produção, isto é, ao governo, seja federal ou estadual. Outras produtoras que não a Agência Nacional, também produziram cinejornais, muitos fotógrafos trabalharam para o Estado e para empresas privadas constituindo memórias individuais e de grupo que se entrelaçam.

4 Reflexões finais

É recente o uso de imagens como documento histórico, ou ainda como objeto para a história. O caráter ilustrativo da imagem sempre foi predominante: os eventos e os personagens históricos são muitas vezes apresentados às crianças à partir de imagens de pinturas, fotografias e mais recentemente há o uso cada vez maior do filme histórico como forma de aproximação de épocas mais distantes aos alunos cada vez mais revestido do presentismo.

No entanto, o entendimento da imagem como documento a ser guardado, acondicionado, tratado arquivisticamente é pouco discutido e refletido. Por sua vez, a imagem sempre foi mediadora quando pensamos nas questões relativas à memória.

Há filmes biográficos, documentários que a partir de relatos e testemunhos fazem uma espécie de inventário de determinado evento ou personagem. Há uma obsessão midiática em relação ao passado, que justifica os filmes entendidos como verdade. As imagens produzidas no passado são recortadas e utilizadas como lembranças não apenas em filmes de ficção e não ficção, mas também em novelas, séries, peças publicitárias em uma evocação contínua e nostálgica do passado. O mesmo movimento encontramos nos sites de arquivos e centros de documentação, onde a imagem pouco é apresentada enquanto documento arquivístico, de caráter ilustrativo, nos remete a uma necessidade do presente de tudo visualizar, mesmo que de maneira superficial.

Referências

BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso*: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BURKE, P. *Testemunha ocular*: história e imagem. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

DELAGE, C.; GUIGUENO, V. *L'historien et le film*. Paris: Gallimard, 2004.

GOMES, R. V. *Cotidiano e cultura:* as imagens do Rio de Janeiro nos cinejornais da Agência Nacional nos anos 50. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LINDEPERG, S. *Clio de 5 á 7, les actualités filmées de la Libération*: archives du futur. Paris: CNRS Éditions, 2000.

NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. Campinas (SP): Papirus, 2005.

RICOEUR, P. Histoire et mémoire. In: BAECQUE, A. de; DELAGE, C. (Dir.). *De l'histoire au cinéma*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1998. p.17-28

SCHAEFFER, J.-M. *A imagem precária*: sobre o dispositivo fotográfico. Campinas (SP): Papirus, 1996.

SIMIS, A. *Estado e cinema no Brasil.* São Paulo: Annablume, 1986.

TOMAIM, C. dos S. *Janela da alma*: cinejornal e Estado Novo – fragmentos de um discurso totalitário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

Capítulo 6

Grounded Theory como Método de Investigação em Arquivologia: Subsídios Teóricos e Práticos

Maria Cristina Vieira de Freitas

> Si uno desea entender la expresión 'agua bendita', no debe estudiar las propiedades del agua, sino los supuestos y creencias de la gente que la emplea. Es decir que el agua bendita deriva su significado de aquellos que le atribuyen una esencia especial (THOMAS SZASZ, 1974 apud TAYLOR; BOGDAN, 1987, p.188).

1 Considerações iniciais

O MGT transformou-se num dos marcos relevantes da história dos métodos qualitativos. Na epígrafe deste texto, verificamos uma das suas principais características: a 'guinada' analítica, patente na sua proposta de análise e de interpretação dos dados, tendo em linha de conta a perspectiva das pessoas envolvidas, suspendendo-se a perspectiva do/a investigador/a. No rol desta classe de métodos, tal vem sendo apontado como um dos seus aspectos mais revolucionários pelos/as estudiosos/as do assunto.

Neste texto, oferecemos uma descrição das principais características do método de análise de dados *Grounded Theory*[1] (GT), bem como dos seus princípios e das suas ferramentas fundamentais, definidos pela escola sociológica norte-americana há 44 anos. Em função do espaço de que dispomos, eximir-nos-emos das análises ou das considerações críticas que envolvem a sua aplicação, na atualidade, e que a nosso ver se prendem com posturas epistemológicas e com diferentes possibilidades de interpretação do referido método, consoante as orientações do(a) próprio(a) analista dos dados[2]. Com efeito, cingir-nos-emos aos elementos fundamentais que o caracterizam, recorrendo, para tanto, a um caso concreto em que o seu emprego ocorreu de forma integral[3].

Em conformidade com os propósitos a alcançar, este texto se subdivide em dois tópicos, para além das considerações iniciais e finais. No primeiro, proporcionamos um enquadramento para o Método *Grounded Theory* (MGT), fornecendo os subsídios teóricos e metodológicos necessários à sua correta compreensão. No segundo tópico, avançamos para o exemplo concreto a que nos referimos antes[4], demonstrando o modo como se articulam os diversos elementos do MGT, na prática.

No que respeita à bibliografia utilizada para compor a parte de revisão, cumpre referir que privilegiamos a qualidade em detrimento da quantidade. Desse modo, os/as autores/as que consultamos são aqueles/as que consideramos essenciais e obrigatórios para iniciar leituras, tanto acerca dos aspectos teóricos e práticos que envolvem o emprego deste método quanto do seu enquadramento no contexto dos modelos de investigação científica.

Assim, confiantes na bibliografia consultada e na nossa experiência de uso deste método, apresentamos o presente texto, que se destina à

---

[1] Consoante a tradução, que no fundo demarca a opção por uma determinada perspectiva de interpretação, o MGT apresenta variações na sua designação, entre as quais mencionamos, a título de exemplo: 'Teoria ancorada nos dados', 'Teoria emergente dos dados', 'Teoria enraizada nos dados' ou 'Teoria fundamentada nos dados'. Este último é, seguramente, o termo mais corrente em língua portuguesa.

[2] Na terminologia do MGT, o termo 'analista' de dados é considerado corrente.

[3] Há casos em que as investigações com o MGT não ultrapassam as primeiras fases do procedimento, como se de uma análise de conteúdo ou de discurso se tratasse. Não foi esta a nossa experiência com o método.

[4] Em boa medida, este texto é uma adaptação de outro, contido na tese de doutorado desenvolvida e defendida na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Salamanca, sob a orientação da Profª Doutora Manuela Moro Cabero, a quem agradecemos pelos ensinamentos e pela oportunidade de partilhar conhecimentos.

melhor introdução e à divulgação do MGT no âmbito da Ciência da Informação, animadas pela franca possibilidade que o mesmo oferece em estimular a geração de novas teorias e, ainda, pela constatação de que, no referido meio, a sua aplicação integral encontra-se num estágio incipiente e, consequentemente, merece algum incentivo de nossa parte.

2 O Método *Grounded Theory*: subsídios teóricos

Este tópico tem como objetivo caracterizar o MGT, a partir das suas origens, bem como identificar e descrever as principais ferramentas de análise que amparam a sua correta utilização na persecução dos seus princípios e dos seus objetivos.

Pese embora a sua relativa maturidade, conforme dissemos trata-se de um método ainda pouco difundido, o que certamente explicamos por meio de diversos fatores, entre os quais relacionamos o fato de que implica uma dose alta de tolerância à incerteza quanto ao percurso e ao próprio cenário de investigação, bem como o inconveniente de que gera um volume alto de dados, com pouca ou nenhuma estruturação inicialmente visível, para além de que lida com o imbricado fenômeno da abstração de ideias em todos os níveis.

1.1 Caracterização geral do método

Em função das suas características e dos seus propósitos, a GT é um método de análise e de interpretação de dados que se situa dentro dos limites do paradigma qualitativo de investigação científica e tem como pressupostos principais: o uso da comparação constante e sistematizada, entre os dados e entre estes e a literatura científica; a busca de respostas, estimulada pela formulação de questões sensibilizadoras; o recurso às amostras teoricamente induzidas; e a interpretação fundamentada nas perspectivas obtidas no próprio terreno (de onde decorre a expressão '*grounded in the data*').

O MGT veio à luz no ano de 1967 pela mão dos investigadores norte-americanos Anselm Strauss e Barney Glaser[5]. Os seus princípios e as suas regras constam da primeira edição do livro '*The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*'. Nesta obra, explicam os procedimentos empregues num estudo baseado na percepção da morte na perspectiva dos doentes terminais, enfoque então considerado revolucionário, tendo causado, por esta razão, algum burburinho na comunidade científica da época[6].

O MGT circunscreve-se aos limites do paradigma qualitativo de investigação. Em conformidade com Taylor e Bogdan (1987), a análise qualitativa de dados oferece a possibilidade de criar uma via interacionista e transacional entre o/a investigador/a e o objeto investigado, gerando mecanismos particulares de produção de sentido. Tal perspectiva nos leva a afirmar que o MGT tem, pois, as raízes enterradas na corrente sociológica do interacionismo simbólico.

Os estudos eminentemente qualitativos têm propósitos interpretativos e compreensivos e, em função disso, requerem a recolha de dados de *múltiplas fontes* e com elevada *densidade informacional.* Dado o seu evidente enquadramento com os propósitos referidos, o MGT desenvolve-se em *três fases* distintas. Numa primeira, tem lugar um procedimento de *codificação intensiva dos dados* que vão sendo recolhidos, por *amostragem*, pelo/a investigador/a[7]. Numa segunda fase, e por um procedimento de *comparação sucessiva e constante*, os dados recolhidos são agregados em conjuntos cada vez mais reduzidos e estruturados, gerando *categorias analíticas,* que vão sendo desenvolvidas e conceituadas com base nas observações, nas *notas de campo* e nas fundamentações obtidas dos dados**.** Finalmente, numa terceira e última fase, em torno dos conceitos

---

[5] É de realçar que, a certa altura da parceria, Barney Glaser e Anselm Strauss dissidiram. A razão desta dissidência tem relação direta com as diferenças de interpretação do MGT. Strauss procurou novos percursos, tendo publicado, nos últimos anos de sua vida, com Juliet Corbin. A partir desta divergência, consideramos duas interpretações/facções independentes do MGT: a '*glaseriana*', por um lado, a '*straussiana*', por outro.

[6] Em boa verdade, muitos dos princípios e das técnicas subjacentes ao MGT têm a sua origem no paradigma qualitativo de investigação, não sendo, pois, exclusivos deste modelo. A novidade está na forma como Barney Glaser e Anselm Strauss se 'apropriaram' dos mesmos e os tornaram procedimentos do método.

[7] Os dados podem ser recolhidos por meio de entrevistas, questionários, observações, ou mesmo da literatura específica, que também pode ser utilizada como fonte de análise. No entanto, o método de recolha de dados considerado de eleição, no MGT, pela qualidade e pela quantidade de dados que aporta é, sem dúvida, o inquérito por entrevistas, sendo estas realizadas, normalmente, de forma não estruturada e em profundidade.

considerados fundamentais, *emergem as interpretações* e, consequentemente, as abstrações, que então são cotejadas com a *literatura científica* da área em questão, gerando *teoria* que, dependendo dos objetivos, tanto pode ser *substantiva* quanto *formal*[8].

Portanto, trata-se de um método que possui características próprias e que auxilia o/a investigador/a em duas frentes principais: (i) a adquirir conhecimento do principal fenômeno embutido nos dados, i.e., do *Processo Social Básico (PSB)*, como veremos adiante; e (ii) a construir teoria a partir da observação direta do contexto empírico[9]. Esta descrição, logicamente, situa o MGT no âmbito da produção de uma classe de conhecimento eminentemente *construtivista* e *hermenêutico*[10].

Quanto ao processo de análise, a *circularidade* e a *reflexividade* afiguram-se como as características mais patentes do MGT que, pelo que referimos, consubstancia-se em uma *terminologia própria* e consuma-se por uma série de *ferramentas analíticas* expressas pelos seus progenitores e seguidores/as[11]. Dada a sua relevância na correta compreensão do método, ditas ferramentas serão descritas no próximo subtópico.

1.2 Ferramentas de análise

1.2.1 Amostragem teoricamente induzida

No âmbito do MGT, o processo de obtenção de *amostras teóricas* fundamenta-se na necessidade de desenvolver os *conceitos* que emergem diretamente do contexto de investigação no decorrer das etapas de codificação, tendo como propósito explorar as *dimensões* e as *propriedades*

[8] A **teoria substantiva** é aquela que se limita ao contexto empírico. Trata-se da teoria emergente dos dados. A **teoria formal**, contrariamente, extrapola os referidos limites. Trata-se da teoria descrita e documentada pela literatura específica.

[9] Esta é a principal razão pela qual o método foi designado Grounded Theory. A teoria, neste caso, não é gerada de modo especulativo; ao contrário, deve emergir dos dados, com base nas reflexões e nas comparações constantes efetuadas pelo/a analista/a ao longo de todo o percurso interpretativo, que é único e irrepetível, em cada caso.

[10] De realçar que nem todas as correntes de interpretação do método o veem desta forma, aspecto que não nos cabe discorrer neste espaço, mas que, de qualquer modo, encontra-se bastante bem documentado em diversos textos reflexivos dedicados ao MGT.

[11] Cf Glaser e Strauss (1967), Glaser (1978), Strauss e Corbin (2002), Glaser e Holton (2004).

das *categorias* que os abarcam[12]. No que respeita à forma de obtenção, estas amostras são intencionais e não probabilísticas. Deste modo, em tese, o que controla o processo sucessivo de recolhas de dados são os seguintes critérios: (i) os aspectos característicos dos fenômenos, bem como as variações dimensionais das suas propriedades, não tendo, pois, o/a analista, a preocupação de verificar a representatividade da amostra no âmbito de uma população previamente definida e contabilizada[13]; (ii) as perguntas sensibilizadoras formuladas pelo/a analista[14], aliadas aos propósitos que persegue no estudo[15].

Porquanto, à partida, não há limites definidos para o tipo ou para a quantidade de dados a ser recolhidos por esta classe de amostragem[16]. Via de regra, buscamos no próprio contexto analítico a possibilidade de obter *incidentes*[17] potencialmente comparáveis. Portanto, o processo de amostragem inicia-se a partir de um conjunto de dados escolhidos pelo/a próprio/a analista, evoluindo numa espiral contínua de recolhas e de análises (daí a reflexividade e a circularidade que reclamamos ao MGT), até ao ponto em que se considera ter atingido a *saturação* da amostra. No que ao MGT se refere, tal ponto se alcança quando o/a analista *percebe* que os dados a recolher não aportam informações novas a respeito do tema principal (concretamente, uma categoria central do estudo). Naturalmente, pode haver situações em que sejam necessárias recolhas adicionais, mas estas devem obedecer a critérios diferentes dos utilizados nas fases iniciais e intermédias do estudo. Tal ocorre, sensivelmente, no fim, quando

---

[12] Estas são afirmações de Strauss e Corbin (2002, p. 110), para quem as **dimensões** são a escala em que variam as **propriedades**, sendo estas as características ou os atributos que dão significado a uma **categoria** que, por sua vez, são os conjuntos de conceitos usados para representar os fenômenos observados. Os **conceitos**, por seu turno, são as unidades de construção da teoria que, deste modo, fundamenta-se nos dados.

[13] Portanto, estamos diante de uma situação em que o que realmente define o tamanho de uma amostra teórica é a possibilidade de ver preenchidas as lacunas de informação que o/a analista verifica ao longo do percurso. Deste modo, é nas lacunas que vai encontrando que o/a mesmo/a vai identificando as sugestões para as novas buscas de informação, até que estas se tornam redundantes e, por isso, desnecessárias.

[14] Cf item 1.2.4.

[15] Cf Glaser e Strauss (1967), Glaser (1978), Strauss e Corbin (2002), Glaser e Holton (2004).

[16] Não ignoramos a existência de outros fatores que condicionam as decisões a respeito do tamanho das amostras. Por exemplo, Strauss e Corbin (2002) e Valles (1997) admitem casos em que o estudo possa interromper-se por não contar com o financiamento necessário ou pelo esgotamento dos prazos possíveis. Em realidade, diversas dificuldades escondem-se por trás das nossas investigações e, não raro, ditam as condições em que estas se realizam.

[17] No âmbito do MGT, os incidentes correspondem aos fragmentos de texto codificados pelo/a analista.

esclarecimentos de outra ordem sugerem a necessidade de recolher novos dados, para confrontar ou contrastar com os antigos, tendo em vista a correta formulação da explicação teórica[18].

1.2.2 Codificação sistemática

A literatura técnica é profícua no que refere à descrição dos distintos estilos e das perspectivas dos/as analistas, bem como às formas aconselhadas para procedermos à codificação de um texto. Por esta razão, teceremos apenas considerações gerais sobre o assunto, cingindo-nos ao complexo estilo de codificação que serve de base ao MGT.

O ato de codificar implica fragmentar o texto, indo dos dados complexos e brutos, porquanto sem significado, até aos dados simples e com poder explanatório. Tal assunção implica dedicação à tarefa de *reduzir* um texto, extraindo os seus significados, para depois o *transformar*, gerando as associações e as explicações pertinentes[19].

O ato de separar porções de dados de um determinado contexto implica, logicamente, a sua descontextualização (TESCH, 1990). Mas, tendo em conta que o manejo de um volume extenso de dados pode não ser viável, as reduções tornam-se necessárias, tanto mais porque os efeitos da descontextualização mitigam-se pela simples constatação de que nem todas as porções de dados (ou incidentes) são significativas (TESCH, 1990). Assim, os fragmentos de texto selecionados são, fundamentalmente, os que relevam pelas características e pela vinculação com os objetivos do estudo[20].

---

[18] Quanto aos propósitos que norteiam a realização de amostras adicionais, Yin (1989), Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) e Raymond (2005) coincidem em que as sucessivas recolhas de dados atendem a três objetivos: (i) preencher as categorias analíticas existentes; (ii) estender os limites de teorias pré-existentes; (iii) testar a teoria emergente dos dados. Por norma, as amostras efetuadas em casos similares replicam a literatura, porque significam obter 'mais do mesmo'. Os casos contrastantes ou desviantes, ao contrário, testam ou estendem as teorias existentes, em virtude do seu poder de variação.

[19] Cf Muñoz Justicia (2005) e Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999).

[20] Quanto ao ato de fragmentar os dados, Tesch (1990, p.113; 117-118) sugere a sua separação pela ideia que representam, cuidando para que o segmento separado mantenha o significado que possuía quando retirado da posição de origem. Também sugere que a separação siga critérios de ordem temática, gramatical, espacial, temporal, social ou conversacional. No que concerne aos tipos de categorização empregues, Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) referem a indutiva, a dedutiva e a mista. Ainda, quanto aos requisitos que devem possuir as categorias resultantes do processo de codificação enumeram a exaustividade, a exclusão mútua, a unicidade do princípio, a pertinência e a objetividade.

Com efeito, ao codificarmos estamos a lidar primeiramente com uma perspectiva física e manipulativa do texto, tratando de abrir caminho para, num segundo momento, efetuar as análises e as interpretações pertinentes. Portanto, *grosso modo,* a operação de *codificar* implica selecionar um fragmento e atribuir um rótulo ou etiqueta de referência; *categorizar*, no entanto, implica atribuir conceitos aos conjuntos selecionados[21].

No que respeita aos procedimentos próprios do MGT, seguindo os escritos de Glaser (1978), a codificação gera três tipos distintos de códigos, a saber: (i) os *códigos substantivos* ou de *primeira ordem*, que surgem nas primeiras fases do estudo, para fixar os eventos (ou incidentes), vinculando-se, pois, diretamente aos fragmentos de dados; (ii) os *códigos teóricos* ou de *segunda ordem*[22], que surgem a partir dos agrupamentos de códigos substantivos (pelo que estão presentes apenas nas fases mais avançadas do estudo), para fixar os conceitos e os significados, vinculando-se assim de modo indireto aos dados, fato que lhes confere um grau maior de abstração em relação aos códigos substantivos[23]; (iii) os *códigos verdadeiros*[24] ou *códigos in vivo*[25], que são retirados diretamente do texto de origem, de forma literal, tendo, pois, um potencial metafórico real e atuando como indicadores de conceitos fortemente vinculados à substância dos dados[26]. Porquanto, a carga de abstração de um código mede-se pela sua maior ou menor aproximação com os dados substantivos[27]. Seguindo este princípio, os códigos mais abstratos serão os que estiverem mais distanciados destes, sendo o inverso igualmente verdadeiro.

Dado que decorre em três diferentes etapas, com características próprias e atendendo a distintos objetivos, o procedimento de codificação

---

[21] Com efeito, segundo Miles e Huberman (1994), os códigos são etiquetas ou rótulos que usamos para fixar os significados das informações inferenciais ou descritivas reunidas no processo. E os códigos podem ser alçados a uma categoria ou a um significado mais complexo, quando se expressam por meio de 'metáforas'.

[22] Glaser (1978) chama a estes agrupamentos 'famílias'. No seu modelo de codificação, descreve 18 agrupamentos familiares apriorísticos, que podem ser utilizados como esquema dedutivo na etapa de integração dos dados.

[23] Os conceitos formais de uma disciplina enquadram-se na definição de códigos teóricos.

[24] Cf Miles e Huberman (1994).

[25] Cf Strauss e Corbin (2002).

[26] Para nos atermos a um exemplo concreto, a expressão 'embarcar numa canoa furada', ao emergir de uma entrevista e pelas próprias palavras da pessoa entrevistada poderia ser qualificada como um código *in vivo*.

[27] Cf Glaser (1978) e Strauss e Corbin (2002).

pelo MGT é considerado sistemático[28]. Assim, a **codificação aberta**[29] é usada para identificar os conceitos, com base na descoberta das suas propriedades e das suas dimensões. O ato de analisar implica dividir o objeto em unidades cada vez menores, com vista à apreensão do seu significado. Num tal sentido, promove a 'abertura' do texto e, com ela, o esquadrinhamento da realidade[30]. Em termos operacionais, na codificação aberta são formuladas as perguntas sensibilizadoras[31], com base nas quais os dados são insistentemente comparados e rotulados. Cada propriedade então identificada passa a ser por ela mesma uma categoria, ainda que rudimentar, que descreve e associa os elementos empíricos. A codificação aberta é, pois, o momento em que se começa a ver a direção pela qual se vai enveredar[32]. Daí o seu potencial para formular novas questões, a partir de questões iniciais, e conduzir o curso das amostras teóricas. A *codificação axial* ou *seletiva*[33] corresponde ao processo pelo qual começam a se relacionar as categorias anteriormente geradas, mantendo a codificação em torno de um único *eixo*, neste caso uma categoria central, visando identificar as suas associações com as categorias subsidiárias[34]. O objetivo desta fase, que começa quando a variável central é encontrada, é saturar as categorias com maior poder explicativo, havendo um comprometimento exclusivo do/a analista com a explicação teórica a formular. A categoria

[28] No âmbito da literatura técnica há variações nas interpretações das três etapas de codificação do MGT, conquanto não variem significativamente as descrições dos procedimentos envolvidos. As dissidências interpretativas, no entanto, existem e atingem um ponto em que, não raro, são referidos dois modelos distintos de codificação, sugestivos das influências teóricas subjacentes: o 'glaseriano' e o 'straussiano'.

[29] Designação atribuída por Strauss e Corbin (2002), por Glaser (1978) e Glaser e Holton (2004).

[30] Para abrir o texto e tornar o/a analista mais sensível às sutilezas ocultas nos dados, Strauss e Corbin (2002) recomendam o uso da técnica de microanálise ou codificação linha a linha. Este procedimento, conforme dizem, apesar de moroso tem a vantagem de aportar dados substantivos em abundância, podendo estes integrar-se noutras etapas do percurso.

[31] Cf item 1.2.4.

[32] Isto porque até que não encontre uma categoria central, em torno da qual codificar, o/a analista não pode enfocar o estudo, devendo, pois, manter a atenção difusa e explorar as possibilidades consideradas relevantes.

[33] Axial, na designação originalmente atribuída por Strauss e Corbin (2002); seletiva, segundo os escritos de Glaser (1978) e de Glaser e Holton (2004).

[34] Para Strauss e Corbin (2002, p. 134), a categoria central é aquela que tem a capacidade de enlaçar as demais categorias relevantes do estudo, bem como as suas propriedades e dimensões principais. Para Glaser e Holton (2004) é a variável que parece dar conta da diversidade em torno do problema, podendo ser reconhecida pelos seguintes requisitos: (i) relaciona-se facilmente com outras categorias e suas propriedades; (ii) é recorrente nos dados e apresenta um padrão estável, que a associa com outras variáveis; (iii) tem claras implicações para a teoria formal. Tanto para Glaser e Holton (2004) como para Strauss e Corbin (2002), a categoria central começa a emergir da comparação entre incidentes e categorias.

central, quando emerge deve, pois, ditar o rumo das amostras teóricas[35]. A *codificação seletiva* ou *teórica*[36] corresponde ao momento de integração e de refinamento da teoria, por meio da junção das categorias principais e da sua inclusão num modelo explicativo enunciado de forma proposicional e validado, quer pela perspectiva dos participantes e pelo encaixe com os dados, quer pelos esquemas teóricos pré-existentes[37].

No que respeita a este ponto, cumpre referir que o trabalho de integração, patente nas duas últimas etapas de codificação, depende, em boa medida: (i) da organização dos dados em *categorias* e *redes conceituais*; (ii) da construção de um modelo ou *paradigma de codificação*[38], voltado para a descoberta do *PSB*[39]. Normalmente, a categoria central do estudo contém todos os elementos indicativos do referido processo[40]. Tanto a codificação para o paradigma como a análise do PSB são procedimentos geradores de interpretações com um alto nível de abstração e, por conseguinte, indutores da teoria.

1.2.3 Método de comparação constante

No item anterior, definimos os tipos de códigos e o modelo de codificação proposto pelo MGT. Dentre os aspectos mencionados,

---

[35] Cf Strauss e Corbin (2002) e Glaser e Holton (2004).

[36] Seletiva, nos escritos de Strauss e Corbin (2002); teórica, nos escritos de Glaser (1978) e de Glaser e Holton (2004).

[37] Raymond (2005) sugere como pistas para manter a sequência do processo: (i) o agrupamento dos conceitos com um mesmo significado numa mesma categoria conceitual; (ii) a adequação entre os conceitos gerados e os incidentes observados; (iii) a comparação de cada novo incidente com o conteúdo das categorias formuladas. Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (1999) referem: (i) a importância de efetuar buscas seletivas nos dados, de modo a obterem-se descrições comparadas dos fenômenos observados; (ii) a contagem de frequências e a observação das relações de vizinhança, de superposição ou de sequenciação de códigos, usados para explorar relações significativas. Armony (1997) sugere que a contagem de frequências de palavras recorrentes do texto proporciona o acesso direto aos pontos de maior densidade textual, normalmente relacionados aos aspectos relevantes de um problema.

[38] Originalmente proposto e utilizado por Strauss e Corbin (2002).

[39] O PSB, para Strauss e Corbin (2002, p. 178) são as sequências de ações e de interações que evoluem, podendo inclusive rastrear-se as suas condições estruturais em virtude das mudanças que produzem.

[40] Conforme Trinidad Requena, Carrero Planes e Soriano Miras (2006, p. 70-71), O PSB apresenta seis características: (i) a sua diferenciação em fases, identificando-se uma sequência no seu desenvolvimento; (ii) a existência de um ponto de inflexão que o reestrutura; (iii) a sua extensa relação com diversas categorias e propriedades do estudo; (iv) a facilidade e a flexibilidade com que são geradas hipóteses a partir da sua descrição; (v) o seu encaixe nos dados empíricos; (vi) a sua capacidade de proporcionar explicações para as diferenças encontradas em distintos grupos de dados.

destacamos a necessidade da comparação para o êxito das análises. A partir desta necessidade toma corpo, no âmbito do modelo, o chamado Método de Comparação Constante (MCC), que pressupõe, como o próprio nome diz, o uso sistemático e persistente da comparação nas diversas fases de codificação aconselhadas pelo MGT[41]. O MCC deriva do fato de que o(a) analista, a todo o momento, é confrontado com a necessidade de focalizar a atenção nos aspectos relevantes do problema, evitando as distorções de interpretação (ou *bias*)[42]. No que respeita à aplicação, identificamos três tipos de comparações que, em boa verdade, refletem a evolução do método: (i) as comparações de *incidentes com incidentes,* que se estabelecem num nível substantivo, com vista a descobrir os limites, as variações, as semelhanças e as diferenças entre eles; (ii) as comparações de *conceitos com incidentes*, que se estabelecem num primeiro nível de abstração, com o objetivo de identificar as diferentes propriedades dos conceitos e gerar hipóteses passíveis de verificação no contexto empírico; (iii) as comparações de *conceitos com conceitos,* que se estabelecem num segundo nível de abstração, com o objetivo de obter o refinamento e o encaixe da teoria emergente.

O MCC está aconselhado em todas as etapas do MGT, posto que o ato de comparar, neste caso, implica percorrer o caminho diversas vezes, indo e vindo, questionando e procurando obter respostas, induzindo novas questões e reiniciando novamente o processo, até que para cada pergunta relevante corresponda uma resposta ou, dizendo de outra forma, até que todos os conceitos construídos tenham sido suficientemente comparados entre si, de modo a *refinar* o sistema de categorias que está sendo consolidado pelo/a analista.

1.2.4 Perguntas sensibilizadoras

No âmbito do MGT, o MCC, as amostras teóricas e o processo de codificação são induzidos por perguntas designadas 'sensibilizadoras' que se assentam em dois propósitos: (i) manter o/a analista atento aos dados e à

---

[41] A sua concepção data dos escritos originais de Glaser e Strauss (1967). De modo que, quer para Glaser (1978) ou Glaser e Holton (2004), quer para Strauss e Corbin (2002), o MCC tem como objetivo principal dar consistência e sustentação à teoria emergente dos dados.

[42] Cf Glaser e Holton (2004) e Strauss e Corbin (2002).

sucessão de elementos observáveis; (ii) incrementar a *qualidade da análise*. Assim, o esquema apriorístico proposto tanto pelo modelo *glaseriano* como pelo *straussiano* é composto pelas sete questões que se seguem: (i) o que se está passando aqui?; (ii) quais são as preocupações centrais?; (iii) como e por quem as mesmas são resolvidas?; (iv) quando se resolvem?; (v) em que contexto de ação/interação?; (vi) com que consequências para os participantes?[43]

As perguntas sensibilizadoras possuem como princípios dois conceitos fundamentais: (i) a *sensibilidade teórica*[44], que no modelo desenvolvido por Glaser e Strauss (1967) representa aquela qualidade desejável num/a analista e que faz com que *perceba* o que pode encontrar-se escondido nos dados; (ii) a *serendipidade*[45], que nas análises de Coffey e Atkinson (2005) aparece identificada com a força da observação, com a capacidade de *ver* por trás das aparências. Consequentemente, ambos os conceitos advêm de uma constante interação com os dados.

Com efeito, a relevância das perguntas sensibilizadoras, que se encontram na base do MCC, está à vista. Não basta seguir os passos do método para incrementar a qualidade da análise. É preciso encontrar formas de manter o foco da atenção nos indicadores de que 'algo mais se passa' nos dados do que aquilo que comumente se encontra na superfície.

1.2.5 Memorandos

Os memorandos são as *notas de campo* tomadas no decorrer de todo o processo de análise de dados[46]. O propósito básico com a sua formulação é desenvolver as ideias que vão surgindo livremente, devendo

---

[43] Cf Glaser (1978) e Strauss e Corbin (2002).

[44] Novamente, para desenvolver tal qualidade, o/a analista tem a seu favor o rol de perguntas sensibilizadores, que deve direcionar constantemente ao seu corpus de dados, com vista ao afloramento das ideias e à consequente verificação da sua pertinência no terreno empírico.

[45] Trata-se de um conceito não reconhecido ou mal interpretado nos domínios da ciência tradicional. Para Coffey e Atkinson (2005), contrariamente ao que aparenta, a *serendipidade* não pode ser confundida com a 'sorte de principiante', porque as boas ideias não caem diretamente do céu, mas são fruto do trabalho árduo e persistente. Para explicar que sem estas duas componentes as ideias não fluem ao acaso, os autores recorrem a uma expressão atribuída ao golfista Gary Player que *per se* diz muito: '*Mientras más trabajo, más suerte tengo*' (Coffey e Atkinson 2005, p. 206).

[46] Cf Glaser (1978) e Glaser e Holton (2004).

estas ser registradas sempre que tal aconteça. A sua função é tornar o processo reflexivo, forçando o/a analista a pensar e a captar as fronteiras do pensamento. Neste sentido, auxiliam duplamente: (i) como instrumentos para a integração teórica; (ii) como fontes de consulta nas decisões sobre as amostras a recolher.

Dada a liberdade na sua formulação e a sua indicação em todas as fases do processo, o volume de memorandos gerados costuma ser relativamente alto, pelo que a certa altura devem ser ordenados. De acordo com Glaser e Holton (2004), a ordenação deve acontecer tão logo seja possível, para que o/a analista inicie o processo reflexivo o quanto antes; e sugerem que para manter o enfoque siga-se o fluxo das ideias centrais para então atingirem-se as adjacências. Igualmente sugerem que os memorandos sejam classificados, à partida, na categoria que parecer conveniente, indicando, se for o caso, as inclusões em mais de uma categoria, para quando possível posicioná-los corretamente[47].

Quando usados de forma sistemática, os memorandos contêm os resultados dos três tipos de codificação previstos pelo MGT[48]. Logo, devem ser escritos em concomitância com as análises. Normalmente intensos, no princípio, eles se tornam menos frequentes, mas mais integrados e refinados à medida que o processo aproxima-se do fim.

1.2.6 Literatura especializada

Normalmente, numa investigação, a literatura especializada apresenta-se como o filtro que auxilia o(a) investigador(a) a descobrir tópicos relevantes, lacunas teóricas, problemas pouco explorados ou aspectos que mereçam um olhar diferenciado. Ao atuar desta forma, o/a investigador/a consulta, seleciona e utiliza a literatura científica, convertendo-a na base sobre a qual erige a investigação. No âmbito do MGT, a literatura científica que circunscreve o estudo pode ou não ser utilizada nas suas

[47] Recomenda-se a ordenação pelo conteúdo e, por este critério, os memorandos são classificados em três categorias, segundo Strauss e Corbin (2002): (i) notas de codificação: descrevem os conceitos e as categorias, indicando as suas propriedades e as suas dimensões; (ii) notas teóricas: derivam das anteriores; de teor analítico e conceitual, fixam as ideias do/a analista, no que respeita aos mais diversos tópicos; (iii) notas operacionais: de teor descritivo, registram e recordam os procedimentos seguidos.

[48] Cf Strauss e Corbin (2002).

primeiras fases. Na verdade, esta postura não se deve aos cânones deste modelo, mas justifica-se pelo uso acentuado do raciocínio indutivo nas investigações qualitativas, onde a literatura específica normalmente é vista como um reflexo do que se encontra no mundo empírico e não a sua causa[49]. Com efeito, dado que não se trata de um percurso de investigação convencional, o MGT dá ao/à analista a liberdade de decidir tanto em relação ao momento em que realiza consulta à literatura técnica como ao ponto em que dela faz uso[50].

No terreno do MGT clássico advoga-se pelo distanciamento da literatura prévia nas etapas iniciais como recurso a evitar uma eventual distorção dos dados, particularmente no que respeita a 'forçar' o seu encaixe nas teorias existentes, distanciando-se assim da teoria que emerge do terreno substantivo. Com efeito, neste caso, a sua incorporação normalmente se dá nas etapas finais, momento em que se torna particularmente útil para as análises e as comparações que se fazem em torno da categoria central e dos seus conceitos fundamentais[51]. Ainda, admite-se que a sua consulta possa vir a ser especialmente útil, em qualquer fase do estudo, quando o propósito não for construir teoria nova, mas estender ou testar teorias existentes[52]. Neste caso, a literatura prévia funcionaria como um *background* e um filtro relevante no incremento das potencialidades intelectuais do/a investigador/a, devendo o/a mesmo/a utilizá-la sob uma postura vigilante[53].

---

[49] Do ponto de vista de Creswell (1994, p. 21), por exemplo, as pesquisas qualitativas regra geral têm uma perspectiva exploratória, pelo que a literatura específica, nestes casos, deve ser usada de forma consistente com as assunções metodológicas e os objetivos do próprio estudo.

[50] Para leituras adicionais, sugerimos consultar: Coffey e Atkinson (2005); Wolcott (2003); Creswell (1994).

[51] Cf Glaser e Strauss (1967) e Glaser e Holton (2004).

[52] Cf Strauss e Corbin (2002).

[53] Coffey e Atkinson (2005, p. 206-207) elucidam que o uso consciente da literatura prévia, no âmbito da pesquisa qualitativa, dá-se com base em três tipos de argumentos: (i) o fato de que as novas ideias e os marcos teóricos, não raro, originam-se da literatura publicada, sendo conveniente manter uma atitude exploratória e não descurá-los ou ignorá-los sistematicamente; (ii) o fato de que a consulta dos trabalhos prévios pode revelar-se importante, tanto na verificação dos achados empíricos quanto na busca de ideias novas; (iii) o fato de que o uso mais amplo da literatura específica, ultrapassando os limites da própria área principal de estudo, constitui um recurso imprescindível no âmbito das construções teóricas formais.

1.2.7 Programas informáticos

Os *Computer Assisted Qualitative Data Analysis Softwares,* ou *CAQDA*, são ferramentas desenvolvidas para auxiliar no manejo de grandes volumes de dados, facilitando o trabalho de organização e de sistematização dos mesmos e, consequentemente, dispensando o tempo do/a usuário/a para a execução de tarefas de outra natureza. Contudo, é bom de ver que, embora ofereçam valiosos contributos neste campo, ditas ferramentas não possuem capacidades verdadeiramente analíticas, pelo que a qualidade da análise não depende diretamente do seu emprego no estudo[54].

Pelo apoio que prestam, os *programas informáticos* encontram-se no rol das ferramentas relevantes no curso das investigações qualitativas em geral[55]. Conquanto não efetuem *per se* as análises, apresentam mais-valias notáveis em comparação com os procedimentos levados a cabo de forma manual. Dentre estas, Armony (1997) enumera: (i) a transparência e a clarificação das regras de análise; (ii) os graus de sistematização no cumprimento das etapas[56]; (iii) a geração automática de relatórios; (iv) a uniformidade e a estabilidade nas decisões; (v) a objetivação da racionalidade do/a investigador/a. Ainda, a seu ver, são cinco as funções analíticas regra geral efetuadas por estas aplicações: (i) gestão, (ii) leitura, (iii) anotação, (iv) representação e (v) interconexão.

No entorno específico do MGT existe uma ferramenta, o *software* ATLAS.ti®, que foi desenvolvido, na Década de 90, para atuar em todas as suas instâncias, cumprindo assim os requisitos de funcionalidade que o mesmo reclama. As suas componentes modulares principais[57] articulam-se de modo a apoiar as operações inerentes ao método em dois níveis principais: (i) *textual*, em que são desenvolvidas as tarefas relacionadas

[54] Cumpre-nos contribuir para desfazer tal mito, de todo frequente no que tocam às expectativas que se colocam em torno da sua utilização.

[55] A literatura especializada disponibiliza um volume suficiente de textos e de manuais destinados ao aprofundamento deste tema, pelo que nos cingiremos ao seu enquadramento e ao seu uso no âmbito do MGT.

[56] A este respeito, Tesch (1990) pondera que o computador não toma decisões conceituais, mas é um excelente auxílio para as análises qualitativas, especialmente nas etapas textuais, em que existe uma sequência de procedimentos que devem ser seguidos, sem infringir uma ordem predeterminada. Tais programas, a seu ver, ajudam muito a seguir os referidos procedimentos.

[57] O ATLAS.ti® apresenta uma componente principal – a Unidade Hermenêutica (UH) – em que são armazenados todos os dados relativos às tarefas analíticas desenvolvidas. A UH comporta, ainda, as seguintes componentes subsidiárias: (i) os documentos primários; (ii) as citações; (iii) os códigos; (iv) os memorandos; (v) as famílias; (vi) as redes conceituais.

à codificação do texto, nas suas três etapas, bem como à elaboração de memorandos e de comentários, não havendo limites à partida para o número de códigos a associar aos fragmentos pretendidos[58]; (ii) *conceitual*, em que são desenvolvidas as tarefas que se prendem com a integração dos dados, efetuada por meio do reconhecimento das relações entre os diversos grupos de códigos criados, tendo em conta os vínculos observados[59].

2 O método *Grounded Theory*: subsídios práticos

Este tópico tem como objetivo específico relatar, em breves linhas, um caso concreto de uso do MGT, destacando os seguintes aspectos: (i) caracterização geral das etapas em que se desenvolveu o estudo; (ii) descrição dos critérios gerais de utilização dos procedimentos do MGT no estudo desenvolvido; (iii) apresentação dos principais resultados e das conclusões obtidas; (iv) reflexão sobre os requisitos de validação do estudo; (v) explanação do significado geral da experiência de uso do referido método.

2.1 Aplicação do método: relato de caso

2.1.1 Caracterização geral das etapas da investigação

Em breves notas, a investigação que pretendemos relatar teve como propósito primário compreender o *significado* atribuído aos impactos gerados pelo documento eletrônico no âmbito da teoria e da prática arquivística, dando especial relevância, no tocante às fontes de obtenção de dados, à informação publicada pela via da literatura branca e da literatura cinzenta, visíveis nos canais privilegiados de comunicação científica.

Em conformidade com a sua planificação, o estudo se desenvolveu em duas etapas distintas, mas complementares. Na etapa de *recolha de dados,* com o propósito de selecionar fontes privilegiadas, situadas no entorno

---

[58] De realçar que a aplicação comporta a funcionalidade de gestão dos códigos, fornecendo informações relevantes, acerca: (i) da data de criação ou de modificação dos códigos, com a respectiva identificação do/a usuário/a; (ii) do número de vezes que um código foi utilizado; (iii) do número de associações que um código possui, relativamente a outros códigos; (iv) da existência de memorandos associados aos códigos criados.

[59] No ATLAS.ti®, estas relações se estabelecem de três formas principais: (i) pela formação de grupos de famílias e superfamílias de códigos; (ii) pela integração destes grupos em redes conceituais; (iii) pelas associações na forma de enlaces.

da Ciência da Informação, consultamos bases de dados bibliográficas especializadas[60] em busca de registros de: (i) artigos científicos; (ii) revisões de livros; (iii) comunicações em congressos; (iv) dissertações de mestrado e de doutorado[61]. Na etapa de *análise de dados*, com o propósito de investigar o conteúdo dos documentos selecionados e de propor explicações teóricas para o problema central do estudo, nos detivemos nos elementos pré-textuais e textuais dos resumos, bem como, em determinados casos, nos estendemos aos textos completos dos documentos, com vista à melhor interpretação e à correta compreensão de determinados aspectos dos assuntos investigados. Consistentemente com os propósitos pretendidos, nesta fase, optamos por seguir os procedimentos do MGT para apoiar as nossas análises.

2.1.2 O uso dos procedimentos do MGT na investigação

No estudo em causa, após examinarmos cuidadosamente o material bibliográfico optamos por identificar as unidades de análise aos segmentos de texto significativos, geralmente um período ou frase completa, atribuindo-lhes os códigos, livremente, conforme nos ditavam a intuição e o bom senso. Deste modo, procedemos à codificação intensiva dos elementos pré-textuais e textuais dos resumos, numa fase inicial, bem como dos documentos completos, já numa fase avançada, conforme adiante explicaremos.

A iniciarmos a *codificação*, procuramos 'abrir' os 335 resumos selecionados[62], efetuando a codificação, linha a linha, de todos os elementos pré-textuais considerados relevantes e tentando responder às *perguntas sensibilizadoras* aconselhadas pelo modelo do MGT. No fim deste processo, decidimos utilizar o mesmo procedimento para lidar com os elementos textuais, selecionando, desta vez, um grupo mais reduzido, composto por apenas 63 resumos, com vista a preencher as lacunas de informação registradas na etapa anterior. Finda esta etapa, passamos a

---

[60] Foram consultadas as seguintes bases de dados bibliográficas: Library Information Science Abstracts – LISA; ISI Web of Knowledge – WoK; Dissertation and Thesis ProQuest.

[61] As consultas foram realizadas em todos os registros indexados e resumidos nas bases de dados mencionadas, num período cronológico que vai de 1969 até 2008, ano em que finalizamos as recolhas.

[62] Os documentos primários a incluir no software têm de estar em formato compatível com o de um editor de textos. No nosso caso, incorporarmos quatro documentos ao ATLAS.ti®, perfazendo um total de 335 registros individuais.

recolher as amostras de forma focalizada, dedicando atenção aos textos completos ou aos resumos capazes de esclarecer as perguntas que iam sendo formuladas, bem como ao preenchimento das categorias de análise que a esta altura nos pareciam centralizar o problema. Nesta fase, direta ou indiretamente foram manipulados precisamente 265 textos. De referir que, nesta etapa, o nosso ponto razoável de contenção das recolhas balizou-se pelos seguintes fatores: (i) pelo volume de dados alcançado; (ii) pela satisfação das necessidades primárias de informação, constatada pelo fato de haver obtido as respostas adequadas às questões formuladas[63].

Neste ponto, cumpre-nos realçar que os textos utilizados no estudo se encontravam escritos majoritariamente na língua inglesa. Deste modo, para além da codificação, propriamente dita, a primeira etapa embutiu atividades de tradução, tendo-se deixado para uma segunda etapa o refinamento do sistema inicial de categorias gerado[64]. Na etapa posterior a estas, lidando com os códigos substantivos em português, nos fixamos no agrupamento das famílias de códigos em categorias abstratas, bem como na sua descrição e no seu preenchimento. No que a este procedimento se refere, não nos valemos de nenhum esquema apriorístico de codificação ou de categorização dos textos, tendo construído os nossos próprios esquemas a partir do contato com o contexto empírico. De resto, focalizamos a atenção nas componentes fundamentais do *modelo paradigmático de codificação para o PSB*, especialmente no que respeita às ações e às interações, com vista à composição do esquema geral de interpretação da realidade investigada[65].

O uso do MCC como recurso, no nosso caso, deu-se em todos os momento da codificação e da categorização, nos moldes previamente aconselhados[66]. De igual modo fizemos uso das três classes de *memorandos*,

---

[63] O que não coincidiu propriamente com o critério ideal de saturação da amostra, mas com o contexto real de investigação. A este respeito, cumpre-nos reforçar que nem todas as propriedades e as dimensões de um fenômeno são relevantes ou dignas de atenção. Porquanto, nestes casos, é preciso adotar uma solução de compromisso que torne a investigação exequível. Logo, tendo em mente as condicionantes internas e externas de uma determinada investigação e, lançando mão de um argumento de equilíbrio, aconselhamos a atitude de manter a concentração num volume manipulável de dados, em lugar de envolver-se com conjuntos amplos e correr o sério risco de inviabilizar ou de empobrecer as possibilidades de interpretação.

[64] Esta foi a forma encontrada para driblar a adversidade inicial de analisar textos procedentes de um idioma diferente do materno.

[65] Neste intento, consultamos tanto a literatura endógena, neste caso, a que corresponde ao entorno arquivístico, quanto a literatura exógena, neste caso, a de âmbito sociológico.

[66] Cf item 1.2.3.

previamente indicadas, e de forma concomitante às análises, gerando uma quantidade maior destes dispositivos nas fases iniciais do que nas fases finais[67]. Ditos memorandos foram categorizados pelos assuntos predominantes. Este expediente ajudou a recuperá-los e a consultá-los, de modo célere, sempre que foi preciso, pelo que aconselhamos firmemente o seu uso[68].

No que se refere à *literatura específica,* optamos por seguir uma via totalmente indutiva. A nossa tomada de decisão, neste sentido, deveu-se a dois fatores principais: (i) a sua utilização como material empírico[69]; (ii) o risco potencial de influência nas interpretações. Consequentemente, não consultamos os textos científicos para orientar os rumos do nosso estudo, o que significa que nem construímos um referencial teórico, nem formulamos hipóteses de pesquisa antes de entrarmos no campo[70]. Naquele momento, lidamos apenas com o tema, o problema e as perguntas sensibilizadoras do MGT, tendo sido neste conjunto mínimo de recursos metodológicos que nos baseamos, concretamente, em boa parte do percurso. No entanto, nas etapas finais do estudo, a consulta à literatura passou a ser uma necessidade para o incremento das análises e das interpretações. No nosso caso, pois, a literatura especializada deu pé às interpretações e auxiliou a clarificar uma série de questões, especialmente, no âmbito da literatura exógena ao campo arquivístico. Assim, tanto as análises como as interpretações registradas nos capítulos destinados aos resultados teóricos do estudo foram diretamente influenciadas, em primeiro lugar, pelo terreno substantivo, dele fazendo parte a literatura endógena e, em segundo lugar, pela literatura exógena, quando contrastamos conceitos e hipóteses[71].

Quanto ao *uso de software na análise*, da nossa experiência ficamos com a certeza de que o programa ATLAS.ti® correspondeu às nossas expectativas, pelo menos por duas razões: primeiramente, porque de fato agilizou e

---

[67] Cf Figura 1.

[68] De realçar que as informações que registramos no decorrer deste texto, em muito se devem aos memorandos metodológicos que estruturamos e que se foram transformando em narrativas que deram corpo à nossa experiência ao longo de todo o percurso analítico.

[69] Não é de todo comum, no entorno do MGT, fazer uso da literatura científica como fonte de recolha de dados. Assim o fizemos, assumindo todos os riscos inerentes.

[70] No entanto, confirmamos pelo menos uma das proposições que emergiram a posteriori.

[71] Na nossa perspectiva, designamos **literatura endógena** àquela que se encontrava dentro dos limites do campo em estudo e **literatura exógena**, por contraste, àquela que se situava fora do mesmo campo. No nosso caso concreto usamos a literatura da área da Sociologia para contrastar hipóteses teóricas.

potencializou diversas etapas da análise, minimizando os efeitos do manejo de um volume relativamente grande de dados; em segundo lugar, porque nos auxiliou a distinguir claramente as fases de análise textual e conceitual. Com efeito, o nosso testemunho encaminha-se no sentido de uma apreciação positiva desta ferramenta, pese embora a sua relativa complexidade[72].

Por fim, para facilitar a compreensão dos procedimentos descritos incluímos uma síntese representada na FIGURA 1. De referir que o modelo em causa resume os passos dados em cada fase, bem como os resultados gerais obtidos. Sem embargo, tanto a circularidade como a reflexividade, que são os aspectos mais característicos das análises pelo MGT, afiguram-nos como difíceis de representar.

Figura 1: Síntese do Processo de Codificação pelo MGT.

PRIMEIRA FASE: ANÁLISE DOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

- Inclusão dos quatro DPs à UH.
- Codificação e recodificação sucessiva dos elementos pré-textuais de 335 resumos.
- Construção de 29 famílias e 7 superfamílias de códigos.
- Descrição e análise preliminar das categorias emergentes.
- Formulação de novas perguntas aos dados.
- Estabelecimento de novas codificações e preenchimento das categorias pertinentes.
- Descoberta de uma categoria candidata ("Relevância dos(as) autores(as)").
- Estabelecimento de nova codificação, em torno da categoria candidata.
- Construção de 10 supercódigos representativos das situações codificadas.
- Construção de 12 redes conceituais iniciais.
- Registro e organização de 50 memorandos em 11 famílias em uma única superfamília.
- Cessação da codificação dos elementos pré-textuais: 389 códigos resultantes.

SEGUNDA FASE: ANÁLISE DOS ELEMENTOS TEXTUAIS

- Codificação dos elementos textuais dos 63 resumos vinculados à categoria candidata: 393 códigos resultantes.
- Construção de 73 famílias e 4 superfamílias de códigos.
- Construção de 26 redes conceituais parciais e gerais.
- Construção de um sistema único composto por 2 categorias e 4 subcategorias de análise.
- Emergência de uma categoria central e de uma categoria subsidiária.

TERCEIRA FASE: INTERPRETAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS RESULTADOS

- Verificação do encaixe do sistema de categorias e subcategorias nos dados.
- Ajuste do sistema de categorias e emergência do PSB: "mudança".
- Codificação seletiva em torno dos conceitos centrais e da categoria central do estudo: 81 códigos resultantes.
- Agrupamento dos códigos em torno de 3 famílias ou blocos analíticos.
- Preenchimento dos conceitos pertinentes e construção de 2 redes conceituais finais.
- Construção embrionária da estrutura do sistema interpretacional geral.
- Revisão da literatura exógena à Arquivística, de modo a comparar os resultados obtidos.
- Comparação e verificação do encaixe do sistema interpretacional proposto a partir da literatura exógena e dos resultados obtidos com o estudo.
- Conclusão do estudo com as interpretações essenciais e justificativa das lacunas observadas.

Fonte - Freitas – 2009 – p.360.

---

[72] É preciso conhecer bem a GT para então compreender o funcionamento do ATLAS.ti®.

2.1.3 Principais resultados e critérios de validação do estudo

Consistentemente com as análises pelo MGT, descortinamos dois cenários arquivísticos de confronto dos problemas gerados pelo documento eletrônico, nos últimos 40 anos[73]. Entre os resultados emergentes, conceituamos e contrastamos as propriedades e as dimensões significativas dos documentos arquivísticos convencionais e eletrônicos[74]. Além disso, revelamos as personagens proeminentes do mundo arquivístico, bem como as suas estratégias de ação e de interação no confronto dos problemas atuais[75]. Entre as conclusões significativas, sumariamos que tanto a teoria como a prática arquivística, na *percepção* das pessoas envolvidas, se encontram submersas num processo de *mudança*, com vista à melhor solução dos problemas, acomodando-se aos contornos ainda difusos de um paradigma social emergente.

A referida Mudança, compreendida neste estudo como o *Processo Social Básico* em torno do qual se articulavam outros, de menor expressão no terreno substantivo[76], acompanha as fronteiras igualmente difusas de um contexto 'pós-moderno', 'pós-industrial' e 'pró-sociedade informacional'[77] e tem como fator condicionante o documento eletrônico, incluído no bojo dos '*clusters*' de inovações que se notam, particularmente, no contexto norte-americano dos últimos 50 anos, atendendo pelo genérico designativo de 'tecnologias de informação'. Ainda, neste estudo, demonstramos uma proposição emergente no curso da investigação: as tecnologias não determinam a sociedade, mas suscitam-lhe problemas para resolver, com meios e recursos que advêm de distintas formas, para atender

---

[73] No primeiro cenário identificamos uma primeira geração de arquivistas pouco disposta a lidar com os problemas gerados pelo documento eletrônico. No segundo cenário, identificamos uma geração disposta a enfrentar o desafio.

[74] No estudo, identificamos, interpretamos e contrastamos diversas propriedades e variações dimensionais dos documentos convencionais e dos eletrônicos. Os respectivos conceitos emergiram dos próprios dados.

[75] Estas personagens foram identificadas, numa primeira etapa, dada a alta frequência de textos associados aos seus nomes no terreno substantivo. Este foi o nosso primeiro fio analítico 'puxado' no intento de atingir uma categoria central de análise. Dentre os/as 248 autores/as inicialmente codificados/as, quatro foram considerados os mais relevantes, dada a sua densidade no contexto empírico, medida pelo número de textos que publicaram sobre o tema central do estudo. Os seus nomes são: Luciana Duranti, Terry Cook, David Bearman e Heather Macneil.

[76] O aplicativo ATLAS.ti® permite a elaboração de redes conceituais que auxiliam a visualizar as relações entre as categorias e os códigos.

[77] Estas expressões emergiram do próprio contexto.

a diferentes propósitos[78]. Entre as recomendações principais, destacamos a pertinência da continuidade das análises, num outro momento, ampliando as conclusões a respeito das *características persistentes* do processo social 'mudança' (algo que não pudemos deslindar), interpretado como o ponto de convergência dos problemas, dos desafios, das oportunidades, dos riscos, das ameaças e das preocupações que perpassam a Arquivística Contemporânea na ótica das pessoas envolvidas[79].

No que diz respeito à *validação dos resultados,* cumpre dizer que, por um lado, os estudos *Grounded Theory* devem ser validados pelos mesmos esquemas utilizados para validar as pesquisas qualitativas em geral[80]. Mas, por outro lado, encontramos sugestões específicas na literatura da área, que vão ao encontro deste mesmo objetivo. Assim, a construção da 'linha da história', contendo os esquemas, as ideias, os conceitos e as proposições formuladas é vista como um recurso positivo para a averiguação do encaixe da teoria nos dados e, consequentemente, pode servir como recurso na validação de um estudo desenvolvido pelo MGT[81]. A atitude de 'narrar' os resultados obtidos, valendo-se de um 'guia da história', i.e., de uma espécie de fio condutor que une e que integra os principais temas presentes nos dados, ao mesmo tempo em que os enlaça à pergunta fundamental do estudo, também é aconselhada[82]. Consequentemente, a validação de um estudo qualitativo depende, em boa medida, de um corpo suficiente e consistente de informações disponibilizadas e comunicadas ao leitor/a[83].

Com efeito, quer nos esquemas analíticos, quer nas explicações detalhadas de cada um dos procedimentos, estão lançadas as condições concretas para verificar a consistência, a transferibilidade e a autenticidade do estudo em questão. Naturalmente, foi seguida uma linha narrativa

---

[78] Tal proposição foi proferida por Daniel Bell em: Bell, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

[79] Estas expressões emergiram dos próprios textos, no decorrer das etapas de codificação e de categorização.

[80] A autenticidade, a fidedignidade, a consistência do relato, a transferibilidade dos resultados a outros contextos, são alguns dos principais esquemas apontados para avaliar o grau de validade dos estudos qualitativos.

[81] Cf. Strauss e Corbin (2002).

[82] Cf. Taylor e Bogdan (1987, p.166).

[83] Sobre este mesmo assunto, os/as investigadores/as qualitativos/as devem ser capazes de proporcionar informações suficientes aos leitores/as, para que possam compreender de que maneira recolheram e interpretaram os seus dados e relativizar os resultados, situando-os no seu próprio contexto (DEUTSCHER, 1973 *apud* TAYLOR; BOGDAN 1987, p.180).

dos fatos e das ideias, tratando de identificar, em cada uma das fases significativas, os objetivos, os procedimentos e os resultados obtidos, de forma a proporcionar um retrato tão fiel quanto possível de todo o percurso, buscando validar o referido estudo, prioritariamente, no âmbito do seu próprio contexto.

2.2 Significado geral da experiência

Antes de optar pela GT como método de análise, a primeira pergunta a responder obviamente relaciona-se com as razões substantivas para o fazer. Frequentemente, o MGT é referenciado pela literatura técnica como um método complexo, exigente, moroso, pouco 'amigável' e, talvez por esta razão, de escassa aplicação prática. Em boa verdade, esta última conclusão torna-se um tanto quanto falaciosa quando se experimenta o método.

Inegavelmente, ao atuar com o MGT releva o/a investigador/a. De modo que tanto a complexidade quanto a flexibilidade que lhe são conferidas demandam atitudes e posturas que, na visão de analistas experientes com o método, dificilmente podem ser compatibilizadas com a inexperiência ou o despreparo para lidar com este tipo de realidade[84]. Consequentemente, ao(à) investigador(a) que se dedica ao MGT, para além da experiência, são reclamadas outras qualidades tais como: a persistência, a confiança, a fé, a intuição, a inclinação analítica, o senso de observação, a relativa capacidade de distanciamento dos dados, a tolerância à incerteza e aos cenários confusos, a habilidade para a conceituação e a abstração[85].

[84] Num artigo que publica para divulgar a tese de doutorado que desenvolveu, no Reino Unido, sobre os entornos corporativos, Pandit (1996) comenta que pesquisar com este método implica reunir, em doses altas, qualidades tais como confiança, perícia, tolerância e criatividade. O autor justifica com a sua própria experiência, dizendo que a aplicação do método, no seu caso, decorreu num processo demorado que gerou um grande volume de dados. Ainda, relata que o trabalho sem hipóteses prévias e sob um protocolo aberto, fez com que a metade do tempo transcorresse num ambiente em que a fé e a esperança de que o processo vingasse foram o seu único alento. Para além disto, também teve de conviver com o fato de que os dados demoraram algum tempo a fazer sentido, tendo sido, portanto, moroso o processo de integração teórica dos resultados. Por fim, admite que o uso da ferramenta informática ATLAS.ti® diminuiu consideravelmente este impacto negativo do método e conclui, dizendo que um/a investigador/a inexperiente provavelmente se sentiria intimidado/a em contato com uma realidade desta natureza.

[85] Cf. Strauss e Corbin (2002) e Glaser e Holton (2004).

Com efeito, reconhecemos algumas desvantagens no que respeita à sua aplicação por analistas novatos/as. Por exemplo: o risco real de confundir emergência com distorção dos dados ou, ainda, de imprimir aos dados a própria perspectiva, em vez de identificar a perspectiva das pessoas envolvidas; de cometer exageros, ao codificar linha a linha e, consequentemente, perder o controle da massa de dados acumulada; de não tolerar a movimentação num terreno que é incerto e duvidoso em boa parte do percurso. Mas, apesar de admiti-las, advertimos para o fato de que as desvantagens enumeradas não se referem em particular ao MGT, mas à metodologia das pesquisas qualitativas em geral.

Com base na destreza que adquirimos no uso deste método, a inexperiência não parece ser a condição *sine qua non* para o seu desuso. A falta de um perfil adequado para este estilo de investigação, que envolve possuir alguma dose das habilidades referidas anteriormente, aliando-as ao compromisso que o/a investigador/a deve ter, de forma incondicional e inegociável, com o cumprimento dos seus objetivos primários de investigação parecem influenciar, e muito, nessa decisão. Também influenciam, a nosso ver, certas atitudes como a pouca apetência para a realização de leituras persistentes e de anotações sistemáticas e, acima de tudo, a negligência quanto à adoção de uma postura vigilante em face de qualquer atitude considerada minimamente contrária aos princípios basilares do método. Na sensibilidade teórica podem ser encontradas as chaves que abrem as portas pelas quais, em diversos momentos, precisamos passar quando trabalhamos com o MGT. Algumas das respostas positivas que podemos dar para mitigar uma sentida falta de experiência se encontram, a nosso ver, numa inflexão no sentido contrário ao das lacunas mencionadas. No nosso entendimento, boa parte dos obstáculos atribuídos à inexperiência podem ser satisfatoriamente ultrapassados com esses artifícios.

No que respeita à possibilidade de construção teórica, da nossa prática, verificamos que o MGT, quando aplicado de forma integral, possibilita a emergência das explanações de alto nível. Sem embargo, cumpre referir que no nosso caso particular as pretensões primárias de investigação não foram ao encontro de tais ambições. Os nossos interesses se prenderam, em boa medida, com uma apreensão compreensiva do terreno substantivo, onde, com efeito, afiguraram-nos ricas possibilidades

analíticas. Porquanto, se não abandonamos a possibilidade de construir teoria formal, também não a acolhemos deliberadamente[86], usando o método na medida justa das nossas necessidades, conferindo-lhe flexibilidade e obedecendo, sem subordinação, aos seus cânones[87]. Tal é a nossa resposta aos questionamentos originados de quem pretender enveredar por este percurso.

3 Considerações finais

No *âmbito dos subsídios teóricos* demonstramos como o MGT se encaixa num cenário de intervenção com objetivos analítico-interpretativos. Com esta intenção, dedicamo-nos à clarificação das suas características, que são a flexibilidade, a circularidade, o estímulo às perguntas sensibilizadoras, o recurso às comparações constantes e às amostras progressivas, com vista à obtenção de explicações fundamentadas nos dados, sendo esta a precondição para o compromisso com um método desta natureza.

De igual modo consideramos os seus marcos fundamentais, estabelecidos há mais de 40 anos, verificando que se trata de um método voltado para a geração de teoria, dado que focaliza a análise nos pontos de maior relevância e de maior densidade dos dados. Para o/a analista experiente todos estes dispositivos jogam um papel fundamental na condução do MGT, interferindo positivamente no terreno aplicativo. Para o/a inexperiente nem tanto.

No âmbito das ferramentas úteis, demonstramos que a literatura prévia se afigura como um dos pontos nevrálgicos do MGT clássico, não se recomendando o seu uso nas primeiras fases da codificação, de forma a evitar a distorção da análise. Ainda, no terreno aplicativo, manifestamos que as aplicações informáticas têm sido apontadas como um recurso para mitigar o problema da manipulação de grandes volumes de dados, para além da sua

[86] Nossa base, neste sentido, assenta-se nos escritos de Wolcott (2003) e de Strauss e Corbin (2002). O primeiro autor diz que não há razão para introduzirmos teoria até que nos asseguremos de estarmos verdadeiramente interessados/as nela, alegando que a teorização *per se* encerra uma relação *a posteriori* com os resultados (Wolcott 2003, p. 84). Os segundos autores, pese embora aconselhem o MGT como plataforma para a construção teórica, vêm a flexibilidade do método como algo que permite adaptações, em função dos estilos e dos objetivos dos/as investigadores/as, desde que tal não implique romper com os seus cânones.

[87] Tal postura, salientada como positiva por Taylor e Bogdan (1987), é a que de resto recomendamos a quem se interessar por aprofundar na prática deste método.

capacidade de auxiliar na organização, na sistematização e na disposição dos dados, bem como na sequenciação das tarefas. Nestes argumentos encontramos as justificativas para a opção pelo *software* ATLAS.ti® no âmbito do nosso estudo. Ainda, no que se refere à codificação, explicamos que o MGT se desenvolve em três etapas principais, sendo a primeira marcada por um intenso processo de fragmentação do contexto analítico, tendo em vista a recuperação de porções relevantes de dados que passam a atuar como ponto de contato entre o/a analista e o contexto analisado. Conforme tivemos a oportunidade de dizer, nesta etapa inicial ocorrem a redução e a descontextualização controlada dos fragmentos codificados. A esta se seguem uma segunda e terceira etapas, que correspondem às fases finais em que ocorre o agrupamento dos códigos empíricos, dando lugar aos abstratos, sendo estes os que de fato auxiliam na tarefa de transformação e de recontextualização dos dados, com vista à obtenção de explicações que emergem e completam-se pela integração dos códigos iniciais num sistema final de categorias.

No âmbito dos *subsídios práticos,* descrevemos a nossa forma de lidar com o MGT e de tirar proveito das suas vantagens, minimizando possíveis inconvenientes, sendo este o motivo por que ampliamos as explicações, a respeito das suas características e dos seus desdobramentos, no tópico anterior. No nosso caso específico, a concretização do método iniciou-se pela codificação de elementos pré-textuais e textuais dos 335 itens que compunham as nossas possibilidades iniciais de amostra, culminando com a codificação seletiva de resumos ou de textos completos que, no limite, contribuíram para o esclarecimento das situações previamente verificadas. A seguir a este processo, mediante um procedimento de integração de conjuntos maiores em grupos progressivamente menores, alcançamos um sistema de categorias que consideramos satisfatório para os nossos propósitos, e que nos auxiliou a compreender a categoria central de análise e o processo social embutido nos dados, nas suas redes de relação com outras categorias, pelo que nos empenhamos em seguir por esta 'trilha', avançando para uma fase final do estudo.

O significado da nossa prática foi igualmente apontado e, quanto a este aspecto, fizemos questão de incidir no fato de que a experiência joga um papel importante na aplicação do método, mas não é a condição *sine*

qua non para o seu uso ou desuso, considerando que há fatores de outra ordem que também influem nesta decisão.

Finalmente, apraz-nos recordar que, neste espaço, procuramos cumprir o objetivo geral de divulgar o MGT à comunidade científica de Ciência da Informação, lançando pistas concretas, e advertências, para estimular a sua utilização. Não obstante, no que se refere à correta comunicação da mensagem, pelas palavras de Barney Glaser, num dos seus vários escritos, *o MGT se aprende fazendo.* Eis porque somos perfeitamente conscientes das dificuldades que comportam uma tentativa desta natureza.

Referências

ARMONY, V. El análisis de datos cualitativos en ciencias sociales: nuevos enfoques y herramientas. *Revista de Investigaciones Folklóricas*, n.12, p.9-16, 1997.

COFFEY, A.; ATKINSON, P. *Encontrar el sentido a los datos cualitativos:* estrategias complementarias de investigación. Alicante, Medelín: Publicaciones de la Universidad de Alicante, Editorial Universidad de Antioquia, 2005. (Coleção Monografías)

CRESWELL, J. W. *Research design*: qualitative and quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage, 1994.

DEUTSCHER, I. *What we say/what we do*: sentiments and acts. Glenview: Scott; Foresman, 1973.

FREITAS, M. C. V. DE. *A Arquivística sob o signo da mudança*: cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico. 2009. Tese (Doutorado em Sistemas de Información Digital) - Universidade de Salamanca. Espanha, 2009.

GLASER, B. *Theoretical sensitivity*. Mill Valley: Sociology Press, 1978.

GLASER, B.; HOLTON, J. Remodeling grounded theory. *Forum Qualitative Social Research*, v.5, n.2, 2004. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/607/1315>. Acesso em: 14 mar. 2008.

GLASER, B.; STRAUSS, A. *The discovery of grounded theory*: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis*: an expanded ourcebook. 2.ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MUÑOZ JUSTICIA, J. *Análisis cualitativo de datos textuales con Atlas:* Ti 5. Barcelona. Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

PANDIT, N. The creation of theory: a recent application of the grounded theory method. *The Qualitative Report*, v.2, n.4, 1996. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR2-4/pandit.html>. Acesso em: 1 mar. 2008.

RAYMOND, E. La teorización anclada (grounded theory) como método de investigación en ciencias sociales. En la encrucijada de dos paradigmas. *Cinta de Moebio*: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, n.23, 2005. Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/moebio/23/raymond.htm>. Acesso em: 1 mar. 2008.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, G.; GIL FLORES, J.; GARCÍA JIMÉNEZ, E. *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999. (Coleção Biblioteca de Educación).

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Bases de la investigación cualitativa*: técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Antioquia: Editorial Universidad de Antioquia, 2002. (Coleção Contus)

SZASZ, T. S. *Ceremonial chemistry*: the ritual persecution of drugs, addicts and the pushers. Garden City: Doubleday, 1974.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*: la búsqueda de significados. Barcelona: Paidós, 1987.

TESCH, R. *Qualitative research*: analysis types and softwares tools. New York: The Flamer, 1990.

TRINIDAD REQUENA, A.; CARRERO PLANES, V.; SORIANO MIRAS, R. M. *Teoría fundamentada 'Grounded Theory'*: la construcción de la teoría a través del análisis interpretacional. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006. (Coleção Cuadernos Metodológicos, 37)

VALLES, M. *Técnicas cualitativas de investigación social*: reflexión metodológica y práctica profesional. Madrid: Síntesis, 1997.

WOLCOTT, H. F. *Mejorar la escritura de la investigación cualitativa*. Medelín: Editorial Universidad de Antioquia, 2003. (Coleção Contus)

YIN, R. K. *Case study research*: design and methods. London: Sage, 1989.

Capítulo 7

A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção

José Maria Jardim

1 Introdução

Até os Anos 90 do século passado, o conhecimento arquivístico foi gerado, sobretudo, a partir das práticas de gerenciamento de instituições e serviços arquivísticos. Não por acaso, boa parte desse conhecimento plasmou-se em manuais que, até 20 anos atrás, constituíam a base quase exclusiva daquilo que se entende por Arquivologia. Os modos do fazer arquivístico eram registrados, comunicados e ensinados com forte ênfase nas dimensões empíricas. Se essa visão predominante não impediu o amadurecimento de vários aspectos teóricos da disciplina, tampouco favoreceu a constituição de um cenário teórico com evidente densidade. Não por acaso, os arquivistas viram-se obrigados a repensar os universos teóricos, metodológicos e empíricos da Arquivologia a partir do quadro informacional que emerge em especial após a Década de 90.

Num quadro histórico de alterações frequentes do ponto de vista científico, tecnológico, organizacional, político, etc. a pesquisa em Arquivologia se faz cada vez mais necessária. A partir desse momento é preciso produzir conhecimento não apenas para as motivações mais imediatas de gestão arquivística, mas também para os cenários em vias de emergir. Não se trata mais apenas de produzir conhecimento para um programa de classificação arquivística a ser estabelecido nos próximos dois anos. Agora é preciso também investigar e obter respostas que reorientem esses programas de classificação nos médios e longos prazos, em um quadro das redes de informação, face aos usos remotos dos acervos, políticas e práticas de governo aberto, por exemplo. Atuar com eficiência sob essa dinâmica requer investimento em pesquisa.

A construção da pesquisa em Arquivologia suscita a frequente discussão sobre o próprio campo enquanto disciplina científica. Ao se fazer necessária a construção de agendas de pesquisa em Arquivologia é fundamental, portanto, refletir epistemologicamente sobre seus métodos, objetos, universo empírico, recursos teóricos e questões interdisciplinares do campo.

Torna-se aos poucos mais evidente, para outros campos das ciências sociais, a distinção entre pesquisa em arquivos (elaborada por cientistas sociais de maneira geral) e pesquisa em Arquivologia (produzido por arquivistas indagam sobre as diversas dimensões do fenômeno arquivística).

A produção de conhecimento arquivístico não poderia mais estar restrita aos espaços das práticas arquivísticas. A qualificação dessas práticas, por sua vez, demandava cada vez mais adensamentos teóricos e metodológicos.

A produção do conhecimento arquivístico passa a ser uma tarefa também das universidades, relativizando o domínio quase absoluto, ao longo de décadas, das instituições arquivísticas como espaços de produção e legitimação do conhecimento na área.

A indissociabilidade entre ensino, produção e difusão do conhecimento demanda novas posturas e diálogos entre universidades, instituições e serviços arquivísticos. Ampliam-se também as exigências de diálogos interdisciplinares.

Explorar as dimensões interdisciplinares da Arquivologia na pesquisa revela-se incontornável e supõe a identificação das suas possíveis fronteiras ao longo do tempo e na sua atual configuração histórica.

2 Percursos da arquivologia como disciplina científica

Refletir sobre a Arquivologia como campo de pesquisa requer o reconhecimento da sua trajetória, ainda que em linhas gerais. Couture e Ducharme (2005) lembram que se a Arquivologia é muito antiga como prática, é um fenômeno contemporâneo como disciplina.

Se a publicação do '*Manual de arranjo e descrição de arquivos*' ou '*Manual dos Holandeses*' por Muller, Feith e Fruin, em 1898, é um marco fundador da Arquivologia, a sua configuração como área está fortemente ligada à invenção dos arquivos públicos como instituição, a partir da Revolução Francesa e a um conjunto de práticas na organização dos arquivos do Estado moderno. A Arquivologia, saber de Estado, é filha do Estado moderno europeu. Surge fortemente associada, naquele momento, ao quadro de uma memória que ao constituir-se em lastro ao reconhecimento da nação configura-se numa narrativa autolegitimadora do Estado.

Até meados do Século XX, predomina o entendimento do arquivo histórico como objeto privilegiado da Arquivologia que se estrutura então como 'ciência auxiliar' da História. O fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística em seu estado de construção. Exige também conhecimentos da História e do Direito.

A crescente intervenção do Estado na vida social, sobretudo após a II Guerra, propicia a emergência dos princípios relacionados à gestão de documentos, especialmente no mundo anglo-saxão. A concepção de ciclo vital implica no reconhecimento de que os arquivos não devem mais gerenciar apenas um produto, mas um processo. A reconfiguração da missão de várias instituições e serviços arquivísticos reflete essa nova concepção. As tradições administrativas dos Estados nacionais, associadas nesse quadro histórico às condições de respostas, em cada caso, àquilo que se convencionou chamar de 'explosão documental', seguem influenciando fortemente as concepções de Arquivologia as práticas arquivísticas. Até

mesmo o entendimento do que é um arquivista ganha outras leituras. No mundo anglo-saxão, emerge, por exemplo, a distinção entre o arquivista e o gestor de documentos. Constroem diferentes perspectivas na formação profissional do arquivista. Ao menos no mundo anglo-saxão, ocorre uma forte aproximação da Arquivologia com a Administração[1].

Nesse cenário histórico, o fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística e os conhecimentos da História e do Direito, mas também profundos conhecimentos da área de Administração.

Especialmente após os Anos 90 do Século XX, as novas formas de produção e uso da informação arquivística provocam novas questões em torno de aspectos teóricos e práticos da área. São questionados os objetos, os métodos, os princípios teóricos, as singularidades do documento digital, a web como espaço arquivístico, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços, as formas de uso e transferência da informação arquivística, a preservação, a identidade do arquivista, a sua formação etc. Neste momento, tem início uma percepção segundo a qual os desafios da Arquivologia requerem processos inovadores de geração de conhecimento para além dos moldes consagrados até então. A pesquisa como uma das bases de renovação da área ganha espaço cada vez mais significativo.

Discute-se, nesse momento, de uma maneira muito frequente a disciplinaridade e a interdisciplinaridade da Arquivologia. A histórica relação da Arquivologia com outras disciplinas parece desnaturalizar-se. Ampliam-se as possibilidades de uma postura epistemológica, na qual zonas de interlocução da Arquivologia com outras disciplinas são requisitadas nas pesquisas.

Nesse contexto, o fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística ou conhecimentos da História e do Direito e da Administração. Requer também interlocuções com os estudos de tecnologias da informação, da Comunicação, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Informação.

Simultaneamente, a releitura e ressignificados de princípios fundadores da Arquivologia, à luz da contemporaneidade, tem se revelado

[1] Para os que corroboram a distinção entre Arquivologia e Gestão de Documentos, a influência da Administração seria na segunda. Não é essa a perspectiva adotada nesta abordagem.

um exercício saudável no reconhecimento de novas indagações e no encontro de novas respostas. Essa atitude nada tem de conservadora. Ao contrário, é altamente ousada do ponto de vista intelectual, complexa e delicada. Sob essa dialética, envolvendo a leitura contemporânea do passado e os deslocamentos no presente que as ciências – no nosso caso, a Arquivologia – estabelecem percursos futuros.

Trata-se, portanto, nessa perspectiva, da Arquivologia enquanto disciplina científica que requer uma atitude científica sem, no entanto, que se resvale para uma interpretação cientificista redutora. Trata-se de uma Arquivologia que superou a era dos manuais e não merece ser interpretada apenas como um conjunto de normas.

Uma disciplina científica, segundo Heckhausen (1972), envolve sete critérios: o domínio material ou objeto de estudo; o conjunto dos fenômenos que são observados; o nível de integração teórica; os métodos; os instrumentos de análise; as aplicações práticas; e as contingências históricas.

Conforme Legendre *apud* Maheu (2008), uma disciplina é o "[...] domínio estruturado do saber que possui um objeto de estudo próprio, um esquema conceitual, um vocabulário especializado e, ainda, um conjunto de postulados, conceitos, fenômenos particulares, métodos e leis".

Uma disciplina é uma atividade socialmente organizada, que pressupõe um discurso e uma prática que constitui um corpo de conhecimento envolvendo uma comunidade de especialistas dessa ciência. Supõe organizações científicas que reconhecem quem é ou não membro do corpo de cientistas, definem regras deontológicas e metodológicas. Uma disciplina científica pressupõe a existência de publicações especializadas, regras de qualidades para os trabalhos a serem publicados e apresentados nos congressos.

A Arquivologia atende rigorosamente a todos esses pressupostos? A resposta dependerá, no mínimo, do entendimento que se tem da área pela própria comunidade profissional e também da realidade de cada país. No caso do Brasil, por exemplo, Marques (2011) revela-nos:

> [...] a Arquivologia no Brasil é, hoje, uma disciplina interpretativa de si mesma em sua alteridade, ou seja, simultaneamente palmilha os

> caminhos da sua autonomia e tece relações com outras áreas. Apesar de ainda estar conquistando e se acomodando nos seus contornos científicos, já podemos visualizar a formação de uma disciplina científica no País, mesmo que multiforme e retalhada.

A compreensão da disciplina apenas em suas configurações nacionais – dimensão nada desprezível no caso da Arquivologia – pode sugerir uma visão restrita. A par das marcas nacionais da disciplina, a Arquivologia parece atender de forma razoavelmente assimétrica aos diversos requisitos que permitem caracterizá-la como uma disciplina científica 'amadurecida'. Esse é um tema que, em si mesmo, ao constituir-se num convite à produção de novos conhecimentos, reforça a pesquisa como elemento nuclear no desenvolvimento da Arquivologia.

A identificação das questões sobre a disciplinaridade da Arquivologia sugere a reflexão sobre alguns elementos em torno da sua interdisciplinaridade.

A história da Ciência revela, especialmente a partir do Século XX, sob o norteamento da racionalidade capitalista, uma forte tendência daquilo que vários autores chamam de fragmentação do saber, ou seja, um quadro de excessiva especialização científica.

Se, de um lado, a fragmentação da ciência favoreceu diversas conquistas científicas em vários momentos, por outro lado, este seria um obstáculo a novos avanços científicos. O excesso de especialização impediria hoje uma percepção mais ampla do real e diminuiria as possibilidades da ciência enquanto conhecimento efetivamente a favor do desenvolvimento humano e social. Nesse cenário, o cientista é convidado a um olhar não exclusivamente especializado, mas também transversal.

Como menciona Pombo (2005, p.9), "[...] o progresso da investigação faz-se, cada vez mais, não tanto no interior dos adquiridos de uma disciplina especializada, mas no cruzamento das suas hipóteses e resultados com as hipóteses e os resultados de outras disciplinas".

O projeto interdisciplinar ganhou bastante adesão do mundo científico. Não há dúvidas de que se trata de uma perspectiva extremamente rica. A interdisciplinaridade segue um curso que, a essa altura, independe, em boa parte, de uma decisão individual de um cientista ou de um grupo

de cientistas. Isso se dá na medida em que a interdisciplinaridade tende a constituir-se praticamente num imperativo para a reflexão contemporânea de fenômenos que podem ser reconhecidos por diferentes campos de conhecimento (POMBO, 2005). Paralelamente, esse reconhecimento parece convidar a certa banalização do termo, ou seja, tudo fica muito interdisciplinar no discurso. Como que na prática, efetivamente, conseguimos diferenciar a interdisciplinaridade para além da retórica sedutora, convidativa e, de imediato, extremamente rica? E afinal de contas, o que é isso? O que é interdisciplinaridade?

> A minha proposta é muito simples. Passa por reconhecer que, por detrás destas quatro palavras, multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está uma mesma raiz – a palavra disciplina (que nós falamos há pouco). Ela está sempre presente em cada uma delas. O que nos permite concluir que todas elas tratam de qualquer coisa que tem a ver com as disciplinas. Disciplinas que se pretendem juntar: multi, pluri, a ideia é a mesma. Juntar muitas, pô-las ao lado uma das outras. Ou então articular, pô-las inter, em inter-relação, estabelecer entre elas uma relação recíproca (POMBO, 2005).

Nesse quadro de transformação epistemológica do plano científico, Pombo (2005) sugere-nos que "[...] onde nós esperávamos encontrar o simples, estamos encontrando o complexo, o infinitamente complexo [...] quanto mais fina é a análise, maior a complexidade que se abre à nossa frente". E, portanto,

> [...] o todo não é a soma das partes. Sem interesse real, e isso é fundamental, por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (POMBO, 2005).

A interdisciplinaridade ou outros graus de relação da Arquivologia com outras disciplinas vem sendo mais explorada pela própria Arquivologia. Sob a perspectiva de Pombo (2005) a reflexão sobre a interdisciplinaridade da área requer o mapeamento de possibilidades de cruzamento de hipóteses da Arquivologia, de resultados da Arquivologia com as hipóteses e resultados de outras disciplinas.

Todas essas demandas e indagações são atualmente inerentes ao trabalho do arquivista em diversos planos de sua atuação.

A Arquivologia, desde os seus marcos fundadores, é uma disciplina com vocação multi, pluri e interdisciplinar.

Em todas as atividades arquivísticas, o arcabouço teórico e os métodos e técnicas da Arquivologia são acionados, evidentemente. No entanto, arquivos não são gerenciados apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia.

A Arquivologia requer, em diversos momentos e em graus variados, da Administração, da História, do Direito, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Informação, da Ciência da Computação e outros campos de conhecimento.

Neste sentido, comenta Couture em entrevista a Barbara Roth e François Burgy:

> Estamos convencidos que existem problemáticas transversais que partilhamos com as ciências da informação[2]. A avaliação, a preservação dos suportes, a gestão dos serviços de informação, a utilização das tecnologias são alguns exemplos. Mas não se pode mais limitar esses contatos às ciências da informação. Nós acreditamos que é tão pertinente falar de multidisciplinaridade quanto de interdisciplinaridade. Assim, precisamos explorar as trocas com domínios como o direito, a administração e a gestão, a museologia, a história, as ciências políticas e outras [...] Temos, nós também, muito a aportar! Essas trocas nos permitem nos posicionar e conferir a nossa disciplina uma credibilidade (BURGY; ROTHET, 1998-1999, tradução nossa).

A essa altura, do ponto de vista da história das ciências, talvez seja afirmar como uma hipótese bastante razoável, que a perspectiva interdisciplinar na área de Arquivologia, começa a alcançar graus de consolidação bastante nítidos. Um bom exemplo encontra-se no projeto de pesquisa *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (InterPARES). O InterPARES, envolve a Arquivologia, a Ciência da Computação, Filmes, Geografia, História, Direito, Biblioteconomia e várias outras áreas.

---

[2] No original, '*Sciences de l'information*'.

Vale ressaltar que essa perspectiva interdisciplinar é uma vertente em construção. Acolhe profissionais que dela partilham, tanto quanto é objeto de discordância de outros. Esse, aliás, é um dos embates do campo, expresso basicamente em três visões:

- a visão da Arquivologia com um campo autônomo, com bases consolidadas e, de certa forma, ciência auxiliar da História (essa autonomia não significaria, porém, insulamento porque os diálogos com outras disciplinas são um imperativo do quadro científico atual);
- a visão da Arquivologia como uma disciplina que constitui uma subárea da Ciência da Informação (uma visão que ganha espaço especialmente no Brasil, como resultado de circunstâncias históricas e, mais recentemente, políticos-institucionais);
- a visão de Arquivologia, assumida nestas reflexões, como uma disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares com a História, a Administração, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Museologia, a Sociologia, etc. Essa é hoje a minha perspectiva.

3 A pesquisa em Arquivologia

A literatura sobre a pesquisa em Arquivologia tende a destacar, sobretudo, os principais elementos temáticos que podem ser contemplados. São menos evidenciados aspectos relativos às escolhas teóricas e opções metodológicas, seus problemas e formas de contorná-los.

Couture e Ducharme (2005, p.63, tradução nossa) afirmam:

> Como é o caso em qualquer disciplina, a pesquisa em Arquivologia evolui lentamente. A maioria dos autores concorda que a pesquisa em Arquivologia é essencial para o desenvolvimento da profissão. A era eletrônica obriga os elementos mais dinâmicos da nossa profissão a encontrar soluções para abrir novos caminhos. Embora possa ser modesta, a pesquisa de arquivos está em boa forma.

Como definir ‘pesquisa em Arquivologia’? Conforme Lopez Gomez (1998, p.38),

> Por investigación archivística podemos entender (6) la que se realiza sobre cualquier tema o cuestión referida al área de conocimiento de la Archivística: formación profesional, conservación, selección, organización y descripción de los documentos, acceso, recuperación de la información, archivos en su unidad y diversidad, historia de los archivos, gestión de documentos, administración de archivos, terminología, arquitectura de los edificios de archivos, preservación, etc. En resumen, podríamos afirmar que nada de lo que toca a los archivos nos debe ser ajeno, desde la génesis de los documentos, hasta su eliminación, o incorporación a un depósito de custodia permanente, pasando por todas las operaciones relacionadas con su uso, acceso, custodia física e intelectual, difusión y fomento.

Indagado sobre o que entende por pesquisa em Arquivologia, Couture responde:

> Fazer pesquisa em Arquivologia é essencialmente colocar problemas próprios à disciplina e tentar encontrar respostas satisfatórias. ... Quando nos interrogamos sobre nossos princípios, nossos métodos de trabalho, nossas intervenções, nossas atividades, nossos modos de funcionamento; quando nos colocamos em questão e tentamos ver se existem outras maneiras de fazer, nós inserimos nossas ações num processo de pesquisa [...] A ligação entre o estado de desenvolvimento de uma disciplina e a pesquisa é muito estreito. Pode-se mesmo afirmar que, sem a pesquisa, uma disciplina, qualquer que seja, não evoluiria e o ensino dessa disciplina se tornaria rapidamente repetitivo [...] Na Arquivologia, questionamentos ainda estão por ser inventados, métodos de pesquisa específicos ainda por serem descobertos. A vivacidade de uma disciplina se mede pela riqueza de interrogações que ela gera (BURGY; ROTHET, 1998-1999, p.6, tradução nossa).

Segundo Gracy (1992) os campos de pesquisa devem ser limitados: "[...] objeto e finalidade da Arquivologia, papel social do arquivista, situação da disciplina no campo de conhecimentos, princípios e conceitos arquivísticos, gestão de serviços de arquivos, funções arquivísticas, tecnologias e outros". O autor destaca em especial os documentos digitais.

A pesquisa em Arquivologia, conforme Pederson (1994) abrange: "1) Natureza da informação e dos documentos históricos 2) História social e institucional 3) Arquivos e sociedade; 4) Ética, tecnologias da informação e outros problemas colocados aos arquivos; 5) Funções arquivísticas; 6) Gestão de programas e serviços de arquivos".

Gilliland e McKemmish, (2004, p.1), reconhecem, após os Anos 90, o desenvolvimento da pesquisa em Arquivologia em função da ampliação de fatores como: o doutoramento, os veículos para a publicação dos resultados, do financiamento à pesquisa, os programas de educação arquivística, as possibilidades transdisciplinares e colaborações internacionais, além dos métodos e ferramentas de pesquisa inovadores produzidos para investigações cada vez mais complexas.

Couture e Ducharme (1998-1999), no clássico artigo '*La recherche en archivistique: un état de la question*', identificaram nove campos de pesquisa, resultado de uma enquete que envolveu 74 (setenta e quatro) serviços ou instituições de ensino arquivístico e 230 (duzentos e trinta) pesquisadores de 70 (setenta) países:

Quadro 1: Campos de Pesquisa em Arquivologia.

Campo de Pesquisa[3]	Descrição do Conteúdo
Objeto e finalidade da Arquivologia[4]	Arquivos como objeto (informação/documento/*record*) Objetivo: preservação, acesso, eficiência administrativa, etc. Utilidade dos arquivos
Arquivos e Sociedade	Papel e lugar da Arquivologia na sociedade Arquivologia como disciplina Arquivologia como profissão
História dos Arquivos e da Arquivologia	História dos arquivos Desenvolvimento dos princípios e fundamentos da Arquivologia
Funções arquivísticas	Produção documental, avaliação, aquisição, arranjo, descrição, preservação, acessibilidade
Gestão de programas e serviços arquivísticos	Teoria e prática das organizações Planejamento e avaliação de programas Gestão, marketing e relações públicas
Tecnologia	Informática aplicada aos arquivos Informação, telecomunicações e redes

Tipos de mídias e arquivos: documentos eletrônicos	Arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais Microformas e outros meios ou tipo de arquivos
Ambientes arquivísticos	Instituições governamentais Instituições de ensino e pesquisa Instituições religiosas Outras instituições
Questões específicas relacionadas com os arquivos	Ética Acesso à informação e privacidade Outros

Fonte: Elaborado pelo autor.

Hernández Olivera *et al.* (2011, p.1-2) identificam os avanços da Arquivologia, mas consideram a pesquisa como fundamental para a sua consolidação.

> Si reconocemos que en el progreso de toda disciplina científica hay dos actividades de carácter esencial – la creación de conocimiento con la consiguiente difusión y su aplicación posterior – tenemos que concluir que la archivística debe apostar por un modelo en el que la investigación y la innovación se vean como actividades intrínsecas y se desarrollen de forma sistemática. El esfuerzo realizado en las últimas décadas por mejorar la situación de la archivística debe complementarse ahora con un mayor énfasis en la investigación y en la transferencia de los resultados de investigación [...] será necesario desarrollar una elevada actividad en materia de investigación científica y tecnológica [...] La realidad nos indica, sin embargo, que estamos todavía lejos de ese nivel, como demuestra el análisis de la producción científica que se desprende de los pocos estudios sobre investigación archivística con que contamos.

Os mesmos autores destacam, num cenário de uso intenso das tecnologias da informação, alguns aspectos característicos do panorama da pesquisa em Arquivologia nas últimas décadas: o surgimento de uma cultura de cooperação internacional, as reflexões sobre uma Arquivologia pós-custodial, a perspectiva pós-moderna da Arquivologia e os elementos teóricos em torno da noção de '*records continuum*'[3].

[5] A noção de '*records continuum*' é um contraponto ao modelo de ciclo de vida arquivístico. Conforme Hernández Olivera *et al.* (2011, p.8), "Se rompe con la línea secuencial promoviendo unos procesos que se pueden producir de manera continuada pero también de forma simultánea y reiterativa. Es decir, los documentos pueden

Apesar das crescentes reflexões e práticas de pesquisa em Arquivologia, o tema suscita inquietações que vão desde a dimensão científica da área até os métodos e teorias acionados no processo investigativo.

Ao comentar uma jornada de estudos organizada pela *l'École des Chartes* e a Associação dos Arquivistas Franceses, em janeiro de 2003, Hottin (2003, p.101) destaca:

> Erik Ketelaar [...] observou em sua discussão introdutória da tarde que o saber arquivístico é construído basicamente em torno de perguntas como "o quê?" e "como?", mas raramente em torno da pergunta "por quê?". Pode-se acrescentar que, para qualquer projeto científico, mas particularmente para uma ciência relacionada ao humano, a ausência desta terceira pergunta coloca problemas singulares... Entre os grandes temas de pesquisa na Arquivologia contemporânea não apareceu o "por quê?" dos arquivos. O arquivo parece ser algo óbvio e essa evidência nunca é questionada, nem são questionados a natureza e o contexto de elaboração das práticas normativas e seletivas realizadas em instituições arquivísticas. Predomina a pergunta "O que?" (na seleção e eliminações). Quanto ao "como?" é, sobretudo, um "como fazer?" (nas normas ou na relação com os documentos eletrônicos), como se a observação dos fenômenos arquivísticos não pudesse ser conduzida sem uma intenção puramente especulativa, sem fins práticos ou didáticos (tabelas de temporalidade, planos de classificação) [...][6].

Diante de tantas possibilidades, diversas concepções de agendas de pesquisa podem ser sugeridas. Nesta oportunidade, considerando elementos presentes na literatura arquivística e as tendências da área, alguns temas merecem reflexão com vistas a definição de programas de pesquisa. As sugestões a seguir encontram-se referidas, em especial, ao contexto brasileiro.

---

utilizarse en ámbitos individuales y al mismo tiempo en espacios sociales, pueden desde el momento de su creación servir de prueba para la entidad y formar parte del patrimonio documental del país". Sobre o assunto, há literatura abundante. Ver, por exemplo: MCKEMMISH, S. *et al*. Describing records in context in the continuum: The Australian Recordkeeping Metadata Schema. *Archivaria*, n.48, p.8, 1999. Disponível em: <http://infotech.monash.edu/research/groups/rcrg/publications/archiv01.html>.

[6] Vale observar que a análise do autor tem como objeto as diferentes intervenções na jornada mencionada, apresentadas sobretudo por arquivistas franceses.

3.1 O perfil da atividade arquivística

Quais os profissionais que atuam no desenvolvimento de práticas arquivísticas? Quantos têm formação universitária específica em Arquivologia? Em quais universidades? Qual tipo de formação contínua esses profissionais desenvolvem? Quantos possuem pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*? Em quais áreas? Quais são suas fontes de informação profissional? Qual a distribuição regional dessa comunidade profissional? Quais as faixas salariais? Qual o gênero? Qual a idade? Quantos atuam no setor público? Quantos atuam no setor privado? Que relações mantêm com as associações profissionais?

3.2 Usos e usuários da informação arquivística

Quais as características da relação arquivistas-usuários em variados contextos institucionais? Quais os usuários potenciais, porém não atendidos pelos arquivos? Por que e como tal situação ocorre? Quais as ações desenvolvidas pelos arquivos públicos, associações profissionais e universidades para ampliar o uso social dos arquivos? Quais os obstáculos e aspectos favoráveis ao uso social dos arquivos? Como se dá o uso das redes sociais pelos arquivos e vice-versa? Quem são os usos e usuários dos arquivos em diferentes contextos organizacionais, nos setores público e privado? Como se estruturam esses usos nesses diversos contextos? Qual o grau de satisfação dos usuários com os arquivos? Quais as demandas dos usuários em relação aos arquivos? Quais as alterações no atendimento ao usuário com o acesso a informações arquivísticas na internet? Quem é o arquivista de referência hoje?

3.3 Gestão de Serviços e Instituições Arquivísticas

Padrões de governança, estruturas organizacionais, competências formais, grau de autonomia financeira, gestão de pessoas, tecnologia, conservação, respaldo legal, infraestrutura física, tecnológica e humana, programas arquivísticos, etc.

3.4 Arquivos privados

Tipologias, enquadramento legal, padrões de gestão arquivística, mecanismos de acesso e divulgação, relações com as políticas públicas, etc.

3.5 Preservação

Planejamento e políticas, reformatação de acervos, documentos 'convencionais', documentos digitais, degradação de suportes, impactos e alternativas à obsolescência tecnológica, digitalização, etc.

3. 6 Documentos digitais

Produção, gestão, autenticidade, classificação, acessibilidade, avaliação, transferência, recolhimento, preservação, etc.

3.7 Normalização

O quadro atual de normatividade, uso das normas, seu impacto e perspectivas futuras.

3.8 Políticas arquivísticas

Elaboração, formulação e avaliação de políticas arquivísticas: métodos, atores, obstáculos e elementos facilitadores. Entrecruzamento com outras políticas públicas no campo da informação.

3.9 A percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas

Como são visualizados os arquivos e os arquivistas pela sociedade? Quais as ações desenvolvidas pelos arquivos públicos, associações profissionais e universidades para ampliar a percepção social dos arquivos, da Arquivologia e dos arquivistas?

3.10 Associativismo

Quantas são, como estão distribuídas regionalmente e como funcionam as associações profissionais da área? Quantos são os associados? Qual o perfil dos associados e dos quadros dirigentes? Quais a atividades desenvolvidas?

3.11 Produção e difusão de conhecimento arquivístico

Qual é a produção de conhecimento arquivístico da universidade, das instituições arquivísticas e organizações que gerenciam acervos arquivísticos permanentes? Quais os temas mais pesquisados? Quais os mecanismos de difusão desse conhecimento? Quais são a quantidade e o universo temático de trabalhos finais de graduação, dissertações, teses, anais de congressos, artigos de periódicos, livros, etc.? Qual a atuação das agências governamentais de apoio à pesquisa em relação à produção de conhecimento arquivístico?

3.12 Docência e docentes em Arquivologia

Quantos são? Desde quando atuam na docência? Quantos possuem graduação em Arquivologia ou em outras áreas? Quantos possuem pós-graduação? Em quais áreas? Quais as experiências prévias no campo dos arquivos? Qual a distribuição regional dessa comunidade profissional? Quais as faixas salariais? Qual o gênero? Qual a idade? Quais as linhas de pesquisa? Quais os temas arquivísticos de maior ou menor interesse no ensino e pesquisa dos professores? Como e em quais unidades acadêmicas se inserem os cursos de Arquivologia? Qual a relação acadêmica desses cursos de Arquivologia com cursos de Biblioteconomia, História, Administração, etc.? Quais as lógicas estruturantes de treinamentos do tipo 'Arquivologia para concursos'? Qual o perfil dos seus docentes e alunos? Qual as características do material didático utilizado?

3.13 Prospectiva arquivística

Como desenharmos hoje nossos programas de gerenciamento arquivístico, considerando as tendências emergentes e o cenário arquivístico atual? Quais as perspectivas, no caso brasileiro, de ampliação da formação de arquivistas em níveis de graduação e pós-graduação? Quais as tendências na pesquisa na área? Quais as tendências do associativismo? Quais as tendências na forma pela qual os arquivos são visualizados pela sociedade?

A estas questões, podem ser reunidas outras indagações sugeridas por Martín-Pozuelo (2010, p.211):

> ¿Está la teoría archivística preparada para encarar el futuro?
>
> ¿Le servirán los conceptos y principios en los que hoy fundamenta su praxis?
>
> ¿Debe ampliar su campo de relaciones científicas?
>
> ¿Sus actuales relaciones serán suficientes en un futuro?
>
> ¿Con qué otras áreas de conocimiento su relación es necesaria, recomendable y/o imprescindible?
>
> ¿Cuáles han de ser sus nuevos campos y líneas de investigación?
>
> ¿Qué capacidades científicas ha de tener el futuro profesional?
>
> ¿Cómo se formará el futuro investigador en archivística?
>
> ¿Qué proyectos de investigación debe emprender para encarar el futuro?
>
> ¿Cómo, dónde se difundirán los resultados?
>
> Las publicaciones actuales ¿son suficientes?, ¿tienen la calidad necesaria?, ¿la suficiente difusión?
>
> ¿De qué recursos disfrutará? ¿Cómo, dónde, de quién ha de buscarlos?
>
> ¿Con qué apoyo político debe contar su I+D?

4 Considerações finais

Seja qual for a concepção de Arquivologia – como ciência consolidada, ciência em formação ou disciplina científica – a pesquisa na área constitui a base fundamental para a sua renovação permanente.

A par dos avanços das duas últimas décadas, há vários caminhos a serem percorridos nas práticas de pesquisa em Arquivologia. Somos

convidados a refletir, cada vez mais, sobre seus pressupostos epistemológicos, diálogos interdisciplinares, aspectos metodológicos, objetos, etc.

Essa tarefa impõe desafios complexos aos profissionais que produzem conhecimento arquivístico em diversos contextos institucionais. Como tal, tem implicação direta nos modelos e práticas de formação do arquivista na graduação e na pós-graduação, tarefa que as universidades têm como missão. Tal missão, no entanto, parece ganhar contornos mais nítidos quando favorecida pelos diálogos entre a universidade e instituições e serviços arquivísticos. Se a autonomia da Arquivologia contemporânea não deve ser confundida com insulamento epistemológico, tampouco os centros universitários de ensino e pesquisa em Arquivologia podem prescindir da interação com a realidade social mais ampla, seus modos de produção e uso dos arquivos.

Adjetivada de acordo com peculiaridades nacionais e ocasionais, como 'integrada', 'pós-custodial', 'sistêmica', etc., a Arquivologia contemporânea terá que ser cada vez mais dialógica.

A construção de agendas de pesquisa requer a produção de conhecimento arquivístico não apenas em programas de pós-graduação que podem, por motivações científicas ou políticos-institucionais, favorecer a interdisciplinaridade da Arquivologia. É fundamental que se vivencie em programas de pós-graduação em Arquivologia a teoria e práticas da pesquisa com o enfrentamento de suas dificuldades e a busca pelos seus produtos. A busca pela interdisciplinaridade da Arquivologia na pesquisa desenvolvida em outras áreas do conhecimento resulta em frutos evidentes. No entanto, a dinâmica da Arquivologia contemporânea requer que essa perspectiva seja construída também nos espaços institucionais – universidades, instituições arquivísticas, centros de pesquisa – de produção de conhecimento arquivístico.

Referências

BURGY, F.; ROTHET, B. La recherche em Archivistique: entretien avec le professeur Carol Couture. *Archives*, v.30, n.3-4, p.5-9, 1998-1999.

COUTURE, C. La formation et la recherche en archivistique: éléments révélateurs de l'état de développement de l'archivistique contemporaine. Synthèse d'um projet de recherche. *Archives*, v.33, n.2, p.21-51, 2001-2002.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. La recherche en archivistique: un état de la question. *Archives*, v.30, n.3-4, p.11-38, 1998-1999.

COUTURE, C.; DUCHARME, D. Research in Archival Science: A status report. *Archivaria*, n.59, p.41-67, 2005.

GILLILAND, A.; MCKEMMISH, S. Building an infrastructure for archival research. *Archival Science,* v.4, n.3-4, p.149-197, 2004.

GRACY, D. B. Columbus revisited: The status of archival research around the world in 1992. *Archivum*, v.39, p.520-525,1994.

HECKHAUSEN, H. Discipline and Interdisciplinarity. In: OCDE/CERI. *L'Interdisciplinarité*: problemes enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972.

HERNÁNDEZ OLIVERA, L. et al. La investigación en la archivística contemporánea: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: JARDIM, J. M.; MARIZ, A. C. de A.; SILVA, S. A. *Novas dimensões do ensino e da pesquisa em Arquivologia*. Rio de Janeiro: Mobile/AAERJ, 2012.

HOTTIN, C. L'archivistique est-elle une science? Réactions aux journées d'études organisées par l'École des chartes et l'Association des archivists français à la Sorbonne (salle Louis-Liard) les 30 et 31 janvier 2003. *Labyrinthe*, n.16, p.99-105, 2003.

LOPES GOMEZ, P. Los Archiveros y sus investigaciones. *Métodos de Información*, v.5, n.22-23, p.37-43, Ene./Mar., 1998.

MAHEU, C. d'Á. *Interdisciplinaridade e mediação pedagógica*. Disponível em: <www. nuppead.unifacs.br/artigos/interdisciplinaridade.pdf?>. Acesso em: 9 jun. 2008.

MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília 2011.

MARTÍN-POZUELO, M. P. Prospectiva archivística: nuevas cuestiones, enfoques y métodos de investigación científica. *Revista Española de Documentación Científica,* v.33, n.2, p.201-224, Abr./Jun., 2010.

PEDERSON, A. E. Development of research programs. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVES, 12., 1992, Montreal. *Actes...* Munchen, 1994.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.4-16, 2005.

Capítulo 8

La Descripción Archivística: un Antes y un Después Marcado Por Isad(g) y los Nuevos Paradigmas Archivísticos

Dunia Llanes-Padron

1 Introducción

Desde sus orígenes, la archivística ha estado determinada por la obligación de responder a la necesidad de las personas de consultar y acceder a los documentos de los archivos. En este sentido, la descripción ha desempeñado un papel preponderante convirtiéndose en el eslabón principal entre el usuario y los documentos. Su función ha sido promover y facilitar el uso de los fondos o, como establece el *Consejo Internacional de Archivos* (CIA), "[…] el propósito de la descripción archivística es identificar y explicar el contexto y el contenido del material archivístico a fin de promover su accesibilidad" (CONSEJO…, 1992, p.8).

Este capítulo tiene como propósito abordar el desarrollo del concepto de descripción en los diferentes períodos archivísticos. Se estudian los primeros indicios que sobre la actividad existieron en la Antigüedad, la Edad Media, la Edad Moderna y la Época Contemporánea. Se analizan los primeros

conceptos de descripción archivística y sus características más sobresalientes. Dichos conceptos son utilizados de antesala ante el análisis del concepto en el marco del proceso internacional de normalización. Se finaliza con los nuevos paradigmas de la archivística y su influencia en la descripción.

Antes de adentrarnos en el estudio del proceso de descripción, se impone conocer el significado de este término. Según el *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*, el término descripción proviene del latín *descriptionis y* es la acción y el efecto de describir, originario de las voz latina *describire* y siendo una de sus acepciones la de representar a personas o cosas por medio del lenguaje, refiriendo o explicando sus distintas partes, cualidades o circunstancias (DICCIONARIO…, 1992, p.498).

Por lo tanto, si unimos ambos términos 'descripción' y 'archivística', haremos referencia a un proceso consistente en la 'representación de los archivos' o, de forma más precisa, 'la representación del contenido de los archivos', es decir de los documentos conservados por éstos.

Ahora bien, resulta imposible estudiar este proceso archivístico sin antes comprender en qué consiste la descripción archivística. Varios han sido los autores que han analizado este tema y diversos han sido los enfoques dados a la descripción a lo largo del tiempo. Para conocer cuáles han sido los cambios que se han producido en el concepto y qué causas las han provocado se presenta un análisis de la evolución de la descripción desde sus inicios hasta la actualidad.

1.1 Antecedentes históricos de la descripción archivística

La operación de describir en los archivos no es un hecho reciente; la descripción más antigua de la que se tiene conocimiento data del Año 1500 a.C. (DUFF, 2008, p.51). Desde esta época ya existían registros que se utilizaban como sustitutos de los documentos originales; estos listados constituyen los primeros vestigios de descripción documental.

El desarrollo de las prácticas descriptivas está directamente vinculado a la historia de los archivos. Culturas tan antiguas como la mesopotámica, la egipcia, la griega y la romana contaban con archivos como medio de control

de algunas actividades de la sociedad (como la actividad económica y la actividad legal) (CRUZ MUNDET, 1993, p.109).

Estas culturas fueron las primeras que crearon repertorios de documentos. Los registros eran conservados para uso administrativo, para salvaguardar los derechos de sus productores y para preservar el contenido de los archivos en caso de desastre, guerra o incendios. Como puede verse, esta forma básica de descripción no tenía como propósito orientar a los usuarios en su búsqueda ni facilitar la localización de los documentos y mucho menos controlar los fondos documentales. En la Antigüedad la finalidad de la descripción era, principalmente, apoyar a las administraciones (DURANTI, 1993, p.48).

Durante la Edad Media, los archivos estuvieron al servicio de los señores feudales y tuvieron un marcado carácter patrimonial y administrativo. En esta época se impuso el procedimiento oral y la prueba testimonial sobre el valor probatorio del documento escrito; por esta razón los archivos pasaron por una etapa de cierto estancamiento (CRUZ MUNDET, 1993, p.110-111). Un factor interesante del Medioevo fue el incremento de los escribas. Ellos fueron los responsables de copiar todo el contenido de los documentos para su posterior consulta. En esos tiempos, en los que la archivística sufrió un retroceso con respecto a la Antigüedad, la descripción era totalmente desconocida y fue asociada a la acción de copiar.

La recuperación de la información en los archivos, en estas dos épocas, se mantuvo invariable. Esta actividad se realizaba atendiendo a la organización física de los documentos que, en la mayoría de los casos, respondía al asunto y al año.

En la época moderna el uso de los archivos por las grandes monarquías tuvo un marcado carácter jurídico y administrativo. En este contexto, la descripción documental constituía una garantía de la conservación de la evidencia de las funciones ejecutadas. El término '*evidencia*' es un concepto jurídico según el cual los documentos conservados en los archivos constituyen un testimonio auténtico de acciones pasadas, razón por la cual los documentos se describían y preservaban. Durante este período la descripción se llevaba a cabo con el objeto de conservar el significado de las acciones registradas en los documentos y se materializaba

en instrumentos de diversos tipos, tales como índices, inventarios y herramientas de referencia.

Un ejemplo relacionado con la obligatoriedad de elaborar inventarios, en la época moderna, lo constituyó, sin lugar a dudas, la *Instrucción para el Gobierno del Archivo de Simancas* de 1588, firmada por Felipe II. Estas ordenanzas son conocidas como el primer reglamento de archivos. En su punto número siete establecía la necesidad de elaborar inventarios que tuvieran los listados de los documentos que se conservaban y su localización (RODRÍGUEZ DE DIEGO, 1989, p.105)[1].

A finales del Siglo XVIII y hasta gran parte del Siglo XX, los archivos se volcaron al servicio de la investigación histórica y cambiaron su función administrativa por una función meramente cultural. Con ello, se abren las puertas de los archivos a los ciudadanos. Esta apertura despierta un interés en los archiveros por buscar nuevas estrategias para organizar los documentos y garantizar el acceso. Es en este momento cuando la descripción y la clasificación se convierten en dos operaciones integradas e intelectualmente comienzan a determinar la organización física del material de archivo.

Durante esta época, marcada por la Ilustración, los archiveros crearon métodos de organización que establecieron el orden en que los documentos debían estar representados en los instrumentos de búsqueda. Este modelo estuvo pensado para los estudios históricos que prosperaban en un período caracterizado por los movimientos intelectuales. La forma de clasificación más usada fue la temática aunque en algunos casos se utilizó la ordenación cronológica. Como resultado de este tipo de ordenación los fondos fueron desmembrados y los documentos perdieron el origen de su formación. Estos eran descritos unidad documental por unidad documental y las descripciones servían como sustitutas de los propios documentos (DURANTI, 1993, p.50).

[1] "Asimismo mandamos que se forme otro libro de inventarios que el dicho secretario Diego de Ayala tiene hechos y hiciere de aquí adelante las facultades de todo género de escrituras que al presente ay en el dicho archivo con muy particular y breve relación de lo que cada uno contiene y con el numero y claxon donde la tal escritura se hallara; y que este se intitule 'Libro de Inventarios'. Y las personas que adelante sucedieren en el dicho cargo de archivero han de tener particular cuidado de hacer lo mismo cada uno en su tiempo". En: RODRÍGUEZ DE DIEGO, J. L. Instrucción para el Gobierno del Archivo de Simancas (Año 1588). Madrid: Ministerio de Cultura, 1989. p.105.

En la Edad Contemporánea la archivística adquiere mayor carácter científico a partir de la delimitación de sus principios teóricos: *Respeto a los Fondos*, *Respeto a la Procedencia y el Respeto a la Clasificación de Documentos*[2]. Con el surgimiento de estos enunciados y el fracaso de la clasificación por materias los archiveros vieron la necesidad de separar las tareas de ordenación, clasificación y descripción.

La descripción pasó a ser un proceso del tratamiento archivístico independiente de la organización. Se precisaba conocer todos los elementos vinculados con la creación de los documentos y esto sólo se podía obtener a través de la descripción, que desde ese momento, comenzaba a ocuparse, además, de las características del documento, de sus productores y del contexto de creación.

A partir de aquí, la descripción pierde su función de custodia y se orienta a facilitar la recuperación de los documentos y el acceso a la información. Este nuevo propósito se vio cumplimentado con la compilación de todo tipo de instrumentos de búsqueda y de recuperación.

Como puede observarse, en sus inicios, los instrumentos de descripción (listados y repertorios) sirvieron de evidencia de la existencia de los archivos y respondían completamente a los intereses de las administraciones públicas. En el Medioevo la descripción estuvo vinculada con la acción de transcribir documentos y su desarrollo fue escaso.

Posteriormente los archivos abren sus puertas a la sociedad; los archiveros comienzan a buscar soluciones para garantizar la organización de los documentos y se unen en una misma operación la clasificación y la descripción. Finalmente la archivística toma un lugar en las ciencias y la descripción se adapta a sus principios y fundamentos teóricos, convirtiéndose en una actividad independiente con la función de facilitar la recuperación y el acceso a los documentos.

---

[2] La comprensión de la evidencia de que los documentos de archivo surgían de forma natural y espontánea en virtud de las funciones y actividades de una institución específica condujo a los archiveros, desde fines del Siglo XVIII, a la formulación de un principio que se ha consolidado como el principal postulado teórico de la disciplina archivística: el principio de respeto a la procedencia de los documentos. Este enfoque apunta, ni más ni menos, a la necesidad de respetar el orden procedente de la integridad de la institución productora de los documentos; visto archivísticamente: el respeto a la integridad del fondo documental. Según el *Elsevier's Lexicon of Archival Terminology* el principio de procedencia y orden natural de los documentos, es entendido conceptualmente como un principio "[...] según el cual cada documento debe estar situado en el fondo de archivo del cual procede y en este fondo, en su lugar de origen".

Con el desarrollo de la Archivística, varios teóricos comienzan a investigar sobre el tema y redactan las primeras definiciones de descripción documental. En la actualidad la descripción se encuentra en constante desarrollo y continúan los debates sobre la aplicación homogénea a todos los tipos de documentos ya sean administrativos o históricos.

2 El concepto de descripción antes de la normalización internacional

A pesar de la importancia que tiene la descripción para los archivos, durante mucho tiempo esta actividad se realizó sin tener concebidos sus fundamentos teóricos. Aún en la actualidad muchos profesionales de la información asocian la descripción con listados de referencia, inventarios, guías, índices y catálogos desconociendo los principios que rigen la realización de estos instrumentos. Por otra parte, el vocablo descripción es conocido, solamente, como la operación que facilita el acceso a los documentos. Por ello, es preciso analizar los aspectos esenciales que han definido el concepto de descripción archivística, desde su surgimiento hasta la actualidad.

Ya en 1961, Schellenberg, consideraba la descripción como "[…] el conjunto de actividades desarrolladas por el archivero con la finalidad de elaborar instrumentos de investigación que faciliten el acceso a los fondos documentales en cualquiera de sus niveles (desde el fondo hasta la unidad documental simple)" (*apud* BONAL ZAZO, 2000, p.156).

El Basic *Glossary for Archivists, Manuscript, Curators, and Records Managers* de 1974, califica la descripción como "[…] el proceso de establecer el control intelectual sobre los fondos mediante la preparación de instrumentos de descripción" (*apud* GILLILAND SWETLAND; MCKEMMISH, 2005, p.11).

Por su parte, el *Diccionario de Terminología Archivística del Consejo Internacional de Archivos* la definió en los Años 80 como "[…] la elaboración de instrumentos de búsqueda que faciliten el control y la consulta de los fondos y colecciones" (WALNE, 1984, p.59). Los instrumentos de búsqueda, atendiendo a la fuente consultada, incluyen las guías, inventarios, catálogos, calendarios, listas e índices.

Por otra parte, Heredia Herrera (1984, p.302) explica que "[…] descripción es el proceso de análisis de los documentos de archivos o de sus agrupaciones materializado en representaciones que permitan su identificación y localización y la recuperación de su información para la gestión o la investigación". La autora aporta varias ideas que son vitales para el análisis del concepto: se deben analizar los tipos documentales (diplomáticos y jurídicos), su contenido, el lugar, fecha de redacción, caracteres externos y los datos para su localización (Ibid., p.300).

En España en 1993 el Diccionario de Terminología Archivística del Ministerio de Cultura estableció que la descripción era la "[…] fase del tratamiento archivístico destinado a la elaboración de los instrumentos de consulta para facilitar el conocimiento y la consulta de los fondos documentales y colecciones de los archivos" (DICCIONARIO…, 1993, p.31). Donde, según el mismo diccionario, "[…] los instrumentos de consulta describen unidades documentales con el fin de establecer un control físico, administrativo y/o intelectual de los mismos para permitir su localización y recuperación" (Ibid., p.39). En esta definición no se hace mención al término instrumento de descripción, sin embargo se dice al respecto que "[…] es un instrumento de referencia dentro de la fase de descripción y que incluye a las guías, inventarios, catálogos e índices" (Ibid., p.40).

Todas las definiciones citadas contribuyen a perfilar el concepto de descripción imperante antes del inicio del proceso de normalización descriptiva internacional. En estos conceptos se encuentran presentes tres elementos: 1. La actividad realizada; 2. La finalidad perseguida; 3. El resultado obtenido.

A continuación, se refleja mediante una tabla, la presencia de estos elementos en las definiciones estudiadas.

Cuadro 1: Elementos Presentes en los Conceptos de Descripción - 1960-1990.

Autores	Actividad	Finalidad	Resultado
Schellenberg	-	Acceso a los fondos.	Instrumentos de Investigación.
Basic Glossary for Archivists Manuscript, Curators, and Records Managers	-	Control intelectual de los fondos.	Instrumentos de Descripción.
Diccionario de Terminología Archivística del CIA	-	Control y consulta de los fondos.	Instrumentos de Búsqueda.
Heredia Herrera	Análisis y representación de los documentos.	Identificar, localizar y recuperar información.	Gestión e Investigación.
Diccionario de Terminología Archivística del MC España	-	Conocimientos y consulta de fondos documentales.	Instrumento de Consulta.

Fuente: Elaborado por la autora.

Como se puede apreciar, desde Schellenberg hasta Heredia Herrera, Incluyendo también las propuestas de prestigiosas instituciones como el CIA y la SAA, el concepto se ha ido perfilando, especialmente, en lo concerniente a la representación de los documentos. En un principio la actividad no se centraba en aspectos de carácter conceptual pero el análisis documental cobró más fuerza y los autores comenzaron a presentar, en sus propuestas de definición, la representación de los caracteres internos y externos de los documentos.

La finalidad de la descripción en todos los países estuvo orientada en una misma dirección. Los autores coincidieron en la importancia que tenía el control de los fondos documentales. Se necesitaba proporcionar un acceso más abierto a los documentos y para ello era necesario tener un conocimiento generalizado de los fondos que permitiera localizar y recuperar la información. La descripción debía cumplir con una de las funciones básicas de los archivos: *facilitar la consulta de los documentos.*

Para ello, un requisito fundamental era organizar y localizar todos los tipos documentales existentes.

Con respecto a los resultados, un punto común entre estas definiciones es la tendencia a identificar la descripción con el instrumento resultante de la actividad descriptiva. Estos instrumentos fueron nombrados de diversas formas (instrumentos de investigación, de búsqueda o de consulta) pero siempre mantenían la misma función: *facilitar el control de los fondos y la accesibilidad de los documentos a los usuarios.* Varios de los manuales, publicados hasta esas fechas, explicaban con detalle los tipos de instrumentos de descripción que existían así como su correspondencia con los niveles de información (inventarios, guías, catálogos, índices, listados) (COMISIÓN…, 2008)[3].

Teniendo en cuenta lo antes expuesto, se puede afirmar que antes del inicio del proceso internacional de normalización, la descripción se ocupaba de capturar la información contenida en los documentos para con ello elaborar herramientas de descripción, es decir, se ocupaba de la representación de información en un formato determinado.

3 La descripción y el proceso de normalización internacional

Es preciso, antes de analizar la evolución del concepto de descripción vinculado al proceso de normalización, que se estudien los aspectos sociales, económicos y políticos que hicieron posible, en la Década de los 90, el inicio del proceso de normalización de la descripción en los archivos.

---

[3] **Cada nivel de descripción (Fondo, Grupo de Fondo, División de Fondos, Serie, Subséries, Fracción de Serie, Unidad Documental, Colección, División de Colección, Documentos sin Identificar, Componentes Documental*) ofrece un nivel específico de información. El análisis de esto trajo como consecuencia la consideración de que cada una de estos niveles debía ser objeto de una descripción. Por lo que para cada nivel de descripción se define un tipo específico de instrumento de descripción. Así que los fondos podían ser descritos a través de las guías, las series documentales a través de los inventarios y las unidades documentales a través de catálogos. Estos niveles de descripción ha sido establecidos por: COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA. *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones.*** Parte 1: tipos de entidad. Madrid: CNEDA, 2008. Disponible en: <http://www.mcu.es/archivos/docs/NEDATiposEntidad_20081215>. Acceso en: 02 Feb. 2012.

3.1 El contexto de desarrollo de la normalización

La Década de los 90 marcó el inicio de una nueva etapa en la historia de los archivos conocida, por muchos, como la era de la posmodernidad en la archivística. La profesión comenzó a adaptar sus principios a los nuevos entornos políticos, económicos y culturales de la sociedad. Al respecto, el profesor de la Universidad de Manitoba, Terry Cook, plantea que "[…] en este mundo posmodernista la archivística ha sufrido un cambio de paradigma, desafiando a todos los archiveros a replantearse su forma de pensar y de realizar su trabajo" (COOK, 2001, p.3).

Varias fueron las causas que hicieron posible una renovación en las concepciones de los archiveros. El desarrollo económico y social impulsado en los años 80, la expansión de las tecnologías de la información y las comunicaciones y la diversificación de los perfiles de los usuarios fueron, sin lugar a dudas, aspectos determinantes en este proceso.

Los cambios tecnológicos caracterizan a la sociedad actual y a todos los campos del conocimiento, incluyendo la archivística. Sin duda, el desarrollo de la informática constituye el elemento principal que fundamenta la transformación de los métodos y formas de trabajo en los archivos.

La incorporación de nuevos usuarios a los archivos también ayudó a promover los cambios en el mundo archivístico. Las características de las comunidades de usuarios han variado así como su comportamiento ante el uso de la información. Según Tarraubella Mirabet (1998, p.201) la implantación de las tecnologías de la información, tanto en la producción documental como en su circulación, supone la aparición de un nuevo concepto de usuario que no accederá personalmente a los archivos para consultar la documentación, sino que lo hará desde su casa o desde su lugar de trabajo, conectándose con su computador a las redes telemáticas de información para acceder a los instrumentos descriptivos de los archivos o directamente a sus fondos documentales y obtener, consultar o reproducir los documentos o la información que le interese. Ante esta situación los archivos se han visto obligados a diseñar nuevas estrategias de acceso y difusión de la información.

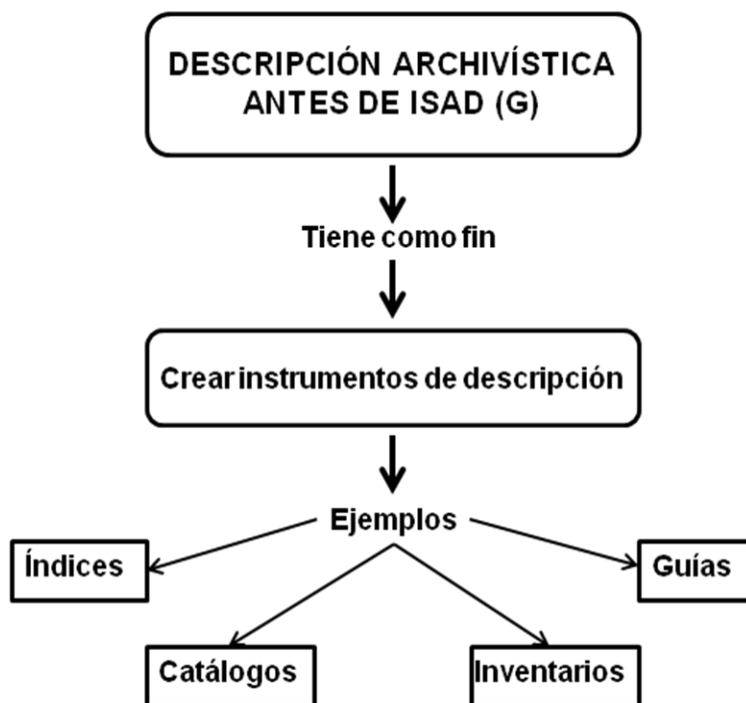
En este contexto, en el que se ven inmersos los archivos, es en el que se debe entender el proceso internacional de normalización

de la descripción archivística. Los profesionales se percataron que sólo podían responder eficazmente a los nuevos retos de la sociedad si tenían correctamente descritos los documentos. Para ello, según Esteban Navarro y Gay Molíns (1998, p.9) "[…] era necesario contar con unos principios y unas reglas universalmente aceptadas que indicaran cómo describir, qué datos identificativos se debían extraer y cómo estos se debían presentar y organizar".

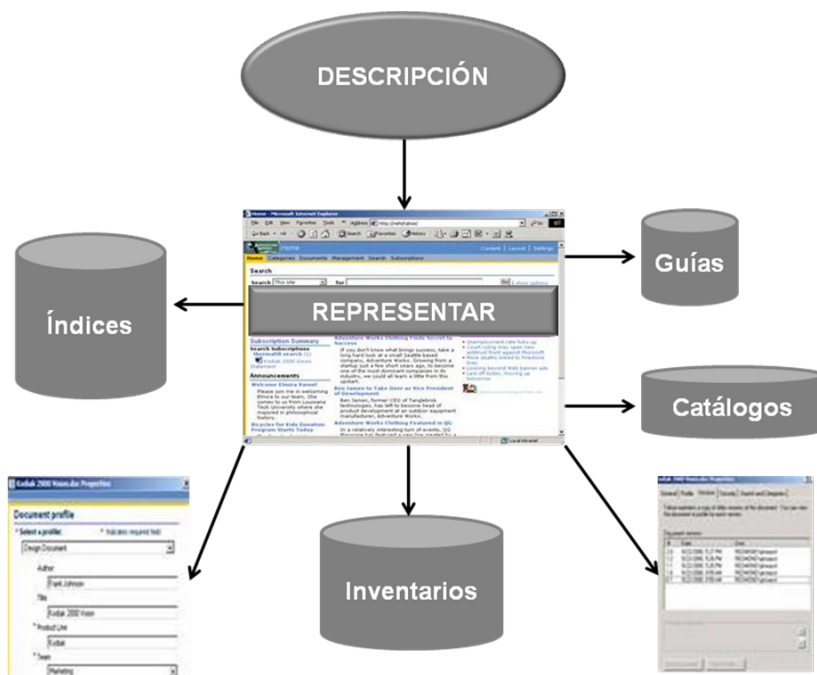
3.2 El concepto de descripción y la normalización internacional

El inicio de las actividades de normalización trajo consigo una reconsideración de los fundamentos de la descripción. A partir del análisis de la teoría archivística y de los principios de la descripción se comenzaron a desarrollar normas de estructuras de datos generales internacionales que cumplieran con los requisitos necesarios para describir, recuperar y acceder a los documentos de forma homogénea.

No obstante, desde la segunda mitad de la Década de los 80 es posible advertir el cambio en el concepto de descripción. Diversos autores y organismos vinculados a distintos proyectos de creación de normas presentan definiciones que ponen más énfasis en la actividad (la representación de los fondos de los archivos) que en el resultado final (los instrumentos de descripción, búsqueda, consulta, investigación). La siguiente figura muestra descriptivamente como la descripción antes de ISAD(G) tenía como propósito crear instrumentos de descripción.

Figura 1: Concepto de Descripción Antes de ISAD(G).

Fuente: Elaborada por la autora.

La siguiente figura muestra, gráficamente, el cambio en la concepción del concepto enfocado en la actividad y no en los instrumentos.

Figura 2: Concepto de Descripción Después de ISAD(G).

Fuente: Elaborada por la autora.

La evolución tecnológica permitió disociar el concepto de descripción del concepto de instrumento de búsqueda. La descripción consiste en elaborar una representación (actividad) que puede tener diferentes formas de manifestación (instrumentos de consulta); a partir de una base de datos descriptiva es posible obtener diferentes formatos de salida (varias formas de visualización en pantalla o distintos tipos de impresos).

El *Bureau Canadien des Archivistes* fue uno de los primeros organismos que comenzó a redefinir este concepto. En 1986 definió la descripción como "[…] la representación más exacta y más concisa posible de cualquier unidad archivística, elaborada siempre bajo el principio de origen y procedencia" (*apud* BONAL ZAZO, 2000, p.159).

Otra definición donde se advirtió este cambio fue la propuesta por Cook y Procter (1989, p.6) en la segunda edición del *Manual of Archival Description,* donde se consideraba que la descripción no es más que la representación de los documentos utilizando descriptores

y estas representaciones, en la práctica, se materializan en los sistemas o instrumentos de búsquedas[4].

A partir de estas propuestas y de otros estudios relacionados con la normalización el *Consejo Internacional de Archivos*, responsable de la normalización internacional, delimitó la definición de descripción como "[…] la creación de una representación exacta de una unidad de descripción y de las partes que la componen, en caso de haberlas, por el procedimiento de captación, cotejo, análisis y organización de cualquier información que sirva para identificar la documentación y explicar el contexto que la produjo" (COMISIÓN…, 1993, p.13). Así quedó establecido el concepto en la primera edición de ISAD(G).

El CIA en la segunda versión de ISAD(G) establece que descripción es

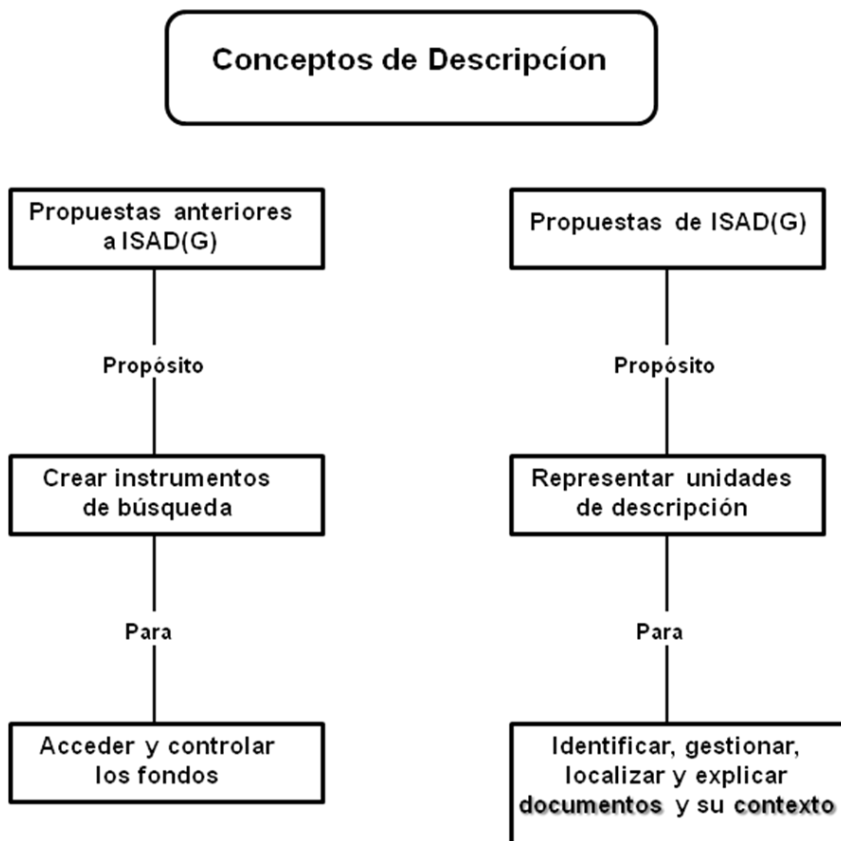
> […] la elaboración de una representación de la unidad de descripción y, en su caso, de las partes que la componen mediante la recopilación, análisis, organización y registro de la información que sirve para identificar, gestionar, localizar y explicar los documentos de archivo, así como su contexto y el sistema que los ha producido. El término también sirve para describir los resultados de este proceso (CONSEJO…, 2000, p.16).

Como puede observarse, las definiciones propuestas por el CIA, en las dos ediciones de ISAD(G), son bastante parecidas entre sí. La segunda edición enfatiza sobre la importancia que tiene brindar información acerca del medio en el que se crean los documentos y, por consiguiente, de su sujeto productor. Además, como nota aclaratoria, especifica que se pueden obtener varios instrumentos de consulta como resultado de la actividad. En la primera edición no se hace mención alguna a estos instrumentos, sin embargo en esta edición se creyó oportuno hacer referencia a ellos como uno de los posibles resultados del proceso pero sin agregarle mayor connotación.

Este nuevo concepto, resultado del proceso de normalización internacional, marca algunas diferencias con las definiciones de períodos

[4] El concepto original es: "In Information Theory, these descriptive substitutes are known collectively as the Representation file or files. In real life, representation files in an archival repository are components of a complex finding aid system, in which the individual finding aids take the form of catalogues, lists, inventories, calendars or guides". En: COOK, M.; PROCTER, M. *Manual of Archival description*. 2.ed. Aldershot: Gower, 1989. p.6. El concepto citado en el texto es una traducción realizada por la autora.

anteriores. En la figura siguiente se pueden observar gráficamente representadas estas divergencias.

Figura 3: Comparación entre los Conceptos de Descripción.

Fuente: Elaborada por la autora.

De este modo, el CIA, apoyado en los conceptos anteriores, hace una propuesta de mayor alcance y explícita de descripción archivística. ISAD(G) se centra más en la actividad y deja claro que lo importante es representar la información contenida en todas las unidades de descripción; es decir, no la limita sólo a unidades documentales o ítems como se refleja en manuales anteriores. Este nuevo enfoque de la descripción, basada en la representación de contenidos con el fin de obtener diversas salidas, se configura como una ampliación del objeto de la descripción.

La descripción va más allá del control y acceso a los fondos archivísticos no niega su importancia, pero presta más atención a la acción de explicar el documento y su contexto de producción para entender su origen y procedencia. Por ello, establece que en las descripciones debe aparecer información sobre el sujeto productor[5]. El CIA se basa, fundamentalmente, en el *Principio de Origen y Procedencia* para establecer las bases teóricas de la descripción y de las normas.

Sin lugar a dudas, la disociación entre el concepto de descripción y el concepto de instrumentos de búsqueda, en la propuesta del CIA, es el elemento que marca la diferencia con definiciones anteriores. La descripción en los archivos no se debe realizar con la finalidad de crear un determinado instrumento de búsqueda o de consulta. Su objetivo debe estar orientado a representar la información de forma coherente para establecer un sistema general de información archivística que permita representar la información en varios formatos (varios instrumentos de descripción) e integrar datos de varios archivos para facilitar su intercambio.

La disociación entre ambos conceptos en la propuesta de ISAD(G) no es más que la aplicación práctica de la *Declaración de Principios del CIA* que establece que: "[…] estos principios se deben articular para construir una estructura de aplicabilidad general y un sistema de descripción archivística que no dependan de los instrumentos de búsqueda o de los sistemas de un depósito dado, ya sea un sistema manual o automatizado" (CONSEJO, 2000, p.8).

Las normas desarrolladas por el CIA ejercieron una gran influencia en los manuales y las normas que se han publicado posteriormente. Los autores parten de los fundamentos teóricos expuestos en ISAD(G) para definir su concepto. A continuación se muestran algunos de ellos.

En *La practique archivistique française* (1993) se plantea que "[…] la descripción archivística es una representación exacta y concisa de las

[5] **Bonal Zazo (2000) expone que antes del proceso de normalización ya existían instrumentos de descripción que incluían información relativa al contexto de creación, respetando así, el principio de origen y procedencia.**

unidades de descripción y se debe realizar respetando, siempre, el principio de origen y procedencia" (FAVIER, 1993, p.141)[6].

El *Standards for Archival Description: A handbook*, de 1994, definía la descripción como "[…] el proceso de capturar, recoger, analizar y organizar cualquier información que sirva para identificar, gestionar, localizar e interpretar los fondos de instituciones archivísticas y explicar los contextos y sistemas de documentos de los que se seleccionaron esos fondos" (IRONS WALCH, 1994).

Las *Rules for Archival Description,* en su revisión del 2003, exponían que "[…] la descripción archivística no era más que un registro de forma normalizada de información que recogía la estructura, función y contenido de los documentos" (RULES…, 2008).

En todas las obras citadas se puede observar la influencia del proceso internacional. En todas se delimita la descripción archivística como aquel proceso que permite acceder a los documentos a través de sus representaciones y que debe explicar la información relacionada con la procedencia, la estructura y el contenido de las unidades de descripción.

En la siguiente figura se observan las similitudes entre estos conceptos y el propuesto por ISAD(G). Todos coinciden en que la actividad fundamental de la descripción es representar, a través de información normalizada, las unidades de descripción con el objeto de gestionar los documentos y su contexto. En ninguno de los ejemplos aparece definido el resultado de la descripción, lo que demuestra que descripción archivística e instrumentos de descripción no son, necesariamente, conceptos relacionados entre sí. Es decir, la descripción se define sin los instrumentos, pero los instrumentos no pueden entenderse sin la descripción, dicho de otro modo, es una relación en una sola dirección.

---

[6] El concepto original es: "[…] la description archivistique a pour object de donner de toute unité archivistique a décrire la représentation la plus exacte et la plus concise posible, dans le respect du principe de provenance". En: FAVIER, J. *La practique archivistique française.* Paris: Direction des Archives de France, 1993. p.141.

Cuadro 1: Elementos Presentes en los Conceptos de Descripción Publicados Posteriores a ISAD(G).

Normas / Obras	Actividad	Finalidad
ISAD(G)	Representar las unidades de descripción.	Identificar, gestionar, localizar y explicar documentos y su contexto.
Manual Francés	Representar las unidades de descripción de forma exacta y concisa.	-
Standards for Archival Description	Capturar, recoger, analizar y organizar cualquier información.	Identificar, gestionar, localizar e interpretar los fondos y explicar los contextos y sistemas de documentos de estos.
RAD	Capturar información normalizada de las unidades de descripción.	Explicar estructura, función y contenido de los documentos.

Fuente: Elaborado por la autora.

Como puede observarse, el proceso de normalización internacional tuvo una rápida aceptación y acogida dentro de la comunidad profesional que comenzó a aplicar sus principios a los contextos archivísticos de cada país.

4 El concepto de descripción después de la normalización internacional

La normalización internacional no fue el único aspecto que influyó en la reconsideración del concepto de descripción. La repercusión del documento electrónico en los archivos fue otro elemento clave en la nueva dimensión de la descripción.

El surgimiento de las tecnologías de la información y las comunicaciones, en los Años 60, trajo consigo, según Bearman, la llamada '*revolución de la información electrónica*'; sin embargo, los archiveros comienzan a preocuparse por estas cuestiones en la Década de los 90 cuando se inician las reflexiones sobre la delimitación y el tratamiento de los documentos archivísticos en entornos electrónicos.

Esta nueva realidad, a la que se enfrentaba el mundo archivístico, condujo a los archiveros a utilizar el concepto de metadatos y a empezar a defender la idea de una gestión de documentos electrónicos basada en la teoría del dato sobre el dato. Según Wallace (1993, p.88)

> […] los metadatos podían capturar y conservar el contexto del documento, conservar los sistemas y la estructura del documento, generar y retener información descriptiva relevante, incorporar datos de evaluación y disposición, gestionar documentos a lo largo de su vida, conservar y migrar la funcionalidad del sistema, y crear sistemas de inventario/localización para fuentes de información organizativas.

Los metadatos muy pronto se convirtieron en el centro de la gestión documental por la importancia que tenían en el uso y la gestión de los documentos en todas las etapas de su ciclo de vida.

Otro tema relacionado con el tratamiento del documento archivístico en sistemas electrónicos es el de la evidencia documental. Los archiveros tenían que prestar atención a los datos pero también a este concepto que resurgía. Guilliland establece que "[…] un documento de archivo, sea electrónico o no, está siempre asociado con una acción o evento, con un agente, producto o subproducto y por tanto tiene que tener relacionados un conjunto de metadatos que sirvan para aportar evidencia acerca de la acción o el evento" (GILLILAND SWETLAND, 2005, p.224).

El debate surgido en torno al concepto de evidencia ha tenido un fuerte impacto en la gestión de documentos archivísticos en entornos electrónicos. Los sistemas deben ser capaces de generar documentos que sean confiables y auténticos y que puedan ser considerados evidencia de las funciones. Por tanto, según Mena Mugica (2007, p.37) "[…] se deben establecer requisitos funcionales que garanticen desde el propio momento del diseño de los sistemas electrónicos de gestión de documentos la creación de documentos veraces".

Ahora bien ¿qué influencia han tenido los documentos electrónicos, los metadatos y el concepto de evidencia documental en la descripción archivística? Sin lugar a dudas, estos nuevos conceptos han modificado la dimensión de la descripción. En los últimos años se han desarrollado diversas polémicas relacionadas con el tema, los archiveros

buscan un entendimiento entre descripción, asignación de metadatos y mantenimiento de la evidencia en los entornos electrónicos.

Varios son los autores que se han dedicado a investigar y publicar sobre esta nueva realidad. Duranti (1996) defiende la idea de una descripción que mantenga la autenticidad y la veracidad de los documentos. Para ella la descripción archivística implica "[…] la identificación de los documentos, la asignación de un lugar intelectual y físico en el todo de los documentos auténticos; esto significa la localización y descripción en su contexto, congelando y perpetuando sus interrelaciones, asegurando así que cualquier posible falsificación sea fácil de identificar" (1996, p.247).

Siguiendo esta misma línea, McKemmish y Parer (1998, p.24-25) exponen que la descripción se concibe "[…] como parte de una compleja serie de procesos de gestión de documentos que implican la atribución de metadatos autorizados desde el momento de la creación de los documentos" el concepto recoge "[…] información normalizada acerca de la identidad, autenticidad, contenido, estructura, contexto y requisitos esenciales de gestión de los documentos".

Otro autor que ha investigado, con mucho rigor, este concepto en los Años 90 ha sido Bearman, quien considera la descripción como "[…] una herramienta que sustenta la evidencia de acciones, especialmente en entornos organizativos automatizados"; para este autor "[…] la descripción no puede sustentar la evidencia de las acciones si ésta tiene lugar mucho después de que estas acciones hayan sucedido" (*apud* DELGADO GÓMEZ, 2007, p.113-114).

Siguiendo esta idea, Hurley argumenta que la descripción "[…] debiera desarrollarse desde el momento mismo que se crea el documento con el objeto de que éste siga siendo comprensible fuera de su entorno de creación y en conjunción con otros sistemas", el autor rechaza "[…] una descripción post hoc porque esto dificulta la captura del contexto de creación del documento" (*apud* DELGADO GÓMEZ, 2007, p.123-125).

Como puede observarse, en los conceptos citados, los autores abogan por una descripción enfocada a la asignación de metadatos desde las primeras edades de vida de los documentos. Describir el documento cuando aún mantiene su valor administrativo garantiza que la información

recogida sobre su contexto sea más exacta y veraz. La descripción ya no está sujeta, como se consideró durante algún tiempo, a la representación de la información contenida en los documentos de valor permanente conservada en archivos históricos.

La descripción archivística contemporánea tiene como finalidad mantener la autenticidad, veracidad e integridad de los documentos. Para ello se recomienda realizar la descripción desde el mismo momento en que se crean los documentos sólo así podrá constituir evidencia de los actos y las transacciones que se ejecutan. La descripción debe facilitar la representación, el almacenamiento y la gestión así como el intercambio de información con valor probatorio.

Hay que tener presente que la descripción en los entornos electrónicos no es exactamente igual que en los entornos tradicionales. En este medio interesa mantener la evidencia y por ello se necesita describir el contexto de creación más que el contenido en sí del documento. No se puede olvidar que uno de los problemas a los que se enfrentan, en la actualidad, los profesionales de la información es la preservación de los documentos en los entornos digitales. Tal como se ha destacado en el contexto del proyecto InterPARES: "[…] no es posible conservar documentos electrónicos, sólo la capacidad para reproducirlos"[7]. De ahí la importancia de una descripción dirigida a mantener la evidencia documental a través de los metadatos.

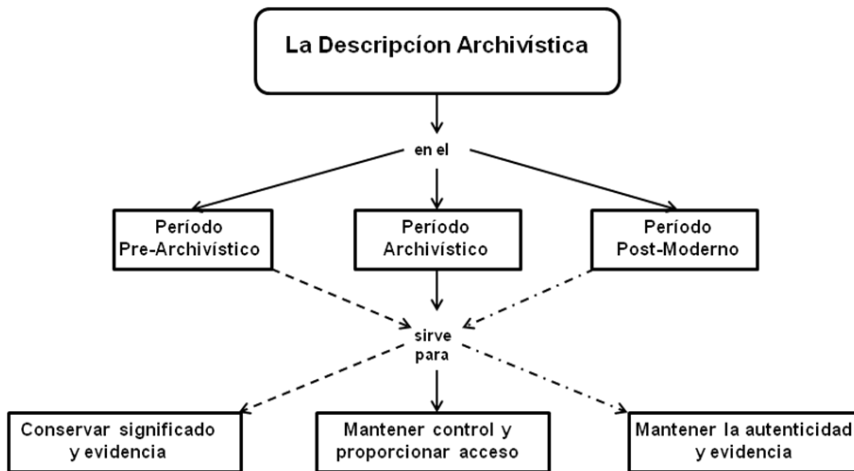
Muchos archiveros se preguntaron si el proceso de gestión de metadatos sustituiría a la descripción archivística. Como bien expresa Alejandro Delgado ya estas preguntas han sido resueltas y los archiveros siguen una tendencia general encaminada a convertir la descripción archivística en un subproceso de la asignación de metadatos.

De acuerdo a todo lo analizado, se puede decir que la descripción archivística, a lo largo de la historia, ha pasado por varias etapas y ha tenido funciones diferentes. Esta fase del tratamiento archivístico siempre ha respondido a los intereses de la sociedad en general. La descripción,

[7] InterPARES es el proyecto que desarrolla conocimientos y metodologías para la conservación permanente de documentos de archivos generados o manejados de forma electrónica y, sobre la base de esto, desarrollar modelos de políticas, estrategias y estándares capaces de asegurar esa conservación. Para más información respecto a este proyecto ver: *THE INTERNATIONAL* RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS *(InterPARES).* Disponible en: <http://www.interpares.org/>. Acceso en: 23 Ene. 2012.

según Duranti, desde su surgimiento como práctica archivística ha estado vinculada a tres actividades: conservar el significado, mantener el control y proporcionar acceso (DURANTI, 1993, p.52).

En el período pre archivístico el objeto de la descripción estuvo encaminado a servir como evidencia de la existencia de archivos y documentos con carácter administrativo. Posteriormente cuándo la archivística se convierte en una ciencia, la descripción comienza a facilitar el control de los documentos y el acceso a los investigadores en los archivos históricos. En la actualidad esta actividad trata de lograr una integración entre el mantenimiento de la evidencia y el acceso a la información, convirtiéndose en un proceso dinámico e interactivo que comienza en la propia génesis de los documentos y se extiende a través de todo su ciclo de vida, incluyendo la fase de preservación permanente.

Figura 4: Función de la Descripción en los Períodos Archivísticos.

Fuente: Elaborada por la autora.

Por todo lo expuesto, es posible afirmar que en la trayectoria histórica de la descripción archivística se ha dado un proceso cíclico. Esta actividad surgió con la función de mantener la evidencia y el significado pero con el tiempo fue perdiendo esta finalidad. Sin embargo, en la actualidad, los continuos avances tecnológicos hacen que la descripción retome nuevamente la función con que originariamente fue creada: mantener la evidencia y la autenticidad de los documentos. La nueva

visión del archivo como espacio de gestión administrativa o espacio de gestión científico-cultural justifica estas acciones. Es decir, estas formas de entender la descripción son el reflejo directo de los modos de entender el archivo y su finalidad.

Los archiveros tienen ante sí dos tendencias bien definidas en lo que respecta a la descripción. La primera está relacionada con el documento electrónico y junto a él los conceptos de metadatos y evidencia que han cambiado las concepciones teóricas y prácticas de la descripción. Actualmente no tenemos que esperar a que el documento llegue a los archivos históricos para describirlos; la asignación de metadatos puede estar ocurriendo desde el momento de creación del documento.

La segunda tendencia corresponde a la descripción de los documentos con valor permanente. Varios son los profesionales que se preguntan ¿qué hacer con los documentos de valor secundario a los que nunca se asignó un metadato?, la respuesta parece sencilla, deben ser descritos utilizando las normas nacionales e internacionales de descripción archivística. Otra pregunta está invadiendo el pensamiento de los archiveros, ¿quiénes dieron origen y estructura a los metadatos de descripción archivística? Es posible responder: los metadatos se obtienen a partir de las estructuras de datos de las normas de descripción.

Los archiveros de esta nueva era de la información y el conocimiento deben estar preparados para realizar descripciones archivísticas que contribuyan a cumplir dos de las funciones permanentes de los archivos: *la conservación* y el *acceso a los documentos*.

Referências

BONAL ZAZO, J. L. *La descripción archivística normalizada:* origen, fundamentos, principios y técnicas. Gijón: Trea, 2000.

COOK, M.; PROCTER, M. *Manual of Archival description*. 2.ed. Aldershot: Gower, 1989.

COOK, T. Archival Science and postmodernism: New formulations for old concepts. *Archival Science*, v.1, n.1, 2001.

COMISIÓN *AD HOC* SOBRE NORMAS DE DESCRIPCIÓN. *ISAD(G): Norma internacional para la descripción archivística.* Adoptada por la Comisión *Ad Hoc* sobre

Normas de Descripción, Estocolmo, Suecia, 21-23 de enero de 1993. Madrid: Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 1995. p.13

COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA. *Modelo conceptual de descripción archivística y requisitos de datos básicos de las descripciones de documentos de archivo, agentes y funciones.* Parte 1: tipos de entidad. Madrid: CNEDA, 2008. Disponible en: <http://www.mcu.es/archivos/docs/NEDATiposEntidad_20081215>. Acceso en: 02 Feb. 2012.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *Declaración de Principios sobre la Descripción Archivística*: Adoptada por la Comisión Ad Hoc sobre Normas de Descripción. Madrid, 1992; Ottawa: Secretaria de la Comisión sobre Normas de Descripción, 1992.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. *ISAD(G): Norma internacional para la descripción archivística.* Adoptada por la Comisión *Ad Hoc* sobre Normas de Descripción, Estocolmo, Suecia, 19-22 de septiembre de 1999. Madrid: Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, 2000.

CRUZ MUNDET, J. R. Evolución histórica de la Archivística. *Bilduma*, n.7, p.109-111, 1993.

DELGADO GÓMEZ, A. *El centro y la equis*: una introducción a la descripción archivística contemporánea. Cartagena: Concejalía de Cultura: 3000 Informática, 2007.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. 21.ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1992.

DICCIONARIO DE TERMINOLOGÍA ARCHIVÍSTICA. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1993.

DUFF, W. M. Normas de descripción archivística. *Tabula*, n.11, p.51, 2008.

DURANTI, L. Archives as a place. *Archives and Manuscripts*, v.24, n.2, 1996.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. *Archivaria*, n.35, p.48-50, 1993.

ESTEBAN NAVARRO, M. Á.; GAY MOLÍNS, P. La normalización de la descripción y la recuperación de información en los archivos: vino viejo en odres nuevos. *Boletín de la ANABAD*, v.68, n.1, Ene./Mar. 1998.

FAVIER, J. *La practique archivistique française.* Paris: Direction des Archives de France, 1993.

GILLILAND SWETLAND, A. J. Electronics records management. *Annual Review of Information Science and Technology*, v.39, 2005.

GILLILAND SWETLAND, A. J.; MCKEMMISH, S. A metadata schema registry for the registration and analysis of recordkeeping and preservation metadata. En: IS&T ARCHIVING CONFERENCE, 2., 2005. *Actas…* Washington, 2005.

HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general:* teoría y práctica. 5.ed. Sevilla: Deputation Provincial, 1984.

THE INTERNATIONAL RESEARCH ON PERMANENT AUTHENTIC RECORDS IN ELECTRONIC SYSTEMS (InterPARES). Disponible en: <http://www.interpares.org/>. Acceso en: 23 Ene. 2012.

MENA MUGICA, M. *Propuesta de requisitos funcionales para la gestión de documentos archivísticos electrónicos en la administración central del estado cubano*. 2007. Tesis (Doctorado en Ciencias de la Información) - Departamento de Biblioteconomía y Ciencia de la Información, Facultad de Comunicación, Universidad de la Habana, 2007.

MCKEMMISH, S.; PARER, D. Towards frameworks for standardizing recordkeeping metadata. *Archives and Manuscripts*, v.26, p.24-25, 1998.

RODRÍGUEZ DE DIEGO, J. L. *Instrucción para el Gobierno del Archivo de Simancas (Año 1588)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989.

TARRAUBELLA MIRABET, J. Los archivos y sus usuarios. *Revista LLigall*, n.12, 1998.

WALNE, P. (Ed.). *Dictionary of Archival Terminology*: English and French with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish. Munich: Saur, 1984.

IRONS WALCH, V. (Comp.). *Standards for archival description*: A handbook. Chicago: Society of American Archivists, 1994. Disponible en: <http://www.archivists.org/catalog/stds99/index.html>. Acceso en: 25 Ene. 2012.

RULES FOR ARCHIVAL DESCRIPTION. Ottawa: Bureau Canadien des Archivistes, 2008. Disponible en:<http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>. Acceso en: 12 Dic. 2011.

WALLACE, D. Metadata and the archival management of electronic records: A review. *Archivaria*, n.36, 1993.

Capítulo 9

A Formação de Arquivistas no Brasil: Notas para um Debate

André Porto Ancona Lopez

Ser arquivista no Brasil de hoje não é o mesmo que abraçar a profissão e agir como arquivista, pois no campo arquivístico brasileiro, como indicado anteriormente (LOPEZ, 2008, 2012a e 2012b), há uma delicada situação legal que restringe o direito do exercício profissional a uma parcela mínima das pessoas que exercem atividades de cunho arquivístico em diferentes instituições. O entendimento estritamente legal coloca à margem um número significativo de profissionais, que, de maneira semi-ilegal (ou ilegal, porém tolerada) continuam a contribuir para o avanço da área em um país de gigantescas dimensões, que tem uma altíssima demanda por arquivistas qualificados. A grande questão refere-se à formação de arquivistas por outros canais que não o curso de graduação e o reconhecimento do direito ao exercício profissional.

Um entendimento oficial, que impõe o diploma de graduação como condição *sine qua non* para o exercício profissional legal no Brasil é expendido para a conceituação terminológica da profissão pelo dicionário de terminologia do Arquivo Nacional (AN) (2005), ignorando outras definições locais – inclusive de outro dicionário brasileiro (AAB/SP, 1996) – e internacionais, uma vez que há muitos países com participação relevante no cenário arquivístico mundial que não têm a atuação profissional

vinculada a um diploma de graduação. A construção de material de referência que sistematiza os termos seguindo um desejo pré-determinado de configurar conceitualmente um dado campo elimina tudo aquilo que não corresponde ao modelo ideal. Mais importante e eficaz do que adotar uma visão formal de qualificação, apenas testada no âmbito das disciplinas cursadas na universidade, seria criar mecanismos efetivos de avaliação do nível do profissional de arquivo, sempre considerando as particularidades do ambiente em que ele deve trabalhar. Na defesa corporativa de supostos direitos do exercício profissional do arquivista, a imensa maioria de profissionais, responsáveis pela execução das atividades arquivísticas de dezenas de milhares de organizações públicas e privadas brasileiras, sequer têm sua existência reconhecida pela obra que foi publicada com o intuito de se constituir em uma referência oficial para a área. Esse estado de coisas tem forte influência sobre a formação do profissional de arquivo, no Brasil, cujo sistema reflete mais um ajuste contextual do que uma política profissional.

A graduação, atualmente, é o caminho hegemônico, com a criação recente de vários novos cursos. A especialização, até 1990, representou o principal sistema de formação de arquivistas, porém agora tem sua importância bastante esvaziada, representando, basicamente, apenas a possibilidade de uma formação complementar para não arquivistas[1]. Os cursos de curta duração concorrem como um complemento à formação do arquivista. Eles são assistemáticos, sem nenhum tipo de regulamentação, mas são importantes para sustentar capacitação e educação continuada. Outra possibilidade seria a formação técnica profissionalizante, a qual é

[1] Em pesquisa na base de dados Lattes, em 20/10/2009, houve 152 retornos para os filtros "ter especialização", que apresentou a ocorrência de algum dos termos "arquivo" E/OU "arquivos" E/OU Arquivologia". Destes 152 registros, verificou-se que 77 correspondiam a currículos da área, sendo que 31 indicavam titulações anteriores a 1991. Em pesquisa à mesma base em 19/04/2011 com o filtro "graduação em Arquivologia", a pesquisa retornou 35 resultados, sendo que apenas 01 correspondia a profissional graduado em Arquivologia até 1991. A comparação dos mesmos dados mostra que até o final da Década de 1990, ou seja, titulados antes de 2001, há 64 ocorrências entre os especialistas e 02 entre os graduados. O Arquivo Nacional, apesar de ter recebido mandato universitário em 1974, também se dedicou à oferta de cursos de especialização até o final dos Anos 1980. A partir dos Anos 1990 o cenário formal começa a sofrer mudanças, cujo fato mais significativo é a promulgação da lei de arquivos em 1991. Não se pretende entender a base Lattes como um espelho da realidade, porém como um indicativo. Seguramente há mais especialistas em arquivo do que os 77 encontrados e, muito mais seguramente ainda, existem mais arquivistas graduados até a Década de 1990 do que a ocorrência encontrada nessa base. O que tais dados nos mostram, somados a alguns fatos (como a promulgação da Lei de Arquivos em 1991, a fundação do curso da UnB no mesmo ano, e a elaboração dos projetos que culminarão na abertura de 4 novos cursos até o ano 2000) é que a via de formação profissional pela especialização: (a) foi muito forte até a Década de 1990 e (b) foi perdendo força, paulatinamente, conforme novas graduações foram sendo abertas e/ou se consolidando.

apenas prevista na Lei, porém sem existência efetiva. Programas de estágio profissional que contratam estudantes de Arquivologia ajudam a atender às demandas da sociedade por esse tipo de mão de obra, porém nem sempre são satisfatórios quanto à qualidade do serviço prestado e quanto à contribuição para a formação do aluno.

O estatuto legal dos cursos de graduação é definido em nível nacional, controlado pelo Ministério da Educação e por avaliações periódicas de instituições, corpo docente e desempenho estudantil. Os cursos de graduação têm uma duração média de 4 (quatro) anos. Os cursos de especialização são criados individualmente. Cada universidade, registrada e reconhecida pelo Ministério da Educação, tem a prerrogativa de criar cursos específicos, que devem ter, como requisito mínimo, carga horária igual ou superior a 360hs, incluído algum tipo de trabalho final. A duração média oscila entre 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, podendo haver cursos mais concentrados, com prazos menores. Os cursos de especialização são assistemáticos, sem um modelo nacional. A ausência de padronização pode ser notada nos próprios focos temáticos, bastante diversificados.

Os objetivos da graduação estão voltados para a educação básica, no sentido de preparação para o mercado de trabalho, com a intenção de dar início a uma carreira profissional. A especialização é direcionada para o aperfeiçoamento da formação preliminar, visando fortalecer a carreira. Tais propósitos educacionais são fortemente relacionados aos requisitos de cada tipo de curso. O acesso à graduação em Arquivologia tem como condição haver completado o ensino médio e ser aprovado em um exame de admissão (vestibular)[2]. Pelas regras nacionais, a única condição obrigatória para o ingresso em curso de especialização é haver concluído algum curso de nível superior. Entretanto, a maioria dos cursos de especialização estabelece algum tipo de filtro para a área de formação da graduação.

Na graduação, em 1996, a exigência de um programa mínimo foi abolida devido a um ajuste no sistema universitário brasileiro, que, na busca de flexibilidade, procurou dar mais autonomia para que cada universidade moldasse os cursos em função de necessidades regionais.

[2] Há ainda alguns outros sistemas alternativos, tais como acompanhamento constante do desempenho do estudante de ensino médio, cotas de desigualdade racial, etc.

Entretanto, os tópicos principais continuaram os mesmos e, em termos práticos, as disciplinas fundamentais são sempre contempladas[3].

O sistema da especialização é mais flexível, não sendo possível pré-estabelecer um currículo básico, uma vez que o escopo das disciplinas é extremamente variável[4], de acordo com o foco do curso[5]. Apesar disso, os tópicos básicos e essenciais da Arquivologia costumam ser cobertos em todos os cursos, justapostos às disciplinas relacionadas ao enfoque específico de cada um deles. Uma monografia final era normalmente exigida e passou a ser obrigatória em todos os cursos desde 2008.

Conforme empiricamente foi notado, em termos de requisitos do mercado, o atual egresso da graduação em Arquivologia é mais adequado aos postos de trabalho ligados aos arquivos correntes e/ou atividades técnicas, em instituições públicas que já tenham um sistema prévio de arquivo. Os graduados tendem a enfrentar mais dificuldades em ambientes organizacionais que requerem conhecimentos mais amplos sobre procedimentos arquivísticos. O especialista, por sua vez, normalmente apresenta um bom desempenho em arquivos permanentes, como instituições de guarda e patrimônio histórico. Esse profissional é mais apropriado para atividades relacionadas à organização arquivística de documentos que demandam conhecimentos prévios, oriundos de uma graduação anterior[6].

---

[3] Souza (2011, p.99-110) apresenta um detalhamento exaustivo de toda a grade curricular dos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros. Lopez (2012a, p.76) reproduz, à guisa de exemplo a antiga grade curricular mínima e a grade adotada pela Universidade de Brasília em 2009.

[4] Lopez (2012a, p.77) reproduz, à guisa de exemplo a grade de disciplinas do curso de especialização da USP, de 2008.

[5] Em prospecção não exaustiva encontrei os seguintes temas: "arquivo"; "arquivos"; "Arquivologia"; "Arquivologia e as novas tecnologias documentais"; "arquivos públicos"; "arranjo, descrição e pesquisa em arquivos públicos"; "documentação e informação"; "ensino arquivístico"; "gerência de unidades de informação"; "gestão da memória: arquivo, patrimônio e museu"; "gestão de arquivos"; "gestão de arquivos públicos e empresariais"; "gestão documental"; "organização de arquivos"; "organização e administração de arquivos"; "organização e administração de arquivos públicos e empresariais"; "planejamento, organização e direção de arquivos". É provável que a lista seja maior.

[6] Tais anotações não devem ser encaradas como um dado inquestionável. São decorrentes de observações empíricas, embasadas em amostragem teórica (cf. Strauss, 1987) adequadas à prospecção exploratória, de cunho qualitativo, sem necessidade de representatividade exata. Esta observação e as demais que se seguem neste texto, identificadas como empíricas, são resultantes de anos de prática de consultoria (desde 1994), de docência universitária em História, com tópicos de Arquivologia (de 1994 a 2004), de docência em cursos de formação de curta duração para historiadores, especialistas em arquivos e graduados em Arquivologia (desde 1996), de docência para especialização em arquivos (desde 2001), de elaboração de exames e correção de provas para concurso de Arquivologia (desde 2002), de docência universitária em Arquivologia, inclusive com acompanhamento de atividades de ex-alunos (desde 2005).

Em um esboço de perfil, possível de ser delineado a partir de observações empíricas, o graduado pode ser descrito como uma pessoa jovem, com pouca experiência prévia e conhecimentos externos restritos. Em geral encontram dificuldades em desenvolver todas as fases do ciclo documental, assim como em trabalhar em projetos de memória, mais ligados a documentos permanentes. Têm pouca familiaridade com os problemas relacionados à História ou à Administração. Não obstante, apresentam boa competência na aplicação de normas e procedimentos. Em geral, a despeito das expertises técnicas, demonstram dificuldade em analisar criticamente tais normas e não conseguem enxergar a 'grande figura' necessária para discutir uma política arquivística ampla. Os especialistas tendem a ser mais maduros, com uma base de conhecimentos mais abrangentes, apresentando, em princípio, mais condições de se posicionar criticamente e propor políticas de arquivo mais compreensivas. Os profissionais que têm experiência arquivística anterior (sejam graduados ou não) e buscam o curso de especialização tendem a progredir profissionalmente, corrigir desvios de formação e começar a ter uma perspectiva mais analítica. Aqueles que não têm experiências anteriores com arquivos apenas ampliam a própria cultura geral, com pouca efetividade para o desenvolvimento profissional.

Nos centros de documentação e acervos ligados ao patrimônio histórico, a presença de historiadores especialistas em arquivos é bastante acentuada, conforme pode ser empiricamente notado. A necessidade de constituição de conjuntos documentais que alimentam pesquisas históricas, aliada à lamentável prática brasileira de descaso com a documentação permanente - cujo interesse administrativo e probatório cessou -, colocam o historiador em uma posição privilegiada para o tratamento desse tipo de acervo. Infelizmente, esse profissional, por não receber formação mais específica na área dos arquivos, tende a organizar o arquivo de acordo com seus interesses pessoais de pesquisa, ignorando a lógica interna da produção documental e a correspondente organicidade. Esses historiadores, quando obtêm conhecimentos arquivísticos específicos (em uma especialização, por exemplo), exercem um papel fundamental na recuperação, preservação e organização de importantes arquivos (a maioria de natureza pública) que haviam se convertido em massa documental acumulada, em processo de deterioração severa. A ausência de um conhecimento mais aprofundado

sobre a disciplina da História, somada ao pouco interesse dos órgãos públicos pelos documentos de terceira idade, afastam o graduado em Arquivologia desse tipo de documentação.

As possibilidades de emprego em instituições públicas, especialmente nas de cunho federal, são reservadas aos arquivistas graduados, em função da exigência legal do diploma. O especialista, conforme se pode depreender por meio de observação empírica, encontra seu espaço em instituições com preocupações menos administrativas, com maior quantidade de documentos de terceira idade, ou na organização e administração de centros de documentação, ou ainda, em projetos relacionados à memória. Os postos de trabalho arquivísticos, no Brasil, podem ser esquematicamente, divididos em 3 (três) setores:

- *Administração pública:* ainda com poucos profissionais e poucos órgãos com arquivos estruturados. A mencionada regulamentação legal restringe o acesso aos cargos para os graduados.
- *Entidades de cultura/memória:* são poucas instituições, e apresentam predominância de especialistas ou funcionários; estes últimos costumam ter formação em áreas diversas, recebendo capacitação para atividades arquivísticas apenas através de cursos de curta duração.
- *Organizações privadas:* em geral, dedicam pouca atenção aos arquivos; quando o fazem, concentram os esforços nos procedimentos de gestão documental, e contratam profissionais autônomos (com ou sem formação arquivística) ou companhias especializadas (com ou sem profissionais de arquivo, graduados ou não).

A crescente importância dada ao tratamento de arquivos pessoais[7], que não mais permanece restrito a algumas figuras públicas, é um capítulo à parte, e amplia o foco dos arquivos ao cidadão comum. O aumento do acesso da população a bens e serviços impulsiona a acumulação de documentos probatórios de tais atividades. É preciso considerar ainda a expansão das atividades rotineiras de controle do estado – sobretudo aquelas relativas a bens e/ou direitos – gerenciadas por um

[7] Em um debate mais recente sobre o assunto, baseado inicialmente em um arquivo de personagem político, Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) ampliam o foco e exploram aspectos práticos relativos ao tratamento de arquivos pessoais, segundo a teoria arquivística.

aparato governamental mais organizado e racional[8], e dotadas, graças às novas tecnologias de informação, de novas e eficientes ferramentas. É factível prever um novo nicho para os arquivistas como consultores de arquivos pessoais[9]. Caso isso ocorra, a demanda por tal serviço certamente seria inferior aos atuais 190 milhões de brasileiros, porém será expressiva. Cabe questionar se os cursos de graduação em Arquivologia estão aptos para formar profissionais capazes de *atender* tal demanda. É lógico supor que, com ou sem consultores especializados, os cidadãos brasileiros estão gerenciando e organizando seus documentos pessoais, para dar conta das tarefas (e do registro delas) cotidianas formais (pagamento de contas, impostos, registro de bens e direitos) e informais (registros afetivos, de viagens, de eventos pessoais etc.).

Mesmo que os arquivos pessoais sejam excluídos da análise sobre a demanda por profissionais de arquivo - uma vez que, no momento, é impossível ultrapassar as fronteiras da especulação -, resta um enorme campo para o exercício profissional composto pelas mais variadas instituições e organizações, públicas e privadas. Em tal universo, todas as organizações que mantém algum tipo de relação formal com o Estado brasileiro possuem material de arquivo, vital para permitir que elas possam executar atividades e atendam às exigências dos organismos fiscalizadores e, de tempos em tempos, consigam provar direitos para respeitar a legalidade jurídica. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente à situação em 31 de dezembro de 2006, apontou para a existência de mais de 5 milhões e 726 mil 'empresas e outras organizações' (IBGE, 2008, p.16). Todas elas, para ter vida legal, desenvolvem atividades típicas de gerenciamento e guarda (por questões de prova) de documentos que informam sobre a existência da própria organização e sobre as atividades executadas. As organizações que, atualmente, buscam o apoio de um profissional de arquivo (alguns órgãos públicos e poucas grandes companhias) representam uma parcela

[8] Tal tendência já havia sido observada, em 1956, por Schellenberg (1974) e pode ser considerada um dos elementos que contribuíram para a consolidação, na segunda metade do Século XX, daquilo que já foi denominado "arquivos modernos".

[9] A contratação particular de profissionais – tais como contadores, paisagistas, decoradores, bibliotecários e outros – já havia sido consolidada no século passado, porém, recentemente, nossa sociedade assiste à ampliação deste fenômeno, com a oferta de treinadores de educação física, nutricionistas e muitos outros tipos de profissional. Mantovani e Biderman (2005) escreveram uma série de reportagens nas quais esboçaram uma curiosa figura sobre o fênomeno do profissional pessoal, apontando para ofertas em áreas diversas: "mãe", "bebê", "consultor de moda", "consultor de flores", "enologista" etc.

mínima do total. De qualquer modo, existem pessoas que se dedicam profissionalmente ao gerenciamento de tais documentos, sem serem arquivistas oficialmente reconhecidos.

Nas organizações e companhias é possível identificar, apenas instrumentalmente, quatro níveis de qualificação para os funcionários que manejam e gerenciam os documentos:

- *Sem qualificação:* as atividades são executadas intuitivamente pela pessoa que lida dia a dia com os documentos, ou por alguém designado para a tarefa (por exemplo, uma secretária). A gestão documental é restrita aos aspectos legais mínimos, podendo haver a intervenção de profissionais de áreas correlatas, como Contabilidade e/ou Direito. No Brasil, esse é, provavelmente, o cenário predominante.
- *Qualificação mínima:* a pessoa designada para a gestão documental é autodidata. Fruto de esforços individuais, o profissional busca aprimorar o conhecimento por meio de livros, da Internet e de qualquer outro meio disponível, incluindo a frequência esporádica a cursos de curta duração e/ou eventos arquivísticos, quando possível.
- *Semiqualificação:* a organização investe na capacitação pessoal e provê qualificação para os funcionários responsáveis pela gestão arquivística em eventos de formação paralela, como cursos de curta duração, workshops e palestras. Pode, ainda, contratar pessoal que atenda parcialmente às necessidades da área, sem exigir uma base teórica arquivística, a exemplo, bibliotecários ou empresas voltadas para gestão eletrônica de documentos, memória institucional e/ou gestão da informação. Nas organizações cujo foco é a capacitação do pessoal encarregado dos documentos arquivísticos, esta é, provavelmente, a situação mais frequente.
- *Qualificação:* as organizações mantêm setores ou pessoas com formação arquivística específica, obtida em curso de graduação e/ou especialização, que pode vir a ser aperfeiçoada com a participação em eventos paralelos de formação em Arquivologia. Em órgãos administrativos ligados ao serviço público brasileiro, localizados em regiões de grande ocorrência de graduados em Arquivologia – como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília – os cargos são preenchidos

por arquivistas com diploma. Nos outros locais, onde há escassez de tais graduados não é abundante, a gestão dos documentos públicos continua a ser executada por profissionais que não têm o diploma necessário para a contratação formal como arquivista. Muitos órgãos, por contarem com acervos essencialmente permanentes, optam pela contratação de profissionais oriundos das Ciências Humanas, com algum tipo de experiência, ou formação alternativa em arquivos.

A situação atual mostra pouca articulação entre graduação e especialização, além de algumas 'escaramuças' entre os profissionais envolvidos, referentes à disputa por cargos públicos ligados aos arquivos. Paralela e gradativamente, começa a ocorrer perda de espaço para profissionais com baixa formação em tópicos de arquivo, tais como bibliotecários, administradores, analistas de sistemas, entre outros. Eles ocupam temporariamente e sem terem sido submetidos a nenhuma prova específica, alguns cargos públicos destinados a arquivistas, que permanecem vacantes, pois, muitas vezes, aqueles que têm o conhecimento não têm o diploma de graduação, enquanto graduados são reprovados em alguns concursos públicos.

A exclusão dos profissionais não diplomados da categoria 'arquivista', por alguns segmentos brasileiros, representa um desejo pré-determinado de configurar conceitualmente um dado campo, e precisa ser entendido no âmbito de uma disputa relacionada ao mercado de trabalho. A promoção da definição do campo conceitual - e, por conseguinte, a exclusão de uma parte dos profissionais de arquivo (a exclusão de tudo aquilo que não corresponde ao modelo ideal deixa de ter sua existência indicada) - com base em elementos formalistas, de cunho unicamente jurídico representa a defesa corporativa de supostos direitos de exercício profissional. A imensa maioria dos profissionais, responsáveis pela execução das atividades arquivísticas de dezenas de milhares de organizações públicas e privadas brasileiras, sequer têm sua existência reconhecida pelo viés 'legalista'. Esse estado de coisas tem forte influência sobre a formação do profissional de arquivo, no Brasil, cujo sistema reflete mais um ajuste contextual do que uma política profissional.

Tal perspectiva, dicotômica e excludente, agrava o problema da relação desigual entre formação profissional, demandas profissionais

e ofertas de postos de trabalho (como profissionais graduados e como prestadores de serviços arquivísticos). A quantidade de graduados disponíveis para contratação é, ainda, muito baixa, em relação ao tamanho do país e das necessidades da sociedade por esse tipo de profissional. A despeito de tais restrições formais, uma parcela significativa das demandas do mercado de trabalho vem sendo atendida, desde há muito tempo, por maneiras alternativas de formação profissional. Isso não significa perda de qualidade: ao contrário, o caminho paralelo (como a especialização) resulta, muitas vezes, em profissionais com maior conhecimento interdisciplinar.

A legislação brasileira é dúbia nessa matéria. Há uma lei federal (BRASIL, 1978a) e a respectiva regulamentação (BRASIL, 1978b), que definem que o diploma é obrigatório para o exercício profissional do arquivista. Por outro lado, a Classificação Brasileira de Ocupações, elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2002, admite o exercício profissional de arquivistas não graduados em Arquivologia, que tenham o título de especialista e/ou diploma de pós-graduação (BRASIL, 2002, fam.2613). Tais profissionais, possuidores de conhecimentos e experiências, mas sem o diploma, são, eventualmente, vistos como arquivistas/pesquisadores experientes, porém enfrentam restrições ao desempenho lícito da atividade. Eles são os principais responsáveis pela literatura arquivística brasileira; formam os graduados em Arquivologia, formulam e corrigem provas de concursos públicos para a seleção de arquivistas graduados, mas não podem exercer, oficialmente, a profissão. O diploma, que representa o produto final das graduações em Arquivologia, passa a ser um inquestionável e apriorístico *pedigree*. Tal prática não condiz com os preceitos da Declaração Universal dos Arquivos (ICA, 2010) que propugna que o arquivista é um profissional qualificado tecnicamente, com formação inicial e continuada; ou seja, para o mais importante organismo internacional ligado aos arquivos o que importa não é o nível da formação inicial, desde que ela exista, porém o aprimoramento constante da formação, o que não é exigido pela legislação brasileira.

O aprimoramento continuado ocorre por meio de cursos de curta duração, dedicados a tópicos pontuais das atividades arquivísticas. Eles, porém, carecem de certificação mais rigorosa que os qualifique inequivocamente para os currículos profissionais. Outra maneira de

aprimoramento tem ocorrido com a qualificação acadêmica em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), os quais até hoje[10], não eram dedicados exclusivamente à Arquivologia, porém a outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Humanidades (como Ciência da Informação e História, por exemplo), com perda das especificidades típicas de nossa área. O problema de fundo é que a natureza científica de tais pesquisas contribui muito para o aprimoramento intelectual dos novos pós-graduados, sem, contudo, propiciar, necessariamente, maior formação técnica.

A ausência de uma política nacional para a formação de arquivistas é facilmente detectada. A formação técnica, prevista nas normatizações legais, não existe na realidade. O maior esforço efetivo que vem sendo realizado, até o momento, é criação de mais cursos de graduação de Arquivologia, sem o correspondente aprimoramento da infraestrutura necessária. Os três cursos do final da Década de 1970 passam a ser seis no fim dos Anos 1990, chegando a 16 atualmente[11].

Quanto ao número efetivo de arquivistas formados, os autores consultados (LOPEZ, 2012a, p.82) demonstram que tal dado é bastante impreciso, mas coincidem em reconhecer que está muito aquém das demandas do mercado de trabalho e das necessidades da sociedade por bons profissionais da área. É necessário relativizar tal conclusão, mas, ainda assim, é facilmente perceptível que o volume efetivo de arquivistas ativos não guarda paralelo com a evolução da quantidade de cursos de graduação em Arquivologia.

A despeito do descompasso existente entre as necessidades da sociedade e o avanço da criação de cursos universitários de Arquivologia, é necessário observar que há um movimento de consolidação institucional da área, que para alguns autores (SANTOS, 2010), se inicia na primeira metade do Século XX, se fortalecendo a partir dos Anos 1950. A universidade é proposta como *locus* de discussão acadêmica sobre Arquivologia a partir dos Anos 1970, o que vai se consolidando, com especial incremento nos Anos 1990. O processo corre em paralelo com a expansão dos cursos de pós-graduação nas áreas de História e em Ciência da Informação, que exercerão

[10] Em 2012 foi aprovada a criação de um curso de Mestrado profissionalizante dedicado à Gestão de Documentos e Arquivos, no Rio de Janeiro, que deverá iniciar o funcionamento no mesmo ano.

[11] Lopez (2012a, p.81) apresenta gráficos que ilustram melhor a explosão dos cursos de Arquivologia na última década. Souza (2011, p.91-92) apresenta interessante quadro comparativo dos cursos que contempla suas datas oficiais e respectivos vínculos institucionais.

um papel preponderante na criação de espaços de discussão acadêmica e científica[12]. Em uma perspectiva de mais longo prazo, os dados parecem corroborar tal tendência, como indica Maria Odília Fonseca (2005, p.67), ao enumerar marcos do que denominou 'conquistas' da área, com especial anotação para a regulamentação profissional.

Entretanto, o sistema que vem sendo adotado tem suas limitações quanto ao que poderia ser caracterizado como uma expansão lenta, porém sólida. Fonseca (2005, p.68) indica que a regulamentação da profissão favoreceu "[...] uma visão monolítica do campo de trabalho", cujo indicativo simbólico do estreitamento à diversidade foi, na opinião da autora, a não realização do XIV Congresso de Arquivologia em 2003, adiado até 2006. Em 1994, José Maria Jardim 1998), ao refletir sobre a perspectiva do ensino de Arquivologia no Brasil indicava que: "[...] como área de conhecimento, a Arquivologia mostra-se ainda incipiente no Brasil, apesar de avanços significativos dos últimos vinte anos". Para esse autor havia, à época, duas tendências: "[...] uma insatisfação geral quanto ao ensino da Arquivologia na graduação" e "[...] uma expectativa [...] de melhores e mais cursos de graduação de Arquivologia no País". O autor pleiteou, à época, como modo de fortalecer a área, a realização, da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia em 1995, fato que somente foi concretizado 15 anos depois, em 2010, na Universidade de Brasília[13]. No mesmo ano, Flávia Helena Oliveira defendeu seu mestrado sobre a formação profissional do arquivista em Brasília e concluiu (2010, p.114):

> No caso da Arquivística na UnB, os resultados obtidos pela pesquisa nos permitem inferir que a reconceitualização do modelo de formação continua pendente, especialmente considerando que o curso mantém praticamente a mesma estrutura curricular desde a Década de 1970[14].

A despeito de alguns avanços significativos, o formalismo institucional que, passa pela regulamentação profissional e a correspondente

[12] Um detalhamento mais atual sobre a consolidação teórica da disciplina no Brasil, nos Anos 1990, por meio de troca de ideias com a comunidade internacional pode ser visto em Angélica Marques (2011).

[13] Em 1995 foi realizada, de fato, uma reunião voltada à discussão do ensino, sem contemplar no título, contudo, a referência à pesquisa.

[14] É necessário relativizar o peso que pode ser dado a tal afirmação. A autora, nos parágrafos subsequentes, indica perspectivas positivas para o curso de Arquivologia.

ampliação de vagas de graduação, ainda está aquém de suprir as necessidades arquivísticas da sociedade, conforme indica Oliveira (2010, p.117).

Quanto aos depoimentos dos empregadores também foi possível identificar, a partir deles, a insatisfação com o desempenho do arquivista no mercado de trabalho. Apesar de se tratar de um universo restrito, foram entrevistados representantes de três dos maiores empregadores da cidade. Portanto, ainda que não se tratem de opiniões generalizadas, são indicadores de desequilíbrio que não podem ser ignorados.

Para aquela autora, a solução passaria pelo incremento da formação continuada. No Brasil, na maioria dos setores-chave da sociedade, o principal problema reside na falta de profissionais com, pelo menos, algum conhecimento básico sobre arquivos.

Para que uma política nacional de formação arquivística seja viável é necessário implantar cursos técnicos (previstos em lei, porém inexistentes) e incrementar o caminho da especialização, integrando aqueles profissionais, de áreas distintas, com os arquivistas graduados. Para isso, os cursos de curta duração atuariam como um instrumento contínuo de capacitação e atualização, proporcionando melhorias na formação geral. . Tal política integrada de formação profissional de arquivistas, uma vez que fosse detalhada e posta em prática, teria resultados iniciais quase que imediatos. O modelo busca manter equilíbrio entre as diferentes vias de formação profissional, que deverão atuar de modo mutuamente complementar.

A figura adiante visa esquematizar uma proposta de integração profissional na qual os cursos de curta duração atuariam como um instrumento contínuo de capacitação e atualização, proporcionando melhorias na formação geral.

Figura 1: Proposta de Integração.

Fonte: André Lopez – 2012b.

O ponto fundamental a ser debatido é o fato de que os arquivos – uma vez que são resultado natural das atividades administrativas – estão presentes em todos os setores da sociedade e, de um modo ou de outro, já existem pessoas executando as atividades de gestão documental. Atualmente, com a extrema burocratização das esferas pública e privada, as atividades rotineiras demandam, de modo crescente, provas sobre sua realização, gerando documentos arquivísticos continua e progressivamente. A demanda por profissionais qualificados (graduados ou não) cresce a cada dia, enquanto a oferta de tal mão de obra cresce em ritmo bem mais lento do que as necessidades da sociedade. O fato concreto é que a quantidade potencial de profissionais que pode ser absorvida pelo mercado de trabalho é muito superior à capacidade dos cursos de graduação e especialização em Arquivologia somados – incapazes de garantir, estatisticamente, sequer um arquivista para cada município brasileiro. É possível afirmar que, no Brasil, há espaço suficiente para atender à diversidade de formação dos arquivistas. É um país grande, com mais de 5.500 municípios e necessidades arquivísticas muito fortes. Algum investimento para viabilizar a formação técnica - a fim de providenciar uma rápida melhoria da qualidade profissional - pode ser de grande valia para equilibrar o cenário arquivístico brasileiro, reduzindo

a pressão por um melhor tratamento arquivístico para os milhões de documentos que são diariamente gerados sem correspondentes condições e procedimentos para sua guarda, preservação e posterior acesso.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (AN). Brasil. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Brasileiros. Núcleo Regional de São Paulo (AAB/SP). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.

BRASIL. *Classificação Brasileira de Ocupações:* relatório da família 2613 (arquivistas e museólogos). Brasília: MTE, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf>.

BRASIL. Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978: regulamenta a lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 nov. 1978b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de1978: dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e da outras providencias. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 jul. 1978a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6546.htm>.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância:* a abordagem contextual dos arquivos pessoais; procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFH, 2007.

FONSECA, M. O. K. *Arquivologia e ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Demografia das empresas 2006*. Rio de Janeiro: 2008. (Estudos e Pesquisas, 10) Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2005/tabela1.pdf>.

INTERNATIONAL Council on Archives (ICA). *Universal declaration on archives.* 2010. Disponível em: <http://www.ica.org/download.php?id=1978>.

JARDIM, J. M. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. *Anais...* Arquivologia: rumos e consolidação da Arquivologia. São Paulo: AAB/SP, 1998. (CD-ROM).

LOPEZ, A. P. A. Building the archives profession in Brazil. *Comma*, Paris, n.1, p.73-83, 2012a.

________. Building the professional field in archives in Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE ROUND TABLE ON ARCHIVES: *Imagining the 21st century archivist*: new strategies for education and training, CITRA, 41., Malta, 2009.

________. O "ser" e o "estar" arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho profissional. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação,* Brasília, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/RICI/article/view/2041>.

________. Perspectivas gerais sobre a formação de arquivistas no Brasil. In: CONVENCIÓN INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 4. (COINDEAR 2012). El Profesional de los Archivos. Santiago de Chile: Asocarchi, 2012b. (CD-ROM)

MANTOVANI, F.; BIDERMAN, I. Assessoria chega até aos arranjos florais. *Folha On Line:* Equilíbrio. São Paulo, 18.08.2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3995.shtml>.

________. Carioca vira "mãe emprestada" como "personal baby". *Folha On Line:* Equilíbrio. São Paulo, 18 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3997.shtml>.

________. Mercado tem "personal" para praticamente qualquer atividade. *Folha On Line:* Equilíbrio. São Paulo, 18.08.2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3994.shtml>.

________. Vinhos personalizados também são escolhidos por personal. *Folha On Line:* Equilíbrio. São Paulo, 18 ago. 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u3996.shtml>.

MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, F. H. de. *A formação do arquivista na universidade de Brasília frente às demandas profissionais e de mercado da Capital Federal*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7467/3/2010_FlaviaHelenaOliveira.pdf>.

SANTOS, P. R. E. dos. *A arquivística no laboratório*: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SOUZA, K. I. B. M. de. *Arquivista, visibilidade profissional*: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

STRAUSS, A. L. *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Capítulo 10

Identificação: uma Metodologia de Pesquisa para a Arquivística

Ana Célia Rodrigues

1 Introdução

Para a ciência, a pesquisa é uma atividade nuclear. Por pesquisa em arquivística, pode-se entender a que é realizada sobre qualquer tema ou questão que se refere à área de conhecimento (formação profissional, conservação, avaliação, organização, descrição, acesso, políticas públicas, gestão de documentos, história dos arquivos) e a que se relaciona diretamente com as práticas profissionais, desenvolvida no âmbito institucional, denominada *identificação*.

A identificação é uma tarefa de pesquisa, de natureza intelectual, sobre o documento de arquivo e o seu órgão produtor, um tipo de investigação científica particular que constitui uma ferramenta de trabalho para o arquivista. Uma metodologia de pesquisa que se desenvolve, nos parâmetros do rigor científico, como tarefa preliminar e necessária às

funções arquivísticas de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental.

O termo identificação surgiu no contexto da arquivística nos Anos 80, para designar as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias para solucionar o problema da acumulação irregular de documentos, que se contrapunha ao emergente desafio de implantar programas de gestão documental em países ibero-americanos.

Verifica-se em vários países que existe uma procura pela cientificidade da arquivística, caracterizada pela busca de seus fundamentos teóricos, pautados na reflexão sobre seu objeto e método, refletindo uma preocupação com a formulação de metodologias aplicáveis a qualquer sistema arquivístico. É necessário dar ênfase as atividades de pesquisa para a elevação do nível de qualidade e construção da arquivística, enquanto ciência.

A introdução da gestão de documentos nas práticas profissionais é um importante elemento que vem contribuir para o incremento da pesquisa na área, permitindo a consolidação de uma metodologia arquivística para o tratamento documental que passou a considerar o documento desde a gênese até sua destinação final: eliminação ou guarda permanente.

Nesse momento, assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teóricas e metodológicas passaram a ser utilizadas para a compreensão dos documentos contemporâneos. As pesquisas passaram a focalizar o documento de arquivo, em busca de características que o identifique e propiciem a normalização necessária exigida para a gestão de documentos, seja em meio convencional ou eletrônico e para tratar massas acumuladas em arquivos.

A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea, que se ocupa dos estudos de tipologia documental, possibilitou a introdução de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo, tema que passou a ocupar um considerável espaço de reflexão na literatura da área internacional da área.

Luciana Duranti introduz no Canadá e Estados Unidos, esta nova abordagem do uso da diplomática aplicada à pesquisa para definição de requisitos de produção de documentos eletrônicos.

No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da diplomática contemporânea seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica da arquivística.

A diplomática revisitada pela arquivística encontra na identificação, um novo espaço para o debate científico em torno do documento de arquivo, justificando uma extensa produção científica sobre os aspectos que as relacionam.

A Espanha tem dado uma efetiva contribuição para a construção da metodologia da identificação no campo da arquivística, produzindo estudos teóricos e aplicados que destacou o país no cenário internacional, influenciando a construção de tradições arquivística ibero-americanas.

Entretanto, a identificação de tipologia documental enquanto tema estreitamente vinculado à diplomática, não vêm sendo suficientemente estudado pela área. Os modelos de processos e dos instrumentos de identificação de tipologias documentais encontrados na literatura arquivística, embora bastante numerosos, são produtos de estudos de caso, nos quais se encontra fragmentos de contribuições teóricas. Os aspectos teóricos que envolvem a metodologia da identificação e, especificamente, da identificação de documentos realizadas nos parâmetros da tipologia documental, estão pulverizados na literatura, justificando a necessidade de sistematização dos fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos e instrumentos que envolvem a construção teórica desta metodologia.

Neste cenário, algumas questões se colocam para a reflexão. Pode-se considerar a identificação como uma função independente no âmbito da metodologia arquivística? É possível normalizar os procedimentos e os instrumentos de identificação, utilizando os parâmetros da diplomática contemporânea, para definir requisitos de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos?

O Brasil recebeu a influência desta nova corrente teórica que se formou, mas o assunto vem sendo tratado por um reduzido número

de estudiosos e por um, ainda inexpressivo, segmento profissional. Os processos de identificação desenvolvidos por arquivos brasileiros não foram suficientemente analisados e, sobretudo, os parâmetros conceituais que fundamentam a identificação dos documentos no contexto destes procedimentos, aspectos que justificam o escopo desta pesquisa, cujo objetivo é sistematizar os fundamentos teóricos e metodológicos da identificação, especificamente na perspectiva da arquivística brasileira.

2 O termo e o conceito de identificação na literatura arquivística

Identificação é o "[...] ato ou efeito de identificar; portanto de determinar a identidade, que é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa (algo)". Caracterizar é "[...] por em evidencia o caráter, assinalar, distinguir, descrever com propriedade assinalando os caracteres (elementos individualizadores)" (FERREIRA, 1994/95).

Deslocando-se esta conceituação para o campo da arquivística, *identificação* vem a ser o ato de determinar a identidade do documento de arquivo, de caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade. Significa determinar estes elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto. O processo de produção deste conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever estes elementos que formam sua identidade, que revelam o seu vínculo arquivístico.

Esse conceito, discutido por Luciana Duranti (1997), é o componente essencial do documento de arquivo, que revela sua verdadeira natureza, que determina sua identidade, pois é definido pela sua ligação com o órgão que o produziu.

Nesse sentido, é um trabalho de pesquisa e de crítica sobre a gênese documental.

A literatura registra o uso do termo *identificação*, para designar processos de trabalho realizados sobre os órgãos produtores, seus documentos e seus arquivos. A *identificação* como processo arquivístico tem suas origens nos Anos 1980, quando o termo começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas, de início na Direção de Arquivos

Estatais do Ministério da Cultura, para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre massas documentais acumuladas em arquivos, a fim de elaborar propostas de avaliação e classificação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Brasil, Colombia, México e Portugal, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madri, em 1991.

Estes grupos desenvolveram trabalhos arquivísticos a partir de critérios e propostas comuns, com o objetivo de resolver o problema da acumulação de fundos de forma coordenada, marcando o desenvolvimento da história dos arquivos em todos os países ibero-americanos e o inicio da construção de uma tradição arquivística.

A partir deste momento o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, sendo incorporados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística daquele país que a define como "[...] fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo" (DICCIONARIO..., 1993, p.37).

Para a arquivística espanhola, a *identificação* é uma fase independente da metodologia arquivística, qualificada como do tipo intelectual, a qual consiste em estudar analiticamente o órgão produtor e a tipologia documental por ele produzida e que antecede as demais funções (produção, avaliação, classificação e descrição).

Ainda nos Anos 1980, o Brasil integrou o movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. Os processos de identificação desenvolvidos no Arquivo Nacional, tanto para tratamento de fundos acumulados como para implantação de processo de avaliação no contexto da gestão documental, passaram a servir de referencial para experiências semelhantes desenvolvidas em outros arquivos brasileiros. Neste contexto, destacam-se as metodologias propostas a partir das experiências desenvolvidas pelos

Grupos de Identificação de Fundos Internos e o de Fundos Externos (GIFI e GIFE) para solucionar as questões de transferências e recolhimentos de fundos, assim como a metodologia de levantamento da produção documental desenvolvida para fins de avaliação de documentos no Ministério da Agricultura.

Dessas experiências iniciais de *identificação*, sobretudo dos trabalhos desenvolvidos pelo GIFI e pelo GIFE, resultaram a definição posta no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) que também considera a *identificação* é como uma fase do processamento técnico dos arquivos, definindo-a como o "[...] processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual". No Brasil, o conceito de identificação remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos. Muitas propostas de *identificação* foram surgindo no âmbito dos arquivos brasileiros a partir da adaptação destes modelos,

No Brasil, os processos de *identificação* incidiram sobre órgãos produtores, documentos e arquivos. Os modelos de análise documental proposto para realização de tarefas na área estiveram associados a outros processos de *identificação*, como o de *órgão produtores*, para efeito de organização de massas acumuladas ou o de *identificação de arquiv*os, para fins de definição de estratégias para implantação de sistemas de arquivos.

2.1 O Objeto da Identificação: o órgão produtor e seus documentos

Esta fase da metodologia arquivística denominada *identificação*, consiste em estudar analiticamente o documento de arquivo e o vínculo que mantém com o órgão que o produziu. "Este conhecimento sobre o órgão produtor combinado a um processo analítico dos documentos produzidos, a partir do conhecimento das suas características internas e externas, permite chegar à identificação das séries documentais" (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.39).

A pesquisa pode ser desenvolvida durante todas as fases do ciclo de vida dos documentos, podendo, portanto, incidir sobre o momento de sua produção, para efeito de implantação de programas de gestão de

documentos, ou no momento de sua acumulação, para controlar fundos transferidos ou recolhidos aos arquivos.

Durante o processo de identificação, as características da proveniência e de organicidade devem ser recuperadas, se o objetivo for o tratamento de massas documentais acumuladas e garantidas, quando a identificação for efetuada em documentos na fase de produção, para fins de implantação de programas de gestão de documentos.

A identificação consiste na pesquisa sobre os elementos implicados na "[...] gênese do fundo: o sujeito produtor e o objeto produzido", entendendo por "[...] sujeito produtor, a pessoa física, família ou organismo que produziu e/ou acumulou o fundo e por objeto produzido, a totalidade do fundo e cada uma dos agrupamentos documentais que o integram" (CARMONA MENDO, 2004, p.42).

2.2 Procedimentos metodológicos e instrumentos de identificação

A base metodológica da identificação é a aplicação de maneira direta dos princípios da proveniência e o da ordem original[1], é sua 'melhor ferramenta', pois estes princípios "[...] dirigem o tratamento dos documentos ao longo de toda sua vida, estabelecendo as operações arquivísticas que são próprias de cada fase" (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.40-41).

> O principio de proveniência determina a organicidade dos fundos e dos arquivos [...] e condiciona o agrupamento natural dos documentos determinando sua classificação [...] Junto ao princípio de proveniência, existe um principio subsidiário, que tem estreita relação com aquele: o de respeito à ordem natural. Tem a ver com a ordem seqüencial e com a ordem procedimental dos documentos, ou seja, reflete o procedimento administrativo que determina sua origem (HEREDIA HERRERA, 2003, p.5-6).

Da aplicabilidade prática dos referidos princípios da proveniência e da ordem original, decorrem as tarefas que são realizadas durante esta fase

[1] *Principio de Proveniência* significa, "[...] não misturar os documentos gerados por diferentes órgãos produtores" e, consequentemente, o da *Ordem Original*, que significa "[...] não romper com a ordem natural de produção dos tipos documentais oriundos dos procedimentos administrativos que o determinaram" (HEREDIA HERRERA, 2003, p.5-6).

do tratamento técnico. O procedimento da identificação é realizado a partir de um conjunto de atividades integradas, com uma unidade metodológica, desenvolvidas na seguinte ordem: primeiro identifica-se o "[...] organismo produtor (evolução orgânica e competências administrativas), depois o elemento funcional (competências, funções e atividades), logo o tipo documental (procedimento administrativo e tramitação) e, por último, a delimitação da série documental". É uma fase de estudo sobre gênese do fundo, realizada para tratar fundos administrativos ou históricos, cujo resultado será "[...] a organização do fundo propondo as bases para a avaliação e descrição". Tem por objetivo o "[...] conhecimento exaustivo da instituição que produziu os documentos, sua evolução orgânica, competências administrativas e tipos documentais nos quais se materializam" (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.14; 42).

Esta pesquisa requer a busca de informações em fontes específicas, sobre o órgão produtor (contexto) e sobre os documentos (tipologia documental), estejam eles em fase de produção ou de acumulação. Aquelas informações são os "[...] elementos que caracterizam este contexto, no desempenho de competências e funções específicas deste órgão produtor e da tipologia documental, que registra os procedimentos administrativos realizados para cumpri-las" (CARMONA MENDO, 2004, p.40).

O primeiro momento da pesquisa consiste em identificar o órgão produtor, o elemento orgânico (estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades, tarefas) que o caracteriza.

A identificação do elemento orgânico significa reconhecer o órgão produtor dos documentos. O elemento funcional está representado pelas funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a série documental (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.158).

É necessário reunir todas as informações existentes sobre a evolução orgânica do sujeito produtor; disposições que regulam suas competências, normas e procedimentos que condicionam a aplicação real destas competências, normas que controlam a circulação interna e externa dos documentos na fase de produção, ou seja, "[...] toda a circunstância que

implica o estudo institucional [...] Este estudo permite o conhecimento da estrutura do órgão, seu funcionamento interno, suas competências e suas transformações históricas" (ALBERCH I FUGUERAS, 2004, p.108-109).

Este estudo das características que apresentam o órgão produtor dos documentos se viabiliza a partir dos dados encontrados em vários tipos de fontes de informações, que variam de acordo com a natureza do órgão, se público ou privado ou em função do momento de realização da identificação, se para tratar documentos em fase de produção ou de acumulação.

A informação sobre os elementos orgânicos e funcionais obtém-se através dos próprios documentos e da legislação. No caso de órgãos públicos, o estudo de todos os textos legais e normativos pertinentes à estrutura e funcionamento durante sua existência, permitirá conhecer as competências, funções e atividades desempenhadas que ficaram registradas nos documentos produzidos. São as normas oficiais que dispõem sobre a estrutura e funcionamento do órgão produtor, como leis, decretos, portarias, regulamentos de serviços, entre outros. Entretanto, podem ocorrer problemas nesta pesquisa.

Para o tratamento de documentos acumulados em arquivos, pode haver inexistência de legislação ou lacunas no período abrangido pelo conjunto de documentos. Neste caso é necessário recorrer a outros estudos históricos que tenham sido publicados sobre o órgão a ser analisado, a relatórios de serviços e até mesmo a relatos de antigos funcionários do órgão, que podem contribuir com elementos elucidativos para este estudo de contexto.

Para os documentos em fase de produção, pode ocorrer que nas fontes legislativas não estejam previstas todas as atividades desempenhadas pelo órgão ou que as normas legais estejam mal redigidas ou incompletas, dificultando a análise do modelo de gestão, o que torna esta fonte de informação falha, fazendo com que seja necessária entrevista com o gestor responsável pelo desenvolvimento dos procedimentos administrativos nos órgãos que estão sendo estudados, a fim de coletar dados sobre a realidade administrativa vigente (LA TORRE MERINO; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, 2000, p.16-17).

Para se estudar documentos acumulados em arquivos, os instrumentos elaborados para a identificação de órgão produtores, têm

por finalidade reunir toda a informação relacionada com as mesmas competências que ao longo do tempo foram atribuídas a determinados órgãos produtores. São os seguintes:

1. *Índice de organismos produtores* - estruturado hierarquicamente, no qual, seja possível seguir a evolução orgânica de cada unidade administrativa estudo de cada organismo produtor de documentos, que tem por finalidade registrar a sua evolução administrativa durante o período de sua gestão administrativa. Apresenta os seguintes dados, em sua configuração: nome do órgão produtor, data de criação, data de supressão, especificação da legislação que dispõe sobre a estrutura e funcionamento do órgão, nome dos organismos que precederam o atual cujas atribuições sejam as mesmas, nome dos organismos sucessores (herdeiros) de suas competências, tipos documentais produzidos, códigos de classificação.

2. *Repertórios de organogramas* - após recolher a informação sobre o órgão produtor, procede-se a elaboração dos organogramas que permitem conhecer, de forma gráfica, as mudanças estruturais que o organismo sofreu durante sua vigência. Em cada organograma, anotar-se-á a normativa de aprovação pertinente e a data que esta estrutura representa e serão elaborados tantos organogramas quantos sejam as mudanças estruturais ocorridas durante a gestão administrativa do órgão produtor analisado. Nasce paralelamente ao fichário, em que estão as cópias dos referidos textos normativos descritos no instrumento acima (MOLINA NORTES; LEYVA PALMA, 1996, p.159) .

3. *Índice legislativo* ou *Repertório legislativo de órgãos produtores*[2] – se forma a partir das fichas de coleta de dados sobre o órgão produtor, é um instrumento que tem por objetivo o estudo de cada norma individualizada, referenciada no primeiro instrumento. Deve ser elaborada quando existem muitas fontes de informação legislativa e, portanto, a necessidade de um estudo mais detalhado sobre a evolução administrativa do órgão. Deve possuir os seguintes elementos: nome do organismo (definido por lei); assunto (resumo do conteúdo da norma); data de aprovação; data de publicação; especificação da norma (se é lei, decreto, etc.); nome do antecedente e do sucessor do organismo.

[2] CONDE VILLAVERDE, 1992, p.43.

Para implantar programa de gestão documental, a identificação dos órgãos produtores e de suas atribuições, tem por finalidade reconhecer no texto legal, a competência, funções, atividades e tarefas que associam à tipologia documental produzida neste contexto. Estes dados ficam registrados no seguinte instrumento:

Quadro 1: Estudo de Identificação de Órgão Produtor Sefin – Pms.

Competência	Função	Atividade	Tarefa	Tipo Documental
Auxiliar o Prefeito na implantação da política fiscal e financeira do município. (Art. 50, Parag. I, item B)	Gerenciar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual de Governo, na respectiva área de competência; (Art. 73, Parag. I, item A)	Exercer o controle da arrecadação dos Impostos Municipais, Contribuição de Melhoria e da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento; (Art. 80, Parag. I)	Analisar e quando for o caso fundamentar, a fim de subsidiar o processo decisório da autoridade competente, sobre alterações, cancelamentos, restituições, isenções, imunidades e lançamentos de tributos; (Art. 80, Parag. IV)	Processo de isenção/redução de IPTU

Fonte: Rodrigues e Garcia – 2012.

A identificação do tipo documental é o segundo momento da pesquisa, processo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos internos e externos do documento, que se referem a sua estrutura física (gênero, suporte, formato e forma) e ao seu conteúdo (natureza da ação que lhe dá origem), para denominar o tipo e definir a série documental. A série constitui o objeto de estudo da arquivística e sobre ela versa toda proposta de tratamento técnico.

As fontes de informações utilizadas nesta fase, além das leis, decretos, portarias, regimentos e regulamentos internos, são as consultas diretas às pessoas que estejam tramitando e produzindo os documentos, ligando-os às funções e atividades que produzem os documentos.

Uma vez identificada a unidade administrativa e os tipos documentais em que se materializam de suas competências, funções e

atividades, será necessário estudar as normas que regulamentam os processo de tramitação que teve cada tipo documental na sua fase de produção.

> Isto permitirá conhecer os documentos que conformam cada tipo documental, as unidades que intervém na tramitação, o número de cópias que são produzidas, os que se conservam e onde, assim como a existência de documentos cujos dados estejam registrados em outros documentos (CONDE VILLAVERDE, 1992, p.43).

Nessa fase, será formatado o instrumento que registra os dados identificadores de cada série documental. Rodrigues (2003, p.8) propõe dois formatos para identificação de tipos documentais, um para estudar o documento em fase de produção e definir sua avaliação e outro aplicado aos documentos em fase de acumulação, para efeito de classificação e descrição no arquivo permanente. Ambos são denominados *ficha de identificação de tipologia documental* e contemplam os seguintes elementos:

Para identificar documentos na fase de produção, no contexto dos programas de gestão de documentos, para fins de avaliação:

Quadro 2: Ficha de Identificação de Tipologia Documental.

<table>
<tr><td colspan="4">Órgão produtor e subordinação</td></tr>
<tr><td colspan="4">Atividade</td></tr>
<tr><td colspan="4">Tipo documental</td></tr>
<tr><td colspan="4">Objetivo da produção</td></tr>
<tr><td colspan="4">Conteúdo (dados que se repetem)</td></tr>
<tr><td colspan="3">Fundamento legal</td><td>Documentos anexos</td></tr>
<tr><td colspan="4">Tramitação</td></tr>
<tr><td>Vias/cópias</td><td>Destino (órgão ou pessoa)</td><td>Objetivo</td><td>Quem assina</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td colspan="3">Prazo de arquivamento sugerido: ____________</td><td>Destinação: ( ) eliminar ( ) preservar</td></tr>
<tr><td colspan="2">Entrevistado</td><td>Entrevistador</td><td>Data</td></tr>
</table>

Fonte: Rodrigues – 2003.

Para identificar documentos na fase de acumulação, para fins de organização e descrição:

Quadro 3: Ficha de Identificação de Tipologia Documental.

Data-limite Entrada descritiva (tipo documental e descrição do conteúdo) Notação Quantidade	Classificação
1870 – 1888 CM Fazenda Arrecadação Requerimentos para concessão de licença de negócios e profissões Nome, assunto, local, data, assinatura do requerente P 01/Cx 10 20 docs	

Fonte: Rodrigues – 2003.

3 A diplomática contemporânea como fundamento para identificar os documentos de arquivo

Nos Anos 80, as experiências metodológicas desenvolvidas na Espanha no campo da tipologia documental, como o de Vicenta Cortés Alonso e o Grupo de Arquivistas Municipais de Madri para classificar e descrever documentos públicos se tornou referência para estes estudos arquivísticos em países latino-americanos e no Brasil.

O objetivo proposto para a análise era "[...] determinar o tipo documental [...] para saber de que documentos se tratam e quais são seus iguais, para colocá-los juntos, portanto, formar as séries". O resultado das análises fica registrado no manual de tipologia documental, "[...] cuja publicação servirá de apoio para as unidades administrativas para sua tramitação, constituindo uma peça chave para a gestão documental e constituirá um guia e instrumento normalizador para os arquivistas" (LÓPEZ GÓMEZ, 1998, p.7).

Vicenta Cortés Alonso (1986, p.424-426) apresenta os elementos utilizados para elaboração do *manual de tipologia documental* para os arquivos municipais da Comunidade de Madri:

Quadro 4: Elementos para Elaboração de Manual de Tipologia Documental.

Série documental: denominação, código, caracteres externos (gênero, suporte, formato e forma)
Entidade produtora
Destinatário
Legislação
Tramitação
Documentos básicos que compõe o processo
Ordenação da série
Conteúdo
Vigência administrativa
Prazos de destinação

Fonte: Cortés Alonso – 1986.

Este modelo tornou-se um clássico para trabalhos de avaliação com base na tipologia documental. O modelo do Grupo de Arquivistas Municipais de Madri foi usado, adaptado e inovado por vários arquivistas e pesquisadores de arquivística.

Heloisa Liberalli Bellotto (2004) faz distinção entre o objeto da diplomática clássica e da nova diplomática, a tipologia documental, e seu método de análise, que são complementares para a identificação dos documentos arquivísticos. Revisando a literatura clássica da diplomática, apresenta a metodologia para a caracterização do documento jurídico, a espécie documental, objeto e campo de estudos da diplomática clássica.

O método de análise tipológica se tornou conhecido pela arquivística brasileira, a partir dos estudos de Bellotto (1982; 1990). A autora inova teorizando sobre o método desenvolvido pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri e apresentando os fundamentos da tipologia documental, aspecto que não havia sido tratado anteriormente por Cortés Alonso (1986) ao divulgar a metodologia.

Para efeitos de identificação da tipologia documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da diplomática clássica, porque através dele se chega a espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie

no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será denominativo do tipo documental, objeto e campo de estudos da tipologia documental.

O objeto da *Identificação diplomática* "[...] é a unidade arquivística elementar, analisada enquanto espécie documental" e definida como a "[...] configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas". A espécie documental diplomática é "[...] aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial". A análise diplomática verifica os elementos da estrutura do documento, preconizados pela diplomática clássica, ou seja, protocolo inicial, texto e protocolo final, com suas subdivisões. Chega-se assim ao requerimento, ao decreto, à portaria, entre outros formatos, que servindo aos propósitos da ação que o utiliza como veículo, gera o tipo documental, base para a formação das séries de arquivo (BELLOTTO, 2000, p.17; 27).

A Identificação tipológica tem por objeto o tipo documental, que reflete a "lógica orgânica dos conjuntos documentais", que por definição é a "[...] configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou" (BELLOTTO, 2002, p.20).

A partir do reconhecimento e comparação do tipo, se forma a série documental, definida "[...] como a sequência de unidades de um mesmo tipo documental" (CAMARGO; BELLOTO, 1996). A título de exemplo, citamos o *requerimento*, como uma *espécie,* uma estrutura que somada à *atividade* que determinou sua produção em um contexto, resulta em um *tipo documental*. Se requerimento é uma espécie, um instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública baseado em atos legais ou em jurisprudência, como tipo poderá ser um requerimento de licença de férias, requerimento para aprovação de projeto de construção, requerimento de aposentadorias, os quais são diferentes entre si porque resultam de atividades distintas.

Portanto, a denominação da série documental obedece a fórmula do tipo: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios de classificação, avaliação, descrição e planejamento de produção (RODRIGUES, 2008).

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem. "É a própria ação auto documentada", como define Menne-Haritz (1998). "Uma ação é qualquer exercício de vontade que objetiva criar, mudar, manter ou extinguir situações", e constitui o núcleo do documento, ressalta Heather Mac Neil (2000, p.93). Desta característica essencial, inerente a sua gênese, decorre sua natureza probatória.

Se o vínculo arquivístico que o documento mantém com sua origem é o enunciado desta nova perspectiva de análise, os elementos que o representam passam a integrar o método, agora denominado de análise tipológica.

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística.

Para alguns teóricos da arquivística, a diplomática continua sendo a ciência originalmente criada para atribuir autenticidade ao documento, a peça documental produzida a partir de atos emanados pelo sistema jurídico. O princípio analítico-comparativo preconizado pela diplomática clássica, aplicado à arquivística, constitui a base dos estudos de gênese documental, que tem por finalidade identificar os documentos produzidos por relações estabelecidas em qualquer contexto de produção, para além daquelas juridicamente válidas.

Influência desta corrente teórica fica evidente em nossas pesquisas[3], que referenciam a tipologia documental como ferramenta metodológica para o desenvolvimento de tarefas de gestão documental e de tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos.

4 Considerações finais

A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduziu a área à reflexão sobre a identificação como processo e às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias

[3] Ver RODRIGUES (2003) e RODRIGUES (2008).

arquivísticas. A perspectiva aberta pelo Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, que a considerou como fase independente no tratamento documental, foi uma importante contribuição dada para a reflexão teórica sobre o assunto no cenário internacional. Hoje, esta ideia permeia o discurso de teóricos da área, embora ainda não tenha sido objeto de sistematização.

A literatura registra significativas contribuições teóricas sobre o processo de construção desta metodologia, produto de experiências e reflexões sobre sua aplicabilidade no campo das funções arquivísticas. Nestes relatos encontram-se os fundamentos para a sistematização desta tarefa, mas o assunto não foi suficientemente discutido pela área para se chegar à normalização de parâmetros.

Nesta perspectiva, a sistematização da *identificação* como função arquivística, viria suprir uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização de procedimentos metodológicos dos quais dispõe o arquivista para tratar os documentos ao longo do seu ciclo vital, abordagem que é objeto da atual pesquisa que vimos desenvolvendo.

Referencias

ALBERCH I FUGUERAS, R. *Los archivos, entre la memória histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

ARQUIVO NACIONAL. *Identificação de documentos em arquivos públicos*. Rio de Janeiro, 1985a. (Publicações Técnicas, 37)

ARQUIVO NACIONAL. *Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos*. Rio de Janeiro, Ministério de Justiça/ Arquivo Nacional, 1985b. (Publicações Técnicas, 40)

ARQUIVO NACIONAL. *Manual de levantamento da produção documental*. Rio de Janeiro, 1986. (Publicações Técnicas, 44)

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo/Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n.195, p.9-17, 1982.

BELLOTTO, H. L. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, Rio Claro (SP), v.0, n.1, p.4-15, 1990.

CAMARGO, A. M; BELLOTTO, H. L. (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CARMONA MENDO, C. Consideraciones sobre el método en archivística. In: *Documenta & Instrumenta*, Madrid, v.1, p.35-46, 2004. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>. Acesso em: 31 ago. 2005.

CONDE VILLAVERDE, M. L. *et al*. La identificación y valoración de los fondos documentales de la administración estatal: problemas y metodología. Iberoamerica: idéntico tratamiento para una misma realidad. In: JORNADAS SOBRE METODOLOGÍA PARA LA IDENTIFICACIÓN Y VALORACIÓN DE FONDOS DOCUMENTALES DE LAS ADMINISTRACIONES PUBLICAS, 1., 1991. *Actas…* Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1992. p.15-19

CONDE VILLAVERDE, M. L. *Manual de tratamiento de archivos administrativos*. Madrid: Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura, 1992.

CORTÉS ALONSO, V. Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de ANABAD*, Madrid, n.3, p.419-434, 1986.

DICCIONARIO de Terminología Archivística. Madrid: Dirección de Archivos Estatales/ Ministerio de Cultura, 1993.

DICIONÁRIO Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DUPLÁ DEL MORAL, A. *Conceptos básicos*. Subdirección General de Archivos de la Comunidad de Madrid. Disponível em: <http://www.madrid.org/clasartes/archivos/conceptos/conceptos.html>. Acesso em: 16 set. 2005.

DURANTI, L. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Vancouver (Canada), v.11, p.213-218, 1997.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira; Folha de São Paulo, 1994/95.

HEREDIA HERRERA, A. *El principio de procedencia y los otros princípios de la arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2003. (Scripta, 5)

LA TORRE MERINO, J. L.; MARTÍN-PALOMINO y BENITO, M. *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes; S.G. de Información y Publicaciones, 2000. (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales)

LÓPEZ GÓMEZ, P. Los archiveros y sus investigaciones. *Métodos de Información*, v.5, n.22-23, p.37-43, 1998. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00001743/>. Acesso em: 20 set. 2005.

MACNEIL, H. *Trusting records*: legal, historical and diplomatic perspectives. Vancouver (Canadá): Kluwer Academic, 2000.

MENNE-HARITZ, A. What can be achieved with archives? In: STOCKHOLM CONFERENCE ON ARCHIVAL SCIENCE AND THE CONCEPT OF RECORD, 2., 30-31 May, 1996. *The concept of record*: report. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p.1124.

MOLINA NORTES, J.; LEYVA PALMA, V. *Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa*. Guadalajara: ANABAD Castilla – La Mancha, 1996. (Textos de ANABAD Castilla – La Mancha, 2)

RODRIGUES, A. C.; GARCIA, N. D. P. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 18., 2012. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 26 set. 2010.

RODRIGUES, A. C. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos*: um manual para o Município de Campo Belo, MG. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2007.

RODRIGUES, A. C. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. *Cadernos de Estudos Municipais*, Minho (Portugal), v.17/18, jun./dez. 2005.

Capítulo 11

Potencialidades do Diálogo entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação

Carlos Alberto Ávila Araújo

1 Introdução

Em anos recentes, interessantes experiências de diálogo entre as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm ocorrido em diferentes partes do Brasil: no centro-oeste (Universidade de Brasília), no sudeste (Universidade Federal de Minas Gerais), no sul (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e, possivelmente em breve, no nordeste (Universidade Federal da Paraíba). Nas três primeiras instituições, cursos de graduação nas três áreas têm sido ofertados por faculdades, escolas ou departamentos de Ciência da Informação, com alguma perspectiva de integração (que varia de instituição para instituição). Na UFPb já existem os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, com avançada discussão na direção da criação do curso de Museologia. Mais do que uma nova formação institucional para cada uma das áreas envolvidas, tal arranjo tem

se mostrado como uma oportunidade muito rica de incremento conceitual e avanço teórico para elas, na medida em que as diversas iniciativas de aproximação têm demandado maior clareza sobre o que são, quais suas especificidades, seus pontos comuns, os temas e conceitos que as perpassam e, dentro destes, quais aqueles que podem potencializar o campo de atuação e reflexão de cada uma delas.

Ao mesmo tempo, sabe-se que qualquer debate sobre a conformação dos campos científicos é marcado por uma série de fatores extra-epistemológicos, tais como os interesses dos grupos de poder, as tradições de instituições específicas, os fatores políticos, entre outros (RENDÓN ROJAS, 2009). O caso do contexto brasileiro atual não é diferente. Embora muitas discussões venham sendo realizadas sobre possíveis aproximações entre as áreas, bem como sobre a necessidade de demarcar suas diferenças, em grande medida o debate brasileiro ainda tem sido muito pouco qualificado: muitas dessas discussões giram em torno de questões sobre definições de tabelas de áreas de conhecimento, verbas de agências de fomento e atuação de conselhos profissionais para garantir exclusividade de atuação em determinados setores de exercício profissional. É nesse sentido que o contexto institucional de cursos de graduação nestas três áreas, nas quatro instituições mencionadas acima (às quais se poderiam somar as experiências de integração entre Arquivologia e Biblioteconomia levadas a termo pela Universidade Estadual Paulista e pela Universidade Federal Fluminense, entre outras), representa uma possibilidade de qualificação do debate: ao privilegiar as questões de modelos formativos, abre-se toda uma oportunidade de produção de reflexão propriamente científica e epistemológica.

Este texto se insere nessa problemática, argumentando em defesa de três ideias básicas. A primeira se relaciona com a evolução teórica dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. O argumento aqui defendido é que tais áreas, que nasceram e evoluíram dentro de um modelo sincrético, passaram por um gradual processo de separação iniciado com o Renascimento, potencializado com o advento da Modernidade e legitimado cientificamente com o Positivismo do Século XIX, e viram, ao longo do Século XX, não um crescimento da separação disciplinar (apesar da forte atuação dos conselhos profissionais nesse sentido), mas um

processo de constante fertilização por meio de algumas teorias transversais aos campos – teorias estas aqui apresentadas a partir de quatro eixos norteadores.

A segunda ideia básica defendida neste texto tem a ver com a Ciência da Informação. O argumento é de que esta área nasceu a partir de uma contundente mudança na maneira de se olhar para os fenômenos documentais e de que ela tem evoluído ao longo das últimas seis décadas, a partir de diferentes subáreas ou programas de pesquisa que compartilham dessa maneira de olhar. Nesse processo, ainda, foram sendo desenvolvidos três grandes modelos/conceitos de informação que, em vez de serem excludentes, representam um constante alargamento em direção a um modelo cada vez mais apto a capturar a complexidade da informação enquanto fenômeno.

A terceira ideia representa a aproximação das duas primeiras. A partir do percurso desenvolvido neste texto, defende-se que o desenho das perspectivas contemporâneas em Arquivologia, em Biblioteconomia e em Museologia possui uma grande aproximação com o conceito de informação tal como este vem sendo trabalhado pela Ciência da Informação enriquecida pela contribuição do cruzamento de suas subáreas com os três grandes modelos de estudo. Essa aproximação não significa, como muitas vezes é entendida por alguns pesquisadores, uma *redução* das três áreas à Ciência da Informação, com o apagamento de suas especificidades. Não se trata de fazê-las subsumirem-se à Ciência da Informação. Tal aproximação significa pensar que determinados aspectos de cada uma das três áreas podem ser mais bem problematizados e analisados a partir de um *olhar informacional*, que possibilitaria a construção de uma zona de produção de conhecimento científico marcado pela fertilização de conhecimentos entre as três áreas, zona esta que representaria apenas um 'pedaço' do 'edifício' teórico-conceitual de cada uma delas.

2 A evolução dos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia

Não se sabe com segurança quando surgiram os arquivos, as bibliotecas e os museus, pois sua existência confunde-se com a própria

ideia de cultura. A origem destas instituições está na própria ação humana de expressar pensamentos, ideias, fatos, conhecimentos e sentimentos, por meio de diferentes técnicas (escrita, técnicas pictóricas, entre outras), gerando determinados objetos (registros do conhecimento, artefatos). Tais objetos, uma vez dotados de existência material, geraram a necessidade de serem guardados, colecionados, preservados, para os mais diferentes fins (religiosos, literários, artísticos, filosóficos, políticos, ideológicos, contábeis, jurídicos, administrativos, militares, etc.). Diferentes objetos, em diferentes suportes, que sofreram variados processos de intervenção e foram alocados em diferentes instituições fazem parte de um período 'sincrético' (SILVA, 2006) em que é difícil separar o que constitui arquivo, biblioteca ou museu.

Apenas séculos depois, contudo, é que se pode identificar a existência de campos sistematizados de conhecimento relativos a estas instituições. O que hoje se pode chamar de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tem início com os primeiros tratados e manuais publicados no período do Renascimento, justamente quando é reforçado o interesse pelas obras humanas, pela verdade humana expressa nos mais diversos suportes. Os conhecimentos nestas áreas, neste momento, se constroem numa vertente patrimonialista, em que os produtos do intelecto e da sensibilidade humana são vistos como 'tesouros', como riquezas, como manifestações de uma verdade que cumpre guardar e preservar.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas, com o gradual advento da chamada Modernidade, torna-se necessário 'soterrar' o Antigo Regime e todas as suas marcas, e são então criadas novas instituições ou recriadas instituições já existentes que se tornam 'modernas', isto é, inseridas numa nova lógica de relacionamento entre si e com o todo social. Entre elas estão os Arquivos Nacionais, as Bibliotecas Nacionais, os Museus Nacionais. Acentua-se a vertente custodial das disciplinas ainda em vias de se constituírem. O desenvolvimento das Humanidades e do projeto iluminista realça a importância das obras humanas, da Filosofia, da Literatura, da História. Arquivos, bibliotecas e museus passam a ser os espaços que contêm os materiais que interessam a esses ramos do conhecimento e, assim, atraem bibliófilos, literatos, historiadores e críticos de arte para as funções de arquivistas, bibliotecários e museólogos. Estas áreas convertem-se então em

conhecimentos auxiliares, instrumentais, para a produção de conhecimentos num outro campo que não o seu próprio. Trata-se da vertente de disciplina 'auxiliar' que marcará a estagnação na produção específica de conhecimentos sobre os arquivos, as bibliotecas e os museus.

Por fim, com o desenvolvimento da ciência nos Séculos XVIII e XIX, como forma legítima de produção de conhecimento, além de seu caráter aplicado às forças produtivas com a revolução industrial, surge a constituição 'científica' dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. É justamente o modelo das ciências naturais que inspira a forma como essas áreas buscam se constituir como ciência, marcando então uma identidade essencialmente tecnicista, positivista. A vertente técnica, que marcaria a separação destas atividades do 'senso comum' por meio da constituição de um saber especializado, caminhará passo a passo com o movimento geral das ciências do Século XIX de constituição disciplinar por meio de uma crescente especialização.

Juntas, essas quatro vertentes consolidam um determinado paradigma, em fins do Século XIX, caracterizado justamente como patrimonialista, custodial, auxiliar das Humanidades e tecnicista (SILVA, 2006). Na esteira do movimento de legitimação dos campos de conhecimento como científicos, por meio da sua especialização disciplinar típica da ciência moderna do Século XIX, começam a se consolidar as ciências da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Tal movimento de consolidação é acompanhado pela formação de associações profissionais voltadas justamente para a delimitação de suas especificidades, para o fechamento de suas fronteiras em relação a outras áreas de saber e para a busca da determinação de seu escopo de atuação.

Contudo, e de forma surpreendente, o desenvolvimento teórico destas três áreas ao longo do Século XX não apontou para o crescimento de suas diferenciações e especificidades. Ao contrário, as diferentes manifestações e correntes teóricas surgidas e desenvolvidas no âmbito da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, ao longo do Século XX, por meio de análises e problematizações, acabaram por tensionar o escopo reducionista do modelo focado no objeto documental, na instituição custodial, na sua instrumentalidade e na sua dimensão técnica. Abordagens dos mais variados matizes contemplaram novas questões, evocaram novos

conceitos, forçaram os limites das fronteiras disciplinares, por situar suas questões fora dos limites estabelecidos pelas disciplinas focadas nas regras para o tratamento de objetos dentro das instituições.

2.1 As manifestações teóricas de superação paradigmática

2.1.1 A abordagem funcionalista

Ainda nos finais do Século XIX, em plena vigência do paradigma patrimonialista, começam a surgir ensaios, manifestos e iniciativas que evocam mudanças no modo de se conceberem os arquivos, bibliotecas e museus. Adjetivos como 'vivo', 'dinâmico', 'atuante' e 'ativo' começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. O ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, é um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos, também convoca a que se pense e problematize as funções dos arquivos, bibliotecas e museus.

No campo da Arquivologia, as primeiras manifestações deste pensamento se encontram nos manuais pioneiros de Jenkinson, de 1922, e de Casanova, de 1928, que apontavam para a necessidade de os arquivos terem um impacto efetivo no aumento da eficácia organizacional. Com o desenvolvimento da subárea de Avaliação de Documentos, um pensamento pragmatista mais efetivo começou a formular-se, expresso em trabalhos como os de Warren, Brooks e Schellenberg (DELSALLE, 2000). Em conjunto, tais proposições visavam conservar o máximo de informação preservando um mínimo de documentos – priorizando a funcionalidade em oposição aos aspectos de arranjo e valor histórico dos documentos. Outra vertente arquivística, também funcionalista, é a que prioriza a ação cultural dos arquivos, propondo uma maior 'dinamização' destas instituições (ALBERCH I FUGUERAS *et al.*, 2001).

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações em prol das bibliotecas efetivamente públicas ocorrem ainda em meados do Século XVIII (MURISON, 1988). O termo 'efetivamente' ressalta que as primeiras bibliotecas modernas, embora 'públicas' no nome, seriam demasiadamente

autocentradas e elitistas. Atos, manifestos e iniciativas práticas no campo das bibliotecas públicas (*Public Library Movements*), liderados por bibliotecários como Mann e Barnard, buscaram romper com o isolamento destas e atrair cada vez mais pessoas para seu espaço. Já em 1876, Green defendia inovações práticas nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual, sendo o precursor dos posteriormente chamados serviços de referência (FONSECA, 1992). A consolidação científica dessa vertente se deu na Década de 1930, na Universidade de Chicago, onde autores como Butler, Shera, Danton e Williamson defenderam uma Biblioteconomia voltada não para os processos técnicos, mas para o cumprimento de suas funções sociais – ou seja, o fundamento da biblioteca se encontra no fato de ela ir ao encontro de certas necessidades sociais. Teóricos de diferentes países, tais como Lasso de la Vega, Litton, Buonocore, Mukhwejee e Usherwood, seguiram essas orientações, ao defender o conceito de biblioteca como instituição democrática, ativa, e não como depósito de livros (LÓPEZ CÓZAR, 2002). Na Índia, Ranganathan desenvolveu as cinco 'leis' da Biblioteconomia, defendendo o efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes. Recentemente, estudos sobre as tipologias de bibliotecas e sobre os impactos das tecnologias audiovisuais e digitais de informação também se inserem nesta perspectiva.

Na Museologia, a área da *Museum Education*, que se desenvolveu sobretudo no ambiente anglo-saxão, buscou desenvolver uma museologia 'verbal', voltada para a ação, em oposição à tradição voltada para a posse e a descrição dos objetos (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006). Zeller (1989) aponta que tal tendência se voltava para a eficácia dos museus, para uma efetiva difusão de certos valores junto à população, e para oferecer à sociedade um 'retorno' dos investimentos feitos. Autores como Flower, Goode, Dana, Rea e Coleman marcavam a especificidade dos novos museus como instituições que teriam como valor não a contemplação, mas o uso, e que não esperariam pelos visitantes, mas iriam 'buscá-los', atraindo-os para os museus por meio da eliminação de barreiras e da busca por acessibilidade. Essa perspectiva manifestou-se em diversos outros contextos, como na França, sob inspiração do 'museu imaginário' de Malraux, e no Canadá, a partir do conceito de 'comunicação' presente nos trabalhos de Cameron.

A partir da Década de 1980, com as tecnologias digitais, houve uma revitalização da corrente funcionalista, com as possibilidades de acesso remoto, interatividade e design de exposições, desenvolvida por autores como Merriman, Pearce, Arnold, Hooper-Greenhill e Vergo.

2.1.2 A abordagem crítica

Logo na virada do Século XIX para o Século XX, o impacto do pensamento crítico sobre o positivismo, a sociedade e o ser humano começa a se manifestar no espaço reflexivo sobre os arquivos, bibliotecas e museus. Também tendo como centro de preocupação as relações entre essas instituições e a sociedade, desenha-se uma perspectiva calcada, sobretudo na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas como pretensamente neutras, no questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e sobre os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se constrói tanto na crítica ao paradigma patrimonialista quanto à corrente funcionalista.

No âmbito da Arquivologia, os primeiros traços de pensamento crítico encontram-se em análises de pesquisadores como Bautier, sobre os interesses ideológicos que motivaram critérios usados pelos arquivos ainda no início da era Moderna. Outros estudos relacionam-se com a questão do poder de posse dos documentos em várias ocasiões, como no caso dos processos de descolonização da África e da Ásia (SILVA *et al.*, 1998). Nas Décadas de 1960 e 1970, debates sobre as políticas nacionais de informação promovidos pela UNESCO tematizaram o papel dos arquivos, a questão do direito à informação e a necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). Recentemente, no Canadá, autores como Terry Cook, Caswell, Harris e Montgomery vêm desenvolvendo uma abordagem voltada para a superação dos pressupostos de neutralidade e passividade das práticas arquivísticas, analisando em que medida os arquivos constituem espaços em que relações de poder são negociadas, contestadas e confirmadas – numa virada de ênfase das coleções para os contextos.

Na Biblioteconomia, manifestações de um pensamento crítico surgiram principalmente em países de terceiro mundo, vinculadas aos processos de redemocratização após ditaduras militares. Num primeiro

momento, tais manifestações foram de caráter prático (com a criação de novos serviços bibliotecários de extensão), com o objetivo de aumentar o acesso ao conhecimento por parte de populações socialmente excluídas. Anos depois, foram formuladas teorias relacionadas a essas práticas no escopo das reflexões sobre 'ação cultural' e 'animação cultural', nas quais se buscava distinguir os diferentes tipos de ideologias culturais e propor que o bibliotecário deveria identificá-las e atuar perante elas, não numa perspectiva de 'domesticação' mas sim de 'emancipação' (FLUSSER, 1983). As bibliotecas deveriam ser dinâmicas e ativas, mas contra os processos de alienação - num sentido bem diferente da perspectiva funcionalista (MILANESI, 2002).

Na Museologia, as manifestações pioneiras de pensamento crítico se encontram na obra de artistas e ensaístas como Zola, Valéry e Marinetti (BOLAÑOS, 2002), que viam o museu como 'mausoléu', instituição que degradava a arte, instrumento de poder de alguns povos sobre outros. Na Década de 1960, uma nova onda de críticas provocou o aparecimento de formas de 'antimuseu' (BOLAÑOS, 2002). Porém, é na aproximação com a sociologia da cultura que estão as manifestações mais consolidadas da perspectiva crítica, com Bourdieu inspirando uma geração de pesquisadores para ver como diferentes grupos sociais têm relações distintas com a cultura (e inclusive com os museus). Outros estudos buscam correlacionar o papel que os museus tiveram (e ainda têm) na construção ideológica da ideia de nação, a partir do trabalho pioneiro de Anderson. Há ainda uma área recente, a 'Museologia Crítica', voltada para a crítica das estratégias museológicas intervenientes nos patrimônios naturais e humanos (SANTACANA MESTRE; HERNÁNDEZ CARDONA, 2006).

2.1.3 Os estudos sobre o sujeito

Logo nos primeiros anos do Século XX, os estudos dentro da Abordagem Funcionalista perceberam a importância de se obter dados de satisfação junto aos usuários de bibliotecas, arquivos e museus. Nascidos como uma extensão desta corrente, os estudos de usuários de bibliotecas ou de visitantes de museus (aos quais se somariam depois os estudos de usuários de arquivos) nasceram como ferramenta de diagnóstico para o

planejamento e a otimização dos serviços. Aos poucos, foram se convertendo em subáreas com relativa autonomia. Neste processo, se afirmaram a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos, das bibliotecas e dos museus sobre os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate ao papel de sujeitos ativos e no estudo de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos que se construiu toda uma tradição de estudos.

Na Arquivologia, o tema da relação entre os usuários e os arquivos começou a ser discutido na Década de 1960 (SILVA *et al.*, 1998), dentro das reflexões sobre o acesso aos arquivos nas reuniões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Contudo, a temática sempre foi muito pouco expressiva no campo. Conforme Jardim e Fonseca (2004), estudos pioneiros são os de Taylor, Dowle, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson, voltados para o entendimento das necessidades informacionais de diferentes tipos de usuários. Há também estudos de usuários no campo dos trabalhos de dinamização cultural, e, mais recentemente, sobre cidadãos e seus interesses em história familiar e em atividades de ensino (COEURÉ; DUCLERT, 2001).

Na Biblioteconomia, as primeiras manifestações foram os 'estudos de comunidade' realizados por pesquisadores da Universidade de Chicago, que tinham como foco os hábitos de leitura dos grupos sociais. Aos poucos, o interesse foi se deslocando para a avaliação dos serviços bibliotecários. Situando-se na temática de Avaliação de Coleções, tais estudos impulsionaram várias inovações técnicas, tais como a disseminação seletiva de informações. Na Década de 1970, pesquisadores como Line, Paisley, Brittain e Totterdall deslocaram o foco de interesse para as necessidades de informação (FIGUEIREDO, 1994). Recentemente, destacam-se as pesquisas de autores como Kuhlthau e Todd no ambiente da biblioteca escolar, numa perspectiva cognitivista, identificando o uso da informação nas diferentes fases do processo de pesquisa escolar.

Na Museologia, os primeiros estudos empíricos de visitantes foram realizados no começo do Século XX por Galton, que seguia os visitantes pelos corredores dos museus, e por Gilman, que estudou a fadiga e os problemas de ordem física na concepção de exposições (HOOPER-GREENHILL, 1998). Na Década de 1940, proliferaram estudos sobre os

impactos nas exposições junto aos visitantes, realizados por autores como Cummings, Derryberry e Melton. Outros estudos, conduzidos por autores como Rea e Powell na mesma época, tiveram como objetivo traçar perfis sócio-demográficos dos visitantes e mapear seus hábitos culturais (PÉREZ SANTOS, 2000). Na Década de 1960, Shettel e Screven inauguraram uma nova perspectiva com as medidas de aprendizagem. Nas décadas seguintes, desenvolveram-se abordagens de base cognitivista (Eason, Friedman, Borun) e de natureza construtivista – como o modelo tridimensional de Loomis, a teoria dos filtros de McManus, o modelo sociocognitivo de Uzzell, a abordagem comunicacional de Hooper-Greenhill e o modelo contextual de Falk e Dierking.

2.1.4 As teorias da representação

Desde sua origem como instituições modernas, os arquivos, bibliotecas e museus viram-se às voltas com tarefas relacionadas à representação de seus acervos. Inventariar, repertoriar, catalogar, classificar, nomear, descrever, indexar, organizar, tratar são alguns dos termos que desde então vêm sendo utilizados para tratar de um campo de intervenções práticas que, tomados a um nível tecnicista, chegaram a se constituir como parte essencial ou nuclear das nascentes áreas do conhecimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, chegando mesmo a servir de instrumento para legitimar sua separação. Mas diversas teorias desenvolvidas durante o Século XX buscaram não apenas aumentar a eficácia técnica dos procedimentos de representação, mas, também, questioná-las e problematizá-las, à luz de contribuições tão distintas quanto a Lógica, a Filosofia, as ciências da linguagem, as Artes, a Antropologia. Numa perspectiva distinta das outras correntes teóricas, voltou seu foco para as questões envolvidas com os processos de representação no interior dos arquivos, bibliotecas e museus.

A temática relativa a princípios de organização e descrição de documentos arquivísticos ganhou, a partir de 1898 (com a publicação do manual dos holandeses Muller, Feith e Fruin), um estatuto diferente, propriamente reflexivo, que tomou maior fôlego décadas depois, com os manuais de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961. Nas Décadas de

1970 autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu. No final desta década, autores como Dollar e Lytle inseriram a questão dos registros eletrônicos e a recuperação da informação (SILVA *et al.*, 1998). Os aspectos relacionados com preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti e Lodolini, que buscaram confirmar o valor do princípio de proveniência e o respeito aos fundos como critério fundamental da Arquivologia.

As questões relacionadas com a descrição e a organização estão na origem mesma da fundação da Biblioteconomia como campo autônomo de conhecimento. A Catalogação, relacionada com a descrição dos aspectos formais dos documentos, teve suas primeiras regras e princípios formulados ainda no Século XIX. A partir da Década de 1960, padrões internacionais de descrição bibliográfica foram formulados e envolveram diversos grupos de estudo. Também nesta época surgiram os primeiros modelos de descrição pensando-se na leitura por computador, gerando padrões que, anos depois, conformariam o campo conhecido como Metadados. Paralelamente, a área de Classificação teve início com a criação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica geral e enumerativo, como os de Dewey, Otlet, Bliss e Brown. Na primeira metade do Século XX, os trabalhos de Ranganathan sobre classificação facetada revolucionaram o campo, propondo formas flexíveis e não hierarquizadas de classificação. Suas teorias tiveram grande impacto na ação do *Classification Research Group*, fundado em Londres em 1948, que congregou pesquisadores como Foskett e Vickery, empenhados na construção de sistemas facetados para domínios específicos de conhecimento e problematização dos princípios de classificação (SOUZA, 2007).

O espírito nacionalista e historiográfico dos primeiros museus modernos foi decisivo para a configuração de critérios de ordenamento, descrição, classificação e exposição dos acervos (MENDES, 2009). A subárea de Documentação Museológica surgiu no início do Século XX, a partir do trabalho de autores como Wittlin, Taylor e Schnapper (MARÍN TORRES, 2002). Nas Décadas de 1920 e 1930 houve grandes debates sobre os critérios de classificação adotados nos museus, mas a temática

só se converteu em campo de investigação décadas depois. Entre as várias abordagens desenvolvidas, encontram-se aquelas que buscaram problematizar aspectos classificatórios dos museus, como a questão da representação dos gêneros, dos diferentes povos do mundo, das diferentes culturas humanas, numa linha marcada pelos *cultural studies* (PEARCE, 1994). Os aspectos envolvidos no trabalho de ordenamento também foram estudados por Bennett numa perspectiva foucaultiana.

2.2 Abordagens contemporâneas

Os avanços mais recentes nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia têm buscado agregar as contribuições das várias teorias e práticas desenvolvidas nas últimas décadas. Novos tipos de instituições e mesmo serviços e ações executadas no âmbito extrainstitucional conferiram maior dinamismo aos campos, que passaram a se preocupar mais com os fluxos e a circulação de informação. Buscando superar os modelos voltados apenas para a ação das instituições junto ao público, ou apenas para os usos e apropriações que o público faz dos acervos destas instituições, surgiram também modelos voltados para a interação e a mediação, contemplando as ações reciprocamente referenciadas destes atores. Modelos sistêmicos também surgiram na tentativa de integrar ações, acervos ou serviços antes contemplados isoladamente. A própria ideia de acervo, ou coleção, foi problematizada, na esteira de questionamentos sobre o objeto da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Somado a tudo isso, desenvolveram-se as tecnologias digitais com um impacto muito mais profundo, reconfigurando tanto o fazer quanto a teorização destes três campos.

A Arquivologia viveu, na Década de 1970, uma ampliação de seus domínios (como os arquivos administrativos, os arquivos privados e de empresas) e o surgimento de campos novos (os arquivos sonoros, visuais e o uso do microfilme), tendo tais avanços motivado a criação do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP), estruturado pelo CIA e pela UNESCO. No começo da Década de 1980 surgiu, no Canadá, a Arquivística Integrada, com autores como Ducharme, Couture e Rousseau buscando uma síntese dos *records management* e da *archives*

administration, a partir de uma visão global dos arquivos, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina. Pouco depois, surgiu a expressão 'pós-custodial' para designar uma nova fase da Arquivologia (COOK, 1997). Outras temáticas contemporâneas são as que relacionam os arquivos com as atividades de registro da história oral, e o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008).

Dentro das abordagens contemporâneas em Biblioteconomia, destacam-se três grandes tendências. A primeira delas é a que se apresenta contemporaneamente sob a designação de 'Mediação', a partir da qual a biblioteca passa a ser considerada "[...] menos como 'coleção de livros e outros documentos, devidamente classificados e catalogados' do que como assembleia de usuários da informação" (FONSECA, 1992, p.60). Assim, a ideia de mediação sofreu uma mudança, enfatizando menos o caráter difusor (de transmissão de conhecimentos) e mais o caráter dialógico da biblioteca (ALMEIDA JR., 2009). A segunda vertente também pode ser entendida como parte dos estudos sobre mediação, embora tenha se desenvolvido de modo mais específico. Trata-se do campo desenvolvido a partir do conceito de *Information Literacy*, voltado para a identificação e a promoção de habilidades informacionais dos sujeitos, que não são mais entendidos apenas como usuários portadores de necessidades informacionais (CAMPELLO, 2003). Por fim, a terceira vertente é a dos estudos sobre as bibliotecas eletrônicas ou digitais, com todas as implicações em termos de acervos, serviços e dinâmicas relativas a essa nova condição (ROWLEY, 2002).

Na Museologia, merece destaque o desenvolvimento dos ecomuseus e da chamada Nova Museologia. Conforme Davis (1999), o conceito de 'ecomuseu' surgiu no começo do Século XX, sob o impacto das ideias ambientalistas, de conceitos relativos à ecologia e ecossistemas, com a criação dos 'museus ao ar livre'. Outro sentido para o termo foi dado, a partir das ideias de Rivière, Hugues de Varine e Bazin, pela Nova Museologia, que propôs repensar o significado da própria instituição museu. Nessa visão, os

museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Tal proposta foi apresentada pela primeira vez em 1972, numa Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo *International Council of Museums* (ICOM), sendo formalizada na Declaração de Quebec, em 1984. Do ponto de vista teórico, tal noção propõe que a Museologia passe a estudar a relação das pessoas com o patrimônio cultural e que o museu seja entendido como instrumento e agente de transformação social – o que significa ir além das suas funções tradicionais de identificação, conservação e educação, em direção à inserção da sua ação nos meios humano e físico, integrando as populações. Soma-se a isso a recente ênfase nos estudos sobre a musealização do patrimônio imaterial. Por fim, o fenômeno contemporâneo dos museus virtuais representa uma dimensão com variados desdobramentos práticos e teóricos, uma vez que a chegada da tecnologia digital à realidade dos museus acarreta a reformulação da própria concepção de museu (DELOCHE, 2002).

3 A evolução da ciência da informação

A Ciência da Informação constituiu-se a partir de contribuições tão distintas quanto fatos históricos, desenvolvimentos tecnológicos e reflexões teóricas. O primeiro marco daquilo que viria a ser a Ciência da Informação encontra-se na área da Documentação, criada por Otlet e La Fontaine no início do Século XX. Voltados inicialmente para a questão da Bibliografia, estes dois pesquisadores empreenderam uma série de esforços para garantir uma rede de atuação internacional em prol da inventariação de toda a produção intelectual humana. O objetivo deles não era acabar com os arquivos, as bibliotecas, os museus ou outras instituições de custódia de documentos e registros humanos mas, sim, criar um novo serviço, um serviço a mais, com atuação transversal a essas instituições, com o objetivo de, repertoriando as coleções e acervos delas, facilitar e potencializar o seu uso. É nesse sentido que as diversas ações por eles empreendidas representam um marco na passagem de um pensamento custodial para um pensamento pós-custodial: volta-se a preocupação não mais para a posse de determinados documentos, mas para sua identificação, sua descrição padronizada, e a divulgação da sua existência para todo o mundo. Em 1934, Otlet, preocupado com a sustentação teórica de sua proposta,

publicou o *Traité de Documentation*, no qual desenvolveu o conceito de 'documento', alargando o campo de intervenção para além dos livros e demais registros impressos.

O segundo marco da história da Ciência da Informação é o desenvolvimento da área de Recuperação da Informação. Sua origem remonta às Décadas de 1930 e 1940, quando começaram a ser utilizados os microfilmes como alternativa de guarda e disponibilização dos acervos documentais. Tal fato despertou alguns teóricos a refletir sobre a distinção entre os suportes físicos do conhecimento e seu conteúdo, na medida em que permitia a transposição do conteúdo para outros suportes. Tal percepção se aprofundou com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, tendo uma manifestação teórica no artigo *As we may think*, de Vannevar Bush, publicado em 1945.

O terceiro marco foi o início da atuação de alguns cientistas, entre os anos 1920 e 1940, primeiro na Inglaterra, depois nos Estados Unidos e na União Soviética, que passaram a se dedicar não mais aos assuntos específicos de suas ciências (a química, a física, entre outras), mas ao trabalho de coleta, seleção, produção de resumos e disseminação da produção científica para os demais cientistas de seus respectivos campos. Tais cientistas, com o passar dos anos, começaram a designar-se 'cientistas da informação' (FEATHER; STURGES, 2003) e iniciaram um movimento de agregação e institucionalização, primeiro na Inglaterra, com a realização da *Royal Society Scientific Information Conference*, em 1948, e a criação, em 1958, do *Institute of Information Scientist*. Pouco depois, na União Soviética, foi criado o Viniti, *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii*, vinculado à Academia de Ciências. E, a seguir, em 1958, ocorreu nos Estados Unidos a *International Conference on Scientific Information*. Embora ainda sem uma base teórica ou mesmo intenção de disciplinarização, tais ações marcam mais uma virada nas preocupações: da posse dos acervos para sua circulação, o seu fluxo - acentuando dessa forma a vertente pós-custodial iniciada com a Documentação.

O último ingrediente para a posterior construção de uma Ciência da Informação veio do livro 'Teoria Matemática da Comunicação', publicado em 1949 por Shannon e Weaver, dois engenheiros de telecomunicações diretamente envolvidos com os esforços de inteligência

de guerra na época da Guerra Fria. Essa teoria é normalmente conhecida como 'Teoria da Informação' e tal denominação não se deu sem motivos: trata-se da teoria que pela primeira vez enunciou um conceito científico de 'informação'. Os autores estão preocupados com a eficácia do processo de comunicação e, para tanto, elegem como conceito central de seu trabalho a noção de informação.

Shannon e Weaver (1975) apontaram que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas. O primeiro se refere aos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação. O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. O terceiro nível é o pragmático, se relaciona com a eficácia, se insere no escopo de uma ação humana. Assim, os autores identificaram os diversos níveis e complexidades envolvidos com os problemas relacionados à informação (ou à comunicação da informação). Contudo, produziram uma teoria voltada apenas para o primeiro nível. Ao fazer isso, eles tornaram possível a construção de um referencial teórico para os problemas relacionados com o transporte físico da informação. E é a partir dessa 'brecha', dessa proposição de uma forma 'científica' de estudo da informação, que se constrói o projeto de uma Ciência da Informação.

Ao 'limpar' o conceito de informação de suas dimensões de significação e de relação social, Shannon e Weaver descartaram a subjetividade como elemento componente da informação, tornando possível uma aproximação da informação enquanto um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos que com ela se relacionam e, portanto, passível de ser estudada 'cientificamente' e, sobretudo, quantitativamente. Os primeiros conceitos de Ciência da Informação, formulados nos Anos 1960, tratam todos de descrever essa ciência como aquela voltada para o estudo das 'propriedades objetivas' da informação, incluindo a definição publicada em 1968 por Borko, no artigo *Information Science: what is it?*, que se tornou 'clássica' na área.

Contudo, o que viria a ser a Ciência da Informação nos anos seguintes ultrapassou em muito o imaginado nos primeiros anos. Conforme González de Gómez (2000), nas décadas seguintes a área desenvolveu-se por meio de subáreas relacionadas a diversos 'programas de pesquisa': os

estudos dos fluxos da informação científica, a recuperação da informação, os estudos métricos da informação, os estudos de usuários, as políticas de informação, a gestão do conhecimento e as possibilidades trazidas com o hipertexto e a interconectividade digital. O objeto de estudo do campo ampliou-se para além dos registros físicos em sistemas de informação. Foram estudados, por exemplo, os 'colégios invisíveis' (processos de troca de informação em ambiente informal), o 'conhecimento tácito', as necessidades de informação e as competências informacionais dos sujeitos, entre outros. É possível dizer, assim, que a história da Ciência da Informação ao longo das décadas seguintes à sua estruturação foi o de, progressivamente, tentar incorporar à sua agenda de pesquisas as dimensões semântica e pragmática inicialmente 'expulsas' do campo com a adoção integral da Teoria Matemática para a definição do conceito de informação.

Tal percurso foi apresentado por Capurro (2003), em sua discussão sobre os três amplos modelos de estudo da informação que perpassaram as diversas teorias desenvolvidas. O primeiro deles é o modelo 'físico', com ênfase na dimensão material da informação e nas propriedades objetivas desta materialidade, passíveis de serem cientificamente determinadas, fundado a partir da contribuição da Teoria Matemática. O segundo modelo identificado por ele é o 'cognitivo', que começou a se desenvolver na Década de 1970. Informação passou a ser definida a partir de uma equação proposta por Brookes, sendo a medida da alteração do estado de conhecimento de um sujeito. Para se definir informação, nesse sentido, seria preciso se considerar o estado de conhecimento (o que se conhece, o que se sabe): a informação não é apenas a sua manifestação física, o registro material do conhecimento – é preciso ver, também, o que está na mente dos usuários. O terceiro modelo, chamado 'social', que estaria se formando desde o início da Década de 1990, é o que vê a informação como um fenômeno coletivamente construído. Tal modelo se constrói a partir da crítica ao modelo cognitivo, que via a informação como produto de um sujeito isolado (que não estaria inserido num contexto sócio histórico nem envolvido em relações interpessoais, ou pelo menos em nada seria afetado por elas na sua relação com a informação) e numênico (que apenas se relacionaria com o mundo de uma forma cognitiva, inserindo em sua mente definições conceituais sobre as coisas, como se a mente fosse um

grande 'quebra-cabeças' e cada informação obtida uma nova peça). Antes, o modelo de informação 'social' entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas.

Entre as perspectivas contemporâneas de estudo da Ciência da Informação que se inserem na lógica deste terceiro modelo estão as discussões que buscam estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas (CORNELIUS, 1996); que buscam entender a informação a partir do conceito de 'valor', entendendo o processo de conhecimento como exercício de imaginação (RENDÓN ROJAS, 2005); que incorporam no estudo da informação os contextos institucionais, condições materiais, sistemas regulatórios e posições ocupadas pelos diferentes sujeitos que se relacionam com e para além da informação, a partir do conceito de 'regime de informação' (FROHMANN, 2008; BRAMAN, 2004); que buscam identificar os diferentes entendimentos do que seja informação para grupos específicos de atores que se relacionam com a informação, resgatando a ideia de intersubjetividade, tal como proposto pela 'análise de domínio' (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995); que buscam compreender os sistemas de informação como operadores de construção da memória coletiva (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2008); que analisam de uma perspectiva crítica a evolução da ideia de 'informação' nas sociedades contemporâneas (DAY, 2001). Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se dão os fluxos informacionais e representam um ressurgimento, com grande ênfase, da dimensão pragmática descartada pela Teoria Matemática: a informação existe num contexto concreto, particular, específico, que precisa necessariamente ser contemplado nos estudos – na contramão da perspectiva original da CI que ansiava por leis e generalizações sobre o 'comportamento' da informação.

Na confluência das contribuições das teorias citadas acima, bem como de outras que não foram citadas neste texto, desenha-se uma perspectiva nova de estudos da informação, que a entende não mais como

coisa, mas como processo – algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, a disseminam e a utilizam. A informação deixa de ser apreendida como um objeto físico, com a mesma natureza de uma cadeira, uma pedra, um elemento químico, e passa a ser entendida como um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como a beleza, o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros.

O desenho das perspectivas contemporâneas em Ciência da Informação, bem como dos resultados e achados de pesquisa realizados sob a égide dos dois modelos anteriores, permite perceber um acúmulo de conhecimentos na área que tem feito avançar o conceito de informação principalmente em relação ao conceito de documento e à natureza custodial das instituições que lidam com ele. Dessa forma, é o próprio conceito de informação que, como argumenta Capurro (2009), remonta aos conceitos gregos de *eidos* (ideia) e *morphé* (forma), significando 'dar forma a algo', que permite a construção de um olhar que se inscreve no âmbito da ação humana sobre o mundo ('in-formar'), ação essa que apreende a realidade por meio do simbólico, nomeando e classificando os objetos conhecidos (objetos da natureza), criando objetos que são utilizados (instrumentos com as mais diversas finalidades), produzindo registros que constituem novos objetos (textos impressos, visuais, sonoros) e criando ainda registros destes registros (catálogos, índices, inventários, etc.).

Informação é, portanto, um conceito que perpassa todo esse processo. Tem origem na produção de registros materiais e se prolonga nas atividades humanas (arquivísticas, biblioteconômicas, museológicas) sobre esses registros. Mas é ainda mais ampla do que isso, é tudo aquilo que envolve essa ação humana a partir do primeiro registro, do primeiro ato de 'in-formar'. Parte da ação humana comum, cotidiana, de apreender o mundo e produzir registros materiais desse processo, chega às instituições e procedimentos técnicos criados especificamente para intervir junto a esses registros e os ultrapassa nos mais diversos usos, fluxos, apropriações, contextos. Dada sua amplitude, surge com grande potencial de tratar os variados processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos como sendo muito mais do que os procedimentos técnicos definidos pelo paradigma custodial/tecnicista.

4 Uma comparação entre os dois quadros de referência

Na primeira parte deste texto buscou-se demonstrar como parte considerável das reflexões científicas em Arquivologia, em Biblioteconomia e em Museologia desenvolvidas ao longo do Século XX se deram de maneira transversal, problematizando pontos e aspectos comuns, em vez de reforçar a construção de fronteiras e limites entre elas. Tal característica vem se acirrando no âmbito das perspectivas contemporâneas, que têm privilegiado os fluxos, as interações, o extrainstitucional e o imaterial. Enfim, poderia se dizer que elas têm enfatizado aquilo que existe na realidade como potencialmente arquivístico, biblioteconômico ou museológico, tendo, pois, como objeto, não mais as instituições, os objetos ou as técnicas de tratamento, mas a relação mesma do ser humano com a realidade mediada pelas atuações/intervenções produzidas (ou a serem produzidas) por essas áreas. Na segunda parte deste texto, argumentou-se sobre a trajetória da Ciência da Informação que, a partir das contribuições desenvolvidas no âmbito das diferentes subáreas, chegou a um conceito de informação que contempla suas dimensões física, cognitiva e intersubjetiva, problematizando as maneiras pelas quais algo se torna informação, isto é, é 'in-formado', no contexto da ação humana.

A própria evolução das três áreas tem demonstrado a insuficiência do paradigma custodial que está na origem mesma de sua formação disciplinar. Nesse sentido, a maneira como a chegada da Ciência da Informação aponta para uma dimensão pós-custodial apresenta-se como uma forma alternativa de produzir conhecimento científico em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. A partir do conceito de 'informação', poderia se potencializar reflexões que buscariam ir além do epifenômeno (os documentos, as materialidades custodiadas e processadas nas instituições) e produzir as compreensões no âmbito próprio das ações humanas (de produzir essas materialidades, selecioná-las entre outras, apropriar-se delas), o que nos reconduz para o estudo do universo da produção de sentidos e significados, os fluxos e movimentos dinâmicos, as interações e os contextos, as tensões entre o material e o imaterial. A novidade dessa proposta reside no fato de que, embora sejam os mesmos elementos a serem estudados (as instituições arquivo, biblioteca, museu, as técnicas de tratamento, os acervos e o contexto social mais amplo), eles são

analisados de uma maneira diferente, ressaltando sua interdependência, o caráter ao mesmo tempo fluido e dinâmico dos processos, sua inserção em situações e contextos específicos, o caráter ativo das intervenções dos sujeitos. É aí que se pode constituir a especificidade de um *olhar informacional* sobre os processos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos, um lugar específico a partir do qual os mesmos elementos e processos são construídos, como *objetos de conhecimento*, de uma maneira diferente. Essa constitui a mais interessante das possíveis propostas de promoção de diálogo das três áreas: manter a produção de conhecimentos específicos em cada uma destas áreas, mas possibilitar a criação de um lugar além, transversal, a partir de onde um novo olhar possa ser lançado sobre cada uma delas. Esse lugar seria um ponto de vista informacional, construído pelo conceito contemporâneo de informação tal como trabalhado pela Ciência da Informação.

A Ciência da Informação, como ciência nova, encontra-se em certa medida numa situação privilegiada: não sedimentada ainda, pouco rígida, e pode adaptar-se, com rapidez, a demandas e contextos novos. Ao mesmo tempo, tal movimento de aproximação sugere a superação de algumas antinomias que vêm ao longo das décadas marcando as áreas, tais como custodial/pós-custodial, memória/informação, técnica/ciência. Pensar no pós-custodial não significa negligenciar a importância de se constituírem coleções, acervos, fundos – o pós-custodial não é uma negação da custódia, é um prolongamento dela. Ao mesmo tempo, pensar em informação não significa descartar a função de memória promovida pelos arquivos, bibliotecas e museus – é pensar nela e inseri-la, como uma das funções em meio a outras, na dinâmica mais ampla representada pelo informacional; promover também a reflexão no nível propriamente científico não é romper com a dimensão técnica, profissional – até porque foi o campo das intervenções práticas que motivou, e justifica até hoje, a existência de um campo de reflexões científicas.

Enfim, propor o diálogo entre as áreas não implica a fusão delas no escopo da Ciência da Informação. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia não precisam ‘se tornar’ Ciência da Informação. Antes, a ideia de ‘informação’ pretende constituir um campo reflexivo novo, para além das especificidades profissionais (que devem ser mantidas), num

movimento que poderia fortalecer cada uma das áreas individualmente, a partir da colaboração mútua de reflexões e pesquisas – tal como já vem sendo indicado pelos avanços teóricos em cada uma delas. Tal proposta se alinha, inclusive, com as tendências contemporâneas de produção de conhecimento científico, que vêm propondo a interdisciplinaridade e a complexidade como categorias de avanço do conhecimento, em oposição à insistência de fazer da atividade científica um terreno de construção de fronteiras para a legitimação do status de determinados grupos de interesse que, ao propor uma cada vez mais crescente especialização, acabam por conduzir também a um maior isolamento das disciplinas científicas.

Referências

ALBERCH I FUGUERAS, R. *et al*. *Archivos y cultura*: manual de dinamización. Gijón: TREA, 2001.

ALMEIDA JR., O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

BOLAÑOS, M. *La memoria del mundo*: cien años de museología: 1900-2000. Gijón: TREA, 2002.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004. p.12-37

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. *Anais*... Leon: Universidad de Leon, 2008.

COEURÉ, S.; DUCLERT, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v.43, p.17-63, 1997.

CORNELIUS, I. *Meaning and method in information studies*. New Jersey: Ablex, 1996.

COX, R. *Personal archives and a new archival calling*: readings, reflections and ruminations. Duluth: Litwin, 2008.

DAVIS, P. *Ecomuseums*: a sense of place. London:Leicester University Press, 1999.

DAY, R. *The modern invention of information*: discourse, history and power. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2001.

DELOCHE, B. *El museo virtual*. Gijón: TREA, 2002.

DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

FEATHER, J.; STURGES, P. *International Encyclopedia of Information and Library Science*. Londres: Routledge, 2003.

FIGUEIREDO, N. *Estudos de uso e usuários da informação*. Brasília: IBICT, 1994.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, E. *Introdução à biblioteconomia*. São Paulo: Pioneira, 1992.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs). *A dimensão epistemológica da ciência da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE Editora, 2008. p.19-34

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Outra memória é possível*: estratégias descolonizadoras do arquivo mundial. Petrópolis: Vozes, 2008.

GÓMEZ MARTÍNEZ, J. *Dos museologías*: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos. Gijón: Trea, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.6, dez. 2000.

HOOPER-GREEENHILL, E. *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Trea, 1998.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: Domain analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

JARDIM, J. M., FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004.

JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUff, 1995.

LÓPEZ CÓZAR, E. *La investigación en biblioteconomía y documentación*. Gijón: Trea, 2002.

MARÍN TORRES, M. T. *Historia de la documentación museológica*: la gestión de la memoria artística. Gijón: TREA, 2002.

MENDES, J. *Estudos do patrimônio: museus e educação*. Coimbra: Univ. Coimbra, 2009.

MILANESI, L. A. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê, 2002.

MURISON, W. *The public library*: its origins, purpose and significance. Londres: C. Bingley, 1988.

PEARCE, S. (Ed.). *Museums and the appropriation of culture*. Londres: Athlone, 1994.

PÉREZ SANTOS, E. *Estudio de visitantes en museos*: metodología y aplicaciones. Gijón: Trea, 2000.

RENDÓN ROJAS, M. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, Brasília, v.34, n.2, p.52-61, maio/ago. 2005.

RENDÓN ROJAS, M. (Org.). *Bibliotecología, archivística y documentación*: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinariedad. México: UNAM, 2011.

ROWLEY, J. *A biblioteca eletrônica*. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

SANTACANA MESTRE, J.; HERNÁNDEZ CARDONA, F. *Museologia crítica*. Gijón: Trea, 2006.

SHANNON, C.; WEAVER, W. *Teoria matemática da comunicação*. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, A. M. *et al*. *Arquivística*: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, A. M. *A informação*: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SOUZA, R. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, Lídia (Org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: EdUFBA, 2007. p.103-123

ZELLER, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in América. In: BERRY, N.; MAYER, S. (Orgs.). *Museum education*: history, theory and practice. Reston: National Art Education Association, 1989. p.10-89

Capítulo 12

A Tipologia Documental como Instrumento para a Seriação de Documentos

Sonia Maria Troitiño-Rodriguez

1 Introdução

Na atualidade, os estudos de tipologia documental são de grande importância para a Arquivologia por serem reconhecidamente capazes de vincular a existência material do registro aos processos motivadores de sua produção e a configuração externa e interna do documento.

Os documentos de arquivo, quando custodiados por instituições arquivísticas, tradicionalmente recebiam tratamento técnico de organização a partir de critérios migrados da Diplomática. Diante do surgimento de um novo campo de estudo denominado Tipologia Documental, o documento de arquivo agora posto em contexto, passa a ser tratado como documento arquivístico, ou seja, em relação direta com seus pares em um quadro classificatório estabelecido.

Devido à sua origem, alguns estudiosos têm chamado a Tipologia Documental de Diplomática Contemporânea. Posição, em larga medida, influenciada pelos trabalhos de Luciana Duranti (1994; 1996), que inova ao entender que o objeto da diplomática não é qualquer documento escrito que se estude, mas apenas o documento arquivístico, ou seja, o documento produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica no exercício de uma atividade, em estreita conexão com o contexto legal-administrativo de sua criação.

Bellotto (2002, p.27) defende que o objeto da diplomática é a espécie documental, por considerá-la como "[...] aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo direito administrativo ou notarial". Desse modo, mesmo que a diplomática se volte para o estudo da unidade documental, a introdução da tipologia documental no campo da arquivística possibilita um reexame do objeto de análise: o documento de arquivo. Conforme Bellotto (2004, p.123), "[...] as séries documentais que refletem operações, atividades, funções e competências definem-se por sua tipologia, e esta denota a identidade de cada um de seus documentos componentes". Assumindo o tipo documental, quando entendido como a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, decorrente de uma função específica dentro de uma entidade, o papel de objeto da tipologia documental.

Consequentemente, ao deslocar do foco de análise da unidade documental para a série arquivística, ou seja, para o conjunto de documentos de características semelhantes de produção, tramitação e registro, a metodologia empregada para tal análise também deve ser distinta.

Mantendo uma estreita relação com a diplomática, a tipologia documental surge como uma expansão desta última em busca da origem do documento (BELLOTTO, 2002). No emprego da técnica de análise tipológica, características internas e externas da composição do documento fundem-se a elementos contextuais de produção, tramitação e uso dos registros, fortemente condicionada por uma perspectiva orgânica. Esta abordagem analítica marca de forma contundente os estudos do campo da Arquivologia, redirecionando para uma nova perspectiva o documento de arquivo e integrando-o a cadeia de ações motivadoras do registro.

Assim, evidencia-se o tipo documental como a expressão das diferentes atuações da Administração refletidas em um determinado suporte e com caracteres internos específicos, que determinam seu conteúdo (GRUPO DE TRABAJO, 1988, p.12). Nesse sentido, forma, formato e tradição documental aliados a informações sobre *actio* (ação/ato) e *conscriptio* (registro), todos elementos importados da crítica diplomática, ganham destaque na análise tipologia por serem facilitadores da identificação de características essenciais que conformam o documento.

Heredia Herrera (1991) defende que para a arquivística a tipologia documental é a junção da tipologia diplomática com a tipologia jurídico-administrativa. Partindo disso, argumenta que para o arquivista o tipo documental é a somatória do formulário, dos caracteres externos e da informação.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bellotto (2002, p.13) afirma que "[...] não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação"; em outras palavras, a configuração assumida pelo registro produz uma fórmula específica, representada por forma, formato, gênero, suporte e sinais de validação, todos elementos extrínsecos ao documento que, aliados aos intrínsecos – autor, datação, origem, tradição – expressam o tipo diplomático.

2 Algumas definições

Na busca da compreensão do emprego terminológico das expressões tipologia documental e tipo documental, fazemos aqui um pequeno apanhado de algumas definições encontradas nas principais obras de referência utilizados no Brasil.

O *Glossary of Archival and Records Terminology,* da *Society of American Archivists* (PEARCE-MOSES, 2005), apresenta duas definições para o termo *record type*: a primeira como as diferentes classes de documentos definidos pelas suas funções ou uso, ligada à ideia de série. Como exemplo cita registros batismais e livros de contabilidade; a segunda como a classe de documentos definidos pelo seu estilo, matéria, características físicas ou formulário ('*form*', aqui equivalendo ao sentido contemplado pela espécie

documental, e não relacionado com o estágio de transmissão documental, como o evocado pela diplomática), ideia esta que se vincula a de unidade documental. Como exemplo, cita filmes, fotografias, etc.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, não contempla o termo tipologia documental, mas define tipo documental como a

> [...] divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro, tais como cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Enquanto que o e-ARQ Brasil (2011) utiliza-se de igual definição para enunciar tipologia documental, ao invés de tipo documental, colocando-os como sinônimos:

> [...] tipologia documental: divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro. São exemplos de tipos documentais: atestado de freqüência de pessoal, atestado de saúde ocupacional, alvará de licença para construção, alvará de habite-se (CONARQ, 2011).

Schellenberg (2004), em seu clássico *Arquivos Modernos,* apresenta uma divisão de documentos em *textuais, audiovisuais e cartográficos*, afirmando que destas grandes categorias derivariam vários tipos. Segundo o autor, a grande categoria *audiovisual* pode ser dividida em filmes, fotografias e discos; ao passo que a categoria *cartográfica*, pode ser subdividida em mapas e documentos correlatos. Em relação a documentos textuais, Schellenberg aventa a possibilidade de subdividi-los em inúmeros tipos, afirmando que

> [...] cada tipo é em geral criado para facilitar um gênero comum de ação, como por exemplo, requerer algo, firmar um contrato ou requisitar material. Daí surgirem as espécies requerimentos, contratos e requisições [...] os tipos podem, entretanto ser ainda mais especificados [...] os relatórios podem ser identificados pela sua natureza (estatístico ou narrativos) ou pela sua freqüência (diário, mensal ou anual) (SCHELLENBERG, 2004).

Em contrapartida, no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (CAMARGO; BELLOTTO, 1996), as definições de espécie e tipo documental, se complementam em um jogo de remissão mútua, no qual o tipo documental é definido como "[...] configuração que assume uma espécie de acordo com a atividade que a gerou" e espécie como a "[...] configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas", por outro lado, gênero nesse dicionário é entendido como a linguagem utilizada no registro da informação (audiovisual, sonoro, iconográfico e textual).

Uma vez mais, evidencia-se a dissonância em relação a aspectos conceituais, essa falta de consenso que naturalmente aparece refletida no emprego de critérios a serem adotados na prática arquivística.

3 Considerações sobre tipologia e tipo documental

Frequentemente, o termo *tipologia documental* é confundido com *tipo documental*, gerando imprecisões. Contudo, como a própria etimologia da palavra sugere, a tipologia documental se configura como um campo de estudo específico destinado à análise, estabelecimento e reconhecimento de elementos e padrões constituintes do tipo documental.

Se o tipo documental pode ser considerado como a configuração assumida pela espécie de acordo com a ação da qual se origina – entendendo espécie documental como o formulário adequado e padronizado a ser adotado no registro da atividade a qual corresponde (CAMARGO; BELLOTTO, 1996) –, a identificação tipológica, ou seja, o estudo do tipo documental a partir de critérios e metodologias adotados por uma determinada área do conhecimento denominada tipologia documental, no campo da arquivística, deve partir obrigatoriamente do princípio da proveniência. Desse modo, a tipologia documental busca verificar se o conjunto homogêneo de atos equivale ao conjunto homogêneo de documentos dele decorrentes e que devem ser expressos pela série, como partes constituintes do fundo e de suas subdivisões (BELLOTTO, 2004, p.62-63).

O tipo documental pode ser entendido como a expressão de um modelo, servindo de parâmetro para o reconhecimento de unidades documentais semelhantes, derivadas da mesma atividade e de igual espécie.

Posto isto, se colocam as questões: Até que ponto duas instituições diferentes pode apresentar tipos documentais com características equivalentes? Se as séries documentais partem da reunião de documentos tipologicamente idênticos, ou seja, provenientes de funções e atividades especificas, é possível que organizações distintas produzam tipos documentais similares?

Sem dúvida, um tema que nos parece de fundamental importância diante destas indagações é a recuperação da história institucional, por acreditar ser ela reveladora de praxes e transformações burocrático-administrativas sofridas pelas entidades ao longo de sua existência. Conhecer o sistema organizacional da entidade, identificando funções, atividades e procedimentos, leva a compreensão do mecanismo de registro da informação e, consequentemente, à contextualização da produção documental.

Partindo de um ponto de vista similar, Souza (2009) afirma que a pesquisa histórica auxilia na fundamentação dos trabalhos de classificação, descrição e avaliação de documentos arquivísticos. Nesse mesmo sentido, Velloso (2010) defende que o papel de pesquisador deve ser inerente ao trabalho do arquivista.

Nos últimos anos, tenho me dedicando ao estudo de documentos oriundos de diversas instâncias do judiciário. Procurando estabelecer comparativos entre praxes jurídicas e procedimentos administrativos, ações traduzidas em registros decorrentes das atividades fins desses órgãos.

Uma das questões na qual particularmente venho desenvolvendo pesquisa recai sobre a estabilidade das fórmulas e tipos documentais durante extensos períodos temporais. No âmbito da Justiça, algumas instituições se fazem seculares gerando, como nos casos específicos dos Juízos de Órfãos (séc. XVI-XX) e Juízo Ordinário (séc. XVI-XIX), fundos com datas-limites muito extensas, nos quais a produção de determinados tipos documentais pode perpassar vários séculos. Com este intuito, nos parece revelador cotejar a produção documental das entidades produtoras com as mudanças e readequações administrativas por elas sofridas ao longo de sua história.

Diante da premissa de que todo documento arquivístico é necessariamente o assentamento de uma atividade dentro da função específica que propulsionou sua criação, o traçar da evolução de determinados tipos documentais, por meio da comparação de sua fórmula

em diferentes períodos ao longo dos séculos, pode contribuir para evidenciar certas rupturas e permanências das práticas administrativas e sociais, ainda mais quando a documentação em questão se refere a ações tão próximas do cotidiano da população como as produzidas pelos aparelhos de justiça.

Na busca por conferir em que medida documentos de um mesmo tipo documental, produzidos em momentos históricos distintos, mantém o padrão documental sobre o qual se apoiam o uso de técnicas de análise tipológica para o estudo das séries documentais revela-se eficaz – da mesma forma que a incorporação de conceitos e métodos da crítica diplomática são extremamente úteis quando a análise recaí sobre a espécie documental. O emprego de método comparativo entre distintas unidades documentais de uma mesma série, produzidas com cem, duzentos ou trezentos anos de diferença, de acordo com caso, combinado com a análise tipológica e diplomática, também proporciona uma conjunção metodológica interessante, do ponto de vista investigativo. O resultado dessa análise, evidentemente, é revelador do modo como a informação é registrada, de acordo com as funções e atividades, pelas estruturas organizacionais responsáveis pela produção documental.

No entanto, o estudo tipológico, assim como o reconhecimento do formulário e da estrutura do tipo documental, não se limita apenas a documentos do passado, a massa documental acumulada e aos trabalhos de organização e disponibilização de acervos. Serve também aos estudos da produção documental nos dias de hoje, ao identificar os tipos documentais recorrentemente produzidos e suas variações formulares, contribuindo para a racionalização da máquina administrativa.

Na administração pública, assim como na privada, a falta de critérios bem estabelecidos para a criação de documentos, gera morosidade e ônus ao desenvolvimento das atividades institucionais. A identificação dessa diversidade é o primeiro passo para a regularização e controle da futura produção documental, na medida em que pode contribuir para o estabelecimento de padrões documentais a serem adotados, colaborando em muito para a gestão arquivística.

Levando em consideração esses fatores é possível pensar sobre um novo entendimento sobre a própria produção documental. Se documentos

são registros de ações, qualquer modificação na maneira em se registrar e guardar esses documentos é sintomática. Posto isso, evidencia-se a importância da compreensão da tipologia documental como instrumento interpretativo dentro da metodologia empregada na análise arquivística.

Dessa maneira, a análise crítica do tipo documental, aliada a compreensão do contexto de produção dos documentos, assim como a identificação de alterações nos procedimentos legais e práticas de registro, levando em consideração suas atribuições, competência e estrutura institucional, contribui decisivamente para o processo de classificação arquivística.

4 Tipologia X tipo documental

Na Década de 1980, o *Grupo de Trabajo de los Archiveros Municipales* de Madrid, dedicado ao estudo da documentação contemporânea produzida pelo poder público municipal espanhol, publica o seu *Manual de Tipología Documental de los Municípios* (1988), que viria a se tornar referência aos estudos de documentos de arquivo na área. Esse manual tratava de fixar bem os tipos documentais mais recorrentemente produzida e solicitada pela administração pública municipal, objetivando a formação de séries documentais nos arquivos de sua responsabilidade. Até então, pouquíssimos trabalhos haviam se dedicado à análise tipológica da documentação, sendo normalmente aplicada a diplomática para a crítica dos documentos (CORTES, 2005).

O projeto tinha por finalidade reconhecer sinais identitários dos documentos, assim como seu conteúdo informacional, através do aprofundamento de conhecimentos das séries documentais, com base na tipologia documental dos municípios. O conhecimento do processo de formação da documentação facilita seu tratamento adequado, questão primordial não somente nas ultimas fase do arquivo, mas também no arquivo corrente (GRUPO DE TRABAJO, 1988, p.11-12).

Assim como os arquivistas de Madrid, no Brasil nos deparamos no cotidiano com o inconveniente da falta de racionalização e normalização dos documentos. Ainda que em essência, a tramitação de uma determinada matéria na máquina administrativa seja igual, na prática costumeiramente existem diferentes possibilidades para a sua concretização e, sobretudo,

múltiplas variantes em relação à configuração e formato do tipo documental, com grande diversidade de itens documentais que o integram, quando unidades documentais compostas (GRUPO DE TRABAJO, 1988, p.12).

Contudo, como a própria tipologia documental indica, a busca pelo estabelecimento do tipo documental fundamenta-se no padrão e nunca na exceção. Logo, é o reconhecimento das características comuns – fórmula jurídica, função e atividade geradora – entre as diferentes unidades documentais que possibilita a identificação dos vários tipos documentais.

Paralelamente a confusão terminológica entre tipologia e tipo documental, encontra-se igualmente a misturado os conceitos de tipo e unidade documental. Partindo do entendimento que o documento de arquivo, por sua própria natureza, é um documento único de valor probatório, ratificando o principio da unicidade documental dentro da Arquivologia, entender o tipo documental como sinônimo de unidade documental consistiria em descender a um nível de particularização equivalente ao próprio documento, comprometendo possíveis agrupamentos realizados a partir de características comuns entre as distintas unidades documentais.

O tipo documental, peça chave da abordagem tipológica analítica, não deve ser confundido com a própria unidade documental. De acordo com Heredia Herrera (2007), o tipo deve refletir um 'modelo ideal', pautado no elo existente entre a espécie e a função geradora do documento, consequência natural do registro de uma atividade, estabelecendo um padrão a ser empregado, portanto esvaziado de informações particulares, cujas disposições externas e internas assemelham-se entre si, sem deixar de manter as diferenças.

Por consequência, o tipo documental pode ser adotado como parâmetro para o reconhecimento de outros documentos com características semelhantes de produção e tramitação, tornando-se um importante referencial, capaz de promover por meio de sua adoção no processo classificatório a reunião de unidades documentais. Nesse sentido, entende-se o tipo documental como uma estrutura básica a ser utilizada no registro de uma atividade específica. Ao contrário da unidade documental, o tipo documental é desprovido de data cronológica por ser representativo da atividade e não do fato em si.

Tendo em conta esses aspectos, é importante notar que o tipo documental se configurar como forma pré-definida, possuindo estrutura documental exata e regularizara. Sendo assim, não é gratuita a existência de manuais de documentação especificamente criados com o intuito de regulamentar e padronizar o registro das atividades institucionais, como os existentes utilizados para os registros notariais e de processos judiciais, os quais apresentam fórmulas pré-estabelecidas para a construção de documentos. A utilização desses manuais tem simultaneamente um sentido prático e formativo, pois funcionam como normatizadores das atividades e regram a produção documental, servindo ao controle dos atos administrativos.

Faz-se necessária a compreensão da diferença existente entre os diversos tipos documentais, pois sua utilização não é aleatória; É antes a tradução de uma determinada ação com a finalidade de transmitir uma mensagem específica e direcionada. Desse modo, o emprego do tipo documental, além de estar ligado à questão da autenticidade, está também intimamente ligado a questão do valor probatório do documento.

4.1 Adoção do critério tipológico para o estabelecimento das séries

O já mencionado *Manual de Tipología Documental de los Municípios* (GRUPO DE TRABAJO, 1988) chama a atenção para o fato de ser de fundamental importância que o conhecimento das séries documentais seja baseado na tipologia documental, por esta possibilitar a recuperação de senhas de identidade dos documentos, assim como a informação registrada, vislumbrando o futuro acesso. O estudo destaca que o conhecimento do processo de formação da documentação facilita seu tratamento adequado, questão essencial em todas as fases do ciclo vital.

Além da falta de harmonia no emprego das expressões tipologia documental, tipo documental e unidade documental, outro termo que causa imbricamento terminológico é *série documental*. Garcia Ruipérez (2007) evidência em seu trabalho a confusão terminológica na arquivística espanhola envolvendo os conceitos de tipologia documental e série documental. Alerta que apesar da concordância sobre a importância desses termos ser uma realidade, tal consenso não se estende para o marco teórico conceitual que os fundamenta, gerando assim confusões epistemológicas

na área. De igual modo, não raramente no Brasil, o conceito de tipo documental confunde-se com o de série documental, ocasionando imprecisões conceituais.

Heredia Herrera (2007), apesar de algumas tendências na literatura arquivística internacional, reforça a posição de que a unidade documental nunca deve ser confundida com o tipo documental. Justamente por essa razão, não obrigatoriamente o nome do tipo do documento deva ser coincidente ao título atribuído pelo autor do documento, quando este está explicitado no documento. Podemos mencionar como exemplo concreto um dos tipos documentais encontrados no Juízo de Órfãos de São Paulo, fundo custodiado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, identificado como *autos cíveis de arrematação de serviço,* cujo título escrito no original o designava como '*autos cíveis de arrematação de serviço de uma africana de nome Maria*' – título específico demais e apenas relativo àquele documento em particular.

Outro exemplo mais sintomático, extraído do mesmo fundo, diz respeito à falta de normalização na titulação dos '*autos cíveis de ação de liberdade*'. Originalmente, esses processos podem ser encontrados com as seguintes denominações: "[...] autos cíveis de classificação para alforria pela 4ª quota do fundo de emancipação distribuído ao município da Capital", 'libertação de escravos pelo fundo de emancipação' ou simplesmente '*ação de liberdade*'; Todos títulos escritos no documento pelo seu autor. No que concerne à composição documental e tramitação do processo, podemos afirmar que eles são essencialmente idênticos, apresentando apenas pequenas variações internas derivadas de processos incidentais, como o são os que solicitavam a inclusão de escravos a serem libertados.

Considerando que o tipo documental não deve ser entendido como sinônimo de série, mas sim como um dos componentes necessários para o reconhecimento de documentos que integram a série. Ainda, segundo Heredia Herrera, o nome do tipo documental deve batizar parcialmente o nome da série:

> [...] nesse sentido tipo documental não é o título/nome de uma unidade documental, mas sim parte indispensável do dito título/nome (HEREDIA HERRERA, 2007, p.45).

Para melhor elucidar essa questão, aqui a exemplificamos através do caso da série "[...] relação de freqüência de funcionários temporários", na qual 'relação de frequência' corresponde ao tipo documental e a expressão '*de funcionários temporários*' faz referência ao conteúdo informacional registrado no documento. A articulação entre essas duas informações nomeia o agrupamento classificatório correspondente a unidades documentais derivadas de uma mesma atividade e de características semelhantes, permitindo, por sua vez, seriação.

Sousa (2009) acredita que para compreender o sentido da existência dos documentos é necessário integrá-los às cadeias de relações estabelecidas ao longo da produção, tramitação e uso de suas informações. De acordo com Sousa, o documento arquivístico carrega em si a função, a atividade e a tarefa que o gerou, informações que necessariamente devem se analisadas durante o processo da análise tipológica documental:

> Propomos que a identificação das tipologias faça parte do trabalho de conhecimento das funções, atividades e tarefas da organização. Vinculando a partir das tarefas, a tipologia documental à estrutura organizacional, atribuições, funções e atividades (SOUSA, 2009, p.153).

No esforço para o desenvolvimento de uma metodologia destinada à classificação de documentos arquivísticos que envolva, simultaneamente, as dimensões históricas e individuais do criador do arquivo, o estudo de Sousa (2009) revela-se particularmente útil ao apresentar uma proposta para a normalização do nome do tipo documental, através do estabelecimento de uma fórmula a ser aplicada para a identificação tipológica, voltada a para a normalização do nome do tipo documental.

A proposta, baseando-se em larga medida no preceito estabelecido por Bellotto (2002), o qual define o tipo documental como a junção da espécie documental com a função correspondente à atividade geradora do documento, recomenda que para a regularização do nome do tipo se aplique a seguinte construção: *substantivo + locução adjetiva* (*preposição + substantivo*); correspondendo o '*substantivo*' à espécie e a '*locução adjetiva*' composta pela proposição '*de*' acrescida de um substantivo representativo da função do documento (SOUSA, 2008; 2009).

Retomemos nosso exemplo anterior, no qual definimos a série "[...] relação de freqüência de funcionários temporários". Como exposto, a expressão 'relação de frequência', corresponde ao tipo documental, enquanto a expressão 'de funcionários temporários' diz respeito ao teor informacional registrado no documento. Na composição gramatical substantivo + locução adjetiva, a palavra relação diz respeito ao substantivo e de frequência a locução adjetiva: a união destes dois elementos propicia a padronização do nome do tipo documental a ser incorporado no nome da série documental.

A possibilidade das inúmeras combinações entre as espécies e funções se torna facilitador da identificação do tipo documental. Assim, a espécie *relação* pode se utilizada como fórmula documental para expressar diferentes funções: *relação de frequência, relação de bens, relação de remessa;* as quais aliadas à atividade e a tarefa registrada no documento, conformam a série arquivística: *relação de frequência de funcionários temporários, relação de bens inventariados, relação de remessa de documentos*.

Dessa forma, a proposta de normalização da construção dos nomes do tipo documental, mostra-se bastante útil em presença da diversidade de nomes para o estabelecimento da série. Tal metodologia pode ser aplicada tanto para a identificação de grandes massas documentais acumuladas, quanto para pautar a regularização da produção documental nos dias de hoje.

5 Considerações

A caracterização de tipos documentais, através do estudo das diferentes partes que conformam a unidade documental, sua tramitação, relação entre produtor e acumulador, legislação a qual se subordina vigência administrativa, conteúdo, avaliação, prazos de guarda e possíveis mutações do tipo ao longo de extensos períodos históricos, traz a tona informações vitais para o processo de organização arquivística. Todas essas informações traduzidas na composição do documento fazem parte da análise tipológica e corroboram para a gestão documental por regrar a produção documental, assim como para pautar o processo classificatório e o controle das distintas fases do ciclo vital, visando a avaliação e destinação de documentos.

O estudo da compatibilidade entre estruturas de composição documental entre diferentes unidades documentais possibilita o seu agrupamento por semelhanças e, consequentemente, a seriação. Nesse sentido, a caracterização tipológica da documentação inquestionavelmente auxilia o estabelecimento de modelos a serem adotados para o reconhecimento de unidades documentais com semelhante origem, uso e tramitação.

Em *Tempo e Circunstância*, Camargo e Goulart, elucidam que

> Em busca da lógica orgânica dos conjuntos documental, não há como escapar do esforço da tipificação que procura amalgamar o conhecimento da estrutura formal dos atos escritos, obedientes a modelos e legitimados do ponto de vista administrativo e jurídico, ao conhecimento das atividades que lhe deram origem e que justificam sua funcionalidade básica: dispor, obrigar, conceder direitos, comunicar, provar, informar e testemunhar (CAMARGO; GOULART, 2007, p.66).

Nota-se que, independentemente do período temporal em que foram produzidos, em geral documentos de um mesmo tipo preservam igual estrutura interna de composição documental – até porque, mudanças de impacto na estrutura do documento, acabariam por gerar novos tipos documentais.

Essa questão ganha força quando pensamos, dentro da arquivística, na eleição do método de classificação funcional como um sistema organizacional capaz de proporcionar contextualização aos documentos, independentemente de balizas temporais impostas.

> O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias (CAMARGO; GOULART, 2007, p.23-24).

A identificação do contexto funcional da produção do documento possibilita vincular a existência material do registro à cadeia de ações que motivaram tal ato, assim como estabelecer a inter-relação deste com as estruturas organizacionais que lhe respaldam. Perante isso, destaca-se a importância da compreensão da tipologia documental como instrumento interpretativo dentro da metodologia empregada para a análise documental.

Estabelecer critérios de análise que levem em conta a origem dos documentos faz-se imprescindível para a contextualização funcional da produção documental. O trabalho de organização de fundos arquivísticos deve necessariamente passar pelo entendimento das causas que motivaram a criação dos documentos, razão de sua própria existência, possibilitando assim a identificação de referenciais a serem utilizados para o agrupamento de informações e documentos nos distintos níveis hierárquicos em que se encontram, dentro de um plano de classificação arquivística capaz de evidenciar a organicidade inerente ao arquivo.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. *Arquivo permanente*: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: APESP/Imprensa Oficial, 2002.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRONICOS/CONARQ. *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos*: e-ARQ Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTO, H. L. (Coords.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: IFHC, 2007.

CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. *E-ARQ Brasil*: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CORTES ALONSO, V. *Nuestro modelo de análisis documental*. São Paulo: ARQSP, 2005. (Scripta, 9)

DELMAS, B. *Arquivos para quê*? São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010.

DURANTI, Luciana. *Diplomática*: usos nuevos para uma antigua ciência. Sevilha, Espanha: S&S, 1996.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

GARCIA RUIPÉREZ, M. Series y tipos documentales: modelos de análisis. *Legajos*: Cuadernos de Investigación Archivística y Gestión Documental, Córdoba (España), n.10, p.9-26, 2007.

GRUPO DE TRABAJO de los Archiveros Municipales de Madrid. *Manual de tipologia documental de los municípios*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1988.

HEREDIA HERRERA, A. Descripción y normalización. *Boletín Anabad*, v.41, n.2, 1991.

HEREDIA HERRERA, A. *En torno al tipo. Revista Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.25-50, jul./dez. 2007.

HIRTLE, P. B. Archival authenticity in a digital age. In: *AUTHENTICITY in a digital environment*. Washington (DC): Council on Library and Information Resources, 2000. p.8-23

MACNEIL, H. Creating and maintaining trustworthy records in electronic systems: archival diplomatic methods. In: *TRUSTING records*: legal, historical and diplomatic perspectives. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic, 2000. p.86-112 (The Archivis's Library,1)

OLIVEIRA, L. M. V. de. *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/>. Acesso em: 10 maio 2012.

RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUSA, R. T. B. de. *A classificação como função matriz do que-fazer arquivístico.* In: *ARQUIVÍSTICA*: temas contemporâneos. Brasília: SENAC Editora, 2009.

SOUSA, R. T. B. de. Em busca de um instrumento teórico-metodológico para a construção de instrumentos de classificação de documentos de arquivo. In: BARTALO, L.; MORENO, N. A. (Orgs.). *Gestão em arquivologia*: abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p.11-52.

Capítulo 13

A Mediação da Informação e a Arquivística: Aproximações Teóricas

Mariana Lousada

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

1 Introdução

A história da Biblioteconomia e da Arquivologia está intimamente vinculada às técnicas de cada uma dessas áreas. Serrai (1975), abordando especificamente a Biblioteconomia, afirma que a história desta está intrinsecamente relacionada com a história das técnicas bibliotecárias. As técnicas acompanharam e determinaram a própria existência da Biblioteconomia. Em paralelo, é possível afirmar que, do mesmo modo, a Arquivologia também tem sua existência moldada pelas técnicas. Tanto uma como outra são áreas técnicas por excelência, o que faz as assertivas acima não serem, em si, críticas. O que, no entanto, deve ser evitado, é a exacerbação da técnica, colocando-a como o único espaço de interesse e de preocupação, sendo até mesmo entendida, de maneira implícita, como o único segmento, tanto da Biblioteconomia como da Arquivologia,

que explica, reconhece, legitima e diferencia essas áreas das outras que compõem o conhecimento humano.

Estivemos e estamos subordinados aos interesses da Organização da Informação e do Conhecimento. Os conceitos produzidos por ela ditam o entendimento da Biblioteconomia, por um lado, e da Arquivologia, por outro.

Na Biblioteconomia, por exemplo, o objeto é entendido como exclusivamente a informação registrada ou, de maneira mais contundente, gravada - como quer Le Coadic (1996). Na Arquivologia, correntes defendem seu objeto como sendo o documento ou a informação.

Confundindo-se com as técnicas e tendo como objeto a informação registrada - ou o documento - as duas áreas tenderam a pouco se preocupar com o usuário (ou qualquer outro nome que se queira dar aos que procuram os equipamentos informacionais) ou mesmo com a recepção. Interesse específico com o usuário, criando espaço específico para seu atendimento, somente surge, na Biblioteconomia, no final do Século XIX.

Sobre o surgimento desses espaços informacionais, Báez (2006, p.32-33) afirma que

> Por volta de 2800 a.C., os reis, não sem temor, delegaram aos escribas o poder absoluto sobre a custódia dos livros. Dessa forma, as mudanças políticas não alteraram a condição histórica dominante. Os arquivos se converteram em refúgio e garantia da continuidade ontológica do povo [...] Uma vez concluído o período conhecido como Uruk IV, por volta de 3300 a.C., sobreveio o período Uruk III e aumentou consideravelmente a elaboração de tabletas e a criação das primeiras bibliotecas, cujas prateleiras incluíam registros econômicos, listas lexicográficas e catálogos de flora, fauna e minerais. Em Ur e Adab foram encontrados restos das tabletas de duas bibliotecas ativas, em torno dos anos 2800 a.C. - 2700 a.C.

Mesmo com uma história tão antiga, o foco das ações e preocupações nesses espaços não foi o usuário, mas o armazenamento – e o antigo e sempre presente desejo de possuir tudo o que foi produzido pelo homem – e as técnicas de organização visando a recuperação dos materiais quando necessário. Mais: o principal interesse era o de preservar os materiais.

A ideia de preservação levou-nos a considerar como mais importante, o material, o tangível, o palpável, o suporte, o documento.

No final do Século XIX e início do XX, Paul Otlet veiculava suas concepções em relação ao conteúdo desses materiais. Além do tangível, ou mais do que ele, o conteúdo deveria ser fator de interesse por parte dos que atuavam nos espaços informacionais. Ousado e utópico, Paul Otlet busca criar o *Mundaneum*, tendo como foco o conteúdo dos materiais publicados. Alguns o consideram, por suas ideias e ações, como o precursor da internet.

Os usuários, apesar do surgimento de propostas específicas para seu atendimento nos equipamentos informacionais, continuavam a ser quase que desconsiderado, relegado a um espaço de menor importância. Essa concepção acompanha idêntico reconhecimento à disseminação da informação. Ainda hoje, a disseminação é vista como subordinada à Organização da Informação e não como um segmento de igual importância. Por esse motivo, os conceitos presentes na disseminação não encontram espaços nem para discussão e reflexão da área. Entre eles, por exemplo, a recepção da informação; a informação não registrada; a informação oral; a leitura, etc.

Independente de sua aceitação ou de apoio por parte da academia e dos profissionais, conceitos de disseminação foram criados e seguidos, concentrados no Serviço de Referência e Informação. Analisando hoje tais conceitos, é possível afirmar que não se tratavam de concepções teóricas, mas formas de ação que permitiam uma atuação melhor quanto ao atendimento do usuário e uma consequente reflexão e consciência sobre elas.

Vale lembrar que na literatura especializada de Arquivologia, poucos textos, pesquisas e estudos existem no tocante ao usuário, quer em relação a suas necessidades e interesses, quanto ao seu perfil ou formas de relação com a informação.

Na Década de 1990, pela falta de conceitos teóricos no âmbito da disseminação da informação, amplia-se o uso do termo mediação da informação, embora ainda sem um conceito que o distinguisse das concepções vinculadas ao Serviço de Referência e Informação. Esse fato é claramente observado a partir do entendimento dos profissionais da área quanto a mediação da informação: presente exclusivamente nos espaços de

atendimento ao usuário e tão somente quando suas buscas por informação são realizadas presencialmente e sob orientação de um profissional.

Além dessa concepção, entendia-se – e no censo comum dos que atuam na área e a pesquisam ainda se entende – também a mediação como uma 'ponte', ou seja, algo que permite a passagem da informação e a une ao usuário. A imagem da 'ponte', por ser esta um objeto, quebra a ideia da mediação da informação como um processo, concepção com a qual nos identificamos e defendemos.

Apenas no final da Década de 1990 é que começam a surgir os primeiros cursos específicos sobre Mediação da Informação, quer no âmbito dos cursos de graduação, quer dos de pós-graduação. Busca-se uma conceituação que possa orientar as pesquisas, estudos, discussões e reflexões sobre o tema. Almeida Júnior (2009, p.92), conceitua Mediação da Informação a partir de pesquisas desenvolvidas em projetos voltados para essa temática como

> [...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Desse conceito deve se destacar a ideia de interferência e a de apropriação. Elas apontam para um novo rumo no entendimento da área de Ciência da Informação, ou seja, evidencia-se o usuário, a recepção e se desconstrói uma pretensa neutralidade do profissional da informação em suas ações nos espaços informacionais. A concepção de neutralidade fundamenta-se, basicamente, na aceitação da informação como coisa, como mercadoria, com existência antes de ser armazenada, processada e organizada. Sendo assim, a informação pode ser transferida, sem grandes análises do perfil do usuário – seus interesses e necessidades.

A Mediação da Informação entende o usuário como participante e não como mero receptor, sem possibilidade de interferir ou, de alguma forma, ser sujeito ativo do processo. Ao contrário, é ele o norte, o fim, para o qual todas as ações estão voltadas.

É preciso alertar, no entanto, que o usuário não é o único sujeito do processo de mediação da informação. Participam também: o

produtor do suporte informacional (seja um autor físico ou corporativo; isolado ou em grupo), trazendo seus interesses, suas verdades, seus valores, suas concepções; o momento em que a informação está sendo mediada (independente da época em que o suporte foi produzido), momento esse que pode determinar formas de apropriação; o suporte da informação (os tipos de suportes possuem linguagens próprias e diferentes); o ambiente informacional onde a mediação ocorre (a forma como está organizado; a construção; se virtual ou físico etc.); o mediador, que interferirá a partir de suas concepções e formas de ver e entender o mundo; e o usuário (com suas necessidades e interesses gerais e de momento).

Outro ponto a salientar é que não há controle da informação por parte de nenhum dos personagens presentes e participantes do processo de mediação. Muitos autores, mesmo sem o querer, explicitam muito além do que objetivavam de início, transferindo conceitos, valores e ideias que desejavam ocultar ou que desconheciam. O suporte de informação impõe formas diferenciadas de leitura e apropriações, dependendo de seu tipo, quer de maneira ampla (texto, imagem fixa, imagem em movimento e som), quer de maneira específica (livros, revistas, fotografias, desenhos, filmes, vídeos, CDs, DVDs, incluindo leitura do corpo e oralidade). Os equipamentos informacionais, por sua vez, também possuem restrições para armazenar, organizar e disseminar informações, restrições que interferem no processo de mediação. O mediador, tanto os profissionais que atuam nos equipamentos informacionais como os que o são de maneira indireta, não controlam nem mesmo suas crenças, verdades, concepções. O usuário, quem determina em última instância o que é ou não informação, se apropria dela de maneira consciente e de maneira inconsciente. Muitas informações, independente do desejo do usuário, superam, burlam e enganam os controles conscientes do usuário, alterando o conhecimento dele. Se faz informação porque transforma/modifica o conhecimento do usuário.

Apropriação, nessa concepção, não significa controle, nem é dependente da consciência.

Por último, é preciso destacar a informação que, também por não ser neutra, é carregada de conceitos, valores, verdades, concepções, ideologias.

2 Arquivística: origens e perspectivas de estudo

A Arquivística desenvolveu-se pautada na análise dos trabalhos práticos realizado pelas instituições produtoras e detentoras de documentos, ou seja, ela nasce a partir de técnicas específicas de organização de acervos. Na realidade, a arquivística como disciplina conheceu um desenvolvimento acidentado, mais ligado às tradições intelectuais e práticas de cada país que ao estabelecimento de teorias e de princípios universais (LOPES, 2009, p.134).

Foi somente no final do Século XIX, com a publicação do primeiro manual, o Manual dos Arquivistas Holandeses[1] publicado por Muller, Feith e Fruin em 1898, que a área encontra sua dimensão científica, inaugurando o pensamento arquivístico tradicional por suas regras e métodos de tratamento dos arquivos definitivos, tomando por base os postulados do positivismo clássico (LOPES, 2009, p.137)

Por ser considerado o início das reflexões teóricas, os conceitos e princípios concebidos pelo Manual tornaram-se base para o estabelecimento de regras e procedimentos da Arquivística Moderna. Até os dias de hoje muitos deles ainda são aplicados da mesma forma em diversas instituições.

> Houve certamente a publicação de outros textos arquivísticos antes de 1898, mas o acima citado foi o primeiro a sistematizar a disciplina e a ser difundido em vários outros países e línguas durante o século XX. Trata-se de um texto fundador da disciplina, que vem sendo citado até os dias de hoje. Todavia, esta obra permanece uma obra do passado, sem valor prático para nossa época. Deve ser entendida como uma das que fundamentaram a necessidade de criar a disciplina, uma referência enriquecida pelos outros textos escritos no curso das últimas décadas (LOPES, 2009, p.134).

Nesse sentido, o desenvolvimento e consolidação da Teoria Arquivística podem ser considerados recentes quando comparados a outras ciências também de caráter social.

Historicamente, o desenvolvimento da Arquivística é pautado por três momentos/períodos principais. O primeiro tem ligação intrínseca com a história, uma vez que foi considerada por muito tempo como uma

---

[1] A primeira edição em holandês é de 1898. Há inúmeras traduções e edições. Em português, por exemplo, há uma versão de 1975.

ciência auxiliar, em função da necessidade de se organizar os arquivos da idade média e do antigo regime.

Num segundo momento, no Século XX, a Arquivística volta-se para a administração, especialmente entre os Anos de 1930-1950, desenvolvendo sistemas que facilitariam o gerenciamento do crescente volume documental e da necessidade da racionalidade no momento da produção, ocasionados pela Segunda Guerra Mundial. Ainda nos Anos 50, há tentativas em conciliar as dimensões da área: Histórica e Administrativa.

E um terceiro momento, de 1980 aos dias atuais, em que a Arquivística busca se afirmar como disciplina ligada à Ciência da Informação, propondo novos métodos de abordagem e de metodologias.

A partir do desenvolvimento histórico, alguns fundamentos teóricos se consolidaram. Outros, no entanto, estão sob forte questionamento, ocasionados principalmente pelo advento da tecnologia na produção e gerenciamento de documentos nas instituições.

Atualmente, observa-se que há duas escolas principais que compõe o pensamento arquivístico contemporâneo. A primeira, denominada Arquivologia Tradicional, também chamada por alguns pesquisadores de Arquivística Custodial com suas origens principalmente na França, Itália e Espanha. Fundamentada inicialmente na noção dos arquivos como fonte de pesquisa para a História. Este fato influenciou seu desenvolvimento, pois os arquivos históricos tornaram-se a dimensão mais importante e visível para a área e para a sociedade, o que ocasionou forte influência no plano teórico e prático.

O objeto da arquivologia tradicional era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração; era o arquivo (*found d'archive*) custodiado por uma instituição arquivística (FONSECA, 2005, p.55).

Lopes (2009, p.132) defende que a arquivística tradicional é uma construção contraditória. A primeira contradição consiste em manter os princípios e teorias fundamentais da arquivística como um conjunto, e de recusar, sistematicamente, o papel de uma disciplina independente. O autor ainda realiza uma crítica quanto a sua posição atual:

> A arquivística tradicional contemporânea recusa-se a questionar a origem, isto é, a criação, a utilização administrativa, técnica e jurídica dos arquivos, dos documentos recolhidos aos arquivos definitivos. Essa atitude resulta na crença generalizada de que estas questões não são parte da profissão (LOPES, 2009, p.132).

A Arquivística perdeu este *status* de disciplina auxiliar da História há algum tempo, no entanto, alguns pesquisadores tidos como mais conservadores ainda apresentam dificuldades em discutir aspectos mais contemporâneos.

A segunda escola, considerada por alguns como moderna, é identificada como 'Arquivologia Pós-Moderna' ou 'Arquivística Pós-Custodial', oriunda principalmente, do trabalho de pesquisadores canadenses, que aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas. É composta por três abordagens de estudo: a Arquivística Integrada, liderada pelos pesquisadores Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, a Arquivística Funcional, fundamentada por Hugh Taylor e Terry Cook e a Diplomática Contemporânea, representada por Luciana Duranti.

A Arquivística Integrada surge em 1980 no Canadá Francês com a proposta de reintegrar o *archivists*[2] e os *records manager*[3], através de uma visão global do ciclo de vida documental, desde sua criação até o destino final.

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p.70) a arquivística integrada implica atingir três objetivos essenciais: garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. Segundo os autores, trata-se da única a assegurar uma política integrada de organização de arquivos, permitindo um rápido acesso às informações, indispensáveis ao funcionamento administrativo das organizações.

---

[2] Documentos de valor permanente.

[3] Gestão de documentos.

Para Lopes (2009, p.131-133) a abordagem Integrada, consiste em um fenômeno especial e particular, pois é a única que propõe a modificação da arquivística numa disciplina científica, isto porque está aberta à pesquisa, à redefinição de conceitos, de metodologias capazes de se autoquestionar e se autorrever.

A Arquivística Funcional surge no Canadá Inglês em 1987, tem suas origens fundamentadas na identificação de um novo paradigma enunciado primeiramente por Taylor e aprofundado nos estudos de Terry Cook (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011). Estes autores propõem uma nova forma de pensar os conceitos e métodos arquivísticos promulgados no Século XIX. Segundo eles, estes conceitos não cabem mais na nova configuração social, principalmente em relação ao teórico e metodológico para a criação e manutenção de documentos gerados eletronicamente.

Segundo Tognoli e Guimarães (2011) esta abordagem baseia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos, daí o nome Arquivística Funcional. Somente através da análise do contexto de criação dos documentos pode entender-se a integridade dos fundos e as funções dos documentos de arquivo em seu contexto original.

Discutem mudanças de paradigmas na disciplina, como no contexto de produção de documentos, em virtude do aumento do uso de tecnologias e pela atual natureza da produção dos documentos, inferindo que não existe, em hipótese alguma, naturalidade na guarda, no processamento e no conteúdo dos documentos. Busca aproximar a área a uma perspectiva social. Essas novas ideias têm sido muito aceitas em países como Austrália e Nova Zelândia.

A abordagem denominada Diplomática Contemporânea tem suas bases nos estudos de Paola Carucci (1987) na Itália. Posteriormente, foi aprofundada no Canadá por Luciana Duranti. Esses estudos representam uma superação da Diplomática Clássica, cujo objetivo passou a centrar-se na análise dos documentos contemporâneos e de suas funções. O novo método engloba os fatos e atos, os procedimentos que os geraram, as pessoas que trabalharam na criação do documento e a função impregnada nesse documento (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011).

Dessa maneira, como ressalta Bellotto (2004) a Diplomática Contemporânea amplia seu foco da espécie documental em direção a gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora.

Este breve panorama das correntes teóricas nos permite analisar de que forma o pensamento na área vem se modificando e alguns conceitos tidos como paradigmas vêm sendo questionados. Trata-se de diferentes perspectivas, apesar de em alguns pontos elas se relacionarem e se contraporem. Isto porque, a Arquivística Moderna não poderia discutir ou refutar aspectos sem que a Arquivística Tradicional tivesse iniciado seus estudos.

A partir deste novo quadro teórico-metodológico surgem novas possibilidades e perspectivas de estudos diferenciados, temas que até então não são discutidos pela literatura, e que podem vir a contribuir com a consolidação da teoria e que criam frentes de pesquisa até então inéditas.

Nesse sentido, podemos inferir pelas análises realizadas que a questão da Mediação da Informação não é considerada, não é citada, nem tampouco discutida em nenhuma das duas perspectivas de estudo. Isto se deve em parte por ser um tema que apresenta suas raízes na área da Biblioteconomia, por meio dos serviços de referência.

Apesar de haver essa ausência de discussões é nítido que a Mediação da Informação encontra-se presente em diversos momentos das práticas profissionais Arquivísticas, desde a produção até a destinação final dos documentos. Sendo assim, considera-se que há um espaço para a reflexão e a inserção do tema na área.

A partir das concepções e discussões de cada escola de pensamento considera-se que a que possibilita um aprofundamento entre a Arquivística e a Mediação da Informação é a abordagem Pós-Moderna, haja vista que as discussões realizadas coincidem com a posição adotada pelos autores.

Os arquivistas canadenses defendem uma mudança de paradigma na área, que deve englobar agora o contexto sociocultural e ideológico de criação dos documentos, ou seja, é necessária uma visão macro e não limitada do processo documental. Essa visão recai também sobre o papel desempenhado pelos registros nesse novo momento.

O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam a herança documental, e de fato, a estrutura do documento, sistema residente de informação e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto e seu conteúdo. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído (COOK, 2001, p.7).

De acordo com este pensamento, o texto não é um 'subproduto' administrativo, e sim um 'produto consciente', "[...] embora essa consciência [...] possa ser transformada [...] em padrões inconscientes de comportamento social [...] e em fórmulas padronizadas de apresentação da informação", de tal modo que os liames com as realidades externas e as relações de poder tornam-se bastante escondidos. Portanto, os documentos de arquivo são produzidos em "contextos semioticamente construídos, [...] dependentes das instituições e/ou dos indivíduos"; portanto, não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, 'inocentes' (BELLOTTO, 1998).

Este novo olhar defendido pelos canadenses está diretamente relacionado com o conceito e os atributos da Mediação da Informação, uma vez que se encontra presente em todos os momentos do processo informacional, não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também, em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação.

A ação mediadora não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos e com a possibilidade de obter informações. Ela abarca todas as ações do fazer profissional, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos, etc.

Consequentemente, o fazer profissional do arquivista carrega, consciente ou inconscientemente, seus atributos pessoais e profissionais, ou seja, a prática profissional está fundamentada nesses aspectos que interferem diretamente na execução de seu trabalho.

Portanto, não podemos considerá-lo como um indivíduo isolado, que não sofre influência do contexto social ao qual se encontra inserido, pelo contrário essa influência reflete diretamente no desenvolvimento de seus trabalhos.

3 Considerações finais

Certamente a história dos arquivos e da disciplina arquivística foi profundamente marcada em suas origens pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos (FONSECA, 2005).

Atualmente, considera-se que há duas principais abordagens nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que ainda está fundamentada na teoria e prática promulgadas pela 'Arquivística Tradicional' e aquela que discute sua inserção em um novo contexto epistemológico – a pós- modernidade. Ambas são importantes para discutir a estrutura da disciplina arquivística e, mais ainda, para compreender a maneira pela qual vem se desenvolvendo para ser vista como uma área de conhecimento autônoma.

A partir desta perspectiva pós-moderna o objeto da área, desloca-se do 'arquivo' para a 'informação arquivística', ou 'informação registrada orgânica', expressão defendida pelos arquivistas canadenses para nomear a informação gerada pelos procedimentos organizacionais e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto de produção seja o ponto de partida (FONSECA, 2005). Ou seja, o objeto passa do suporte 'documento' para a 'informação ou conteúdo semântico' do documento e também para o contexto e o processo gerador dos documentos enfatizando as possíveis relações dos usuários com os criadores destes documentos.

Sendo assim, o documento de arquivo passa a ser visto como uma entidade social e culturalmente construída, na qual estão implícitas as relações de poder, onde mais de uma história pode ser narrada (TOGNOLI, 2010).

Portanto, os fundamentos sofrem uma mudança de perspectiva da arquivística tradicional para a pós-moderna, isto pode ser claramente observado pelas características em termos de seu objeto, seus objetivos e métodos.

Quadro 1: Arquivística Tradicional X Pós-Moderna.

Itens	Arquivística Tradicional	Arquivística Pós-Moderna
Entidades	Eram os documentos de arquivo como 'artefatos' físicos, e as interações entre essas entidades eram consideradas orgânicas por natureza.	Fundamentais na arquivologia também são duplas: o documento individual e suas relações com os processos administrativos.
Objetivo	Controle físico e intelectual dos documentos da administração em geral e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas.	Vai além da acessibilidade: é a manutenção da 'qualidade arquivística', ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou.
Metodologia	Aplicação do Princípio da Proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor.	Consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, de forma e estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos.

Fonte Adaptada: Fonseca - 2005.

Nesse novo cenário, os arquivistas evoluem de simples e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação, de gestão e acesso, selecionando somente uma parcela do grande universo de informações (COOK, 2001). Ou seja, os arquivos devem ser direcionados para os usuários[4] e não para os arquivistas considerando o usuário e também o impacto da informação sobre sua vida, inclusive fora dos espaços físicos dos serviços de informação.

Por esta razão, enfatiza-se que os fundamentos teóricos da Mediação da Informação relacionam-se com o fato de que hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na formação e na construção da memória institucional e coletiva através dos arquivos. Estes devem aceitar seu papel dentro do processo histórico de criação dos documentos, a fim de compreender que o documento é a memória da sociedade e que deve

[4] É urgente na área aprofundar sob o ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico.

ser amplamente compartilhada. Em suma, "[...] os arquivistas servem à sociedade, não ao Estado" (COOK, 2001, p.19).

No fazer do profissional arquivista, a mediação da informação está sempre presente, desde a seleção do documento até o uso dele. A seleção é feita com base em interesses da organização à qual está vinculado o arquivo. Não é ela, seleção, realizada de maneira isolada ou desvinculada dos objetivos da organização. Ao contrário, o arquivista tem suas ações direcionadas para esses interesses e objetivos. É bom alertar, no entanto, que no trabalho desse profissional a interferência se faz presente. Dessa maneira, o trabalho técnico não significa ações isentas ou neutras, mas revestidas de concepções, conceitos, valores, ideias e formas de entendimento do mundo. O trabalho, assim pensado, se concretiza não só a partir de aplicações de técnicas e de políticas já existentes, mas com a interferência do profissional, dos produtores das informações contidas nos documentos, do momento em que foram construídas, do tipo de equipamento informacional onde o trabalho se realiza e dos usuários para os quais o trabalhos estão sendo executado.

As ações voltadas para a aplicação de técnicas para a classificação dos documentos, por exemplo, dão-se norteadas também para os usos que se farão desses documentos. Nessas ações está presente a mediação da informação, não em sua forma explícita ou reconhecida como tal, mas de uma maneira não claramente reconhecida ou, como denomina Almeida Júnior (2009a, p.92-93), implícita:

> A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

Defendemos que a mediação da informação deve fazer parte dos estudos no âmbito da Arquivística, uma vez que o interessa desta está centrado na informação, no usuário e na relação do usuário com os documentos, sendo estes, suportes de informação.

Concluindo, consideramos que o pensamento arquivístico é de maneira geral fragmentado e não discute profundamente temas fundamentais como aqueles voltados para os usuários, acredita-se que isto esteja vinculado, principalmente, pela ausência de metodologias, fraquezas teóricas e certos isolamentos ou subordinações excessivas a outras disciplinas. Talvez essas questões expliquem a ausência de um corpus teórico bem consolidado e que seja capaz de fornecer um grau de universalização da disciplina.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Leitura, informação e mediação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 282p. p.71-82

________. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.). *A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. 168p. p.33-45

________. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009(a).

________. La mediación de la información y la lectura informacional. In: GARCIA MARCO, F. J. (Ed.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación*, 2009. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2009(b). p.23-28

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

BÁEZ, F. História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998.

________. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COOK, T. Archival science and postmodernism: New formulations for old concepts. *Archival Science*: International Journal on Recorded Information, v.1, n.1, p.3-24, 2001.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LE COADIC, Y.-F. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.141-61, set. 1975.

TOGNOLI, N. B. *A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARĂRS, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

Capítulo 14

Notas Sobre uma Possível Aproximação Conceitual Entre a Arquivologia e a Abordagem de Gestão da Informação e do Conhecimento

Rafael A. Moron Semidão

Marta Lígia Pomim Valentim

1 Introdução

É proposto, de forma sugestiva, reflexões sobre a Arquivística em algumas possíveis aproximações com a gestão da informação (GI) e a gestão do conhecimento (GC) sobre uma esteira conceitual comum que se identifica com a Ciência da Informação, para que com isso se desenhe uma representação estrutural de um domínio teórico favorável à complementaridade e transposição conceitual entre a Arquivologia e as abordagens de GI e de GC. Essa representação seria apenas aproximativa, nocional e não conclusiva, da compreensão, por assim dizer, ontológica entre cada uma das partes, e se prestaria a ilustrar com suficiência funcional a ossatura ideal na qual os conceitos e respectivos campos semânticos se articulariam para expressar validamente contextos informativos em dois níveis: um propriamente teórico que verifica o alcance descritivo do conceito e outro pragmático que proporciona a operacionalização de condutas possíveis.

Para tanto, parte-se do pressuposto que uma abordagem sistemática própria do discurso científico, seja capaz de lidar com premissas reconhecidamente relativas fazendo abstração desta relatividade e concebendo por uma convenção, abarcar tais pressupostos provisoriamente como se absolutos fossem e, assim, tiram do escopo (operativamente) o que poderia tornar o enfoque muito amplo. Em decorrência disso, a exposição lógica dos conteúdos estudados requer que se especifique o discurso aos moldes do público destinatário e interlocutor, daí a opção por articular as notas em forma de representação estrutural nos moldes dos modelos explicativos comumente utilizados na construção teórica da GI e GC para operar como uma matriz para referência conceitual.

Como efeito segundo as reflexões sobre a representação do espaço de confluência conceitual enfocado, se pensa na explicitação de uma pertinência teórica que se prestaria a alçar a Arquivologia à abrangência dos ativos de conhecimento no quadro contextual e orgânico que caracteriza a contribuição da mesma para a gestão do processo informativo.

Essas notas reflexivas estão dispostas, ademais, em sequência dialética que parte do posicionamento preliminar da Arquivologia no interior do domínio epistemológico da Ciência da Informação, passa pela descrição sumária da GI e da GC, destaca o processo comunicativo identificado com a articulação conceitual dos termos 'dados, informação e conhecimento' como ambiente discursivo e substrato teórico para fundamentar a relação estrutural entre Arquivologia e Ciência da Informação orientada à abordagem de GI e GC sobre contextos de informação social, e culmina com a rememoração do impasse lógico de todo o percurso diacrônico dos estudos sobre o processo informativo que é a questão sobre o nível real de efetividade do mesmo processo para a criação de conhecimento útil, efetividade essa que, retroativamente, conferiria os objetivos norteadores ao processo. Com isso, espera-se explicitar como fundo subjacente a essa trama de notas, uma noção estrutural que legitime, com força de sugestão, o empenho de abrir à Arquivologia o horizonte de, até então, latentes perspectivas científicas da sua esfera de atuação social.

A Arquivologia teria, nesse contexto, um espaço epistemológico de prática empírica de organização contextual da 'informação social' (SILVA, 2000, p.76) enquanto esta se constitui em fenômeno próprio da Ciência da

Informação em termos unitários, ou seja, não de Ciências da Informação em sentido disperso e abstrato, mas uma Ciência da Informação enquanto universo teórico.

Nesse fator contextual oferecido pela Arquivologia estaria sua contribuição estrutural para a constituição da Ciência da Informação como espaço teórico. No contextual se encontra a organicidade e a recuperação da proveniência da informação social, que permite refletir, dessa forma, seu contexto institucional e ou organizacional a despeito do fator temático da Biblioteconomia, enquanto outra prática empírica de organização da informação social no seio da Ciência da Informação, que estabelece um trato informacional externo, sem continuidade orgânica e que assim configura a abordagem por coleções e assuntos.

Para efeitos argumentativos, faz-se necessário um esforço de abstração que pense a Arquivologia inter-relacionada com a Ciência da Informação e em cisão com as perspectivas tradicionais que advogam a favor do documento contra a informação, 'independente' do suporte físico e que desse modo acabam se posicionando em uma frente historicista e patrimonialista que reduz a Arquivologia a uma mera disciplina auxiliar da História e do Direito. Não há, de fato, cabimento teórico em se manter aspectos epistemológicos da História no interior da compreensão epistêmica da Arquivologia a partir da Ciência da Informação, pois como explica Silva (2002, p.67):

> [...] a História faz hermenêutica (a interpretação) do acervo informacional de que precisa para responder aos seus problemas e objetivos fundadores de determinada pesquisa, enquanto a CI não propende prioritariamente para a hermenêutica, antes deve compreender e explicar o(s) contexto(s) desse acervo pondo em evidência as suas propriedades intrínsecas, estabelecer analogias e fixar os resultados num processo de conhecimento universal e dinâmico.

É precisamente essa abordagem explicativa e não hermenêutica que a Arquivologia faz uso no seu intuito de organização contextual da informação, pois a interpretação cessaria ou deturparia a organicidade. Organicidade essa que reside notadamente na articulação lógica das informações (que forma ou reflete o contexto) e não na massa física dos documentos.

Nesse sentido, então, ficaria insinuada a compreensão da Arquivologia como elemento com forte propensão original para a constituição da Ciência da Informação, uma vez que sua inclusão em tal constituição não se basearia em algo de relação fronteiriça e auxiliar, mas sim como uma atualização (no sentido de ato e potência) das possibilidades de manifestação do quadro conceitual compreendido pela Ciência da Informação no tocante a seu objeto: a informação social.

A organização contextual do fenômeno da informação social, por sua vez, se justificaria – em analogia estrutural e contraste de abordagem - como linha de delimitação com a Biblioteconomia que se apresenta como um modo (outro) de organização informacional de índole predominantemente temática, tópica e externa. Ambas as formas de organização da informação social se complementam enquanto partes do todo complexo formado pela Ciência da Informação.

No que diz respeito à abordagem de GI e GC a partir da forma arquivística de recuperação de informação contextual dentro do universo da Ciência da Informação é possível vincular à gestão uma posição de fator estratégico como contraparte de uma posição de fator operacional para o 'fazer arquivístico'.

Nesse sentido, a gestão ocuparia uma meta-perspectiva do contexto organizacional o que lhe permitiria alcançar uma visão, em termos estruturais, do todo sistêmico que dá identidade a organização e, dessa forma, a gestão poderia subsidiar o quadro operacional desenvolvido pela Arquivologia.

Ponjuán Dante (2008, p.35, tradução nossa) explica essa relação toda destacando que:

> [...] a gestão da informação não interfere na operação dos subsistemas informativos da organização, pelo contrário facilita e contribui com o seu funcionamento. Assim o sistema de arquivos e/ou gestão documental se vale da gestão da informação em muitos aspectos principalmente no que respeita a:
>
> - A determinação dos prazos de retenção dos documentos;
> - A garantia de que exista correspondência com as leis e regulamentações oficiais;
> - O manejo de registros organizacionais inativos;

- A organização dos registros organizacionais ativos para sua recuperação;
- A proteção dos registros vitais.

Nota-se, pela observação dos cinco aspectos destacados por Ponjuán Dante (em que a gestão oferece aporte a abordagem arquivística), que a gestão tem potencialidade para abarcar tanto a informação evidenciada em documentação corrente (também chamada de ativa), quanto a evidenciada em documentação permanente (inativa, com valor histórico ou não), alcançando dessa maneira o ciclo de vida todo da informação contextual. Dessa forma, sabendo que esse ciclo de vida constitui o núcleo duro para o qual se direcionam as metodologias e os princípios do fazer arquivístico, então é forçoso reconhecer que há, factualmente, relação substancial entre a Arquivologia e a GI e GC.

Ademais, pode-se dizer que o plano estratégico ocupado pela gestão em relação à organização e ao fazer arquivístico, é também muito condizente com a organização contextual que a Arquivologia opera no âmbito organizacional, isso porque ao trabalhar a informação orgânica a Arquivologia não acrescenta, desde fora, nenhum elemento 'artificial' subdividindo a informação evidenciada de acordo com temas e assuntos, mas procura preservar a ordem original sob a qual os documentos emanaram, e assim acaba suficientemente refletindo o contexto organizacional. O fator estratégico nisso tudo está no fato de que os princípios e metodologias arquivísticos conseguem se 'adaptar' ao contexto de cada organização em particular o que é altamente pertinente, pois, como se sabe

> [...] a gestão da informação ocorre em uma organização e não há duas organizações iguais, de modo que, cada organização desenha e desenvolve a sua gestão de acordo com suas próprias condiciones, com seus próprios componentes e com seu próprio alcance (PONJUÁN DANTE, 2008, p.36-37, tradução nossa).

Nesse sentido, para reforçar o argumento favorável ao posicionamento estratégico da relação Arquivologia-Gestão, vale lembrar a distinção entre estratégia e programa de acordo com as concepções de Edgar Morin (2005, p.79):

> [...] a palavra estratégia não designa um programa predeterminado que baste para aplicar *ne variatur* no tempo. A estratégia permite, a partir

> de uma decisão inicial, imaginar um certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que nos cheguem no curso da ação e segundo os elementos aleatórios que sobrevenham e perturbem a ação.

Isso é ilustrativo da forma como se pensa a relação entre o modo arquivístico de organização contextual da informação, a partir de uma abordagem sob a ótica da GI e da GC, pois o elemento estratégico está mais apto que qualquer outro para abarcar a totalidade de informação social que não se restrinja ao documento, mas que vai além, até os fluxos de informação formais e até o conhecimento.

Para melhor compreensão da linha de raciocínio aqui discorrida, é apresentado o Quadro 1, explicativo da problemática desenvolvida:

Quadro 1: Relação Ciência da Informação – Arquivística – Gestão.

Áreas	Descrição	Abordagem	Posição Epistemológica
Ciência da Informação	Universo Teórico; subsidiadora teórica.	Explicativa não hermenêutica.	Abarca a Arquivologia e a gestão.
Arquivologia	Prática empírica de organização contextual da informação social.	Explicativa não hermenêutica; organização contextual e recuperação orgânica.	Abarcada pela CI e mantém nexo teórico com a gestão.
Gestão	Abordagem.	Complexa e abrangente.	Abarcada pela CI e mantém nexo teórico com a Arquivologia.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo estabelecido e razoavelmente justificado o nexo entre o fazer arquivístico e a GI e GC dentro do domínio configurado pela Ciência da Informação, caberia posicionar nesse contexto a contribuição explicativa dos elementos ‘dados, informação e conhecimento’ enquanto fenômeno/processo informacional que constitui o ponto axial de onde parte o discurso sobre um tipo de abarcamento da informação produto e substrato das sociedades contemporâneas para dentro das possibilidades

explicativas do quadro conceitual que o desenho estrutural aqui pincelado quer servir de base funcional de validação.

Desde pelo menos a Década de 1970 e precisamente a partir da clássica definição da área de Ciência da Informação elaborada por Harold Borko (1968), se tem pensado a informação em moldes processo-fenômeno.

É nesse horizonte que a tríade conceitual 'dados, informação e conhecimento' (DIC) passa a ser focada como conjunto de conceitos chave para as fundamentações teóricas em Ciência da Informação na direção dos mais diversos temas de pesquisa.

E essa importância estrutural de DIC para a Ciência da Informação não se limitou as questões de fundamentação epistemológica ou de delimitação conceitual, mas logo se tornou também elemento fundante para os fazeres informacionais e para a elaboração de estratégias de gestão da informação e do conhecimento, no âmbito da competição organizacional e institucional.

Assim, o universo das noções depreendidas da trama conceitual em torno de DIC permite classificar esses termos como fatores estruturais constantes que perpassam (vinculando e performando) os continentes de termos, noções e metáforas da Ciência da Informação e da gestão, atribuindo a eles facetas teóricas e pragmáticas quanto a sua natureza, domínio, metodologias e outros elementos de função estrutural.

Em termos formais, Setzer (1999) define Dados "[...] como uma sequência de símbolos quantificados ou quantificáveis", a informação como "[...] uma abstração informal (isto é, não pode ser formalizada através de uma teoria lógica ou matemática), que representa algo significativo para alguém através de textos, imagens, sons ou animação" e o conhecimento como "[...] uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa que foi experimentada por alguém".

Com vistas, ainda, a um maior esclarecimento do desenho abstrato/ funcional de DIC, é possível traçar uma analogia com a figura de vasos comunicantes, em que a mesma água está por toda a parte, mas em cada um dos vasos com uma forma e, sobretudo, com uma função diferente.

Assim, essa 'mesma água' seria o fenômeno DIC, enquanto conceito de valor interpretativo/explicativo, e cada função e forma diferente refere-se a um contexto (seja semântico, linguístico, organizacional, entre outros). Tendo em mente que DIC presta-se a função de compreender e descrever o contexto, a chave para se efetivar essa sua função seria o estudo daqueles atributos que caracterizam DIC para dado contexto. Esses atributos são como 'manifestações funcionais' de DIC no contexto a que serve.

'Manifestações funcionais' tratadas por uma 'abordagem pragmática' (BUCKLAND, 1991, p.351-360), e por uma '*epistemopraxis*' (CAPURRO, 2003) em que cada atributo é trabalhado para adaptar a teoria (DIC) a uma realidade informacional específica (o contexto).

Pragmática, todavia explicativa e não relativista, ou seja, uma abordagem que capte o contexto e o descreva visando um objetivo (como uma estratégia de competitividade no âmbito das organizações) e não uma abordagem incisiva que construa o contexto.

Nesse sentido, na esteira geral dos modos pelos quais se compreende DIC, a concepção aqui adotada visa a efeitos da ordem do discurso, ou seja, não se deduz de maneira simplificada a partir de técnicas empíricas de análise, mas busca assimilar o desenho estrutural de um processo comunicativo.

Com efeito, a GI e GC também abarcou em seu quadro de conceitos e noções a concepção processual e fenomenológica da informação (DIC, portanto), a partir da qual erigiu suas atividades estratégicas para cujo contexto "[...] dados, informação e conhecimento são insumos básicos para que essas atividades obtenham resultados satisfatórios ou excelentes" (VALENTIM, 2002).

Assim, DIC constitui lugar comum (no sentido da retórica clássica) no âmbito da gestão, sendo recorrentemente definido como processo em que de dados para informação e da informação para o conhecimento se tem um crescente de complexidade e de agregação tanto semântica, como de importância contextual, de valor estratégico entre outros itens qualificadores.

O conhecimento surge como a culminância do processo (apesar de não se dissociar dos outros dois elementos) e é compreendido como ativo

organizacional mais dotado de relevância estratégica, dada a conjuntura de alta competitividade em que as organizações empresariais se inserem hoje em dia. Consequentemente, as abordagens de gestão que focam o conhecimento despontam como os principais trunfos apresentados pelas grandes empresas.

Dentre essas abordagens, encontra-se a inteligência competitiva (IC) que assume como missão o trato e a otimização estratégica dos fatores intelectuais da organização em seus complexos meandros, como os aspectos culturais, psicológicos e tácitos.

Tendo em vista a relação entre a Arquivologia como fator operacional da gestão enquanto fator estratégico conforme explicado anteriormente, sugere-se a IC como um meio de, pela gestão (na posição estratégica), a Arquivologia (no quadro operacional) alcançar os ativos de conhecimento e com isso poder deixar o gueto historicista e patrimonialista.

Isso, além do mais, poderia se dar por meio de um posicionamento que aceitasse a informação orgânico-contextual arquivística não somente reduzida ao contexto institucional, mas abarcando também o ambiente organizacional e o contexto social.

Sendo a IC o mais alto patamar da agregação de estratégia competitiva ao conjunto de 'dados, informação e conhecimento' emanados do contexto organizacional, ela poderia constituir-se em mais um *lócus* comum para o diálogo mais explícito entre a Arquivologia e a gestão, de forma que (ainda que na posição operacional) a IC estaria 'elevando' a Arquivologia até a abrangência do conhecimento.

E ao se abrir esse tipo de precedente, motiva o debate, além de contribuir para a complementaridade de perspectivas e para o surgimento de novas correntes de pesquisa.

O Quadro 2 ilustra os papéis da Arquivologia e da gestão no interior da Ciência da Informação em uma abordagem voltada ao contexto organizacional.

Quadro 2: Papéis da Arquivística, da Gestão e da Ciência da Informação em uma Abordagem Organizacional.

Áreas/Subáreas	Papel	Características
Ciência da Informação	Universo teórico; subsidiadora teórica.	Embasamento conceitual e nocional; construção de metodologias; *lócus* para interface entra campos que aportem à prática arquivística e à gestão.
Arquivologia	Fator operacional	Trato informacional de documentos e fluxos; contextualização de fundos; manutenção da ordem original.
Gestão	Fator estratégico	Meta-perspectiva; visão complexa do todo da organização; aspectos políticos; projeções futuras.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por último, se faz necessário desenvolver algumas reflexões críticas sobre as relações (talvez problemáticas) entre informação e documento, já que se sugeriu nesse contexto que a Arquivologia pode se inter-relacionar, em termos teóricos, com a gestão da informação e do conhecimento, desde que não se atenha exclusivamente as concepções tradicionais de documento como elemento necessário suficiente do seu enfoque.

Para se obter alguns esclarecimentos, é preciso e suficiente revisitar a discussão sobre a distinção entre recuperação de fatos e entre a recuperação de documentos como escopo para o serviço informacional oferecido pela Ciência da Informação.

O conceito de recuperação de documentos orbita em torno da ideia de que mediante uma pergunta um sistema de informação oferecerá uma lista de documentos que poderão conter a resposta almejada, em alguma parte do seu conteúdo. Por outro lado, o conceito de recuperação de fatos exigiria que o sistema de informação entregasse a resposta, por assim dizer, pronta, sem que se precisasse procurá-la em meio ao entrecruzamento dos conteúdos dos documentos.

Em primeiro lugar, é gratuito o antagonismo que se levanta sobre esses dois conceitos, haja vista que são perfeitamente complementares, já que ao obter uma resposta a sua pergunta o usuário de informação,

provavelmente, vai querer obter dados que fundamentem e legitimem a resposta obtida, e assim terá que recorrer ao documento no que toca ao seu peso científico e até jurídico.

Em segundo lugar, é difícil compreender que um fato, ou seja, a resposta direta sem o documento possa ter para o usuário a mesma relevância (pelo menos científica) que uma informação com contexto recuperado, por meio do entrecruzamento de conteúdos documentais. Também nessa direção, Capurro e Hjorland (2007, p.184) inferem que

> [...] a recuperação de documentos não deveria ser reduzida a sistemas de recuperação de fatos porque é frequentemente desejável saber a fonte (a fim de compará-la com outras fontes ou para avaliar sua autoridade cognitiva, por exemplo).

O que emerge desse contexto é que o que está em jogo não é propriamente a distinção real entre documento (suporte físico) e informação (conteúdo veiculado pelo documento, mas 'ontologicamente' independente dele), mas sim a distinção funcional entre perspectivas, em que um advoga a favor do utilitarismo e imediatismo da resposta direta (com suas implicações paradigmáticas, terminológicas etc.), e a outra defende o valor da contextualização da resposta (também com suas implicações); e, assim, tudo se mantém no nível do interesse funcional.

É precisamente essa espécie de apego que se critica na concepção tradicionalista da Arquivologia que a impede (sem fundamentação teórica, mas somente funcional) de abranger a gestão do conhecimento.

Portanto, não se desdenha da importância do documento em si mesmo, mas se questiona o posicionamento reducionista que certas correntes, quanto a sua recusa teórica de alargar e complementar o espectro de perspectivas.

Ressalta-se novamente que para o abarcamento da Arquivologia pela Ciência da Informação e para a interface daquela com a gestão, o documento (na concepção em si) não é esquecido, mas sim pensado em termos não exclusivos, assim como propõe SILVA (2002, p.39) "[...] o registro material ou físico (o documento) faz a informação existir, mas não a faz ser".

Como fechamento do que configura essas reflexões, e como questão em aberto que acompanha marginal e subjacentemente aos enfoques diacrônicos sobre o processo comunicativo que partindo de dados, passando pela informação chegue ao conhecimento como efeito almejado, apresenta-se a seguir um ponto de debate que se arrasta desde há muito e que impacta sobre a Ciência da Informação (e sobre a Arquivologia no interior dela), trata-se de saber até que ponto o serviço informacional entendido como forma de gerenciar a informação social segundo fins preestabelecidos contribui para a criação de conhecimento útil a sociedade, dado que o aumento progressivo da disseminação da informação registrada acabou por desarticular a compreensão humana de unidade do conhecimento, tirando dela a sua inerente e necessária complexidade para se especificar e recortar quase que ilimitadamente.

Essa questão fica mais aguda a partir do momento em que se entende a informação em termos de processo-fenômeno cuja base em um conjunto de dados se 'cria' informação que, ao longo do processo vai sendo articulada para fazer surgir o conhecimento.

Para melhor ilustrar esse contexto de pensamento, seria interessante o recurso a um parágrafo de Platão. Platão expressava suas ideias em forma de diálogos, sendo Sócrates o personagem principal das tramas; pois bem, no diálogo *Fedro*, Sócrates está conversando com *Fedro* e como meio de argumentação ele acaba recorrendo a um mito egípcio que contém ensinamentos sobre a 'ingerência' da escrita na vida das pessoas.

Sócrates explica então, que em certa ocasião *Thot* o pai das letras e deus do tempo fez uma visita a *Thamus* rei do Egito. *Thot* instruiu o faraó em diversas artes que havia inventado, em particular, a arte da escrita.

Ao ponderar sobre esse seu invento, *Thot* argumenta ao faraó que este conhecimento (o da escrita) tornaria o povo mais sábio e robusteceria a sua memória; a escrita era na verdade um legítimo 'elixir da memória e da sabedoria'. Mas o faraó não se deixou impressionar e previu o contrário como consequência do conhecimento da escrita. Previu que esse método iria produzir esquecimento nas almas das pessoas que o apreendessem porque descuidariam do exercício da memória, já que agora, estariam fiando-se da escrita externa e não a partir do seu próprio interior e de si

mesmos. Por conseguinte, segundo argumentava o faraó, esse invento não era um meio para recordar, mas para perceber e transmitir aos aprendizes dessa arte somente a representação da sabedoria, não a própria sabedoria; pois, a partir do uso da escrita as pessoas passariam a ser eruditos em muitas coisas, mas sem verdadeira instrução, e desse modo acabariam se julgando *experts* em mil assuntos quando na verdade não dominam efetivamente nenhum conhecimento e termina o faraó dizendo que tais pessoas são difíceis de tratar, pois não configuram verdadeiros sábios, mas sábios apenas na aparência (PLATÃO, 1989).

É claro que não há cabimento lógico em se aceitar em toda linha essa ideia que o texto de Platão quer transmitir, afinal se não fosse a escrita (informação evidenciada) não se teria notícia de Platão nos dias de hoje. Porém, o que permanece é que não se pode esquecer de se perguntar pela efetividade do processo informativo na criação de conhecimento para a sociedade, de tal modo que as discussões sobre se a Ciência da Informação deve enfocar informação ou documento ocupará necessariamente uma posição secundária e funcional.

É tudo muito difícil e não cabe juízo de valor, mas questão sobre se há equivalência entre quantidade de informações recopiladas e disseminadas e o concreto desenvolvimento do conhecimento deverá estar sempre presente como uma provocação a Ciência da Informação em seus estudos, para que ela possa se manter efetiva enquanto Ciência Social.

Por fim, o que aparentemente tem perpassado a reunião dos textos mais recentes sobre a constituição da Arquivologia, é a compreensão teórica que explica e legítima a noção seminal de abrangência do quadro de perspectivas da Arquivologia no sentido teórico de uma 'modificação' paradigmática.

Com efeito, essa modificação não se operaria nos termos de uma 'revolução científica' ao gosto de Kuhn, mas de um modo propriamente complexo que não levaria a rompimentos conceituais drásticos e sim a uma compreensão mais ampla e profunda dos escopos, conceitos, objetos, métodos e domínios.

Aliás, a noção de paradigma aqui seguida está na mesma esteira da aventada por Morin (2005, p.59):

> Em nossa concepção, um paradigma está constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chave, princípios chave. Essa relação e esses princípios vão governar todos os discursos que obedecem inconscientemente seu governo.

O que se apreende a partir dessa definição é a compreensão de uma mudança cultural das perspectivas, a qual para se efetivar, poderia contar com o espectro de noção estrutural aberta e potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação, uma vez que, ao alargar a ótica até o virtual, essas tecnologias com os modos de percepção social que transportam, acabaram propiciando o retorno do enfoque para elementos simbólicos e subjetivos, que por seu turno são expressivos de determinado contexto cultural.

Entretanto, o conjunto dos textos dá a entender que tal empreendimento teórico precisaria contar sempre com uma forte e sistemática cientificidade, a despeito de um pragmatismo fundamentado em técnicas de atuação empírica. Com vistas a isso é que se pensa a relação da Arquivologia com o universo teórico da Ciência da Informação para formar como que um *locus* que, de um lado, favoreça o diálogo com o quadro maior das ciências e, de outro lado, permita um abarcamento da informação enquanto elemento de um sistema social.

Dessa forma, fecha-se o anel e visualiza-se a figura completa da representação que, analiticamente, se coloca como uma trama de generalizações hipotéticas condizentes, mas não esgotadas, com cada uma das partes da ossatura em seus traços essenciais, quais sejam, a propensão, propriedade e potencial para o abarcamento do objeto: a informação social.

Da relação da Arquivologia com a GI e a GC ter-se-ia a perspectiva de abarcamento do conhecimento para dentro do quadro da organização contextual e orgânica, na qual a GI e GC abrangeriam um posicionamento estratégico de ótica generalizada sobre um contexto informativo.

Na relação da Arquivologia com a Ciência da Informação estaria, teórica e pragmaticamente, constituído o próprio caráter contextual para o trato informacional e a cientificidade requerida à localização da Arquivologia perante o quadro maior das ciências.

Na compreensão do processo comunicativo de informação social configurado funcionalmente com a tríade conceitual de 'dados, informação e conhecimento', se abriria uma rede discursiva mais ampla para, precisamente, alargar o horizonte conceitual da Arquivologia.

Apoiado nesse modelo seria possível verificar a pertinência teórica e a aplicabilidade pragmática de conjuntos de conceitos que se propusessem a compor o quadro arquivístico se serviço informacional socialmente contextualizado. Em outros termos, a criteriologia para a absorção de conceitos exigiria dos mesmos que simultaneamente tivessem propensão a significações de ordem contextual, de alcance da complexidade do conhecimento não se resumindo ao campo semântico sobre documento, dado e informação, e que fossem aptos a cientificidade.

A apreensão consciente dessa representação como um domínio discursivo possível lógica e pragmaticamente, ampliaria a margem de manobra da validação conceitual apropriada, uma vez que, além de compreender, propõe e favorece a complementaridade entre três esferas conceituais ao mesmo tempo distintas e solidarias em se tratando de espaço conceitual com suas variáveis de termos, noções, metáforas, percepções, símbolos, etc.

Uma Arquivologia assim constituída em aplicação científica de uma organização contextual e orgânica sobre um processo comunicativo que abrange o conhecimento - efeito de uma informação socialmente produzida - é o desenlace formal que a representação articulada por meio de notas de reflexão aqui desenvolvidas quer sugerir como uma possibilidade, convencionada com fins científicos, de esclarecimento da noção de uma Arquivologia perspectivada para novos usos.

A representação fica sugerida, em suma, como uma possível premissa para construções conceituais subsequentes acerca da informação social no prisma arquivístico de forma a colaborar no esclarecimento do domínio teórico cujo espaço discursivo favoreceria a validação dos conceitos a serem empregados na montagem de bases teóricas, metodologias e até instrumentos para o trato informacional mais direto.

Referências

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BUCKLAND, M. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v.2, n.5, p.351-360, 1991.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 5., 2003. *Anais...* Belo Horizonte, 2003. (CD-ROM)

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, 2007.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PLATÃO. *Fedro*. Lisboa: Guimarães Editores; LDA, 1989.

PONJUAN DANTE, G. Gestión de información: precisiones conceptuales a partir de sus Orígenes. *Informação & Informação*, Londrina (PR), v.13, n.esp., p.26-38, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1830/1544>. Acesso em: 08 out. 2010.

SETZER, V. W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, n. zero, 1999.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Páginas A&B*, n.5, p.57-113, 2000.

SILVA, A. B. M. da; RIBEIRO, F. *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação*: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, 2002.

Capítulo 15

A Relação entre os Estudos de Tipologia Documental e o Processo Decisório

Natália Marinho do Nascimento

Marta Lígia Pomim Valentim

1 Introdução

Os documentos gerados no âmbito de uma organização formalizam a trajetória de uma organização, seja pública ou privada. Além do valor administrativo, histórico e probatório, a informação orgânica[1] é responsável pela constituição da memória organizacional. Destaca-se que a informação orgânica é subsídio para o tomador de decisão, assim quanto maior a consistência e qualidade deste tipo de informação, melhor serão as decisões tomadas.

[1] Compreendemos informação orgânica como aquela produzida internamente a uma determinada organização e, portanto, gerada a partir do desempenho dos sujeitos organizacionais e relacionadas às responsabilidades, funções, atividades e tarefas realizadas (ROSSEAU; COUTURE, 1998); (LOPES, 1996); (CARVALHO; LONGO, 2002); (VALENTIM, 2006); (FAUVEL; VALENTIM, 2006); (LOUSADA; VALENTIM, 2008).

No ambiente organizacional as informações são usadas constantemente, uma vez que as decisões são tomadas a todo instante, isto é, esse tipo de ambiente requer uma gestão informacional/documental eficiente cuja compreensão deve ser o da informação como um recurso estratégico.

Ressalta-se que no ambiente organizacional há uma infinidade de tipos documentais que, por sua vez, nem sempre são gerenciados como deveriam desde a sua produção, assim, a identificação e categorização documental é essencial para a efetividade da gestão da informação/documental subsidiar de fato o processo decisório.

Dessa forma, o reconhecimento dos gestores em relação à importância do gerenciamento dos tipos documentais, como uma forma de maximizar o acesso, recuperação e uso/aplicação da informação orgânica para a tomada de decisão é fundamental.

2 Tipologia documental como instrumento de apoio ao processo decisório

A necessidade de registrar informações em suportes físicos sempre existiu. O registro é a maneira mais efetiva de se comprovar ações, preservar a memória e a história de uma sociedade. Nuñes Contreras (1981) explica que

> O termo documento etimologicamente é a versão romana de *documentum*, que deriva do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir, portanto o documento ensina, instrui sobre algo, independentemente do material com o qual foi confeccionado e independentemente do meio que se usa para ensino ou instrução que com ele se pretenda dar (NUÑEZ CONTRERAS, 1981, p.31).

Nesse sentido, o documento representa parte do conhecimento gerado pelo homem, cuja materialização intenta o posterior acesso e recuperação, visando rememorar e/ou provar fatos que de alguma maneira foram relevantes.

Os documentos arquivísticos são possuidores de inúmeras peculiaridades, cujos princípios são essenciais para o campo arquivístico:

> Proveniência onde cada documento deve manter uma identidade com o produtor/acumulador, ou seja, os arquivos originários da mesma instituição devem manter sua indivisibilidade.
>
> Unicidade está ligada à questão de que cada documento é único em função do seu contexto e origem.
>
> Originalidade a relação administrativa dos documentos refletem nos conjuntos documentais e o reflexo da estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora nas relações internas e externas.
>
> Indivisibilidade, se o documento está fora do meio genético ele perde seu significado, conhecido como integridade arquivística e é baseado no princípio da proveniência (BELLOTTO, 2002, p.23).

Os princípios arquivísticos fundamentam a organização e a gestão de acervos documentais. Nessa perspectiva, para comprovar a autenticidade dos documentos surgem os estudos da Diplomática e, posteriormente, da Tipologia Documental.

3 Aplicações da diplomática e da tipologia documental

A preocupação com a falsificação de documentos sempre foi objeto de atenção de diferentes instituições, entretanto, antigamente não existiam formas que caracterizassem a autenticidade de um documento, ou seja, é uma característica que não necessariamente é intrínseca a eles. Naquela época, para que tal qualidade estivesse presente no documento ele deveria ser armazenado em local de guarda que propiciasse essa qualidade como, por exemplo, em igrejas, ou seja, se o documento fosse armazenado nesse tipo de instituição, implicitamente se reconhecia sua autenticidade. Estudos sobre essa temática demonstraram que nessa época a questão da fidedignidade estava relacionada aos locais de armazenamento e não ao documento em si.

No entanto, mesmo assim surgem problemas de autenticidade, uma vez que vários documentos armazenados nesse tipo de instituição não eram autênticos. De acordo com Macneil, "[...] quando pessoas físicas começam a depositar documentos falsos em arquivos públicos, para conferir-lhes fé pública, torna-se necessário a introdução de sanções para assegurar a autenticidade dos documentos" (MACNEIL, 2000, p.3 *apud* DURANTI 1995, p.12).

Assim, surge a Diplomática, cuja origem está relacionada à "[...] necessidade de determinar a autenticidade dos documentos, com o objetivo de averiguar a legalidade e/ou veracidade dos fatos por eles representados" destaca Duranti (s.d., p.7, tradução nossa). Para Bellotto (2008, p.18, grifo do autor) o "[...] *objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento*".

A Diplomática nasce junto com a Paleografia no Século XVII. Antigamente o estudo das duas disciplinas era realizado em conjunto pelo fato de que a Diplomática era vista como uma 'ciência auxiliar da história' conforme expõe Bellotto (2008, p.8). Para diferenciá-las, Berwanger e Leal (2008) explicam que,

> Enquanto a paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para sua transcrição e decodificação formal, a diplomática faz a interpretação do texto, explora o seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento. Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra, da alma do texto (BERWANGER; LEAL, 2008 *apud* BELLOTTO, 2008, p.8).

Percebe-se, através dos estudos realizados nas Escolas Europeias que, a Diplomática efetivamente ganha maior cientificidade e se desvincula da Paleografia nos Anos 70 e 80, do Século XX, deixando a condição de ciência auxiliar da História e ampliando suas perspectivas. A partir disso, ela passa a centrar-se,

> [...] mais efetivamente na gênese documental e nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora, sendo assim, apropriada pela Arquivologia, sob a denominação de Tipologia Documental, para aplicação em conjuntos orgânicos de documentos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p.1).

No momento em que há essa desvinculação, ocorre a apropriação da Diplomática pela Arquivologia, assim, novos elementos documentais passam a ser estudados. Posteriormente, surge a Tipologia Documental, cuja diferença refere-se ao escopo e abrangência, pois enquanto a primeira estuda o documento isoladamente, a segunda o estuda enquanto conjunto orgânico. Esse fato também permitiu que a Tipologia Documental fosse usada como sinônimo de Diplomática Contemporânea por alguns teóricos,

cuja discussão teórica no âmbito do Brasil foi trazida por Heloísa Liberalli Bellotto. Segundo Belloto (2008, p.19) a Tipologia Documental é a "[...] ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora".

Camargo e Bellotto (1996, p.74) definem Tipologia Documental como o 'estudo dos tipos documentais'. A Tipologia Documental é essencial para o fazer arquivístico, uma vez que é a partir da identificação dos tipos documentais que é possível elaborar os instrumentos arquivísticos. Além disso, ela estuda tanto os elementos internos quanto os elementos externos relacionados ao documento, e o mais importante sempre leva em consideração a 'lógica orgânica dos conjuntos documentais' (BELLOTTO, 2002, p.20).

A Tipologia Documental compreende o documento em relação à organização e seus sujeitos organizacionais. Troitiño-Rodriguez (2010, p.86) esclarece que,

> O tipo documental não deve ser confundido com a própria unidade documental. O tipo reflete um "modelo perfeito", pautado no elo existente entre espécie e a função geradora do documento, conseqüência natural do registro de uma atividade, estabelecendo um padrão a ser empregado. Podemos considerar o tipo documental como parâmetro para o reconhecimento de outros documentos com características semelhantes de produção e tramitação.

A mesma autora estabelece que o modelo consista em: Espécie + Função = Tipo Documental, ou seja, o tipo documental passa a ser definido "[...] pela espécie documental somada à função que a produziu, criando séries tipológicas, isto é, cada tipo documental equivale a uma série documental" afirma Lopez (1999, p.71). Tendo em vista que o tipo documental equivale a uma série documental, o conceito de série consiste basicamente na "[...] sequência de unidades de um mesmo tipo documental"[2].

Nessa perspectiva, evidencia-se que os tipos documentais formarão as séries e, consequentemente, formarão os grupos e os fundos que constituem o acervo, e isso permitirá a elaboração de planos de

[2] CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-SP/Secretaria de Estado de Cultura, 1996. 142p.; p.69.

classificação, tabelas de temporalidade, instrumentos de pesquisas, enfim, permeará todas as ações arquivísticas.

A Tipologia Documental seria o primeiro passo do processo que o documento percorre em uma organização, ou seja, uma vez identificado os tipos documentais existentes em um determinado ambiente organizacional, a tramitação dos documentos através dos fluxos formais será mais ágil, propiciando seu rápido acesso, recuperação e uso, obtendo tanto eficiência no âmbito do processo quanto eficácia no âmbito dos resultados obtidos.

Partindo-se desse pressuposto, a utilização da Tipologia Documental é imprescindível para iniciar as ações arquivísticas, revelar as atividades desenvolvidas por uma instituição ou pessoa e apresentar a organicidade existente nos conjuntos documentais, e é devido a essas considerações que a Tipologia Documental se configura em um dos mais importantes temas para desenvolvimento de pesquisas no campo da Arquivologia.

Primeiramente, para o reconhecimento dos tipos documentais organizacionais é preciso conhecer como se dá a produção de documentos, ou seja, realiza-se um diagnóstico, porquanto nesta etapa é que serão levantadas as informações relevantes sobre a organização.

> A criação e acumulação de documentos por uma instituição e/ou pessoa ocorre sempre de acordo com as atividades e funções exercidas por ela durante sua existência. Para compreender o arquivo, é necessário compreender quem o produziu. Nesse sentido, a pesquisa da história administrativa da instituição é fundamental para o entendimento de suas funções e atividades, fornecendo o contexto da produção documental (PAZIN, 2005, p.9).

A partir disso, é necessário realizar a pesquisa da história administrativa da instituição, assim o profissional irá possuir subsídios para desenvolver todo o trabalho na organização. Nesse contexto, deve-se posteriormente "[...] verificar como essas funções são materializadas, isto é, quais documentos são ou foram gerados em cada atividade/função" constata Pazin (2005, p.10), ou seja, é importante conhecer todos os setores da organização, bem como todos os documentos produzidos por cada um deles.

O diagnóstico pode ser realizado por meio da aplicação de questionários ou da realização de entrevistas junto aos sujeitos organizacionais das várias áreas que compõem a organização e que, portanto, serão produtores e usuários de informação orgânica, bem como através do mapeamento dos arquivos de documentos armazenados junto aos distintos setores (PAZIN, 2005, p.10). Além disso, é essencial não se esquecer do caráter orgânico dos documentos, pois conforme Pazin (2005, p.11), "[...] um documento solto, fora de seu contexto de produção, não fornece a ideia exata dos motivos pelos quais foi gerado. Dessa forma, durante a análise da produção documental, deve-se, tanto quanto possível, associar os documentos às respectivas funções".

Os ambientes organizacionais são extremamente complexos, evidenciando a necessidade de se estruturar os tipos documentais, de forma que seja possível uma gestão documental eficiente, auxiliando realmente as ações organizacionais.

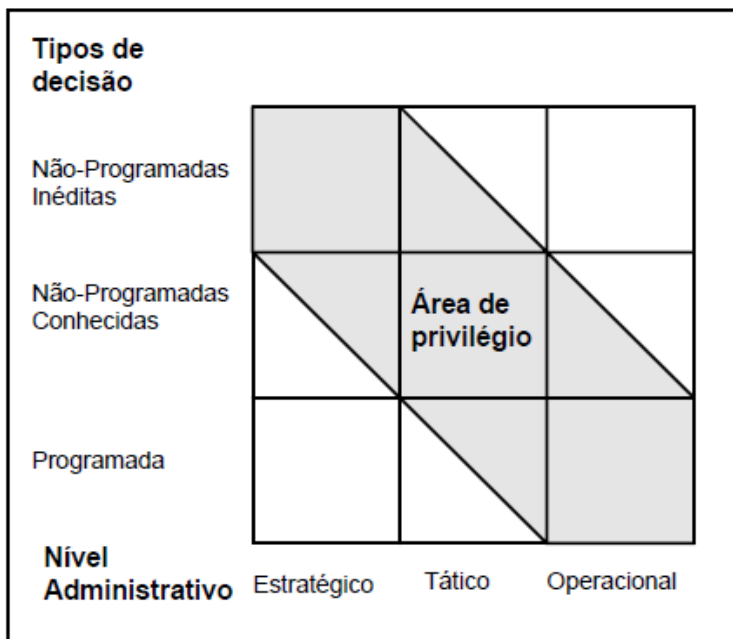
4 Processo decisório no contexto organizacional

As decisões certamente fazem parte da vida de qualquer indivíduo, no entanto, existem determinados momentos em que a tomada de decisão realmente é mais relevante. Diante disso, segundo Gomes, Gomes e Almeida (2006, p.1-2) as decisões podem ser classificadas como: 'simples ou complexas'. Também podem ser classificadas como 'específicas ou estratégicas', e, neste caso, destaca-se que a ação em si dependerá muito sobre o que deverá ser decidido, pois às vezes é preciso que se estabeleçam estratégias, bem como, é necessário pensar nas possibilidades e o que podem resultar, além das especificidades de cada uma delas. Além disso, os autores afirmam, ainda, que as decisões podem apresentar-se como "[...] imediata, curto prazo, longo prazo e a combinação das formas anteriores (impacto multidimencional)", isso significa que, a decisão dependerá do problema em si, bem como da função e responsabilidade que o colaborador executa em uma determinada organização.

Tomar decisão, seja de maneira individual ou em grupo, é muito mais complexo do que pode parecer, pois não é possível prever quais serão os impactos (positivos ou negativos) que ela trará.

A tomada de decisão é uma atividade que prescinde uma ação. A ação é, portanto, resultante de uma decisão, seja ela simples, complexa, estratégica ou de outra natureza. A decisão pode ser caracterizada como de maior ou menor importância, de maior ou menor risco entre outros aspectos, ou seja, o processo decisório é a base para todos os processos organizacionais.

No que tange as decisões e sua relação com os níveis hierárquicos existentes em uma organização, observa-se que as decisões ocorrem de forma recorrente da seguinte maneira:

Figura 1: Tipos de Decisão por Nível Administrativo.

Fonte: Freitas e Kladis - 1995 - p.9.

A Figura 1 demonstra que no nível operacional, na maioria das vezes, a tomada de decisão é programada e, portanto, há certo domínio sobre as ações organizacionais, no entanto, no nível tático e no nível estratégico a frequência de decisões não programadas ou inéditas aumenta e, portanto, há menos domínio sobre as ações organizações. Conforme se observa na Figura 1, as decisões podem ser programadas ou não programadas, as programadas são aquelas em que o decisor está acostumado a tomar

rotineiramente, isto é, geralmente as organizações conhecem as situações e os resultados que podem advir da decisão.

> As decisões programadas se explicam mediante um conjunto de regras e procedimentos pré-estabelecidos. Elas são tomadas em um ambiente de certeza ou de baixa incerteza, em razão de quase todos os resultados já serem conhecidos de antemão. Este tipo de decisão pode ser facilmente delegada (FREITAS; KLADIS, 1995, p.8).

Por outro lado, as decisões não programadas não são rotineiras e, portanto, menos estruturadas que as decisões programadas.

> As decisões não-programadas, por sua vez, não têm regras para seguir nem possuem um esquema específico para ser utilizado. Podem ser conhecidas ou inéditas. Nas decisões não-programadas conhecidas, o tomador de decisão já esteve envolvido em problema igual ou parecido. Embora todas as variáveis não sejam conhecidas, já existe uma certa experiência em situações semelhantes. Nas decisões não-programadas inéditas, o tomador de decisão se vê diante de uma situação completamente nova e não pode contar com nenhuma regra pré-estabelecida para auxiliá-lo. Nas decisões não-programadas dificilmente todas as variáveis estão disponíveis ou existe muita dificuldade para que sejam reunidas e organizadas em tempo hábil, para que um modelo seja montado (FREITAS; KLADIS, 1995, p.9).

A decisão é composta por seis elementos, a saber:

> 1. *Tomador de decisão*: é a pessoa que faz uma escolha ou opção entre várias alternativas futuras de ação.
> 2. *Objetivos*: são os objetivos que o *tomador de decisão* pretende alcançar com suas ações.
> 3. *Preferências*: são os critérios que o *tomador de decisão* usa para fazer sua escolha.
> 4. *Estratégia*: é o curso de ação que o *tomador de decisão* escolhe para atingir seus objetivos. O curso de ação é o caminho escolhido e depende dos recursos de que pode dispor.
> 5. *Situação*: são os aspectos do ambiente que envolve o *tomador de decisão*, alguns deles fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afetam sua escolha.
> 6. *Resultado*: é a consequência ou resultante de uma dada *estratégia* (CHIAVENATO, 2001, p.417).

Observa-se que o primeiro elemento é fundamental, pois é o próprio tomador de decisão, tendo em vista que ele é o responsável por estabelecer a relação com todos os outros elementos, ou seja, sem o tomador de decisão não há processo decisório. O elemento tomador de decisão pode ser constituído por um único indivíduo ou por vários indivíduos, e pode tomar a decisão de maneira ativa ou passiva, já que em alguns momentos ele apresenta o poder de vetar uma decisão, e em outros não decide efetivamente, apenas participa dela. Este ator ou atores possuem grandes responsabilidades perante todo o processo, pois é quem define de que forma as ações alcançarão os objetivos, bem como decide quais as melhores estratégias para atingir os referidos objetivos, para tanto, precisa compreender o ambiente que o envolve, pois o resultado obtido é diretamente proporcional às ações realizadas.

Destaca-se que é efetivamente no quarto e no quinto elemento em que o uso de informações se faz imprescindível, para a escolha da melhor decisão.

> Para abastecer o *processo decisorial*, a organização precisa coletar e processar uma enorme variedade de informações para permitir a escolha de alternativas, em situações que nunca revelam todas as opções disponíveis, nem os possíveis resultados dessas alternativas (CHIAVENATO, 2001, p.421).

Partindo-se dessa premissa, é indispensável que o decisor conte com informações para subsidiar a tomada de decisão, visto que este precisa escolher as alternativas existentes de maneira racional e com o mínimo de risco possível para a organização.

> A informação deve ser entendida como o subconjunto de dados que adquirem significado para o receptor dos mesmos. Ou dito ainda em outros termos: um dado passa a ser informação quando adquire significação para seu receptor, um dado é ou não informação dependendo de seu significado para esse receptor (PÉRES-MONTORO, 2004, p.9, tradução nossa).

Sendo assim, de acordo com Lousada e Valentim (2008, p.13) a informação é entendida como um 'elemento-chave' de qualquer organização, pois

> Dispor de informações fidedignas, com qualidade, consistentes, no formato adequado e no momento certo, auxiliará a organização a obter vantagem competitiva frente aos concorrentes. Quanto mais à organização se conscientizar da importância da informação para seu bom desempenho, e quanto mais rápido for o acesso a ela, mais fácil será atingir os objetivos e metas definidas (LOUSADA; VALENTIM, 2008, p.13).

No entanto, muitas vezes os sujeitos organizacionais desconhecem a importância da informação orgânica para a tomada de decisão, fazendo-se necessário uma atuação direcionada a gestão da informação e à gestão documental, principalmente para organizações buscam maior competitividade para manter-se no mercado em que atuam.

> As organizações necessitam de informações oportunas e conhecimentos personalizados, para efetivamente auxiliar os seus processos decisórios e a sua gestão empresarial, principalmente por estarem enfrentando um mercado altamente competitivo, globalizante e turbulento. De forma permanente, elas buscam adequação e ajustes entre suas funções e operações cotidianas com as reais e efetivas necessidades do meio ambiente interno e/ou externo em que estão inseridas, por meio de decisões e ações de seus gestores (REZENDE; ABREU, 2001, p.1).

É necessário esclarecer o que se compreende por informação orgânica. Nessa perspectiva, recebe a denominação de orgânica a informação que foi gerada no âmbito de uma organização/instituição, portanto, pertence a ela. Dessa forma, o produtor da informação orgânica também é seu consumidor, ou seja, a informação orgânica é aquela produzida por um sujeito organizacional e é fruto dos processos, atividades e tarefas organizacionais por ele desenvolvidas.

Para Carvalho e Longo (2002, p.115) informações orgânicas

> [...] são um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializada em documentos arquivísticos que, por sua vez, mantêm relações orgânicas entre si e foram produzidos no cumprimento das atividades e funções da organização.

A informação orgânica é tão importante quanto qualquer outro recurso estratégico organizacional, e ela pode ser segmentada em três níveis, no que tange a sua utilização: estratégica, tática e operacional.

- Estratégica: políticas, planos, planejamentos, legislação, análises de mercado etc.;
- Tática: relatórios, balanços etc.;
- Operacional: normas, procedimentos e especificações técnicas e administrativas (FAUVEL; VALENTIM, 2008, p.238).

No nível estratégico residem os ambientes voltados para as ações estratégicas, e "[...] nesse ambiente organizacional, o ambiente informacional está diretamente relacionado a esses saberes e fazeres, portanto, a informação que proporciona essa dinâmica ali existente é imbricada às atividades desenvolvidas" afirma Valentim (2010, p.14).

Quanto ao nível tático Valentim (2010, p.14), destaca que é

> [...] voltado para o estabelecimento de programas de ação, à elaboração de normas de procedimentos, o estabelecimento de cronogramas de atividades, o controle de qualidade, o acompanhamento de gastos e custos de produção, à tomada de decisão gerencial, à análise de questões jurídicas, entre outros [...] este ambiente informacional também está diretamente relacionado aos saberes e fazeres, assim, a informação se constitui em insumo para o desempenho das atividades, tarefas e tomada de decisão de curto e médio prazo.

O nível operacional é composto por ambientes voltados à execução de atividades, cujo

> [...] o enfoque é voltado ao controle e manutenção de máquinas e equipamentos, a aplicação de normas e especificações, ao uso de manuais de procedimentos, ao cumprimento de cronogramas de produção, entre outros. Nesse ambiente organizacional, o ambiente informacional novamente está diretamente relacionado aos saberes e fazeres, assim, a informação se constitui em base para a execução das tarefas propriamente ditas (VALENTIM, 2010, p.15).

Defende-se que a informação arquivística abrange as informações orgânicas e as informações não orgânicas, isto é, aquelas que são produzidas internamente à organização e aquelas que são produzidas externamente à organização. Evidencia-se que a informação orgânica, produzida internamente à organização, é insumo fundamental para o processo decisório.

A informação orgânica existente em uma organização pode proporcionar menos riscos e mais qualidade à decisão, uma vez que são

informações produzidas no âmbito organizacional que possibilitam aos decisores maior segurança e, consequentemente, maior agilidade e dinâmica aos processos organizacionais. Os sujeitos organizacionais que compreenderem a importância estratégica da informação orgânica, certamente obterão vantagem competitiva sobre aquelas empresas que não trabalham esse tipo de informação, uma vez que propiciam maior agilidade ao processo decisório.

Rosseau e Couture (1998, p.65) explicam que "[...] uma organização que utiliza de forma eficaz a informação orgânica e as disponibiliza no momento certo para os decisores apresentam vantagens decisivas e o cumprimento dos objetivos/metas organizacionais".

Partindo desse pressuposto, as organizações devem reconhecer a necessidade de gerenciar esse tipo de informação de forma eficiente, compreendendo seu real valor para o cumprimento das funções e atividades organizacionais.

5 Relação entre os tipos documentais orgânicos e o processo decisório

As informações orgânicas produzidas pelos sujeitos organizacionais se constituem na matéria-prima que dão origem aos tipos documentais, ou seja, é a partir da produção de informação orgânica no ambiente interno à organização que surgem os tipos documentais orgânicos, assim o estudo da Tipologia Documental em uma organização deve enfocar as informações orgânicas produzidas por ela. Nesse contexto, os tipos documentais orgânicos são elementos essenciais para subsidiar o processo decisório.

Para Moreno (2007, p.13) "[...] a informação deve estar disponível quando necessária, deve ser confiável, apresentada de modo seguro e de forma que o decisor consiga interpretá-la facilmente", para tanto é necessário que seja realizada a gestão documental, de modo a subsidiar os processos organizacionais, ou seja, é a partir da gestão documental que os sujeitos organizacionais recebem informações orgânicas para a tomada de decisão, bem como para desempenhar a função ao qual estão vinculados.

> Os arquivos constituem-se em um centro ativo de informações, e precisam estar devidamente organizados e estruturados para atingirem seus objetivos, que são atender à administração, evitar erros e

> repetições desnecessárias, produzir conhecimento para assessorar as tomadas de decisão e dar continuidade aos trabalhos das instituições (CARVALHO; LONGO, 2002, p.115).

É no início das etapas que integram a gestão documental, que o tipo documental orgânico é identificado e, posteriormente, gerenciado. É importante ressaltar que a informação orgânica (documento orgânico) chegará ao seu destino final, com as características arquivísticas preservadas.

Os instrumentos arquivísticos garantem a efetividade dos procedimentos de gestão, maior agilidade e precisão quando se necessita recuperar uma informação orgânica. Além disso, estabelece de forma eficiente quando o documento pode ser eliminado, baseando-se na tabela de temporalidade elaborada a partir da legislação vigente e das normas organizacionais, enfim, são instrumentos de apoio que, por sua vez, influenciam no acesso, recuperação e armazenamento da informação.

O reconhecimento do tipo documental ajuda,

> [...] no aprimoramento das tarefas realizadas pelos administradores envolvidos com os procedimentos de gestão documental, melhorando a tramitação, a produção e o controle do arquivamento de documentos junto aos órgãos produtores. Na medida em que fornecesse informações precisas sobre as características da ação administrativa e de seu produtor, registrados nos tipos documentais, as informações produzidas sobre as séries documentais se tornam a base para a realização das tarefas desenvolvidas pelo arquivista. A identificação é condição sine qua non para o desenvolvimento das funções arquivísticas da avaliação, classificação, descrição e também da produção documental (RODRIGUES, 2008, p.202).

Ressalta-se que a identificação é necessária desde a produção documental, portanto, não deve ser realizada posteriormente, mas sim no momento da produção. Para Rodrigues (2008, p.203), é "[...] a partir da identificação das características que apresentam os tipos documentais, são definidas as regras para sua formatação e utilização, tramitação", caso isso não seja feito haverá falhas no momento de análise da produção documental e, isso, pode afetar todas as outras ações arquivísticas.

A relação entre a Tipologia Documental e o processo decisório é real, porquanto propicia a preservação da autenticidade, fidedignidade,

confiabilidade, entre outras características, e, assim, permite que as decisões sejam tomadas de forma consistente e, consequentemente, resultam em maior assertividade e menor risco organizacional.

6 Considerações finais

Os tipos documentais constituídos pelas informações orgânicas produzidas no âmbito interno de uma organização são extremamente importantes para o processo decisório, porquanto a informação orgânica colabora ativamente para o desempenho, desenvolvimento e competitividade organizacional. Destaca-se que os tipos documentais sustentam os fluxos formais existentes nas organizações.

Dessa maneira, o estudo da Tipologia Documental deve ser realizado no âmbito organizacional, pois a identificação e o reconhecimento destes é estritamente relacionada à produção da informação orgânica que, por sua vez, perpassa todo o fluxo formal de uma determinada organização, consequentemente os processos arquivísticos seguintes serão realizados com mais eficiência, visto que a elaboração dos instrumentos arquivísticos (plano de classificação e tabela de temporalidade, por exemplo) dependem fundamentalmente dessa etapa inicial.

A produção do documento orgânico e o início de sua tramitação na fase corrente se configuram como ideal para identificá-los, estudá-los e gerenciá-los, ou seja, se as ações arquivísticas (identificação, elaboração de instrumentos arquivísticos etc.) forem desenvolvidas apenas quando os documentos chegarem à fase permanente muita informação já terá se perdido.

Para tanto, é preciso que as organizações primeiramente percebam a necessidade de se gerenciar as informações orgânicas, estabelecendo estratégias para se implantar uma gestão documental de qualidade, de forma que possa em tempo real subsidiar a tomada de decisão dos sujeitos organizacionais e, no âmbito da gestão documental, aplicar a Tipologia Documental como um procedimento arquivístico essencial.

Evidencia-se que as organizações não são iguais, por isso mesmo cada uma possui suas particularidades/especificidades, assim como seus

tipos documentais são únicos, pois são reflexos da própria estrutura e função organizacional.

O estudo e aplicação da Tipologia Documental proporciona maior clareza quanto aos tipos documentais gerados em uma determinada organização, bem como demonstra de que forma são produzidos, como são caracterizados, quais as similaridades e distinções, esclarecendo aos sujeitos organizacionais o valor e/ou importância de cada tipo documental para o desempenho organizacional, principalmente no que se refere a tomada de decisão.

A elaboração de quadros sistematizadores dos tipos documentais relevantes e mais utilizados para o processo decisório e resultante da aplicação da Tipologia Documental possibilita a elaboração de um modelo para que a organização possa identificar e gerenciar os diferentes tipos documentais orgânicos que surgem e, por conseguinte, as informações orgânicas que seus sujeitos organizacionais mais necessitam, proporcionando uma dinâmica informacional para a organização.

Ressalta-se que não há consenso entre os teóricos da área no que tange a identificação dos tipos documentais, desde o momento da produção do documento, entretanto, evidencia-se a importância da aplicação da Tipologia Documental desde a produção documental, pois do contrário os fazeres arquivísticos não serão capazes de suprir as necessidades informacionais dos sujeitos organizacionais.

Referências

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BELLOTTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo, 2002. 120p.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-SP/Secretaria de Estado de Cultura, 1996. 142p.

CARVALHO, E. L. de; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para a tomada de decisão. *Informação&Informação*, Londrina (PR), v.7, n.2, p.113-133, jul./dez. 2002.

CHIAVENATO, I. *Teoria Geral da Administração*. 6.ed. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DURANTI, L. *Diplomática*: usos nuevos para uma antigua ciencia. Córdoba: Associación de Archiveros de Andalucia, 1995.

DURANTI, L. *Os propósitos da Diplomática*. [S.n.t.]. 15p.

FAUVEL, T. H. de F.; VALENTIM, M. L. P. Informação orgânica como subsídio para o processo de inteligência competitiva. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. 272p.; p.229-241

FREITAS, H. M. R.; KLADIS, C. M. O processo decisório: modelos e dificuldades. *Revista Decidir*, Rio de Janeiro, v.2, n.8, p.30-34, mar. 1995.

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S.; ALMEIDA, A. T. de. *Tomada de decisão gerencial*: enfoque multicritério. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, L. C. *A informação e os arquivos*: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996. 142p.

LOPEZ, A. P. A. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1999.

LOUSADA, M.; VALENTIM, M. L. P. Informação orgânica como insumo do processo decisório empresarial. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p.243-261

NUÑEZ CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: *Archivística*: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981.

MORENO, N. A. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. *Informação & Sociedade*: Estudos, João Pessoa, v.17, n.1, p.9-19, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100->. Acesso em: 10 out. 2011.

PAZIN, M. *Arquivos de empresas*: tipologia documental. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005. 39p.

PÉRES-MONTORO, M. *Identificación y representación del conocimiento organizacional*: la propuesta epistemológica clásica. Barcelona: FUOC, 2004. Disponível em: <http://www.uoc.edu/in3/dt/20390/index.html>. Acesso em: 14 abr. 2011.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. *Tecnologia da Informação*: aplicada a sistemas de informação empresarias. São Paulo: Atlas 2001.

RODRIGUES, A. C. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), 2008.

ROSSEAU, J. I.; COUTURE, C. O lugar da arquivística na gestão da informação. In: ________. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p.6-76.

TOGNOLI, N. B.; GIMARÃES, J. A. C. O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre organização da informação. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6., 2007, Viña del Mar. *Anais...* Viña del Mar, 2007.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, S. M. *O juízo de órfãos de São Paulo*: caracterização de tipos documentais (Séc.XVI-XX). 2010. 283f. Tese (Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), 2010.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). *Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação*. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

VALENTIM, M. L. P. *Gestão documental da informação arquivística*. Marília: Unesp, 2006. (Slides – Material de Aula).

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação. In: ________ (Org.). *Ambientes e fluxos de informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.13-22

Sobre os Autores

Ana Célia Rodrigues

Possui graduação em História, mestrado e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo e pelo Archivo General de la Nación, Peru/OEA. A experiência profissional se destaca junto aos arquivos municipais, como autora dos projetos de implantação e coordenação do Centro da Memória Santista, atual Fundação Memória e Arquivos de Santos, SP; Arquivo Municipal de Ouro Preto, MG; Arquivo Municipal de Campo Belo, MG e Arquivo Municipal de Campinas, SP. Tem realizado conferências em eventos e ministrado cursos na área de arquivística promovidos por instituições brasileiras e latino-americanas, como Escuela Nacional de Archiveros, Peru e Archivo General de la Nación, El Salvador, entre outras. Na área de Gestão de Documentos se ressaltam os trabalhos realizados na Prefeitura Municipal de Campo Belo, MG; Fundação para o Vestibular da Unesp (VUNESP), SP; Usina de Álcool e Açúcar (COCAL), SP; Empresas do Grupo REDE de Distribuição de Energia Elétrica, projeto da Fundação Energia e Saneamento de São Paulo; Prefeitura Municipal de Santos, SP e Supremo Tribunal Militar, projeto em andamento coordenado pelo CASNAV da Marinha do Brasil. Atualmente orienta a pesquisa científica aplicada para a definição de requisitos metodológicos do Projeto de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Casa Civil do Governo do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), RJ, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e no Curso de Arquivologia, do qual é coordenadora. Foi docente do Curso de Arquivologia da Unesp/Marília (SP) de 2003 a 2008 e coordenadora entre 2006-2007. É autora de trabalhos publicados em revistas nacionais e estrangeiras. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e pesquisa em arquivologia; diplomática e tipologia documental; funções arquivísticas (identificação, classificação, avaliação) e gestão de documentos.

André Porto Ancona Lopez

Professor da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, desde 2005, onde leciona, entre outras disciplinas, Diplomática e Tipologia Documental para o curso de graduação em Arquivologia e Metodologia de pesquisa para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do qual foi coordenador entre 2010 e 2012. Especializou-se na organização de arquivos pelo IEB/ECA-USP após ter se graduado em História pela FFLCH-USP. Seu mestrado em História Social (USP) foi publicado sob o título Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras (Ed. Loyola, 1999). Doutorou-se em 2001 pela FFCLH-USP, com o trabalho "As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos". Publicou, pelo Arquivo do Estado de São Paulo, em 2002, o livro Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. Sua experiência arquivística inclui passagens por várias instituições, entre as quais o Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP), o Arquivo de Negativos da Prefeitura de São Paulo (SMC-DPH) e o Arquivo do Município de Amparo, do qual foi diretor. Entre 2001 e 2009 foi professor convidado do curso de especialização em Arquivos do IEB/ECA-USP, responsável pela disciplina de descrição. Foi professor junto ao departamento de História da Universidade Estadual de Maringá por mais de dez anos. Atualmente desenvolve junto ao CNPq, como projeto de produtividade, pesquisa relacionada à discussão da organicidade arquivista de documentos fotográficos e participa do grupo de trabalho do Conselho Internacional de Arquivos sobre arquivos fotográficos e audiovisuais (ICA-PAAG). Coordena, junto à Rede Ibero-americana de Ensino Arquivístico Universitário, blog destinado a amparar as ações de comunicação de tal rede. Como modo de incrementar o intercâmbio científico, as atividades atuais do pesquisador estão sendo difundidas nos seguintes blogs: Blog Diplomática e Tipologia Documental (http://diplomaticaetipologia.blogspot.com/) - direcionado para os alunos de graduação; Blog Metodologia em Ciência da Informação (http://metodologiaci.blogspot.com/) - focado em pesquisas de pós-graduação; Blog DigifotoWeb (http://digifotoweb.blogspot.com/) - relacionado à pesquisa sobre documentos fotográficos; Blog Ibero-americano de Ensino Arquivístico Universitário (http://bieau.blogspot.com/) - voltado para a RIBEAU. Tem se dedicado ainda à discussão relacionada à formação profissional de arquivistas na América Latina em grupo de trabalho composto por pesquisadores da Colômbia e México, além de coordenar o simpósio internacional sobre acesso à informação, no Chile, junto com pesquisadores do México e Argentina.

Carlos Alberto Ávila Araújo

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005) e pós-doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011). Atualmente é professor adjunto III da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Editor Adjunto da revista Perspectivas em Ciência da Informação (1413-9936) de 2007 a 2010. Fez parte, em 2008, da Comissão

de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação e suas relações com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, Estudos de Usuários da Informação, Biblioteca Escolar.

Dunia LLanes-Padrón

Doctora en Biblioteconomía y Documentación, Título Europeo de Doctorado otorgado por la Universidad de Salamanca, España. Máster en Documentación por la Universidad de Coimbra, Portugal. Licenciada en Bibliotecología y Ciencias de la Información por la Universidad de La Habana, Cuba. Profesora del Departamento de Bibliotecología y Ciencias de la Información de la Universidad de La Habana. Además de su actividad docente y de investigación, desempeñó su ejercicio profesional como especialista principal en Gestión Documental en la Empresa Cubana del Petróleo, donde diseñó, organizó e implementó el Sistema Nacional de Gestión Documental para el sector petrolero cubano. Ha realizado varios trabajos de investigación en el campo de los archivos, específicamente en el área de la gestión documental y la normalización de la descripción archivística. Ha participado en diversas estancias de investigación y formación en universidades y centros de archivos de Cuba, España y Portugal así como en diversos congresos y eventos nacionales e internacionales. En el curso 2008-2009 la Universidad de Salamanca le concedió el Premio Extraordinario de Grado por la investigación que realizó sobre estándares de descripción archivística. En el curso 2002-2003 la Universidad de la Habana le otorgó la condición de graduada universitaria con Título de Oro por los resultados obtenidos durante los cinco años de formación universitaria.

José Luis Bonal-Zazo

Diplomado en Biblioteconomía y Documentación, por la Universidad de Salamanca, Licenciado en Geografía e Historia (especialidad de Historia Medieval) por la misma Universidad y doctor en Documentación, también por la Universidad de Salamanca, con la tesis titulada La Normalización de la Descripción Archivística en el contexto internacional. En la actualidad es Profesor Titular de Universidad en el Departamento de Información y Comunicación de la Universidad de Extremadura (Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación), donde desarrolla su actividad docente desde el año 1995. Además de su experiencia docente en la Universidad de Extremadura ha impartido cursos de postgrado en las universidades de Salamanca, Sevilla, Internacional de Andalucía, Universidad Tecnológica Metropolitana de Santiago de Chile y Universidad de La Salle –Colombia-. Asimismo ha impartido numerosos cursos de formación para distintas administraciones públicas, universidades y asociaciones profesionales iberoamericanas. Sus líneas de investigación se centran en la problemática de la descripción y la organización documental, y en este contexto ha participado en varios proyectos de investigación y dirigido algunos, entre los que destacan los financiados por la Junta de Extremadura y la empresa Iberdrola. Es autor de libros como La descripción archivística

normalizada (Trea, 2001) y coautor de las siguientes obras: Manual de Descripción Multinivel (Junta de Castilla y León, 2000, con reimpresiones en 2001, 2002 y 2007); Curso de Archivo y Documentación (Junta de Extremadura, 2007; 2ª ed. en 2010); Jesus Delgado Valhondo [Catálogo de la exposición] (Ayuntamiento de Badajoz, 2008) y La bibliografía sobre el emperador Carlos V (Real Academia Europea de Yuste; 2010).

José Maria Jardim

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. De 1992 a 2010 foi professor do Departamento de Ciência da Informação da UFF, tendo ministrado disciplinas na graduação em Arquivologia e Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF. No momento, coordena o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (UNIRIO) e desenvolve pesquisa intitulada: A (re) invenção das instituições arquivísticas brasileiras na ordem democrática: transformações, impasses e cenários futuros após a Constituição de 1988 e a Lei de Arquivos de 1991. Lidera o Grupo de Pesquisa "Políticas Públicas Arquivísticas". Tem experiências profissionais nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação, abordando principalmente os seguintes temas: gestão de arquivos, políticas públicas de informação, políticas de arquivos, governo eletrônico, ensino e pesquisa em Arquivologia, direito à informação e gestão da informação governamental. Entre março de 2008 e fevereiro de 2009 desenvolveu atividades de pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e no Observatorio Archivistica y Sociedad do Departamento de Documentação da Universidad Carlos III de Madrid.

Maria Leandra Bizello

Professora do Departamento de Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – câmpus Marília, desde 2007. Atualmente é coordenadora do curso de Arquivologia deste departamento ministrando as disciplinas de Produção Documental, Arquivos Correntes e Intermediários e Arquivo, Memória e Sociedade, além de supervisionar o Estágio Obrigatório em Arquivos Correntes e Intermediários. No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp leciona a disciplina Memória e Patrimônio em Unidades de Informação, está ligada á linha de pesquisa Produção e Organização da Informação. É graduada em História pela UNICAMP, especializou-se em Arquivos no ano de 1989, em curso oferecido pelo IEB na UNICAMP. Mestre e Doutora em Multimeios, Instituto de Artes – UNICAMP trabalhou as relações cinema e história. No mestrado dedicou-se aos filmes institucionais produzidos por Jean Manzon no período de 1956-1961. No doutorado estudou a construção da imagem de Juscelino Kubitschek durante sua presidência nos anos 1956-1961 em filmes institucionais, nas revistas de grande circulação nacional Manchete e O Cruzeiro. Em

2006 fez estágio doutoral na Paris III – Sorbonne Nouvelle. Foi diretora de Equipamentos Culturais nos anos de 2001 a 2002 na gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade de Amparo-SP. Foi professora da UNIP/Campinas e ESAMC/Campinas atuando em cursos da área de Comunicação Social e Humanidades. É representante suplente no CONARQ das instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia. Compõe o Conselho Consultivo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp. É membro da Comissão Central de Avaliação Documental da Unesp e pesquisa gestão documental em Arquivos Científicos. O projeto de pesquisa atual é: Arquivo, Memória e Produção de Conhecimento, em que faz um levantamento dos arquivos, centros de documentação e memória, fundações e instituições públicas e privadas que guardam conjuntos documentais, estuda o conceito de memória e a produção de conhecimento desses lugares. Dedica-se ainda ao estudo das relações entre imagens e arquivos, pesquisando atualmente o fundo da Agência Nacional – custodiado pelo Arquivo Nacional - suas relações com a memória e o nacionalismo.

Maria Cristina Vieira de Freitas

Doutora em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Salamanca (Espanha, 2010); mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil, 2003); Especialista em Conservação de Obras sobre Papel pela Universidade Federal do Paraná (Brasil, 1999); Licenciada em Documentação e Arquivística pela Universidade de Aveiro (Portugal, 2008) e em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cataguases (Brasil, 1992). Atuou como funcionária (1989-1994) e como docente de carreira (1994-2009) no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Brasil); como consultora técnica na Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá (Brasil, 1996-2001), onde desempenhou atividades relacionadas com as historiografias local e regional; a conservação e a preservação dos acervos bibliográficos, museológicos e arquivísticos; e a organização e o tratamento da informação bibliográfica e arquivística. Atuou como consultora em projeto de implantação do curso de tecnólogo em Arquivos, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Brasil, 2004) e como Técnica Superior de Bibliotecas e de Serviços de Documentação na Biblioteca Geral da Universidade Portucalense (Portugal, Dez. 2008 - Maio 2009). Atua (2010 -) como Professora Auxiliar Convidada na Universidade de Coimbra, na Universidade Fernando Pessoa e na Universidade Portucalense, onde leciona disciplinas do currículo da licenciatura e do mestrado em Ciência da Informação. É membro integrante do grupo CIDEHUS (Universidade de Évora, 2011-); do Conselho de Redação do Boletim do Arquivo da Universidade e do projeto ID@UC (Universidade de Coimbra, 2011-). Foi formadora em ação de formação em conservação e preservação de acervos arquivísticos, na Santa Casa de Misericórdia do Porto (2011). Frequentou 4 estágios curriculares e/ou extracurriculares em instituições prestigiadas, no Brasil e em Portugal, nos seguintes âmbitos: Biblioteconomia e Documentação; Arquivística; Conservação, Restauro e Microfilmagem para Preservação (1998-2007). Desenvolveu e coordenou 5 projetos nos âmbitos da educação, história local, arquivística e preservação de acervos públicos (1997-2001).

María Manuela Moro-Cabero

Doctorada en Historia por la Universidad de Salamanca. Especialidad Historia Medieval. Diplomada en Biblioteconomía y Documentación. Licenciada en Geografía e Historia. Profesor Titular Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Facultad de Traducción y Documentación, Universidad de Salamanca. Es miembro del Observatorio de Prospectiva Archivística y Sociedad y del CT50 de AENOR, donde coordina el Grupo de Trabajo de Evaluación del SC1-España. Es autora de numerosas publicaciones sobre gestión de documentos de archivo, gestión normalizada de documentos, calidad y archivos.

Mariana Lousada

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Marília. Bolsista CNPq. Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Foi bolsista FAPESP no mestrado e de iniciação científica pela agência de fomento CNPq. Participa do Grupo de Pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Tem experiência na área de Organização de Arquivos. Foi professora bolsista no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, câmpus de Marília, nas disciplinas Arquivos Empresariais e Especializados e Práticas Profissionais em Arquivologia.

Marta Lígia Pomim Valentim

Pós-Doutorado pela Universidad de Salamanca, Espanha, em 2011-2012. Livre Docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2001. Mestre pela PUC-Campinas, em 1995. Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq na área de inteligência competitiva organizacional, gestão da informação e gestão do conhecimento. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Coordena o projeto de pesquisa 'Ambientes e fluxos de informação em ambientes empresariais'. Organizadora e autora de vários livros na área. Exerceu o cargo de Vice-Presidente da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação da Iberoamerica e Caribe/Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe (EDICIC), gestão 2009-2011. Exerceu a coordenação do Grupo de Trabalho Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (GT-4), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), gestão 2009-2010. Exerceu o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2001-2004. Exerceu o cargo de Coordenadora da Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), gestão

2009-2010. Exerceu o cargo de tutora da Empresa Júnior de Gestão de Informação e Documentação (EGID) da UNESP/Marília de 2007-2008.

Natália Marinho do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília. Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Bolsista de iniciação científica CNPq (2009/2010) e FAPESP (2011). Participa do Grupo de Pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Foi Presidente (2011) e Diretora de Marketing (2010) da Empresa Júnior de Gestão da Informação e Documentação (EGID).

Oswaldo Francisco de Almeida

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999). Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1992). Graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974). Atualmente é professor do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília). Foi professor associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Informação e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: informação e sociedade, mediação da informação, serviço de referência e informação, bibliotecas públicas e biblioteconomia. Mantenedor do *site* Infohome (www.ofaj.com.br). É Presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), gestão 2011-2013.

Rafael A. Moron Semidão

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Marília. Bolsista FAPESP de mestrado acadêmico. Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Graduação interrompida em Filosofia pelo CES - Sagrado Coração de Jesus - São José do Rio Preto/ SP. Curso técnico/profissionalizante em Técnico em Contabilidade pela Fundação de Ensino Chaffik SAAB – Urupês/SP. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Dados/Informação/Conhecimento; Epistemologia; Fundamentação Conceitual; Gestão da Informação e do Conhecimento. Bolsista FAPESP de Iniciação Científica (2010/2011). Participa dos Grupos de Pesquisa "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (ICIO)" e "Fundamentos Teóricos da Informação", ambos da Unesp.

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2005). Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (1995). Graduação em História pela Universidade de Brasília (1990). Atualmente é professor adjunto da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos, atuando principalmente nos seguintes temas: Arquivologia, organização de arquivos, gestão de documentos, formação profissional e políticas públicas de arquivo.

Sonia Maria Troitiño-Rodriguez

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, desenvolvendo pesquisa na linha temática Historiografia e Documentação. Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo, formação em Patrimônio Cultural pela Fundación Duques de Sória/Ministério de Cultura de España (Espanha) e Arquivística pela Fundación Sanchez-Albornoz/Universidad de Valladolid (Espanha). Atuou como diretora do Centro de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo, além de trabalhar prestando consultoria nas áreas de pesquisa histórica e organização de acervos para diversas instituições. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, desenvolvendo atividades e pesquisa nas linhas Organização da Informação e Informação e Sociedade; Pesquisadora dos grupos de pesquisa "Gênese Documental Arquivística" e "Cultura & Gênero"; E coordenadora do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM/UNESP-Marília)

Telma Campanha de Carvalho Madio

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005). Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (1999). Especialização em Arquivo pelo IEB/USP (1988). Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (1985). Atualmente é professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP, no Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus Marília, ministrando disciplinas na graduação e na pós-graduação. Coordenadora do Laboratório de Conservação, desde 2006. Atua nas linhas de Pesquisa Produção e Organização da Informação e Gestão da Informação e do Conhecimento, com os temas: organização e identificação arquivística, fotografia, acervos audiovisuais, conservação preventiva e História Contemporânea do Brasil.

Sobre o livro

Formato	16X23cm
Tipologia	Adobe Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catalogação	Telma Jaqueline Dias Silveira
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos
Produção gráfica	Giancarlo Malheiro Silva

2021

Impressão e acabamento

Gráfica Campus
(14) 3402-1333

Estudos avançados em Arquivologia

A coletânea de textos que compõem o livro Estudos Avançados em Arquivologia apresenta quinze capítulos elaborados por dezesseis autores de instituições brasileiras, espanholas e portuguesas. O primeiro capítulo trata da gestão documental em ambientes empresariais; na sequência apresenta-se a avaliação de arquivos aplicando instrumentos de medição; o terceiro capítulo enfoca a fotografia como documento de arquivo; os paradigmas arquivísticos de investigação são tratados no quarto capítulo; a documentação imagética para a constituição da memória é enfocada no quinto capítulo; na sequência apresenta-se a grounded theory como método de investigação aplicado à Arquivologia; o sétimo capítulo apresenta uma reflexão sobre a pesquisa na área de Arquivologia destacando sua evolução; a importância da descrição arquivística para o posterior acesso e recuperação de documentos é destaque do oitavo capítulo; a formação do profissional arquivista no Brasil é tema do nono capítulo; na sequência a 'identificação' é apresentada como uma metodologia de pesquisa para o campo da Arquivologia; o décimo primeiro capítulo apresenta uma reflexão sobre o diálogo existente entre a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia e a Ciência da Informação; a tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos é tema do décimo segundo capítulo; na sequência apresenta-se a mediação da informação no âmbito da Arquivologia; o décimo quarto capítulo apresenta uma reflexão sobre a aproximação conceitual da Arquivologia com a abordagem da gestão da informação e do conhecimento; o décimo quinto e último capítulo debate a relação entre a tipologia documental e o processo decisório.

ISBN 978-85-7983-266-6